



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias No 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Crianças e Adolescentes Migrantes e Refugiados na Amazônia Brasileira em Situação de Acolhimento: Análise de Fatores de Risco, Fatores de Proteção e Processos de Resiliência

Elizabeth Cristina Nascimento Branch

Belém – PA

2026



Elizabeth Cristina Nascimento Branch

Crianças e Adolescentes Migrantes e Refugiados na Amazônia Brasileira em Situação de Acolhimento: Análise de Fatores de Risco, Fatores de Proteção e Processos de Resiliência

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutora em Teoria e Pesquisa com Comportamento.

Área de concentração: Ecoetologia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lília Iêda Chaves Cavalcante

Belém-Pará
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

B816c Branch, Elizabeth Cristina Nascimento, 1975-
Crianças e adolescentes migrantes e refugiados na Amazônia Brasileira em situação de acolhimento: análise de fatores de risco, fatores de proteção e processos de resiliência / Elizabeth Cristina Nascimento Branch. — 2026.

228 f. il.

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2026.

1. Análise do comportamento. 2. Ecoetologia. 3. Crianças refugiadas (migrantes): Amazônia. 4. Adolescentes refugiados (migrantes): Amazônia. 5. Acolhimento Institucional. I. Título.

CDD - 23. ed. — 150.7709811

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780

Defesa de Doutorado

“Crianças e Adolescentes Migrantes e Refugiados na Amazônia Brasileira em Situação de Acolhimento: análise de fatores de risco, fatores de proteção e processos de resiliência.”

Aluna: Elizabeth Cristina Nascimento Branch.

Data da Defesa: 26 de fevereiro de 2026.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora – UFPA).

Documento assinado digitalmente
 **NORMANDA ARAUJO DE MORAIS**
Data: 02/03/2026 09:38:50-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof^ª Dr^ª Normanda Araújo de Moraes (membro 1 – UNIFOR).

Documento assinado digitalmente
 **STELLA RABELLO KAPPLER**
Data: 04/03/2026 10:54:02-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof^ª Dr^ª Stella Rabello Kappler (membro 2 – Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP).

Documento assinado digitalmente
 **SILVANA DE MORAES BRITO RIBEIRO**
Data: 06/03/2026 09:07:19-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof^ª Dr^ª Silvana de Moraes Brito Ribeiro (membro 3 – UFPA).

Documento assinado digitalmente
 **MILENE MARIA XAVIER VELOSO**
Data: 09/03/2026 11:14:20-0300
Verifique em <https://validar.itf.gov.br>

Prof^ª Dr^ª Milene Maria Xavier Veloso (membro 4 – UFPA).



**Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no
Repositório Institucional da UFPA**

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor*: Elizabeth Cristina Nascimento Branch

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (X) Discente

Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: (X) Tese; () Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique:

Título do Trabalho: Crianças e Adolescentes Migrantes e Refugiados na Amazônia Brasileira em Situação de Acolhimento: Análise de Fatores de Risco, Fatores de Proteção e Processos de Resiliência

Data da Defesa: 26/02/2026 Área do Conhecimento: Ecoetologia Agência de Fomento: _____

*Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública *Creative Commons* Licença 3.0 *Unported*, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

() Sim

(x) Não

Permitir modificações em sua obra?

() Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença

(x) Não

O documento está sujeito ao registro de patente? () Sim

(x) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém (PA), 11/05/2026

Documento assinado digitalmente
gov.br ELIZABETH CRISTINA NASCIMENTO BRANCH
Data: 12/05/2026 20:14:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor Local e data

Dedico esta tese às crianças e aos adolescentes migrantes e refugiados, que, mesmo atravessados por perdas, deslocamentos e rupturas, seguem afirmando a vida com coragem, inventividade e esperança.

Que cada trajetória seja reconhecida em sua singularidade, sem reduções nem estigmas e, que a proteção integral não seja promessa, mas prática cotidiana - em políticas públicas consistentes, em serviços que acolham com dignidade, e em comunidades capazes de oferecer pertencimento.

Que o direito de ser criança e de ser adolescente permaneça inteiro: o direito ao brincar, à escola, à saúde, ao afeto, à convivência familiar e comunitária, à participação e à escuta qualificada.

A vocês, que transformam sobrevivência em futuro, ofereço esta pesquisa como gesto de compromisso e que para que o acolhimento seja caminho de cuidado, reparação e recomeço, e para que nenhum deslocamento apague o direito de existir com segurança e autonomia.

Agradecimentos

Aos meus pais, Socorro e Guilherme, que me ensinaram o valor do estudo e fizeram tudo o que estava ao alcance, com os recursos que tinham, para que eu e meus irmãos pudéssemos priorizar a educação e construir o nosso futuro. Obrigada por seguirem cuidando de nós, por serem abrigo e referência, e por nunca deixarem faltar incentivo, especialmente quando o caminho se tornava mais exigente.

À Professora Doutora Lília Iêda Chaves Cavalcante, pelo olhar atento, pela generosidade intelectual e por toda a disponibilidade demonstrada no processo de orientação. Obrigada por conduzir esse percurso com firmeza e sensibilidade, ajudando-me a transformar inquietações em perguntas de pesquisa e trabalho em escrita.

À minha família, pelo apoio incondicional e próximo, pela confiança depositada no meu processo acadêmico e a minha filha Anna Carolina por compreender as ausências, os silêncios e a intensidade desta etapa. Vocês foram presença constante, mesmo quando a rotina exigiu distância.

Às minhas amigas, Elen Borges e à Janaíne Cantão que me acompanham em todas as aventuras, por serem colo e trampolim. Acolhimento nos dias difíceis e impulso nos dias de coragem.

Às minhas amigas do Programa Iara, Simone, Letícia e Mayara, por todos os debates, gargalhadas e alegrias que atravessaram estes anos. Obrigada pela parceria e pelo afeto cotidiano, com vocês, o caminho tornou-se menos pesado e possível.

Às pessoas que me estimulam na busca constante de caminhos e soluções para as diferentes realidades com as quais me cruço, agradeço por ampliarem meus horizontes e por me lembrarem, tantas vezes, que pensar e agir caminham juntos. Que este trabalho também seja uma forma de retribuição: um compromisso renovado com a escuta, com a responsabilidade e com a esperança.

Branch, E. C. N. (2026). *Crianças e Adolescentes Migrantes e Refugiados na Amazônia Brasileira e em Situação de Acolhimento: Análise de Fatores de Risco, Fatores de Proteção e Processos de Resiliência*. [Tese de Doutorado não publicada]. Universidade Federal do Pará, Belém - PA. 228 p.

Resumo

Esta tese investigou processos de resiliência em crianças e adolescentes migrantes e refugiados na Amazônia, articulando fatores de risco e fatores de proteção no desenvolvimento, em dois contextos de proteção social nos municípios de Belém e Ananindeua, Pará. O estudo parte do problema de compreender como, diante de adversidades associadas ao deslocamento e à inserção no país de acolhida, esses sujeitos mobilizam recursos individuais, relacionais e contextuais e, quais condições ampliam ou restringem sua adaptação positiva no cotidiano. O objetivo geral foi investigar processos de resiliência em crianças e adolescentes refugiados na Amazônia, no contexto do acolhimento institucional e de equipamento de proteção social. Como objetivos específicos, buscou-se caracterizar os perfis biopsicossociais de crianças, adolescentes e famílias, compreender as percepções de profissionais, e analisar fatores de risco e de proteção associados à resiliência. Trata-se de pesquisa de campo, exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, sustentada pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e pela concepção multissistêmica de resiliência, incluindo as sete tensões propostas por Ungar. O recorte temporal abrangeu trajetórias entre 2018 e 2024. A etapa documental analisou 252 prontuários, identificando 80 crianças e adolescentes, e descreveu variáveis sociodemográficas, escolares e familiares por estatística descritiva. A caracterização familiar incluiu aplicação de formulário a 30 famílias, sendo 15 em espaço de acolhimento institucional e 15 em contexto comunitário atendido no Centro de Referência de Assistência Social, com análise descritiva e inferencial. A etapa qualitativa realizou entrevistas semiestruturadas com 15 profissionais, examinadas por análise de conteúdo, com categorização e verificação de concordância entre avaliadores. Para mensuração de recursos e padrões associados à resiliência, aplicou-se medida de resiliência para crianças e instrumento psicossocial adaptado para adolescentes, com análises de associação por correlações. A pesquisa foi aprovada por comitê de ética em pesquisa e utilizou consentimento e assentimento dos participantes. Os resultados indicaram, em primeiro lugar, predominância de idade escolar (56,2%) e interrupções educacionais (6,2%), associadas a barreiras de documentação e matrícula, além de lacunas relevantes de registro nos prontuários (27,5), que limitam diagnóstico e continuidade do cuidado. Segundo, as famílias apresentaram alta vulnerabilidade econômica, inserção laboral precária (62,0 e 70,0%) para homens e mulheres, respectivamente e baixa cobertura de benefícios (12,0%), sugerindo descompasso entre elegibilidade e acesso. Terceiro, profissionais descreveram práticas protetivas ligadas a rotinas previsíveis, inserção escolar, escuta qualificada e articulação em rede, mas apontaram limites como sobrecarga, falta de profissionais específicos, barreiras linguísticas e episódios de discriminação. Por fim, a análise quantitativa sustentou uma organização multissistêmica da resiliência, com agrupamentos relacionados a variáveis como apoio familiar, vínculos comunitários e culturais, competências individuais, vínculo escolar, autoestima, enfrentamento, percepção de preconceito e expectativas futuras, sendo observadas correlações positivas moderadas entre os fatores protetivos (r variando de 0,647 a 0,843; $p < 0,001$). Concluiu-se que a resiliência, nesse contexto, é uma construção ecológica dependente da qualidade das interações e do acesso efetivo a direitos e mediações institucionais, com implicações para qualificação de registros, práticas intersetoriais, apoio linguístico e inclusão em políticas de proteção social.

Palavras-chave: resiliência; crianças e adolescentes migrantes e refugiados; acolhimento institucional; fatores de risco e proteção; Amazônia.

Branch, E. C. N. (2026). Migrant and Refugee Children and Adolescents in the Brazilian Amazon and in Sheltered Accommodation: Analysis of Risk Factors, Protective Factors, and Resilience Processes. [Unpublished Doctoral Dissertation]. Federal University of Pará, Belém - PA. 228 pages.

Abstract

This thesis investigated resilience processes in migrant and refugee children and adolescents in the Amazon, articulating risk factors and protective factors in development across two social protection contexts in the municipalities of Belém and Ananindeua, Pará. The study is grounded in the problem of understanding how, in the face of adversities associated with displacement and integration in the host country, these individuals mobilize individual, relational, and contextual resources, and which conditions expand or restrict their positive adaptation in everyday life. The general objective was to investigate resilience processes in refugee children and adolescents in the Amazon within the context of institutional care and a social protection service, with specific objectives of characterizing the biopsychosocial profiles of children, adolescents, and families, understanding professionals' perceptions, and analyzing risk and protective factors associated with resilience. This is an exploratory and descriptive field study with a qualitative and quantitative approach, grounded in the Bioecological Model of Human Development and the multisystemic conception of resilience, including the seven tensions proposed by Ungar. The scope encompassed trajectories between 2018 and 2024. The documentary phase analyzed 252 case files, identifying 80 children and adolescents, and described sociodemographic, educational, and family variables using descriptive statistics. Family characterization included the administration of a form to 30 families—15 in an institutional care setting and 15 in a community context served at the Social Assistance Reference Center—using descriptive and inferential analyses. The qualitative phase conducted semi-structured interviews with 15 professionals, analyzed through content analysis, with categorization and verification of inter-rater agreement. To measure resources and patterns associated with resilience, a resilience measure for children and a psychosocial instrument adapted for adolescents were applied, with association analyses using correlations. The study was approved by an ethics committee and used informed consent and assent. The results indicated, first, a predominance of school-age children (56.2%) and educational interruptions (6.2%), associated with barriers related to documentation and school enrollment, as well as relevant gaps in record-keeping in the case files (27.5%), which limit assessment and continuity of care. Second, families showed high economic vulnerability, precarious labor market insertion (62.0% and 70.0% for men and women, respectively), and low coverage of social benefits (12.0%), suggesting a mismatch between eligibility and access. Third, professionals described protective practices linked to predictable routines, school inclusion, qualified listening, and intersectoral network coordination, but pointed to constraints such as workload overload, a lack of specialized professionals, language barriers, and episodes of discrimination. Finally, the quantitative analysis supported a multisystemic organization of resilience, with clusters related to variables such as family support, community and cultural ties, individual competencies, school bonding, self-esteem, coping, perceived prejudice, and future expectations; moderate positive correlations were observed among protective factors (r ranging from 0.647 to 0.843; $p < 0.001$). It was concluded that resilience, in this context, is an ecological construct dependent on the quality of interactions and effective access to rights and institutional mediations, with implications for improving record quality, intersectoral practices, linguistic support, and inclusion in social protection policies.

Keywords: resilience, migrant and refugee children and adolescents, institutional care, risk and protective factors, Amazon.

Lista de Figuras

Seção 2

Figura 1 – Definição de Kappa

Figura 2 – Estatística de teste para o coeficiente de correlação de Pearson

Lista de Tabelas

Seção 2

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes acolhidos de janeiro de 2018 a junho de 2024

Tabela 2 – Frequência de crianças e adolescentes acolhidos em relação ao perfil das famílias

Tabela 3 – Perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas em espaço de acolhimento

Tabela 4 - Perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas por equipamento de proteção social

Tabela 5 – Média aritmética do valor de Kappa calculado entre os três juízes

Lista de Siglas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para

Refugiados BPC – Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico – Cadastro Único

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONARE – COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

COVID-19 – COrona VIRus Disease

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CRAS – Centro de Referência de Assistência

Social CYRM – Child and Youth Resilience

Measure

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FCCA – Formulário Caracterização das Crianças e Adolescentes

FCFA – Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas

FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII

GGUDH – Grave e Generalizada Violação dos Direitos

Humanos IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LED – Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Outras Orientações Sexuais e Identidades de Gênero (O "+")

MBDH – Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome MJSP – Ministério da Justiça e Segurança Pública

NEPAIA – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Acolhimento Institucional e

Adoção NTPC – Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e

Comunitária PBF – Programa Bolsa Família

PPCT – Processo, pessoa, contexto, tempo

PPGTPC – Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do

Comportamento PSEAC – Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do

Comportamento

QJB – Questionário da Juventude Brasileira

SAIs – Serviços de Acolhimento Institucional

SI – Sem Informação

SEMCAT - Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho

SNA – Sistema Nacional de Adoção

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e

Esclarecido UFPA – Universidade Federal do Pará

Un DESA – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais e Divisão de População Migrantes

Internacionais das Nações Unidas

UNICEF – Fundo da Nações Unidas para a Infância

Sumário

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	29
Sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos históricos e legais	29
A realidade da criança e do adolescente migrante e refugiado	36
Contextos ecológicos nos processos de resiliência em crianças e adolescentes refugiados: Fatores de risco e de proteção	50
Resiliência.....	51
Fatores de Risco e de Proteção no desenvolvimento	60
Contextos ecológicos.....	63
OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO	68
MÉTODO	68
Delineamento	68
Contexto da pesquisa	69
Participantes	71
Ambiente.....	72
Instrumentos e materiais	79
Formulário de caracterização de Crianças Refugiadas Acolhidas (FCCA).....	79
Formulário de caracterização de Famílias Refugiadas Acolhidas (FCFA)	80
Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Educadores/Cuidadores e Técnicos	81
Escala de Resiliência CYRM – CHILD AND YOUTH RESILIENCE MEASURE – Versão Brasileira	81
Questionário da Juventude Brasileira (QJB)	82
Aspectos éticos para realização da pesquisa	84
Procedimentos de coleta de dados	84
Período de ambientação	85
Procedimento de análise dos dados.....	85
RESULTADOS E DISCUSSÃO	94

Caracterização do perfil biopsicossocial de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas	94
Caracterização do perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas em espaço de acolhimento e em equipamento de proteção social	102
Fatores de Proteção e Estratégias de Enfrentamento	113
Resiliência e Inserção Sociocultural.....	117
Cobertura de Políticas Públicas: Acesso ao Bolsa Família e Benefícios Sociais.....	119
Percepções de técnicos de instituições de proteção social sobre a trajetória de migração e refúgio de crianças e adolescentes	122
Fatores de risco e de proteção nos processos de resiliência vivenciados por crianças e os adolescentes migrantes e refugiados.....	138
Escala de Resiliência e Questionário da Juventude Brasileira (adaptado)	138
Questionário da Juventude Brasileira - QJB	149
Resiliência em Contexto de Risco e Multinível.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE.....	194
Apêndice A - Parecer de Aprovação em Comitê de.....	195
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	197
Apêndice C - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido - TALE.....	199
Apêndice D - Termo de Compromisso de Utilização de Dados - TCUD.....	201
Apêndice E - Formulário de Caracterização das Crianças- FCCA.....	202
Apêndice F - Formulário de Caracterização de Famílias Migrantes e Refugiadas Acolhidas (FCFA).....	206
Apêndice G - Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Educadores e Técnicos	213
Apêndice H – Escala de Resiliência CYRM – CHILD AND YOUTH RESILIENCE MEASURE – Versão Brasileira	215
Apêndice I – Questionário da Juventude Brasileira – QJB	218

APRESENTAÇÃO

Nesta Tese, o interesse pelo tema da resiliência em crianças e adolescentes surgiu a partir da formação da doutoranda em Serviço Social e de sua atuação profissional como servidora pública em um órgão integrante do sistema de justiça da infância e da juventude. Como assistente social, há 14 anos, atua no atendimento de demandas relacionadas à proteção de crianças e adolescentes, bem como na garantia de seus direitos fundamentais.

No exercício da prática profissional e o contato direto com crianças e adolescentes observa-se, com frequência, a situação de vulnerabilidade social ao qual estão inseridos. Ainda que expostos a múltiplas adversidades, como violência doméstica, negligência, pobreza extrema, abandono escolar e rupturas familiares, muitas dessas crianças e adolescentes revelam, ao longo do seu desenvolvimento, a capacidade de ressignificar experiências e mobilizar recursos internos e externos para enfrentar as dificuldades vividas. Trata-se de indícios claros de processos de resiliência.

A identificação desses processos de resiliência ocorre tanto de forma direta quanto indireta. Diretamente, por meio de escutas qualificadas, entrevistas, observações comportamentais e relatos espontâneos das próprias crianças e adolescentes, que expressam sentimentos, estratégias de enfrentamento e sonhos de futuro, mesmo em contextos de risco. Indiretamente, por meio dos relatos de profissionais da rede de proteção, de familiares ou responsáveis, e da análise de trajetórias de vida que evidenciam superações, manutenção de vínculos positivos e engajamento em projetos escolares, culturais ou comunitários.

Esses processos, ao se manifestarem ao longo do curso do desenvolvimento, demonstram que a resiliência não é uma característica inata, mas construída e fortalecida ao longo do tempo, por meio da interação entre fatores individuais, relacionais e contextuais. Compreender onde e como esses processos emergem é fundamental para o aprimoramento de práticas profissionais e políticas

públicas voltadas à infância e à juventude em situação de vulnerabilidade.

Esse é o caso da realidade que envolve o crescente número de crianças e adolescentes migrantes e refugiados, frequentemente noticiado nos meios de comunicação, especialmente nos últimos anos, em razão de crises humanitárias, conflitos armados, desastres ambientais e instabilidades políticas em diversas regiões do mundo. No Brasil, essa presença tem se tornado cada vez mais visível desde a última década, intensificando-se principalmente a partir de 2018, com a chegada de populações oriundas da Venezuela, Haiti, Síria, entre outros países.

Esse cenário impulsionou a produção de investigações sobre a conjuntura que envolve essas crianças e adolescentes e sobre a situação de vulnerabilidade social, econômica e emocional na qual se encontram. A vivência do deslocamento forçado, a ruptura com a terra de origem, a perda de vínculos afetivos, o impacto das barreiras linguísticas e culturais, bem como o enfrentamento do preconceito e da xenofobia nos países de acolhimento, constituem fatores de risco significativos ao seu desenvolvimento.

Foi a partir dessa realidade que emergiu o interesse central desta pesquisa: compreender como crianças e adolescentes migrantes e refugiados vivenciam processos de resiliência frente as adversidades que enfrentam, e como esses processos se relacionam aos fatores de risco e de proteção, presentes em seus contextos de vida. O foco recaiu sobre os mecanismos internos e externos que possibilitam a adaptação positiva desses sujeitos, mesmo diante de experiências potencialmente traumáticas e, de que forma esses recursos são acessados, mobilizados e fortalecidos ao longo do tempo.

Este estudo buscou, portanto, contribuir com a produção de conhecimento sobre o fenômeno do refúgio e da migração na infância e adolescência, sob a perspectiva da resiliência, iluminando estratégias que possam embasar intervenções mais sensíveis, eficazes e humanizadas junto a essa população em crescimento.

Desse modo, a trajetória profissional da doutoranda e os estudos e reflexões dele advindos

acerca dos fatores que podem promover processos de resiliência em crianças e adolescentes migrantes e refugiados que vivem situações de adversidades significativas, foram os principais motivadores desta pesquisa.

De acordo com (Tonhati & Pereda, 2021; Oliveira & Tonhati, 2022), em meados da década passada o Brasil ingressou no rol de países em que a migração assume “rosto feminino”, fenômeno acompanhado pela familiarização dos fluxos migratórios, isto é, a presença crescente de núcleos familiares completos, com mães e filhos, entre os recém-chegados. Esse novo cenário demográfico implica desafios e demandas específicas, já que mulheres migrantes e refugiadas tendem a enfrentar vulnerabilidades particulares, muitas vezes relacionadas a gênero e cuidado dos filhos, onde crianças migrantes requerem atenção especial em áreas como saúde, educação e proteção social (Bertoldo, 2018; Lira et al., 2019). Este fenômeno, tem início no período pós-2015 e revela uma mudança no perfil dos fluxos migratórios direcionados ao Brasil, agora marcados pela participação de mulheres e pela presença substancial de crianças e adolescentes, o que reflete tanto as transformações globais das migrações quanto as crises regionais que motivam famílias inteiras a se deslocarem em busca de segurança e melhores condições de vida.

No contexto brasileiro, essa transformação se tornou notória a partir de meados da década de 2010, quando o país passou a receber contingentes migratórios com presença significativamente maior de mulheres e também de crianças e adolescentes. Estudos sobre as migrações contemporâneas no Brasil apontam que, entre 2011 e 2020, ocorreu um acentuado processo de feminização das correntes migratórias: cada vez mais mulheres passaram a migrar para o Brasil, muitas vezes protagonizando esses fluxos e não raramente trazendo consigo seus filhos ou até migrando sozinhas com crianças.

Esse aumento da presença feminina e infantojuvenil está diretamente ligado às novas dinâmicas dos fluxos direcionados ao Brasil a partir de 2015. Dois grupos migratórios ilustram bem esse fenômeno. Primeiro, as imigrantes haitianas que, após o fluxo inicial masculino decorrente do

terremoto de 2010, passaram gradativamente a migrar em maior número, muitas reunindo suas famílias ou buscando oportunidades de forma autônoma. Em seguida, de forma mais marcante, veio o êxodo venezuelano, que se intensificou a partir de 2015 devido à grave crise socioeconômica na Venezuela. Esse fluxo venezuelano alcançou seu ápice em 2017 e tem se caracterizado por um perfil demográfico mais diversificado, incluindo numerosas mulheres, frequentemente jovens ou chefes de família, e um grande número de crianças e adolescentes refugiados. Essas populações venezuelanas, fugindo de uma crise humanitária, costumam migrar em núcleos familiares, o que explica a elevada proporção de crianças e adolescentes entre os solicitantes de refúgio no Brasil nos últimos anos.

As análises do Observatório das Migrações Internacionais evidenciam que, por volta de 2021, as mulheres já representavam quase metade de todos os imigrantes registrados no país, ao mesmo tempo em que se verificava um incremento contínuo na chegada de crianças e adolescentes migrantes e refugiados (OBMigra, 2021).

Esse, contudo, não é um fenômeno recente. A migração, em diversos momentos da história, sempre foi algo comum nas sociedades humanas. Os fluxos migratórios, sejam de indivíduos ou grupos, têm motivação diversa, incluindo questões econômicas, políticas, religiosas, ideológicas e ambientais. Segundo Câmara, Dutra e Cavalcanti (2018), ainda hoje, como em épocas passadas, uma das motivações do processo migratório que é considerada frequente entre nós, se resume à busca por melhores condições de vida em um país diferente do seu.

De todo modo, alguns conceitos precisam ser explicitados quando se visa a discussão dessa temática na atualidade. Entre eles, destaca-se o conceito de migrante, que é compreendido como alguém que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum, ou de seu local de nascimento, para outra cidade, região ou país. Em resumo, migrante é o termo associado às migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar, conforme a Organización Internacional para las Migraciones (OIM, 2019).

Outro conceito a ser considerado nessa discussão é o de refugiado. O Governo Federal, por meio da Lei nº 9.474, define o termo refugiado com base em três características: a) Quando devido a temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira se acolher à proteção de tal país; b) Caso não tenha nacionalidade e esteja fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das situações acima; c) Quando devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

Nesta pesquisa, foram utilizados os termos, migrante e refugiado, com suas definições. Quando esses status recaem sobre crianças e adolescentes, a ausência de um olhar atento à sua trajetória singular reforça o risco de invisibilidade, processo que, ao suprimir histórias, afetos e estratégias de enfrentamento, conduz à desumanização desses sujeitos (Moreira et al., 2013).

As vulnerabilidades emergem em três momentos inter-relacionados, a saber: Pré-migração: a exposição cumulativa a conflitos armados, perda de familiares e deslocamentos forçados gera elevada carga traumática que se traduz em prevalências expressivas de transtorno de estresse pós-traumático, depressão e ansiedade entre crianças refugiadas (Khosravi, 2024). Trânsito: estudos qualitativos com mulheres e seus filhos venezuelanos mostram que, durante a rota, são comuns violência física e sexual, xenofobia, extorsão e longos períodos sem alimentação ou abrigo, condições que agravam a insegurança material e emocional das famílias (Zaman et al., 2024). Pós-migração: já em território brasileiro, persistem barreiras linguísticas, discriminação institucional e precariedade socioeconômica que limitam o acesso à saúde, educação e proteção social, aumentando o estresse parental e prejudicando o cuidado responsivo necessário ao desenvolvimento infantil (Casacio et al., 2025).

Além disso, quando o acolhimento se dá em regime de detenção ou fechados, revisões sistemáticas reportam prevalências de depressão (68 %), ansiedade (54 %) e Transtorno de Estresse

Pós-Traumático (42%) entre jovens detidos, evidenciando o impacto adverso dessas políticas (Priestley et al., 2025). Reconhecer e mitigar essas adversidades em cada fase do percurso migratório é, portanto, condição indispensável para evitar que a invisibilidade despotencialize direitos e comprometa o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes migrantes e refugiados.

De um lado, o interesse pela temática que incluiu diferentes formas de vulnerabilidade e adversidades experimentadas por essas crianças e adolescentes, o que levou a doutoranda à curiosidade sobre os processos de resiliência construídos por eles particularmente quando em situação de refúgio ou migração e acolhimento. Por outro lado, o conceito de resiliência envolve processos de adaptação e superação que estão associados a outros, tais como a vulnerabilidade e a adversidade, o que caracteriza fortemente a situação de crianças e adolescentes refugiados. A resiliência torna-se, assim, um conceito associado e aplicado a muitos contextos marcados por vulnerabilidades, propiciando a construção de processos que, no caso da população de migrantes e refugiados, vão desde a saúde mental até a segurança nacional.

O ser humano vulnerável é aquele que, conforme conceito compartilhado pelas áreas da saúde e assistência social, não necessariamente sofrerá danos permanentemente, mas está a eles mais suscetível, uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social. Nestas condições, é difícil alcançar patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade por sua cidadania fragilizada (Guareschi, 2007; Raposo, 2009; & Fiorati, 2014). Deste modo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser apoiado, ao mesmo tempo, para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição. Assume-se, com base nesta última afirmação, que a vulnerabilidade não pode ser definida apenas como uma condição natural que impede contestações. Ao contrário, o

estado de vulnerabilidade associa situações e contextos individuais, mas sobretudo, coletivos, e a forma de lidar com estes.

Nessa direção, por resiliência, compreende-se o fenômeno de “superação de estresse e adversidades” (Rutter, 1999, p.119). Embora no início dos estudos sobre resiliência, a literatura tenha dado um enfoque muito grande às características pessoais dos indivíduos que favoreceriam a superação das adversidades (Yunes, 2006), atualmente se tem trabalhado com o entendimento de que esta refere-se a um processo dinâmico, resultante da interação do indivíduo com o seu ambiente. Mais especificamente, fala-se de um jogo entre fatores de risco e fatores de proteção.

Os fatores de risco relacionam-se a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes nos contextos, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais. Em contrapartida, os fatores de proteção dizem respeito às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de adaptação (Moraes & Koller, 2004).

Nesta pesquisa assume-se que o conceito de resiliência, fatores de risco e de proteção no desenvolvimento, devem ser aplicados no sentido de permitir uma compreensão mais abrangente da situação de migração e refúgio de crianças e adolescentes. Em parte, isso se deve ao fato de que há uma escassez de estudos que tratem de forma articulada os dois temas, e esta pesquisa pretende colaborar e estimular investigações nessa direção. Estudos recentes (Almeida, 2022; Cabral & Custódio, 2023; Silva, 2021) sobre a experiência do refúgio de crianças e adolescentes tendem a focar a questão da inclusão escolar ou a proteção social de forma geral, realçando aspectos relacionados à vulnerabilidade dessa população, mas, geralmente, priorizando a situação dos indivíduos adultos (Cabral, 2019) ou destacando a importância de se dar voz a crianças e adolescentes em espaços políticos (Martuscelli, 2014).

A trajetória do estudo da resiliência em contextos de migração e refúgio envolvendo crianças e adolescentes desenvolveu-se progressivamente, pautando-se inicialmente em abordagens ecológicas, multifatoriais e interseccionais. Os primeiros modelos internacionais apontavam para a relevância dos vínculos afetivos, da presença de adultos de referência e da construção de redes de

apoio social e institucional como elementos centrais para o enfrentamento das adversidades advindas do deslocamento forçado (Masten, 2001; Rutter, 2012; Ungar, 2013). Estudos de revisão destacaram que fatores de risco como traumas prévios à migração, rupturas familiares, discriminação, dificuldades linguísticas e contextos de exclusão podem impactar a saúde mental e o desenvolvimento de crianças refugiadas (Fazel et al., 2012; Betancourt et al., 2015). Ao mesmo tempo, a literatura passou a compreender resiliência como resultado dinâmico das interações entre sujeitos, contextos e políticas, reconhecendo a importância de ambientes acolhedores e do acesso a serviços básicos, como saúde e educação (Arakelyan & Ager, 2020; Scharpf et al., 2021). Em contexto nacional, as pesquisas salientam que o enfrentamento das vulnerabilidades exige atenção à singularidade das trajetórias migratórias, ressaltando os desafios impostos pela ausência de políticas públicas integradas, barreiras institucionais e a precarização do acesso a direitos fundamentais (Rozemberg, Avanci, Schenker, & Pires, 2014; Santos, Bazon, & Carvalho, 2017).

Com o avanço dos estudos na última década, tanto no cenário internacional quanto brasileiro, houve a ampliação do olhar sobre os fatores de risco e proteção que atravessam a experiência de crianças e adolescentes migrantes. Pesquisas recentes aprofundaram a compreensão das múltiplas vulnerabilidades associadas ao deslocamento, como a exposição à violência, a insegurança alimentar, a sobrecarga dos serviços de acolhimento e a ausência de redes sociais de apoio, fatores presentes em distintos contextos e que afetam em especial os grupos em situação de refúgio (Mattelin et al., 2022; Okoth & Otieno, 2021; Santos, Vilaça, Portugal, & Relvas, 2021).

Desse modo, destaca-se o papel da escola e dos profissionais da educação como mediadores do processo de integração, seja por meio de práticas pedagógicas inclusivas ou do fortalecimento de vínculos comunitários, conforme evidenciado por investigações realizadas tanto no Norte do Brasil quanto em países europeus e africanos (Baettker et al., 2024; Clefaude, 2021;

Nunes, 2022). O suporte institucional de ONGs e políticas públicas direcionadas para a infância migrante são reconhecidos como elementos de proteção, promovendo oportunidades para o desenvolvimento saudável, mesmo diante das adversidades (Pizzol et al., 2023).

A literatura destaca que, a promoção de resiliência depende de abordagens intersetoriais, políticas de integração e reconhecimento do protagonismo das crianças e adolescentes em suas trajetórias de adaptação e resistência (Chongo, 2022). Especificamente no Brasil e na Amazônia, observa-se que os processos de resiliência de crianças migrantes e refugiadas são atravessados por desafios complexos e regionais. Estudos brasileiros demonstram que fatores de risco como racismo, xenofobia, exclusão escolar, sobrecarga dos serviços públicos e ausência de políticas intersetoriais ainda constituem obstáculos relevantes à plena integração (Baettker et al., 2024; Chongo, 2022; Clefaude, 2021; Nunes, 2022; Rozemberg et al., 2014). Por outro lado, práticas inclusivas em escolas, envolvimento de ONGs, redes familiares e comunitárias, além da atuação de profissionais sensíveis às especificidades migratórias, são reconhecidos como mecanismos fundamentais para promoção da resiliência e proteção (Pizzol et al., 2023; Santos et al., 2021). Além disso, a literatura nacional tem destacado que, mesmo diante de adversidades e lacunas institucionais, crianças e adolescentes migrantes protagonizam estratégias de adaptação e construção de pertencimento, muitas vezes reinventando laços e espaços de convivência em meio à vulnerabilidade (Santos, Bazon, & Carvalho, 2017). Assim, a análise comparada entre estudos nacionais e internacionais revela convergências quanto à centralidade das redes de apoio, da escola e das políticas públicas, apontando a necessidade de abordagens territorializadas e sensíveis à diversidade cultural e histórica do contexto amazônico.

Justifica-se, assim, a escolha dessa temática para estudo, posto que é necessário dar visibilidade à forma como as crianças e adolescentes migrantes e refugiados têm vivido para além do estigma e da visão negativa e fatalista por meio das quais muitas vezes são representados, como seres capazes de construir processos de resiliência. Para tanto, descrevemos fatores de risco enfrentados por essas crianças e adolescentes, deu-se destaque para fatores que podem agir protetivamente, tais como o suporte social oferecido pelos serviços de acolhimento, o refúgio em

companhia de familiares, a inserção na escola, entre outros.

No contexto da migração forçada, a análise da resiliência, nesta pesquisa priorizou os processos vivenciados pelas crianças e adolescentes migrantes e refugiados. Embora a literatura reconheça a relevância do ambiente familiar no suporte ao enfrentamento das adversidades (Walsh, 2016; Fernandes, 2019), é fundamental destacar que a resiliência se manifesta, sobretudo, na capacidade de cada criança ou adolescente reinterpretar, atribuir significado e desenvolver estratégias para lidar com situações de sofrimento e ruptura (Yunes, 2003). A literatura especializada ressalta que os processos de resiliência entre crianças e adolescentes não são uniformes, ao contrário, expressam uma multiplicidade de respostas e adaptações que variam conforme os recursos individuais, as experiências prévias, os contextos institucionais e as oportunidades de acesso a redes de apoio (Ungar, 2015). O acolhimento, nesse cenário, pode tanto impor novos desafios quanto potencializar fatores de proteção ao criar condições para o fortalecimento de vínculos, a ampliação de repertórios emocionais e o exercício da autonomia progressiva (Silva & Nascimento, 2021).

Neste contexto, é necessário, portanto, adotar uma abordagem que valorize a singularidade de cada trajetória, reconhecendo o papel ativo de crianças e adolescentes na construção de sentidos sobre suas próprias histórias. Essa perspectiva pressupõe que a análise da resiliência considere as múltiplas dimensões envolvidas – subjetiva, relacional e contextual – sem restringi-la à dinâmica familiar, ainda que esta exerça papel relevante no processo (Ungar, 2015; Yunes, 2003).

A resiliência, nesse sentido, é compreendida como uma competência desenvolvida de forma interativa e situada, a partir da articulação entre vulnerabilidades e recursos disponíveis em diferentes esferas da vida cotidiana.

Assume-se que os estudos sobre os processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes refugiados surgem da necessidade de compreensão para além do foco nas adversidades, mas sim pela procura de estratégias e recursos utilizados por estes indivíduos para lidar com elas. A constatação de que a aproximação entre essas realidades e esses conceitos, foi ao encontro dos novos desafios e inquietações postos ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na área do desenvolvimento humano. Tais motivações reforçam a importância de investigações como as que têm sido realizadas pela Prof^a. Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, entre outros docentes e discentes que nele atuam, realizando pesquisas com direcionamento ao acolhimento como forma medida sociojurídica de proteção e como contexto de desenvolvimento humano, numa perspectiva que articula diferentes sistemas ecológicos (família, serviço de acolhimento, governos, poderes públicos, entre outros)

Diante dessas considerações iniciais, acredita-se que a tese aqui apresentada deverá trazer elementos teórico-práticos capazes de dar respostas aos dilemas e enfrentamentos no atendimento de crianças e adolescentes migrantes e refugiados em serviços de acolhimento e equipamentos de proteção social.

Por este motivo, a pesquisa trabalhou com base na teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposto por Bronfenbrenner, que constitui uma abordagem teórica que compreende o desenvolvimento das pessoas como resultado de interações dinâmicas entre fatores individuais e múltiplos sistemas ambientais que se inter-relacionam ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 1996; Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de migração e refúgio, não pode ser entendido isoladamente, e, sim como fruto de processos interativos que ocorrem em diferentes níveis do ambiente. A Teoria propõe quatro componentes fundamentais, conhecidos como Processo, Pessoa, Contexto e Tempo, que organizam as influências sobre o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2011). Os processos proximais, isto é, as interações cotidianas mais próximas e frequentes que a criança vivencia, como relações

familiares, escolares e comunitárias, representam o principal motor do desenvolvimento e estão inseridos no chamado microsistema. O microsistema refere-se aos ambientes imediatos da criança, como a família e a escola; o mesossistema corresponde à interação entre esses ambientes; o exossistema engloba contextos que influenciam indiretamente a vida da criança, como o trabalho dos pais; e o macrosistema refere-se aos valores culturais, políticas e estruturas sociais mais amplas que moldam, os demais sistemas (Arakelyan & Ager, 2020; Santos et al., 2021).

Articulou-se a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o estudo multicêntrico de Michael Ungar e colaboradores, realizado em 11 países, que afirma que a resiliência na infância e adolescência emerge quando meninas e meninos navegam e negociam recursos distribuídos em sete domínios que operam em tensão, porque nem sempre caminham na mesma direção e exigem escolhas/contextualizações. Esses domínios são: acesso a recursos materiais; relacionamentos; identidade; coesão; poder e controle; justiça social e adesão cultural (Ungar, 2007).

Ao aplicar a teoria ao contexto de crianças e adolescentes migrantes e refugiados, é possível compreender que os processos de resiliência não emergem apenas das características individuais, mas resultam da complexa rede de relações estabelecidas entre os diversos sistemas ecológicos. A literatura evidencia que fatores de proteção, como o acesso a serviços de saúde, redes de apoio social e políticas públicas sensíveis à infância migrante, atuam como elementos facilitadores para a promoção do desenvolvimento saudável, mesmo em contextos marcados por adversidades (Betancourt et al., 2015; Rozemberg et al., 2014).

Desse modo, a resiliência pode ser entendida como a capacidade de superar ou se adaptar positivamente diante das adversidades, um fenômeno que emerge das interações contínuas entre o sujeito e os ambientes nos quais está inserido ao longo do tempo. Assim, é a articulação entre processos proximais – como vínculos afetivos seguros e fatores contextuais – como suporte

institucional e políticas sociais, que potencializam respostas adaptativas e o fortalecimento do desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de migração e refúgio (Arakelyan & Ager, 2020; Betancourt et al., 2015; Santos et al., 2021).

Em razão disso, foram levantadas pesquisas empíricas acerca do desenvolvimento humano em situação de vulnerabilidade, no sentido de contribuir com as discussões sociais, políticas históricas e culturais sobre os processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes refugiados. Espera-se que os resultados, coletados nesta tese, colaborem para o aprimoramento das práticas de acolhimento e de proteção social, promovendo integração mais efetiva e condições dignas para migrantes e refugiados no Brasil. O propósito é suscitar reflexões no campo acadêmico e, sobretudo, nos espaços de cuidado coletivo, fomentando mudanças nos modos de fazer e subsidiando ações voltadas ao desenvolvimento saudável das crianças e, na promoção de capacitações e formações dirigidas à rede de atendimento que acompanha crianças e adolescentes migrantes e refugiados e suas famílias, oferecendo referenciais técnicos que fortaleçam o fazer profissional.

Entende-se que a compreensão desses processos e como eles estão presentes entre crianças e adolescentes refugiados e atendidos em serviços de acolhimento, pode ajudar a fomentar a implantação de políticas inclusivas, programas e investimentos efetivos na área da educação, de saúde e assistência social para essa população em particular condição de vulnerabilidade.

Esta tese está dividida em cinco seções principais. A primeira seção diz respeito ao referencial teórico adotado nesta pesquisa, sendo organizado de acordo com os seguintes tópicos 1) O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos históricos e legais; 2) A realidade da criança e do adolescente migrante e refugiado; 3) Contextos ecológicos nos processos de resiliência em crianças e adolescentes refugiados: Fatores de risco e de proteção. A segunda seção refere-se aos objetivos da pesquisa, sendo o objetivo principal investigar processos de resiliência em crianças e adolescentes refugiados na Amazônia, no contexto do acolhimento institucional e de equipamento de proteção social, e os fatores de risco e de proteção em seu desenvolvimento e

objetivos específicos 1) Caracterizar o perfil biopsicossocial das crianças e adolescentes acolhidos nesses espaços. Nos anos de 2018-2024 2) Caracterizar o perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas em espaço de acolhimento e das famílias atendidas em equipamento de proteção social 3) Compreender as percepções de técnicos de instituições de proteção social sobre a trajetória de migração e refúgio de crianças e adolescentes; 4) Analisar fatores de risco e de proteção nos processos de resiliência vivenciados entre as crianças e os adolescentes migrantes e refugiados. A terceira, quarta e quinta seções contemplam o percurso metodológico, os resultados e discussão e as considerações finais.

INTRODUÇÃO

Sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos históricos e legais

Nem sempre houve preocupação com a excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento de crianças e adolescentes. No Brasil, em especial, a cultura da institucionalização que prevaleceu desde o século XVI, gerou isolamento social, exclusão e preconceito. Ao recolher crianças e adolescentes considerados desvalidos e em situação irregular, as instituições asilares acabavam por apartá-los da sociedade, da família de origem e da comunidade local. A presença deles era considerada prejudicial para o convívio nessas esferas da vida social (Cruz, 2019).

O antigo orfanato para crianças em situação irregular era a solução para que esta realidade não fosse exposta à sociedade de forma direta. A grande mudança que inicia no tempo dos antigos orfanatos para os atuais serviços de acolhimento, surge com as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo o acolhimento considerado de caráter excepcional e provisório que visa garantir os direitos da criança e do adolescente, quando os mesmos foram ameaçados ou violados.

Com a criação do ECA, lançou-se um novo olhar para a situação de crianças e adolescentes. Com ele, o termo orfanato foi substituído por abrigo, que passou a ser utilizado como sinônimo de instituição feita para acolher e proteger. Seus princípios inspiram modalidades de atendimento, o que inclui o Abrigo Institucional e a Casa Lar, por exemplo. O primeiro consiste em abrigar crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, atendendo as suas necessidades básicas, mas com um número elevado deles por cuidador. Já a Casa Lar, além de oferecer os cuidados diários e necessidades básicas, apresenta um convívio familiar substituto, com mãe social, possuindo apenas dez abrigados por unidade (Prada & Weber, 2006). Conforme a Lei nº 7.644 de 1987, a mãe social é aquela que, dedicando-se à assistência a crianças e adolescentes, exerça o encargo em nível social dentro do sistema de casas-lares.

O ECA traz consigo o respeito e a valorização de crianças e adolescentes inscritos em

diversos contextos, inclusive aqueles marcados por vulnerabilidades. Estes conceitos tornaram-se mais intensos e visíveis, pois passaram a dispor de proteção integral, com vistas a promover e garantir os direitos pertinentes a todo ser humano, em respeito ao seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, (Brasil,1990). De acordo com o ECA, no Brasil, o acolhimento é considerado uma medida provisória e excepcional, utilizada apenas quando há privação dos princípios fundamentais do ser humano, como direito a vida e a saúde; liberdade, respeito, dignidade; convivência familiar e comunitária. A afirmação da excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento institucional e da suspensão do poder familiar objetiva a superação de outra prática histórica de assistência social no Brasil, qual seja, a institucionalização das crianças e dos adolescentes até que atingissem a maioridade civil, quando ficavam apartadas do convívio familiar e comunitário, como relata Rizzini (2021).

No que concerne à questão do cuidado nos chamados abrigos, autores que trabalham com essa temática(Cavalcante, 2021; Cruz, 2019; Prada & Weber, 2006) recomendam como prevê a legislação atual o uso do termo acolhimento institucional. Silva e Aquino (2005, p.186) salientam que os abrigos “são instituições responsáveis pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos não atendidos ou violados”. Por sua vez, o acolhimento institucional passa a ser reconhecido como um serviço socioassistencial que visa a proteção, em caráter excepcional e provisório, de crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, na medida em que são vistos como sujeitos de direitos e usuários desses serviços em caráter excepcional e provisório (CONANDA/CNAS, 2008).

A consolidação dos serviços de acolhimento institucional no Brasil representa uma ruptura importante com o modelo dos antigos abrigos, que, historicamente, reproduziam práticas assistencialistas e desconsideravam a centralidade do direito à convivência familiar e comunitária.

Nesse sentido, a prática nos serviços de acolhimento configura-se como uma alternativa que busca garantir a proteção integral, respeitando a individualidade, os vínculos afetivos e a história de vida de cada criança e adolescente. Essa mudança de paradigma está fundamentada nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e nas orientações da Política Nacional de Assistência Social, que reforçam a necessidade de estratégias que priorizem o retorno à família de origem ou, quando isso não for possível, a inserção em família substituta, sempre com vistas ao desenvolvimento saudável e à preservação de vínculos significativos. Entende-se hoje que tais serviços implementam uma importante medida de proteção, que procura atender as necessidades e o direito de crianças e adolescentes conviverem no seio de uma família, qualquer que seja a sua configuração, além de estabelecerem relações com a comunidade à sua volta e não apenas com seus familiares mais próximos (Cruz, 2019).

Assim, o acolhimento institucional envolve um espaço que é visto como um serviço destinado à proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, podendo ser uma casa para se estar em caráter provisório, mas que deve proporcionar a cada um deles condições residenciais com envolvimento à vida na comunidade, o que inclui passeios em praias, parques, clubes, proporcionando momentos de lazer, interação saúde e esporte (Cruz et al., 2016; Nunes et al., 2010).

A organização de passeios pelos serviços de acolhimento é um aspecto positivo dentro de suas atividades e que se distancia da antiga concepção de isolamento e exclusão social trazida pela institucionalização de crianças e adolescentes que eram tidos como de risco e impedidos de viver em comunidade (Cruz et al, 2016).

Em estudo, Cruz (2019) ouviu adolescentes em acolhimento institucional e analisou as imagens sociais atribuídas a eles, demonstrando suas implicações para a efetivação do direito à convivência comunitária. A autora identificou que embora a convivência comunitária seja apresentada como um direito fundamental estreitamente ligado ao contexto familiar, onde a família surge como foco central de atenção para a garantia da convivência comunitária e a provisoriedade do serviço, também é frágil a relação entre os serviços de acolhimento institucional e a vizinhança.

Esta situação reforça imagens sociais negativas sobre os adolescentes e as instituições que os acolhem e dificulta o exercício da convivência comunitária entre os acolhidos e sua vizinhança.

Nesse contexto, considera-se ser necessário investir na construção de estratégias que desenvolvam e fortaleçam a convivência comunitária entre os adolescentes e a rede de apoio social na comunidade, assim como se pensa a convivência familiar. Tais direitos são fundamentais e devem estar na base da proteção integral a populações específicas, como é o caso dos migrantes e refugiados, da população LGBT+, entre outras.

Neste contexto, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, que repercute em ações municipais e estaduais – através da elaboração dos Planos Estaduais de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), reconhece a família como um ambiente de excelência para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Assim busca fortalecer e/ou resgatar os vínculos familiares e comunitários de origem. Procura valorizar a família através da articulação e reformulação de políticas que visem estabelecer a convivência familiar e comunitária. O Plano trata temas como valorização da família através de políticas de apoio sócio-familiar, reordenamento dos abrigos, implementação de famílias acolhedoras e adoção centrada nos interesses das crianças e dos adolescentes. A inovação trazida pelo PNCFC é a questão da implementação do Programa de Famílias Acolhedoras, que conceitua a família acolhedora como uma família de caráter provisório, onde as crianças e adolescentes que não possam permanecer em suas famílias de origem, por motivos de abandono, maus tratos, violência doméstica, abuso e exploração sexual, entre outros, devem ser encaminhados a essas famílias, que passarão por um processo de cadastramento, seleção e capacitação, além do acompanhamento e supervisão. As famílias acolhedoras receberão um recurso financeiro que devem ser destinados exclusivamente aos gastos com a criança ou adolescente.

Em 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, IPEA, que tem como missão aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas, divulgou o relatório sobre o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades – Família Acolhedora e Repúblicas (2010-2018) que tem como objetivo analisar a situação atual e a trajetória dos serviços socioassistenciais de acolhimento voltados para crianças e adolescentes e para os jovens que atingem a maioridade nesses serviços. Os serviços de acolhimento institucional (SAIs), família acolhedora e de repúblicas são ofertados, financiados, regulados e executados no âmbito da política de assistência social. Os dois primeiros atendem a crianças e adolescentes que tiveram direitos ameaçados ou violados e que estão sob medida protetiva de acolhimento, aplicada por autoridade judiciária em casos nos quais as famílias/responsáveis se encontrem temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. O serviço de repúblicas, por sua vez, abrange grupos de jovens que foram desligados dos serviços de acolhimento por terem alcançado a maioridade.

Observa-se, no relatório, que a ampla cobertura populacional não impede que a disponibilidade do serviço de acolhimento siga como exceção nos municípios de menor porte. A maior parte dos 3.560 municípios que não possuíam oferta alguma em 2018 é de pequeno porte I (86,0%) e II (12,8%), sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, mesmo que estas tenham sido regiões nos quais mais se expandiu o número de acolhidos e de vagas entre 2010 e 2018. Apontar estratégias para fazer chegar a oferta aos 19,7% da população que residem nesses pequenos municípios é, deste modo, um dos desafios que a atualização do PNCFC deve contemplar, conforme o Ipea (2021).

Em relação ao perfil dos acolhidos em 2018, foram identificados nesse estudo 31,7 mil crianças e adolescentes afastados do convívio familiar sob medida de proteção de acolhimento, sendo que dois em cada três deles viviam nos serviços ofertados nas regiões Sudeste e Sul. Destes, observa-se uma recente trajetória de crescimento da parcela de meninas entre os acolhidos (50,3%), sendo que, em 2018, elas superaram o total de meninos (49,6%) nos serviços de acolhimento para

crianças e adolescentes. Isso ocorreu sobretudo pela maior ampliação relativa de adolescentes do sexo feminino, que, desde 2016, já são maioria para a faixa etária de 12 a 15 anos. Sugere-se estar em curso uma inflexão nas estatísticas dessa população que, em anos anteriores, trazia a presença majoritária de adolescentes do sexo masculino. Embora os dados disponíveis não permitam entender as razões para o aumento relativo das meninas acolhidas, cabe atentar para a eventual necessidade de adequação dos serviços para atendimento de um público majoritariamente feminino.

Mais da metade dos acolhidos tinha entre 6 e 15 anos de idade em 2018, segundo dados do IPEA (2021) Apesar dessa medida protetiva ser aplicável apenas para a população até 17 anos, havia 538 jovens de 18 a 21 anos acolhidos – os quais já deveriam ter sido transferidos para os serviços de repúblicas – e 729 pessoas maiores de 22 anos, que, provavelmente, eram adultos sem vínculos familiares e sem perspectivas de ganharem autonomia para uma vida fora da instituição (por exemplo, caso de pessoas com deficiência física ou intelectual severa).

Neste prisma, o Pacto Nacional pela primeira infância foi firmado em de junho de 2019 e envolveu as seguintes entidades Conselho Nacional de Justiça, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, o Conselho Nacional do Ministério Público, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Cidadania, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a Controladoria-Geral da União, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais. Este visa a realização de estudo para o aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção do interesse das crianças na primeira infância (CNJ, 2022 p. 17), em diferentes contextos e situações de vulnerabilidade

Este estudo para o aprimoramento das ações e estratégias à proteção na primeira infância, buscou entender os diversos cenários e motivos que envolvem o acolhimento de crianças na

primeira infância entre os cinco e seis anos, nos anos de 2019 e 2020, conforme demonstra o Diagnóstico da Situação de Atenção à Primeira Infância no Sistema de Justiça, sobre Unidades de Acolhimento e Famílias acolhedoras definidos como o quarto eixo no Pacto Nacional pela Primeira Infância do Conselho Nacional de Justiça. O relatório de 2022, demonstra que, em relação ao primeiro dado disponível no sistema remonta aos anos 2000 e registra a circulação de 230.715 crianças, segundo os registros do Sistema Nacional de Adoção/SNA, em instituições de acolhimento ou famílias acolhedoras no país. Destas, 29.555 encontravam-se em acolhimento no momento desta extração e 210.740 haviam sido acolhidas e posteriormente tiveram o registro de acolhimento inativado (CNJ, 2022, p. 163).

Em relação à presença de crianças estrangeiras nesses atendimentos, o relatório aponta que o quantitativo de crianças em acolhimento de acordo com o país de origem, para os anos de 2019 e 2020. Observa-se o aumento expressivo do quantitativo de crianças estrangeiras em unidades de acolhimento institucional em 2020, havendo predominância de crianças oriundas da América do Sul, sobretudo da Venezuela, Paraguai e Bolívia (CNJ, 2022).

No ano seguinte, em 2021, houve um expressivo aumento de crianças originárias do Haiti, Paraguai, Venezuela e Bolívia. Segundo o relatório, a concentração das crianças se dá na faixa etária de 12 a 18 anos. Sendo que, do total de 261 crianças estrangeiras em acolhimento institucional em 2020, 53 (20%) estavam na primeira infância, sendo majoritariamente do sexo feminino. Estes dados, trazidos no relatório de Diagnóstico da Situação de Atenção à Primeira Infância no Sistema de Justiça sobre Unidades de Acolhimento e Famílias Acolhedoras sugerem estudos mais aprofundados sobre os contextos destes países de origem e a capacidade de oferta de acolhimento apropriado às peculiaridades culturais destas crianças no Brasil.

Nesse prisma, a articulação entre o Estado e a Sociedade são fundamentais no fomento de ações que auxiliem e possibilitem que essas famílias, sejam elas nacionais ou estrangeiras, tenham condições de exercer o cuidado de seus membros e superar as condições que levaram os seus filhos à medida protetiva de acolhimento.

Esse olhar encontra ressonância com a perspectiva teórico-metodológica sistêmica de

atuação, pois, segundo Coelho (2010), permite focalizar as relações da família com outros sistemas mais amplos, como a rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, sendo interessante notar que a situação de migração e refúgio nos dias atuais aviva a complexidade desses contextos ecológicos de desenvolvimento humano e requer formas mais elaboradas de compreensão das suas conexões sociais, políticas, culturais, entre outras.

A realidade da criança e do adolescente migrante e refugiado

É de conhecimento hoje que qualquer criança e adolescente possui necessidades específicas, próprias da infância e da adolescência, e que o Estado Democrático de Direito costuma assentar em seus ordenamentos jurídicos uma definição de proteção especial a esses sujeitos por sua condição peculiar de desenvolvimento. Em condições ecológicas consideradas adequadas, crianças e adolescentes como seres em condição peculiar de desenvolvimento, já apresentam suscetibilidades importantes de serem consideradas na promoção do seu desenvolvimento e garantia de direitos.

Dessa maneira, diz-se que não há dúvidas quanto à existência de uma vulnerabilidade que é inerente à própria condição da criança e do adolescente neste ciclo desenvolvimental. Isso se justifica porque a definição de vulnerabilidade alude aos conceitos de fragilidade e dependência, que estão intrinsecamente relacionados às crianças e adolescentes. Nessa direção, em razão de crianças e adolescentes estarem formando de modo peculiar suas aptidões e personalidades, a proteção dos seus direitos fundamentais exige uma atenção e adequação especiais, isto é, uma estrutura especificamente voltada para eles, a fim de se garantir o mínimo necessário e imprescindível, que é o próprio escopo da noção de personalidade (Machado, 2003, p. 116).

Entende-se que o primeiro desafio colocado nos dias atuais é saber quantos e quem são as crianças e adolescentes migrantes e refugiados, que vivem a experiência do deslocamento (forçado

ou não) e do pedido de acolhida em outro país, ao longo da última década, especialmente.

Dados apontados pelo relatório intitulado *Desenraizados: a crescente crise de crianças refugiadas e migrantes*, do Fundo das Nações Unidas para a Infância, revelou que cada vez mais crianças atravessam as fronteiras por conta própria, sendo configuradas como crianças desacompanhadas. Em 2015, mais de 100 mil crianças desacompanhadas pediram asilo em 78 países, o triplo do número de 2014 (UNICEF, 2016). Em 2018, cerca de 80 milhões de crianças em todo o mundo viviam como refugiadas, migrantes ou deslocadas internas (em seus próprios países). Dessas, estimava-se que 38 milhões migraram em virtude da violência e de conflitos armados, representando o dobro de crianças refugiadas em comparação com a última década. Outras 42 milhões deixaram suas casas em virtude da extrema pobreza ou devido à violência por parte de grupos criminosos (UNICEF, 2018).

De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais e Divisão de População Migrantes Internacionais das Nações Unidas (Un Desa), em 2019, aproximadamente 14% dos migrantes internacionais e refugiados no mundo eram pessoas de zero a dezenove anos. No Brasil, em 1990, pessoas de zero a dezenove anos representavam 5,5% do total de migrantes e refugiados no país e, em 2019, essa proporção atingiu os 15,9%. Os dados apresentados pelo Departamento, no mesmo ano, contabilizam 128.537 pessoas nessa faixa etária, sendo que 39,1% destas estão entre zero e nove anos, enquanto que 60,9%, variam de dez a dezenove anos (Un Desa, 2019).

Em outro levantamento feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 2021, estimou-se que 35,5 milhões de crianças abaixo de 18 anos viviam fora de seus países de nascimento. Dentre elas estavam refugiados, solicitantes de asilo e migrantes internacionais, sendo quase metade deste total formado por meninas. Os dados mostram que, no final de 2020, 10 milhões de crianças e adolescentes encontravam-se deslocados entre fronteiras, a maioria em busca de refúgio por causa de conflitos e guerras. Esta população apresenta uma forma singular de lidar com as experiências havidas nos contextos migratórios pela sua condição peculiar de desenvolvimento, como prevê a legislação vigente, sendo importante conferir especial atenção ao fato de que isso os coloca em uma situação agravada de vulnerabilidade e os deixa expostos a certos

riscos e violações de seus direitos, quando comparados a outros grupos etários. Nos deslocamentos forçados e indocumentados, crianças e adolescentes são ainda mais vulnerabilizados: vivenciam os desgastes das viagens, fome e sede, os riscos das violências físicas, abusos e explorações de toda sorte (Custódio & Cabral, 2021).

Um conjunto de estudos publicados recentemente permitem construir um panorama da situação que envolve essa população em diferentes continentes e países. Nota-se, com base nos dados divulgados que o refúgio de crianças e adolescentes têm causas multidimensionais. Diversos fatores podem compelir às crianças e adolescentes e/ou às famílias a se refugiarem: perseguição, conflito, desastres naturais, crises humanitárias ou tráfico de pessoas em diversas formas e contextos, incluindo venda de crianças. No refúgio de crianças e adolescentes, fatores como desenvolvimento socioeconômico, acesso a serviços e bens e fatores subjetivos, individuais, afetivos devem ser levados em consideração e podem ter um papel decisivo para uma criança refugiar-se.

Outrossim, estudos (Custódio & Cabral, 2021) mostram que muitas crianças e adolescentes se refugiam desacompanhadas (sem a presença de um adulto responsável) ou acompanhadas de pelo menos um dos seus pais, parente ou conhecido que não têm poder familiar ou representação legal sobre ela. Ou seja, são crianças e adolescentes que foram separados dos seus pais ou família de origem. Ao mesmo tempo, muitas crianças e adolescentes se refugiam por uma decisão familiar, e a experiência do deslocamento acaba por significar luto, ruptura profunda com o universo que elas conheciam melhor. Ademais, deve-se considerar as singularidades de suas experiências nos contextos de refúgio, com especial atenção ao fato de estarem desproporcionalmente vulneráveis a certos riscos e violações de seus direitos.

Um estudo sobre política de integração realizada com migrantes e refugiados em trabalho

intercultural na República Checa, realizado em 2021, aborda a política de integração destinada exclusivamente aos migrantes e refugiados, onde são delineados duas dimensões de políticas de integração, a estrutural, que dá acesso às instituições-chaves da sociedade e acolhimento e inclui: o mercado de trabalho, o empreendedorismo étnico e as políticas de auto-emprego, educação, saúde e habitação; a cultural que dá acesso à cultura e ao meio social sem a renúncia da cultura de origem e envolve: cursos de línguas, promoção da cultura do migrante e apoio às práticas religiosas e esportivas.

Embora haja grande harmonia dos sistemas de acolhimento e migração dos países que compõem a União Europeia-UE, quando se refere à integração de estrangeiros, esta ação permanece sob a jurisdição de cada país-membro (Dohnalová, 2021). Na República Checa, por sua vez, a política de integração para migrantes e refugiados é diferente da que é destinada aos cidadãos da UE e seus familiares. A legislação de integração para estrangeiros é limitada e para migrantes em situação irregular, não existe nenhum tipo de medida. A autora reforça que as medidas de integração, são construídas em base voluntária de participação (Dohnalová, 2021).

Ainda sobre a adaptação de refugiados em país de acolhimento, Viktorovna, Alexandrovna, Olegovna e Vladimirovna realizaram, em 2021, estudo sobre a adaptação de indivíduos vindos do Sudeste da Ucrânia para a Rússia moderna e o nível de proteção social recebida por eles e suas famílias com intuito de identificar os problemas e contradições para, no futuro, auxiliar, por meio de um manual, os profissionais que realizarão a proteção social no país. As autoras investigaram, entre outros temas, os problemas de aculturação de migrantes e imigrantes refugiados; seus problemas e expectativas; a identificação de barreiras e riscos na adaptação dos migrantes e formas de superá-los.

Ademais, um dos principais problemas discutidos na literatura russa sobre a análise e generalização da prática de adaptação de pessoas deslocadas internamente do Sudeste da Ucrânia é o problema do estatuto jurídico (Kapitsyn, 2019; Kuznetsova, 2018; Ryazantsev & Skorobogatova, 2016). Estes autores observaram que a Rússia ainda não desenvolveu um conceito cientificamente fundamentado de trabalho com imigrantes refugiados, existem deficiências significativas no apoio

jurídico, as formas institucionais não estão suficientemente desenvolvidas. Há falta de recursos para uma gestão de casos cujas dificuldades são principalmente operacionais.

Embora alguns refugiados aguardem a morosidade do Estado russo, a grande maioria depende diretamente da sua própria força e capacidade de trabalhar e atender às suas necessidades e de sua família. Há contradições entre o ato de receber refugiados e prestar o apoio necessário que as pessoas deslocadas devem receber em seu local de destino, principalmente no que se refere a recursos para se manter no local que os acolhe. Os recursos oferecidos se mostraram fragmentados e insuficientes. São pessoas que passaram por provações e choques muito sérios e merecem um atendimento efetivo (Alexandrovna; Olegovna; Viktorovna; & Vladimirovna, 2021).

Como exemplo, temos um estudo, realizado em 2019, sobre parentalidade de pais eritreus refugiados que foram acolhidos na Dinamarca. A Eritreia que está localizada na região conhecida por Chifre da África, e seu território limita-se com Djibouti (ao sul), Etiópia (a oeste) e Sudão (a noroeste), além de ser banhado pelo mar Vermelho (a leste). Sua posição geográfica é de grande importância, pois localiza-se no estreito de Bab el Mandeb, ponto de passagem entre o Canal de Suez e o oceano Índico. O país foi criado pela Itália em 1º de janeiro de 1890, sendo ocupado pelos italianos até 1941. Posteriormente, a Eritreia ficou sob domínio britânico (1941-1952). A Organização das Nações Unidas (ONU), em 1952, concedeu autonomia ao país, que se federou com a Etiópia. Em 1993 a Eritreia obteve sua independência, tornando-se o país mais jovem da África.

A Eritreia foi palco de uma guerra que se prolongou por mais de 30 anos com a Etiópia e que devastou o país, deixando aproximadamente 100 mil mortos e 350 mil refugiados. Os dois países travaram outro confronto em 1998 disputando áreas fronteiriças, e chegaram a um acordo de paz em 2000. Neste estudo, Joubert (2019), quis identificar a experiência de pais eritreus, onde as ameaças existenciais que motivaram a sua migração original como refugiados foram substituídas

por desafios que, entre outros, estão relacionados com a parentalidade e de como os pais eritreus criam os seus filhos num novo país. Sendo a parentalidade aqui, entendida como a relação de cuidado, em que os adultos atendem às necessidades da criança de forma responsiva e afetiva (Barreto, 2013).

Durante esse estudo com os pais eritreus, os temas que se destacaram estão relacionados com a perda da religião e da língua eritreia pelos seus filhos. Os refugiados eritreus enfrentam grandes dificuldades ao tentarem estabelecer-se na Dinamarca, entre as quais, o longo tempo de espera após a apresentação de um pedido e, subsequentemente, a rejeição do reagrupamento conjugal ou familiar, por questões documentais, além dos desafios sociais e emocionais, apesar do apoio oferecido pelo país. Esse estudo de Joubert (2019) com pais eritreus, identificou uma lacuna no que se refere à experiência parental dos refugiados, apesar do reconhecimento de que as famílias refugiadas com crianças enfrentam múltiplas dificuldades e necessitam de apoio especializado (Bornstein, 2012; De Haan, 2011).

Para Joubert (2019), a integração é considerada um processo bidirecional e só pode ser prosseguida com sucesso pelos migrantes quando a sociedade de acolhimento é aberta e inclusiva na sua orientação para a diversidade cultural. O estudo identificou ainda que os pais procuram manter/repassar a cultura e tradição eritreia aos filhos, seja através do idioma, da escrita e de histórias sobre o seu país de origem, ao mesmo tempo em que tentam integrá-los à cultura local e ressaltar as diferenças culturais, como forma de fazê-los viver na nova sociedade e respeitar o país em que vivem.

Ainda durante o estudo Joubert (2019) indica que os desafios comuns nas experiências parentais incluíram mudanças nos papéis de gênero, passagem de uma sociedade coletivista para uma sociedade individualista, perda de estabilidade e falta de entes queridos. Os pais experimentaram diferenças na sociedade dinamarquesa em comparação com o que se encontra na Eritreia. Essas diferenças recaem principalmente nos domínios sociais, culturais e linguísticos e influenciam na relação dos pais com seus filhos menores e destes com o novo local de acolhimento.

Nessa direção, na Rússia, em 2021, um estudo (Suslova, Starovoitova, & Demidova, 2021)

sobre as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes refugiadas, abordando além da adaptação destes aos locais que os acolheram, aponta sobretudo as dificuldades relacionada à sua saúde mental, que identifica os fatores externos e internos que dificultam os problemas que os filhos de refugiados enfrentam no processo de adaptação sociopsicológica às condições de vida no país de acolhimento, onde se inclui o exemplo brasileiro.

Os estudos sobre crianças refugiadas realizados na Dinamarca e na Rússia abordam experiências de crianças e adolescentes em situação de migração forçada, porém, não se referem ao acolhimento institucional nos moldes previstos pela legislação brasileira. Nesses trabalhos, o foco recai sobre os desafios enfrentados no processo de adaptação a um novo país, incluindo barreiras linguísticas, culturais e sociais, bem como as estratégias de resiliência desenvolvidas por essas crianças em contextos familiares ou comunitários, e não em instituições de acolhimento. É importante ressaltar que, nesses países, a maioria das crianças refugiadas permanece sob os cuidados de seus familiares ou em comunidades de acolhida, diferente do que ocorre em situações de acolhimento institucional, em que há afastamento do núcleo familiar. Assim, ao discutir tais pesquisas, deve-se considerar que as análises tratam de crianças migrantes e refugiadas inseridas em dinâmicas sociais diversas, mas não em contexto de acolhimento institucional.

Em contexto nacional, também cresce o número de espaços e casas de acolhimento que recebem crianças e adolescentes refugiados, ou seja, aqueles que deixaram seu país por fuga de um governo ditatorial, guerra, e a procura por condições dignas de vida nos países vizinhos, como é o caso dos venezuelanos que buscam por refúgio no Brasil (Silva, 2022).

No entanto, embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça a vulnerabilidade e consequente necessidade de proteção e assistência especial a crianças e adolescentes, aquelas ações que são pautadas pelo princípio do melhor interesse da criança e do adolescente migrante ou

refugiado não são identificadas de modo preciso.

Neste cenário, assume-se que a compreensão da situação atual de crianças e adolescentes migrantes e refugiados em relação às vulnerabilidades experienciadas e aos processos de resiliência vividos por eles, demandam estudos mais apurados e específicos, uma vez que, ao menos no Brasil, este tema tem sido pouco pesquisado. Esta problemática parece ser uma discussão recente (Alvarenga, 2021; Conzatti & Mosmann, 2014; Fernandes, 2019; Pessoa, 2022), embora a quantidade de crianças e adolescentes nessas circunstâncias venha se ampliando a cada ano.

A população migrante vivendo no Brasil, segundo a Polícia Federal, até novembro de 2019, somava 1,5 milhão de migrantes com registro ativo (detentores de visto ou autorização de residência vigentes). Este valor corresponde a aproximadamente 0,7% da população brasileira. Estima-se que, em 2019, havia 272 milhões de migrantes internacionais no mundo, o que equivale a 3,5% da população total (World Migration Report, 2020).

Além dos migrantes haitianos que intensificaram sua chegada no Brasil, entre 2010 e 2015, entrando especialmente pela fronteira norte do país, a partir de 2017, por causa da turbulência política e econômica da Venezuela, assistiu-se a um intenso fluxo migratório vindo de lá. Assim, muitos venezuelanos deram entrada no Brasil especialmente pelos estados de Roraima e Amazonas. Para garantir o atendimento humanitário a esses migrantes e refugiados provenientes da Venezuela foi criada, em 2018, a Operação Acolhida.

Essa é uma operação humanitária liderada pelo governo federal, envolvendo as Forças Armadas, com o apoio das esferas estadual e municipal, agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil. Seu objetivo é dar assistência emergencial aos venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima por conta da reconhecida crise humanitária naquele país.

As ações dessa operação estão estruturadas em torno de três eixos: a) Ordenamento da fronteira: envolve a recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem dos refugiados e migrantes venezuelanos; b) Acolhimento: envolve a oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; c) Interiorização: desloca refugiados e migrantes venezuelanos, acolhidos em Roraima, para outros estados brasileiros com o objetivo de oferecer

mais oportunidades de inserção socioeconômica a essas pessoas e diminuir a pressão sobre os serviços públicos naquele território.

Dessa forma, nota-se que a porta de entrada para os migrantes e refugiados na Amazônia se dá comumente pelos Estados de Roraima, Amazonas e Pará, associados à ação articulada de interiorização na região. Contudo, as características dos fluxos migratórios implicados começaram a ser investigadas de forma sistemática mais recentemente, sendo necessário conhecer melhor esse fenômeno nos dias atuais, em particular a migração e refúgio de crianças e adolescentes. Esta população apresenta uma forma singular de lidar com as experiências havidas nos contextos migratórios, com especial atenção ao fato de estarem desproporcionalmente vulneráveis a certos riscos e violações de seus direitos quando comparadas a outros grupos etários.

Há dados consistentes sobre o crescente número de crianças e adolescentes que cruzam fronteiras internacionais e buscam refúgio no Brasil e, este fenômeno modifica cada vez mais (Cantinho, 2018). Existem, no Brasil, 50.004 decisões de reconhecimento de refúgio, 8.990 pedidos indeferidos e 11.827 de outros casos encerrados, perfazendo respectivamente 71,8%, 12,0% e 15,7%. Deste total, 3.503 são crianças (Conare, 2021).

Estudos demonstram ainda situações de refugiados indígenas como o apresentado por Moreira et al. (2020). O autor realizou estudo que atualiza e qualifica a situação de refúgio de indígenas da República Bolivariana da Venezuela para o Brasil. Para o desenvolvimento do documento, foi realizada uma pesquisa nos Estados de Roraima e Amazonas com povos indígenas venezuelanos Warao, Eñepa e Pemón, bem como entrevistas e oficinas com gestores públicos, técnicos, autoridades e acadêmicos em Brasília, Manaus e Boa Vista.

O estudo de Moreira et al. (2020) traz novas informações para pensar os desafios da dinâmica interna do fluxo dos indígenas refugiados na estruturação das políticas públicas. O estudo

concluiu que ocorreu um esvaziamento dos abrigos de Manaus por iniciativa própria dos Warao, entre outras razões, segundo o autor, pelo deslocamento de mulheres para o Estado do Pará a partir de 2017, especificamente para os municípios de Belém e Santarém.

O levantamento de Moreira et al. (2020) também traz uma reflexão importante a respeito da situação de crianças refugiadas no Brasil. As ações da rede de proteção legal que visam o bem-estar das crianças, devem levar em conta o ônus de uma eventual separação delas e seus pais. Deixa como sugestão que sejam realizadas campanhas de informação sobre os direitos e as obrigações vigentes no Brasil e os riscos associados com a exposição das crianças. Tal situação é apontada por Santos (2015), no qual enfatiza que o Brasil é destino cada vez maior para refugiados, porém, a proteção dada aos mesmos ainda precisa ser aperfeiçoada, especialmente para crianças e adolescentes que se encontram em situação de refúgio.

No Brasil, o total de refugiados teve um crescimento de 4.296, em junho de 2013 (UNHCR, 2013), para 10.850 em junho de 2018, representando um expressivo aumento de 152%, com a chegada de grupos como os venezuelanos, sírios, cubanos e haitianos, UNHCR (2018). Nesse período, os casos pendentes relacionados a pessoas que pediram asilo no país subiu de 3.075 para

113.152. Considerando os asilados, os pendentes e as demais situações de deslocamento, o total de pessoas irregulares no Brasil em junho de 2013 era de 13.429, elevando-se para 143.912 em junho de 2018, segundo os Relatório Tendências Globais da instituição naqueles anos. As razões para pedidos de refúgio em nosso país são diversas: “violação de direitos humanos (51,13%), perseguições políticas (22,5%), reunião familiar (22,29%) e perseguição religiosa (3,18%)” (Richard, 2015). Números extraídos das bases de dados do ACNUR apontam não haver expectativas de redução da quantidade de pessoas que se deslocam forçadamente. Ao contrário, observa-se crescimento exponencial das solicitações de refúgio no Brasil: 3.220 em 2011; 4.022 em 2012; 17.631 em 2013; 28.385 em 2014; 28.670 em 2015; 10.037 em 2016; 33.866 em 2017; 80.057 em 2018, JUSTIÇA (2019). O mesmo relatório aponta que a região norte do país concentra significativa parcela de 60% das solicitações de refúgio registradas em todo o território nacional.

Segundo o CONARE, entre 1997 e 2018, o Brasil reconheceu e concedeu refúgio para 11.231 pessoas. Em 2019 e 2020 este número subiu para 43.000, dos quais 88% são de cidadãos provenientes da Venezuela. As autoridades brasileiras estimam aproximadamente 260.000 venezuelanos vivendo no Brasil, segundo levantamento feito até junho de 2020, com aproximadamente 130.000 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado registradas por venezuelanos no Brasil ainda pendente de análise (ACNUR, 2020).

Em 2022, o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em seu relatório anual, consolida o Brasil como destino para os solicitantes de refúgio, caracterizado pelas diversas origens nacionais. O Brasil recebeu 50.3558 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, um acréscimo de 21.248 solicitações se comparado ao ano de 2021, quando o país recebeu 29.107 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (Cavalcanti, Oliveira, & Silva, 2022).

O total de 33.753 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, que corresponderam a 67,0% dos pedidos recebidos pelo Brasil, são de pessoas com a nacionalidade venezuelana, ou tinham na Venezuela o seu país de residência habitual. Seguida, de pessoas de nacionalidade cubana, ou que tinham em Cuba o seu país de residência habitual: 5.484 solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, que representaram 10,9% do total de solicitações, em 2022.

Nesta direção, cerca de 82,5% de venezuelanos representaram pessoas solicitantes com menos de 15 anos de idade, o que mais uma vez demonstra que a significativa incidência de crianças e adolescentes solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, a exemplo de que se verificou nos anos de 2020 e 2021, segue fortemente correlacionada com as dinâmicas de mobilidade internacional forçada venezuelana (Oliveira & Tonhati, 2022). O aumento no número de crianças e adolescentes nessa situação específica tem sido um fenômeno crescente desde o ano de 2015. A migração venezuelana tem sido a grande responsável por essas novas configurações sociais

das migrações no país, seguida pelas colombianas e angolanas. A migração nesse grupo populacional reforça a urgência de aprimorar políticas públicas a fim de garantir acesso amplo à informação e aos instrumentos de proteção social básica, e reforça ainda a importância de termos os dados referentes a sexo, em documentos oficiais, totalmente informados (OBMigra, 2022).

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP, 2025), em seu relatório de 2025, até o mês de outubro, indica que, o Brasil concedeu cerca de 12 mil naturalizações. Entre as principais origens citadas estão Haiti, Cuba, Venezuela e Angola, o que sugere consolidação de vínculos e projetos de vida no país.

Os fluxos migratórios que se intensificaram nos últimos anos já fazem parte da dinâmica demográfica e econômica do Brasil e, por trás de cada indicador, há trajetórias de vida que incluem crianças e adolescentes em busca de proteção, continuidade escolar e pertencimento. Até outubro de 2025, o país contabilizava 1.888.357 registros migratórios ativos e, somente em 2025, foram realizados 271.484 novos registros, o que reforça a necessidade de respostas públicas estáveis, articuladas e centradas em direitos.

Os dados evidenciam a predominância de venezuelanos entre os refugiados reconhecidos em 2025, respondendo por mais de 91%, cerca de 7.228 do total de deferimentos. Este fato consolida a crise venezuelana como o principal vetor do refúgio no Brasil na atualidade. Ao mesmo tempo, a presença de outras nacionalidades, como colombianos (80), sírios (79), nigerianos (52) e cubanos (32), demonstra que o Brasil continua sendo um destino de proteção para indivíduos de múltiplos focos de conflito e perseguição. A categoria outros (452) mascara uma diversidade notável, incluindo indivíduos de nações como Palestina, Rússia e Congo, o que reforça o papel do Brasil como um refúgio para crises globais que vão muito além do seu entorno regional imediato. A compreensão dos dados atuais é enriquecida quando contextualizada por tendências de mais longo prazo MJSP (2025) .

Na base legal para o reconhecimento da condição de refugiado, por sua vez, prevalece a proteção contra situação de Grave e Generalizada Violação dos Direitos Humanos (GGVDH), responsável por 82,4% do total de fundamentações, seguida pela categoria “Opinião Política”, que

representou 10,9% desse total. Os dados mencionados nesta tese sugerem que acompanhadas de seus pais ou separadas de suas famílias, várias são as crianças e os adolescentes oriundas de outros países que chegam ao Brasil em situação de extrema vulnerabilidade. Não raras vezes, elas dão entrada no país sem nenhum registro ou documento de identidade que comprove a sua nacionalidade e filiação (Grajzer, 2018).

No entanto, mais especificamente, no Estado do Pará, nota-se que o acolhimento de famílias refugiadas que aqui chegam com suas crianças, tem gerado polêmica e ocupado espaços na mídia impressa e televisiva. Na mídia, a discussão permanentemente é marcada por um viés alarmista, como indica a pesquisa de Cogo e Silva (2019). As manchetes assumidas por vários meios de comunicação (jornais, revistas, blogs, redes sociais) que são relativas aos fluxos migratórios e refúgio, mostram de forma recorrente que: a quantificação da presença de refugiados, associada à sua condição de *ilegalidade*, acaba contribuindo, em grande parte, para a instauração de uma *semântica do pânico* frente à presença da alteridade migratória.

Estudos têm procurado analisar esses discursos particularmente no modo como estes representam a criança e o adolescente refugiado, nessa situação específica. Para Popkewitz (2008), há uma racionalidade que sustenta os discursos sobre a infância, assim como há uma racionalidade que inventa uma criança, conforme sua especificidade. O autor salienta que “não podemos tomar a racionalidade e a razão como um sistema unificado e universal pelo qual podemos falar sobre o que é verdadeiro e falso, mas como sistemas historicamente contingentes de relações cujos efeitos produzem poder” (Popkewitz, 2008, p. 185). Constituir discursos sobre e para as crianças e adolescentes refugiados requer, portanto, um modo de governamentalidade que sai do domínio privado (da intimidade da família, do seu país), “para tornar-se objeto de ação administrativa de um

novo Estado, de um novo país. A ele compete conduzir a saúde, o bem-estar e o cuidado das crianças e adolescentes [que] passam a ser relacionados com o futuro da nação e com a responsabilidade do Estado tanto na teoria quanto na prática” (Rose, 1989, p.121).

O processo de refúgio é visto como algo natural (no sentido de comum) nos Estados modernos e, embora não possa ser interrompido, precisa ser gerido de forma salutar, por meio de esforços das organizações estatais e sociais implicadas, como forma de melhor atender a população migrante, principalmente no que se refere ao acolhimento de crianças que necessitam da prestação de assistência social e psicológica no sentido da superação de estados emocionais negativos, *stress* e construção do seu futuro no país de recepção (Suslova, Starovoitova, & Demidova, 2021).

A complexidade da resolução construtiva dos problemas associados ao refúgio reside, em parte, na incapacidade da maioria dos Estados, atraentes para os refugiados, de tomar medidas sistemáticas para a sua integração e resolução dos seus problemas de vida logo quando se mudam para um novo local de residência. É muito importante que os refugiados sejam aceitos pelos habitantes locais, e isso demanda tempo e estratégias adequadas. A dificuldade para o refugiado de integrar-se numa sociedade com diferentes sistemas culturais, sociais, políticos e econômicos, é muito significativa não somente para jovens e adultos, mas sobretudo para crianças e adolescentes (Suslova, Starovoitova, & Demidova, 2021).

O estudo de Suslova, Starovoitova e Demidova (2021) envolveu 57 crianças refugiadas, com idades entre 15 e 16 anos. Foi utilizado o método de pesquisa escrita e entrevista. A escolha do método justificou-se pelo fato de as crianças refugiadas não falarem muito bem o russo, idioma adotado pela pesquisa. O estudo foi realizado no âmbito dos cursos de língua russa para crianças de famílias refugiadas. Os resultados desta pesquisa demonstram que os filhos dos refugiados vivenciam dificuldades no domínio da língua russa. Na entrevista, eles observaram que o pouco conhecimento (ou falta dele) da língua russa dificulta a comunicação com os russos, tanto com colegas quanto com adultos. A dificuldade que experimentam na comunicação leva ao estreitamento do círculo de comunicação e há problemas na construção de interação com refugiados como eles.

Para Pumariega e Rothe (2010), os filhos de refugiados enfrentam muitos fatores de *stress* e que a depender da forma que ocorreu o deslocamento de seu país, caso tenha se dado de forma súbita ou se estiver associada a eventos traumáticos agudos, como guerra, perseguição política ou desastres naturais, a maioria das crianças desenvolve níveis elevados de perturbação de *stress* agudo, depressão e ansiedade. As condições psicoemocionais negativas também estão associadas ao alojamento a longo prazo de filhos de refugiados, com condições adversas, incluindo crime, violência física e sexual e *bullying* ou intimidação.

Nessas circunstâncias, assume-se que a rede de apoio, como suporte social protetivo para ultrapassar a barreira da vulnerabilidade, tem um relevante papel, principalmente aquela formada por pessoas e contextos, que contribuem para a superação das vulnerabilidades que ameaçam e atingem a integridade física, psicológica e sexual de crianças e adolescentes. Com base em estudos sobre o tema (Ovcharenko, 2014), trabalha-se com hipótese de que quanto mais elevado for o seu estatuto sociopolítico e cultural, mais fácil será para as crianças superarem as adversidades.

Isso faz aumentar a importância de se conhecer os contextos ecológicos formados a partir da transição vivida pela criança ou adolescente do seu país ou lugar de origem para aquele que irá recebê-los e nele residir ainda que temporariamente, em particular os serviços de acolhimento capazes de lhes oferecer cuidado e proteção que são a base da construção dos processos de resiliência face as vulnerabilidades próprias dessa transição ecológica. Desta forma, indaga-se: quais são os fatores de risco e de proteção e os processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes refugiados no contexto pesquisado?

Contextos ecológicos nos processos de resiliência em crianças e adolescentes refugiados:

Fatores de risco e de proteção

Resiliência

Cada pessoa enfrenta, em sua rotina, adversidades que interferem no desenrolar da sua vida cotidiana. Reage-se de forma diferente às situações que se apresentam. Considerando que a situação de refúgio se apresenta como uma experiência com situações potencialmente difíceis, principalmente quando envolve crianças e adolescentes, importa estudar a resiliência nesta fase do desenvolvimento.

A resiliência é um construto que vem adquirindo crescente importância na comunidade científica (Vara & Rodriguez, 2011), recebendo cada vez mais interesse dos envolvidos com as políticas e práticas em relação ao seu potencial impacto sobre a saúde, bem-estar e qualidade de vida. Neste sentido, à medida que se assistiu à evolução da investigação na área da resiliência, passou-se a reconhecer que a resiliência poderia derivar não só de fatores internos, mas também de fatores externos, tais como as características das famílias e dos contextos sociais (Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000).

A resiliência pode ser compreendida como conjunto de processos interacionais que envolvem pessoas, famílias e comunidades, que mesmo diante de situações de adversidade, conseguem superar e sair fortalecidas (Wright & Masten, 2015). Segundo Moraes (2023) para que a resiliência ocorra é necessário que exista uma adaptação positiva, além de significativa adversidade relacionada ao jogo entre fatores de risco e fatores de proteção. É um processo dinâmico, não sendo um atributo fixo nem estável.

Os processos de resiliência, envolvem conseguir descobrir como utilizar os recursos físicos, psicológicos, sociais e culturais que melhoram o seu bem-estar, assim como a capacidade enquanto indivíduo, inserido num determinado contexto, de descobrir formas culturalmente significativas de experienciar esses recursos (Lienbenberg et al., 2013; Ungar, 2011). A compreensão da resiliência, está fundamentada em uma perspectiva socioecológica que ultrapassa as características individuais, incorporando também o papel dos pares, da família, da escola e dos recursos comunitários. Segundo o autor, a resiliência envolve a capacidade de acessar e negociar por recursos significativos, tanto

materiais quanto relacionais, em contextos marcados por adversidades. Esses recursos, ao serem disponibilizados em ambientes multilíngues e complexos, protegem e promovem resultados positivos para o desenvolvimento, pois os indivíduos se engajam em processos interativos com diferentes sistemas de apoio, o que favorece a redução da exposição a riscos e potenciais ameaças ao desenvolvimento saudável (Ungar, 2011).

Definir o conceito de resiliência parece relativamente simples, no entanto é uma tarefa complexa. Resiliência é uma palavra que vem do latim *resilie* que significa “voltar ao estado natural”, surgindo em 1807 com os estudos do cientista físico inglês Thomas Young, que procurava avaliar a relação entre a força aplicada num corpo e a deformação que essa força produzia (Yunes, 2006). Este conceito referia-se à força e flexibilidade frente às mudanças, adversidades e incertezas. Nestes estudos, um material era considerado resiliente quando após ser tensionado ao máximo da capacidade permitida ainda assim, não ocorria deformação permanente (Ferreira, 2014). De acordo com esta analogia, pode-se considerar que cada pessoa possui uma potencialidade diferente para resistir às pressões (a sua resiliência) que variaria bruscamente de intensidade por ocasião de uma determinada circunstância, análoga à chamada temperatura de transição (Anaut, 2005).

Dessa forma, o conceito de resiliência é oriundo das Ciências Físicas. Nas Ciências de Saúde passou a ser utilizado a partir da década de 1970/80, em estudos que tinham pessoas submetidas a traumas e/ou privações prolongadas – que são consideradas de risco para doenças psíquicas – mas, não adoeciam como o esperado (Cervený & Souza, 2006).

No entanto, a definição de resiliência nas ciências humanas, em especial na psicologia não é, assim, tão clara e precisa, como na física, uma vez que múltiplos fatores devem ser considerados no estudo dos fenômenos humanos (Barreira & Nakumura, 2006).

Estudos de Ferreira (2014) indicam que o conceito de resiliência, em psicologia, se encontra

em construção e está evoluindo de um conceito relacionado a ideia de resiliência como traço individual de personalidade para uma olhar com foco em contextos relacionais envolvendo redes que inclui a família, a vizinhança, relações de amizade e redes sociais mais amplas, tais como os serviços oferecidos pela comunidade secundária, que preconizam instituições organizadas prestadoras de serviços (serviços de acolhimento, escolas, postos de saúde, associações de bairro, ONGs, entre outras), (Ferreira, 2014).

Para Rutter (2006), a resiliência foi conceituada como vulnerabilidade em baixo grau relacionado a experiências adversas, capacidade de superar uma inquietude ou adversidade ou um resultado relativamente positivo apesar do risco experimentado.

Este conceito, coaduna com outros autores, onde a resiliência é definida como um processo dinâmico pelo qual os indivíduos se adaptam prosperamente a uma experiência adversa (Cicchetti, 2010; Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000; Masten & Obradovic, 2006; Masten, 2011; Rutter, 2012).

O conceito de resiliência mencionado aqui, passou, por várias revisões conceituais, centrando-se inicialmente, nos traços individuais, características, capacidades, habilidades e recursos internos, evoluindo para um quadro ecológico no qual a resiliência passa a ser vista como o produto das interações entre os fatores de risco, os fatores de proteção e os recursos internos de uma pessoa, com efeitos protetores (atenuantes) sobre os processos prejudiciais ao desenvolvimento, dependendo da natureza do risco (Luthar et al, 2000). Para além do conceito ecológico, incorporou-se ao conceito de resiliência os processos culturais e a diversidade dos riscos nos estudos da resiliência (Lee, Kwong, Kiu cheung, Ungar, & L. Cheung, 2009). Uma das definições mais aceitas em relação ao conceito de resiliência é descrita por Ungar (2008), baseada na Teoria Ecológica de Bronfenbrenner, que iremos apresentar mais adiante e que resultou de uma compreensão da resiliência em diferentes culturas e contextos mundiais.

Destaca-se que o conceito de resiliência, central nesta Tese, vem sendo estudado e discutido na ciência do desenvolvimento humano e enfatiza a importância de se analisar o potencial humano em detrimento da ênfase dos efeitos danosos no sistema psicológico decorrentes de fatores internos, externos, culturais e históricos. Como uma das ferramentas para identificar os processos de

resiliência vivenciados por crianças e adolescentes, iremos utilizar a Escala CYRM, que apresenta uma trajetória internacional de validação, percorrendo diversos países. A Child and Youth Resilience Measure (CYRM) foi desenvolvida originalmente por pesquisadores do Resilience Research Centre, em um esforço internacional para medir a resiliência de jovens em diferentes contextos culturais (Ungar & Liebenberg, 2011). Desde então, o instrumento passou por diversas validações ao redor do mundo, consolidando sua robustez psicométrica e permitindo ajustes culturais conforme necessário.

Em 2012, a primeira validação da CYRM-28 ocorreu no Canadá, confirmando a estrutura trifatorial proposta (fatores individual, relacional e contextual) e demonstrando bons índices de consistência interna (Liebenberg et al., 2012). Na sequência, o instrumento foi testado entre jovens franco-canadenses, reafirmando suas propriedades psicométricas em outro idioma e contexto cultural (Daigneault et al., 2013). Estudos posteriores ampliaram o escopo geográfico, e a escala foi adotada em contextos de língua inglesa no Reino Unido, e validações formais foram conduzidas na Nova Zelândia com adolescentes em situação de risco (Sanders et al., 2017), na África do Sul com jovens de comunidades vulneráveis (van Rensburg et al., 2017) e no Irã com amostras locais (Zand et al., 2017). Em cada um desses países, a CYRM mostrou-se adequada, exibindo alfas de Cronbach satisfatórios e uma estrutura fatorial consonante com o modelo original, ainda que pequenas diferenças culturais tenham sido observadas – por vezes exigindo a adaptação de termos ou a inclusão de exemplos condizentes com a realidade local (van Rensburg et al., 2017; Zand et al., 2017).

Nos anos subsequentes, a escala continuou evidenciando sua validade transcultural: passou por uma análise de Rasch que resultou em uma versão revisada de 17 itens (CYRM-R) sem prejuízo da confiabilidade (Jefferies et al., 2018), e teve versões adaptadas para públicos específicos, como

estudantes indígenas na Austrália (Langham et al., 2018) e adolescentes na Espanha, onde a equivalência semântica e a solidez psicométrica da versão espanhola foram confirmadas (Listosella et al., 2019). Mais recentemente, outros países também validaram suas versões – incluindo, por exemplo, contextos europeus como a Sérvia – reforçando o caráter versátil e culturalmente sensível da CYRM.

Dessa maneira, em pouco mais de uma década, a escala consolidou-se internacionalmente como uma medida robusta de resiliência juvenil, com os estudos convergindo na confirmação de sua estrutura básica e utilidade prática, ao mesmo tempo destacando a importância de adaptações culturais para captar nuances locais (Liebenberg et al., 2012; Listosella et al., 2019). Para o contexto brasileiro, a adaptação e validação da versão brasileira, onde instrumentos de avaliação da resiliência para crianças e jovens ainda eram escassos até recentemente (Oliveira & Nakano, 2018).

As poucas medidas disponíveis incluíam adaptações de escalas gerais de resiliência, como a versão brasileira da escala de Wagnild & Young (Pesce et al., 2005) e a adaptação do CD-RISC de 10 itens (Lopes & Martins, 2011), mas faltava um instrumento concebido especificamente para o público infantojuvenil. Nesse contexto, a CYRM emergiu como alternativa promissora, onde uma primeira tradução experimental da CYRM-28 para o português foi utilizada por Pessoa (2015) em estudo com adolescentes, porém sem validação psicométrica oficial.

A partir de 2016 empreendeu-se a adaptação sistemática do instrumento, culminando na recente validação brasileira da CYRM (Ferreira et al., 2024). O processo seguiu diretrizes internacionais de adaptação transcultural e constou de etapas de tradução, síntese, avaliação por especialistas e pelo público-alvo, retrotradução e estudos-piloto (Ferreira et al., 2024). Após refinamentos linguísticos e culturais – inclusive comparação com a tradução preliminar de Pessoa (2015), chegou-se a uma versão em português adequada ao contexto nacional. Em seguida, os autores aplicaram o questionário em uma ampla amostra de 832 jovens brasileiros de 13 a 24 anos, abrangendo todas as regiões do país (Ferreira et al., 2024).

Além dos 28 itens originais da CYRM, foram incluídas 10 questões contextualizadas

referentes a recursos locais, conforme orientações do manual da escala, e utilizou-se um instrumento externo de resiliência (a escala CD-RISC-10) para verificar a validade convergente (Lopes & Martins, 2011; Ferreira et al., 2024). Os resultados da análise fatorial confirmatória inicial indicaram que o modelo trifatorial original não apresentava bom ajuste para a amostra brasileira, sugerindo a necessidade de refinamentos (Ferreira et al., 2024). Realizou-se então, uma análise fatorial exploratória com metade da amostra, incluindo os itens contextuais, o que levou à eliminação de vários itens com cargas baixas ou problemas de cross-loading. A partir disso, propôs-se um modelo alternativo com 19 itens – denominado CYRM-19-Br – distribuídos em três fatores (qualidades individuais, relações com cuidadores e contexto sociocultural) (Ferreira et al., 2024).

Esse modelo apresentou índices de ajuste satisfatórios em uma CFA de validação ($CFI \approx 0,92$; $RMSEA \approx 0,05$) e coeficientes de consistência interna adequados ($\alpha \approx 0,86$ no escore geral; $\alpha \approx 0,74$ – $0,86$ nos fatores, com um valor ligeiramente inferior no fator contextual) (Ferreira et al., 2024). Correlações significativas entre os escores da CYRM-19-Br e os da CD-RISC-10 corroboraram a validade convergente da versão brasileira, atestando que o instrumento efetivamente captura aspectos da resiliência alinhados a outra medida consagrada (Ferreira et al., 2024).

Desta forma, a adaptação brasileira da CYRM resultou em uma estrutura fatorial parcialmente redefinida para refletir especificidades locais, mas conservou o núcleo conceitual do instrumento original, revelando-se válida e confiável para uso no contexto nacional (Ferreira et al., 2024; Pessoa et al., 2019), com aplicações práticas no Brasil e considerações críticas. A partir da disponibilização da CYRM traduzida e validada, multiplicam-se as aplicações práticas do instrumento em contextos de vulnerabilidade infantojuvenil.

No contexto da violência escolar – como o bullying –, o instrumento ajuda a compreender diferenças na capacidade de enfrentamento, adolescentes que dispõem de maiores recursos internos e apoio social mostram-se mais protegidos contra os efeitos negativos da vitimização. Evidências

empíricas corroboraram esses achados, em uma amostra de 551 jovens brasileiros envolvidos ou não em atividades de tráfico de drogas, a aplicação da CYRM revelou a presença de “resiliência oculta” mesmo entre aqueles em alto risco, isto é, a existência de recursos pessoais, familiares e comunitários que os ajudavam a resistir às adversidades do contexto marginal (Pessoa et al., 2019).

Essa identificação de fatores protetivos tem grande utilidade prática, pois orienta intervenções psicossociais: profissionais podem, a partir do perfil de escores da CYRM, direcionar ações de fortalecimento de vínculos familiares, promoção de habilidades socioemocionais ou ampliação do suporte comunitário, conforme as áreas de menor pontuação apresentadas por determinado grupo (Ferreira et al., 2024). Ademais, a escala dá voz aos próprios jovens sobre quais recursos são significativos em suas vidas, contribuindo para o planejamento de programas baseados em evidências de fortalecimento da resiliência.

Em cenários de acolhimento institucional, por exemplo, a escala pode auxiliar no mapeamento das fortalezas individuais e relacionais de crianças e adolescentes que vivem fora do convívio familiar, identificando processos de resiliência que fomentem seu desenvolvimento positivo. De modo similar, com crianças e adolescentes migrantes ou refugiados, a CYRM permite avaliar como os recursos culturais, comunitários e identitários contribuem para sua adaptação em meio ao deslocamento, dimensionando a resiliência de maneira ecossistêmica.

Por outro lado, uma visão crítica adverte para os limites do instrumento e do próprio construto de resiliência. Francisco e Coimbra (2015) argumentam que abordagens descontextualizadas podem incorrer em vieses neoliberais, culpabilizando a pessoa pela superação do sofrimento (como no caso do bullying ou da pobreza) e negligenciando fatores estruturais. Nessa perspectiva, a CYRM, embora valiosa, deve ser empregada com cautela analítica, complementada por uma compreensão das dimensões sociais e econômicas que cercam a vulnerabilidade. Em síntese, o uso da escala no Brasil tem evidenciado sua contribuição para revelar e estimular a resiliência em populações jovens vulneráveis; ao mesmo tempo, exige reflexões críticas quanto ao alcance dessa medida, evitando que a promoção da resiliência sirva de substituto à garantia de direitos básicos e a mudanças sociais mais amplas (Francisco & Coimbra, 2015; Ungar, 2019).

Para (Oliveira et al., 2022), a vulnerabilidade, pela qual crianças e adolescentes em desenvolvimento perpassam, pode ser definida como uma gama de condições determinadas por fatores pessoais, sociais, econômicos e/ou ambientais que aumentam a suscetibilidade de um indivíduo, uma comunidade, ou sistemas, a situações de ameaça.

Por vulnerabilidade, compreende-se à exposição de pessoas ou grupos a fatores adversos e estressores, isto é, à manifestação a diversos fatores de risco que podem ocasionar uma situação de vulnerabilidade. Tal exposição pode potencializar os efeitos estressores e dificultar que o indivíduo responda, de forma satisfatória, ao estresse e às demandas do ambiente, sendo necessária a promoção de resiliência (Mavhura et al., 2017).

Em particular, os processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes refugiados em acolhimento precisa ser observado e compreendido como um círculo de relações estabelecidas por diversos contextos: familiar, escolar e comunitário.

Os aspectos protetivos e de risco, que de acordo com Moraes & Koller (2021), são compreendidos, os fatores de risco, como eventos estressores que aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas psicológicos, sociais e físicos, enquanto os fatores de proteção seriam as influências que possibilitam respostas mais adaptativas aos riscos. Para o desenvolvimento humano em contextos ecológicos diversos, tais como a família, a instituição e a escola, colhidos na literatura e os programas relacionados à promoção de resiliência, são contextos diversos que interagem ao longo do ciclo da vida, que, quando envolvem conexões positivas, podem promover processos de resiliência e resultar em uma melhor qualidade de vida para as pessoas e as sociedades nas quais estão inseridas (Poletto & Koller, 2008).

Autores como Yunes e Szymanski (2001), Walsh (1996, 2002), Poletto e Koller (2008), Botelho, Dias, Medeiros, Silva e Silva (2009), Lacharité, Lunardi, Lunardi Filho, Silva e Silva

(2009), Charepe e Figueiredo (2010) realizam pesquisas a partir do conceito de resiliência e do enfrentamento de experiências adversas com respostas positivas para o desenvolvimento humano.

No âmbito familiar e com os avanços nos estudos sobre resiliência, autores como McCubbin, Thopson e McCubbin (1996) e Walsh (1996,1998), com a nova visão de família – que antes era tida como fator de risco para seus membros, passando a ser percebido como algo produtivo e de suporte para seu grupo, observam que a resiliência deixa de ser percebida como algo individual, onde cada pessoa é responsável pelo seu desenvolvimento, passando a ser relatada em seu complexo contexto social, como sistêmica e ecológica.

No contexto dos processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes refugiados durante sua transição ecológica, a família frequentemente emerge como um dos principais fatores protetivos, contribuindo de maneira relevante para o desenvolvimento humano e para a mediação de situações adversas, conforme aponta Bronfenbrenner (2011/1996). No entanto, é fundamental reconhecer que o papel da família não é invariavelmente positivo, uma vez que, em determinadas situações, a família pode também ser fonte de vulnerabilidade ou risco, seja por fatores internos, como conflitos e rupturas, seja por questões externas, como desestruturação decorrente do processo migratório. Portanto, em estudos e intervenções, é essencial destacar essa ambiguidade, compreendendo a família tanto como potencial promotora de proteção quanto, eventualmente, de risco ao desenvolvimento de crianças e adolescentes refugiados.

Estudos sobre resiliência psicológica realizados por Souza e Cervený (2006) apontam que, dentre os temas pesquisados, surge a resiliência dos refugiados e sobreviventes de guerra e ao holocausto, que mesmo sob as condições mais adversas a estes grupos imposta, conseguiram, por meio de sua rede de apoio, dar respostas positivas à sua situação, contrárias ao esperado.

A resiliência, para alguns autores, é definida como um processo dinâmico pelo qual os indivíduos se adaptam prosperamente a uma experiência adversa (Cicchetti, 2010; Luthar, Cicchetti, & Becker, 2000; Masten & Obradovic, 2006; Masten, 2011; Rutter, 2012).

Em um contexto, em que há pessoas de referência e responsáveis pelos cuidados das crianças, onde há envolvimento, afeto e flexibilidade na comunicação, tendem a ser percebidos

melhores resultados de resiliência face a situações adversas (Walsh, 2002).

Ainda sob a perspectiva socioecológica da resiliência, destaca-se a necessidade de integrar aspectos individuais, familiares e comunitários que contribuem para o fortalecimento dos processos adaptativos diante de adversidades. Black e Lobo (2008) ressaltam que, além dos recursos pessoais, o acesso a redes de apoio social, a vivência da espiritualidade e a boa gestão financeira são fatores que se mostram particularmente eficazes na promoção da resiliência. Esses elementos, quando articulados, potencializam as capacidades dos indivíduos para enfrentar situações desafiadoras, ao mesmo tempo em que reforçam o papel das famílias e das comunidades como base importante para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade.

Nesta direção, a superação de situações de vulnerabilidade no ambiente em que vivem, crianças e adolescentes refugiados, surge como resultando da interação das características constitucionais da pessoa em desenvolvimento e do ambiente do qual fazem parte (Bronfenbrenner, 1999; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Fatores de Risco e de Proteção no desenvolvimento

Entre os fatores relacionados com a adaptação do sujeito às circunstâncias adversas de vida, os fatores de risco (por exemplo, as experiências traumáticas) eram tradicionalmente referidos pela literatura como causa de doença mental e de outros problemas no desenvolvimento. Contudo, esta concepção passou a ser questionada quando alguns pesquisadores identificaram que algumas crianças em risco de desenvolverem certos problemas cresciam bem, apesar da adversidade (Esperança Lopes, Festas & Urbano, 2011).

Diante da complexidade dos ângulos de abordagem da resiliência enquanto processo multidimensional, cada vez mais estudos se debruçam sobre critérios particulares ligados ao tema ou se referem a formas de expressão da resiliência estudadas em função dos diferentes contextos, interno ou externo aos sujeitos. Assim, vão surgindo designações variadas sobre as manifestações da resiliência em função da idade dos sujeitos, do contexto ambiental, afetivo, social e cultural. Alguns pesquisadores incluem na definição de resiliência critérios internos, enquanto outros focalizam-se, exclusivamente, em fatores externos. Contudo, a maioria dos pesquisadores estão interessados na interação de bem-estar interno e de fatores de sucesso externo. Claramente, a adaptação interna tem o potencial para interferir com a adaptação externa e, reciprocamente, o sucesso externo ou o fracasso pode afetar o bem-estar de uma pessoa (Masten, Herbers, Cutuli & Lafavor, 2008).

Estudos apontam, que existe uma tríade de fatores protetores, a saber: a) características do indivíduo como o Q.I e o temperamento; b) as características do ambiente familiar e a qualidade da parentalidade; c) características do ambiente social fora de casa, como a escola (Cicchetti, 2010; Grigorenko et al., 2012; Masten & Garmezy, 1985; Werner & Smith, 1992).

Em resumo, pode-se dizer que os fatores de proteção são mencionados como mediadores, atenuadores ou neutralizadores entre as disposições internas (recursos pessoais ou sociais) do indivíduo e aquilo que ele capta do meio em que vive, relativamente aos eventos de vida/estressores/fatores de risco (Ferreira, 2014).

Nesta perspectiva, as pesquisas demonstram que as influências sobre a resiliência incluem qualidades de pré-stress (no indivíduo e no ambiente); envolvem fatores que operam durante a experiência adversa; e ainda experiências que ocorrem a seguir ao estresse ou à adversidade. Isto significa que a “ação” não reside, simplesmente, na química do momento em que opera o fator estressante. Desse modo, a resiliência deve ser percebida como um processo que incorpora, tanto fatores de risco quanto fatores protetivos, que influenciam a maneira como as pessoas encaram a experiência, assim como atinge os traços relativos ao modo como lidam com a experiência e, ainda, as experiências que ocorrem na sua vida futura e que desencadeiam efeitos de recuperação (Rutter,

2010).

De um modo geral, a possibilidade de crianças e adolescentes refugiados apresentarem um percurso desenvolvimental adaptativo depende de um conjunto de recursos protetores, externos e internos, face a situações de adversidade. Estudos mostram que a resiliência está frequentemente associada a resultados positivos como o sucesso escolar, sendo também um preditor de sucesso futuro (Stumblingber & Romans, 2012). Para além disso, estes autores exploraram o papel da cultura, mostrando a influência do apoio social prestado pelos amigos, pela família, pelos serviços socioassistenciais como um fator protetor em termos de resiliência (Melo & Romani, 2019).

Estudos sobre os processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes refugiados têm sido pouco explorado, ao menos no Brasil. A problemática das crianças e adolescentes refugiados é uma discussão recente, embora a quantidade de crianças e adolescentes nessas circunstâncias venha se ampliando a cada ano.

Na década de 1950, os estudos focaram-se em investigar como jovens conseguiam superar dificuldades, alguns vivendo em extrema pobreza ou convivendo com doença mental entre seus familiares. Estes estudos tiveram em conta a presença ou ausência de qualidades intrínsecas como o temperamento ou humor que interagem com o contexto social do adolescente (Ungar & Liebenberg, 2009). Para além disso, outros pesquisadores estudaram, igualmente, os mecanismos e processos protetores da resiliência, considerando que esta deveria ser entendida como a interação dinâmica entre o indivíduo e o seu contexto (Rutter, 2010; Ungar & Liebenberg, 2009). Outros estudos reforçam a ideia de interação dinâmica (indivíduo e contexto), procurando em algumas das suas investigações focar-se, sobretudo, nos recursos das crianças e adolescentes, afirmando que o desenvolvimento positivo, a capacidade de enfrentamento e a resiliência estão presentes em todos

aqueles que apresentam recursos internos e externos (Lerner & Benson, 2003; Ungar & Liebenberg, 2009).

Conclui-se, deste modo, que não basta ter em conta o indivíduo isoladamente para o considerá-lo resiliente ou não, na medida em que as suas características resilientes ou não estão também relacionadas ao ambiente que o rodeia. Seus atributos pessoais e as características do ambiente do qual faz parte constroem os contextos ecológicos onde a resiliência se faz sentir no seu desenvolvimento.

Contextos Ecológicos

Investigações que envolvem crianças e adolescentes migrantes e refugiados têm demonstrado quão complexos podem ser seus contextos ecológicos de desenvolvimento. Dessa forma, sob o olhar da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1999), na qual enfatiza-se que o desenvolvimento humano deve ser estudado a partir de interação entre núcleos que se relacionam – o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPCT), tornam possível o rigoroso trato teórico dessa complexa ecologia.

Para Bronfenbrenner (1996), a construção das relações envolve múltiplos contextos de referência somados às características individuais de cada pessoa, bem como aos processos de maturação que constituem os indivíduos. Enfatiza ainda que o desenvolvimento humano abarca as interações entre as práticas culturais, o contexto e o indivíduo, sempre numa relação recíproca e complexa, tornando assim essencial entender o contexto de vida das pessoas onde as relações sociais ocupam um lugar de destaque na compreensão do desenvolvimento humano, em especial aquelas que acontecem nos primeiros anos de vida da criança.

Diante disto, o acolhimento pode configurar-se como um ambiente propulsor de desenvolvimento, ao oferecer condições institucionais que conduzem a oportunidades de convívio saudável com cuidadores significativos, além de promover vivências em vários níveis ambientais ampliando e fortalecendo a rede de apoio social das crianças e dos adolescentes nestes espaços.

Ainda em conformidade com a teoria bioecológica, estudos de Ungar (2008), baseados na

Teoria Ecológica de Bronfenbrenner, trazem um conceito de resiliência em diferentes culturas e contextos mundiais, que indicam a capacidade do sujeito em navegar para toda sorte de recursos (físicos, psicológicos, sociais e culturais) que sustentam seu bem estar. Além da capacidade de negociar, individualmente e em grupo para que esses recursos estejam disponíveis de forma culturalmente significativas (Ungar et al., 2008).

É fundamental reconhecer que não dá para enfrentar o problema do refúgio de crianças e adolescentes sem que se compreenda suas características biopsicológicas e seus contextos de desenvolvimento, o que, em termos bioecológicos, pode explicar de forma integrada os processos de resiliência vividos por eles neste contexto de desenvolvimento.

Assim e, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, teoricamente, esta proposta de tese se debruçará sobre esta teoria, como uma tentativa de promover mais um caminho metodológico que consiga compreender os fatores contextuais, os processos interacionais e as dimensões temporais que permitem uma análise sistêmica e a compreensão dos processos de resiliência vividos, durante, o refúgio por crianças e adolescentes a partir de uma perspectiva bioecológica. Essa Teoria tem sido largamente utilizado em pesquisas que buscam uma compreensão dinâmica e abrangente de fenômenos complexos, como os inscritos na área da psicologia do desenvolvimento humano.

Por seu turno, a resiliência como conceito sócio-histórico evoluiu seu entendimento, que inicialmente, foi construído sob uma perspectiva individual, sendo considerados como traços da personalidade, onde uma pessoa pode ou não ter nascido com este traço e, posteriormente, ganha o entendimento familiar, sendo percebido como um conceito relacional e de redes sociais amplas e que se transforma em visão ecológica, de forma dinâmica, onde as situações positivas ou negativas que ocorrerem irá depender do apoio recebido.

A resiliência é entendida, portanto, não somente como uma característica da pessoa, como uma capacidade inata, herdada por alguns privilegiados, mas a partir da interação dinâmica existente entre as características individuais e a complexidade do contexto ecológico (Cecconello, 2003; Cowan, Cowan, & Schulz, 1996; Junqueira & Deslandes, 2003; Seligman & Csikszentmihalyi, 2000; Yunes & Szymansky, 2001; Yunes, 2003).

A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico entre o ser humano em desenvolvimento e os ambientes em que a pessoa em desenvolvimento vive. Sendo assim, define-se que a pessoa não é desprovida de conhecimento inato, onde o ambiente provoca seu impacto; a influência entre o ambiente e a pessoa é bidirecional, havendo reciprocidade; e o ambiente por ser relevante para os processos desenvolvimentais, não se limita a apenas um ambiente único, imediato, Bronfenbrenner, (1996).

O desenvolvimento humano, segundo Bronfenbrenner (1996), é um processo no qual a pessoa desenvolve uma concepção mais abrangente do meio ambiente ecológico, onde se torna mais motivada e capaz em realizar suas atividades. Dessa forma, a teoria bioecológica possibilita o desenvolvimento de crianças e adolescentes refugiados acolhidos, em que o contexto diferenciado se transforma em contextos culturalmente esperados.

Neste contexto, existem várias formas de se pensar a infância e crianças e adolescentes influenciam os próprios ambientes onde se encontram quando iniciam uma atividade nova, por exemplo, ou quando começam a estabelecer algum tipo de vínculo com outras pessoas e, logo, são influenciadas ao mesmo tempo pelos que estão ao seu redor. Diante disto, e a partir da bioecologia do desenvolvimento humano, que dá maior ênfase não só na interação da pessoa em desenvolvimento com outras pessoas, mas com objetos e símbolos (Bronfenbrenner; Morris, 1998).

No intuito de contemplar os aspectos do desenvolvimento humano, Bronfenbrenner ampliou sua teoria, considerando quatro núcleos inter-relacionados, definidos também como modelo PPCT, que são: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo, Bronfenbrenner e Morris (1998).

O **processo** constitui-se na interação recíproca que ocorrem entre duas pessoas em

desenvolvimento. Para que ocorra o desenvolvimento a pessoa deve interagir com o mundo o qual a cerca e ser estimulada constantemente, Bronfenbrenner e Morris, (1998; 1996). Um conceito fundamental para o desenvolvimento humano são os processos proximais, os quais são entendidos como a interação entre os organismos e o ambiente. Identificam-se como processos proximais: alimentar e confortar um bebê, leituras, brincadeiras em grupo, prática de esportes, buscar a resolução de problemas, realizar o cuidado a outras pessoas, fazer planos, realizar tarefas complexas e adquirir conhecimento, Bronfenbrenner (1999). A **pessoa** é o segundo componente da Teoria Bioecológica, a qual envolve todas as características pessoais do ser humano e aquelas construídas a partir da interação com o ambiente, Bronfenbrenner e Morris (1998). O **contexto** compreende a interação de quatro estruturas do ambiente: microssistema, mesossistema, exossistema e macrossistema. O microssistema, para a criança e adolescente refugiado, pode ser entendido como as inter-relações que o indivíduo estabelece com os demais indivíduos, face a face dentro do ambiente imediato, Bronfenbrenner (1996). Conforme os autores Yunes, Miranda e Cuello (2004) as instituições de abrigo apresentam o microssistema central do ambiente ecológico de crianças e adolescentes.

Entende-se por mesossistema as inter-relações entre os ambientes nos quais as pessoas em desenvolvimento interagem, Bronfenbrenner (1996). O mesossistema de crianças e adolescentes refugiadas e acolhidas será a interação que ocorre entre a escola - família de origem - instituição como também a relação entre a família de origem, os parentes mais próximos e as ações comunitários onde estejam envolvidos, (Siqueira & Dell’Aglia, 2006). O exossistema “se refere a um ou mais ambientes que não envolvam pessoa em desenvolvimento como um participante ativo, mas no qual ocorrem eventos que o afetam” (Bronfenbrenner, 1996, p. 21). Neste sentido, o exossistema estaria relacionado, as políticas públicas e atos normativos voltados para o atendimento

de crianças e adolescentes migrantes e refugiados e suas famílias. O macrosistema “se refere às consistências, na forma e conteúdo de sistema de ordem inferior (micro-meso-exo) que existem, ou poderiam existir, no nível da subcultura ou da cultura como um todo juntamente com qualquer sistema de crença ou ideologia subjacente a essas consistências” (Bronfenbrenner, 1996, p. 21).

No que diz respeito à condição de refugiado e atendido por instituições e/ou serviços “o estigma social, carregado de valor pejorativo e depreciativo”, relacionado com a cultura pré-estabelecida pela sociedade, pode significar o macrosistema de crianças e adolescentes em situação de acolhimento (Siqueira & Dell’ Aglio, 2006).

O **tempo** como quarto elemento da teoria bioecológica, que inicialmente foi abordado por Bronfenbrenner (1996), denominado de “cronossistema”, a sequência de eventos que constituem a história e as rotinas de uma pessoa, é dividido em subfatores: Microtempo refere-se “à continuidade versus descontinuidade, dentro de episódios contínuos de processo proximal”. E o mesotempo é “a periodicidade destes episódios ao longo de intervalos maiores de tempo, tal como dias e semanas”. Finalmente, o macrotempo foca “as expectativas e eventos mutáveis na sociedade mais ampla, tanto dentro quanto através das gerações, uma vez que elas afetam e são afetadas por processos e resultados do desenvolvimento humano ao longo do curso da vida” (Bronfenbrenner; Morris, 1998, p. 995).

A pesquisa sustenta que os processos de resiliência de crianças e adolescentes migrantes e refugiados em acolhimento constituem-se em fenômenos ecológicos, produzidos por múltiplas transições ecológicas vivenciadas ao longo das trajetórias de deslocamento e histórico de institucionalização. À luz da Teoria da Bioecologia do Desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner, entende-se que o acolhimento institucional e os serviços de proteção social provocam mudanças de papéis, ambientes e redes de relações interpessoais, caracterizando transições ecológicas e propiciando processos de resiliência. Desse modo, assume-se que a resiliência não pode ser concebida como atributo pessoal, mas como processo multissistêmico, que depende da qualidade das interações, dos recursos dos contextos e dos mecanismos institucionais que podem ampliar ou restringir trajetórias de adaptação positivas. Ou seja, esta pesquisa se orienta

pela seguinte pergunta: Como as transições ecológicas vividas por crianças e adolescentes migrantes e refugiados em acolhimento organizam processos de resiliência a partir de riscos e proteções contextuais?

Objetivo Geral

Investigar processos de resiliência em crianças e adolescentes refugiados na Amazônia em contexto do acolhimento institucional e de equipamento de proteção social, analisando os fatores de risco e de proteção em seu desenvolvimento.

Objetivos Específicos

- 1) Caracterizar o perfil biopsicossocial das crianças e adolescentes acolhidos nesses espaços, nos anos de 2018 a 2024;
- 2) Caracterizar o perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas em espaço de acolhimento, bem como das famílias atendidas em equipamentos de proteção social;
- 3) Compreender as percepções de técnicos de instituições de proteção social sobre a trajetória de migração e refúgio de crianças e adolescentes;
- 4) Analisar processos de resiliência vivenciados entre as crianças e os adolescentes migrantes e refugiados a partir dos fatores de risco e de proteção, identificados.

Método

Delineamento da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva, desenvolvida a partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Está organizada em cinco seções e adota estratégias metodológicas específicas, combinando

na constituição dos capítulos abordagens quantitativa e qualitativa dos dados coletados.

Em relação à pesquisa qualitativa, Bardin (1977, p. 113) define algumas das suas características que são aplicáveis à presente pesquisa: “a) ambiente natural como fonte direta dos dados, sendo o investigador o instrumento essencial; b) caráter descritivo; c) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador; d) os dados são analisados de forma indutiva, logo, o significado é de grande importância”. Segundo Alves-Manzotti (1991), a pesquisa qualitativa leva em consideração como as pessoas agem de acordo com suas crenças, percepções, sentimentos e valores, o que implica, em um objeto de estudo cujo foco de investigação deve estar centrado na compreensão de significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações, como é o caso que se pretende nesta pesquisa.

Como pesquisa com abordagem quantitativa, esta tese pretendeu explorar e descrever dados referentes à população e ao contexto da pesquisa. Para tanto, considerou que “O objetivo da fase exploratória é buscar através da imersão no contexto, uma visão geral e não enviesada do problema em questão, e identificação de informantes e outras fontes de dados” Alves-Manzotti (1991, p. 58).

CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada nos municípios de Belém e Ananindeua, integrantes da Região Metropolitana, no Estado do Pará. Conforme o Censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), capital paraense registrou 1.303.403 habitantes e, no âmbito estadual, ocupou a 1ª posição em população. Em nível nacional, ocupa a 12ª posição em população, considerando o conjunto de 5.570 municípios do país. Já a cidade de Ananindeua, em relação ao Censo 2022, contabilizou 478.778 habitantes, sendo a 2ª em população e ocupa a 46ª posição em população no país.

O trabalho de campo contemplou, simultaneamente, dois equipamentos de proteção social, um situado na capital paraense e um destinado a famílias migrantes e refugiadas com crianças e adolescentes que não se encontram em medida protetiva de acolhimento, recepcionados pelo CRAS

(Centro de Referência de Assistência Social), localizado na cidade de Ananindeua, que atende pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo migrantes e refugiados, através da oferta de serviços, programas e projetos.

Esses serviços, na cidade de Belém, estão ligados à instituições geridas pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, criada por meio da Lei Municipal nº 6.022, de 08 de maio de 1966, responsável pela Política Municipal de Assistência Social em Belém do Pará, articulada em três níveis de Proteção: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade e que atendem crianças e adolescentes migrantes e refugiados acolhidos e assistidos pela rede de apoio socioassistencial do município e região e seus parceiros.

Na cidade de Ananindeua, a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho/SEMCAT é o órgão da administração pública responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação da política de Assistência Social no município. Sua missão é desenvolver e fortalecer a Assistência Social pública, garantindo o exercício da cidadania à população em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Sua atuação no âmbito da Proteção Social, a execução de programas, projetos, serviços e benefícios está fundamentada nos princípios do Sistema Único de Assistência Social/SUAS.

Em Belém, o espaço de acolhimento que recebe crianças e adolescentes migrantes e refugiados com suas famílias, está localizado em espaço residencial com capacidade para receber até quinze famílias.

Na cidade de Ananindeua, a pesquisa aconteceu em um equipamento do CRAS, que é a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que atende migrantes e refugiados da etnia Warao e, durante a execução da pesquisa, realizou atendimento a quarenta e

cinco pessoas, distribuídas em treze famílias, composta por treze crianças e dez adolescentes. Este equipamento público é responsável pela oferta da Proteção Social Básica nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade e risco social.

Esclarecemos que para a etnia Warao, existe um espaço de acolhimento gerido pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, que acolhe aproximadamente 19 famílias, cerca de 85 pessoas, mas, por questões institucionais internas, não foi possível acessarmos este espaço durante a realização de coleta de dados.

A execução desta pesquisa aconteceu concomitante a outras pesquisas, estando estas inseridas no macroprojeto “ASPECTOS PECULIARES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS E MIGRANTES NA AMAZÔNIA”.

Participantes

Os participantes foram crianças e adolescentes refugiadas com idade entre seis a 18 anos incompletos, organizados em duas amostras: o primeiro grupo pesquisado foi formado por crianças e adolescentes refugiados atendidos em instituição de acolhimento própria, o qual atende famílias completas em situação de refúgio; o segundo grupo de estudo foram crianças e adolescentes refugiados, residentes em espaços comunitários independentes e atendidos por equipamento de Proteção Social destinada a famílias migrantes e refugiadas com crianças e adolescentes que não se encontram em medida protetiva de acolhimento, recepcionados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que atende pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo migrantes e refugiados, através da oferta de serviços, programas e projetos. Do mesmo modo, como participantes da pesquisa foram ouvidos educadores e técnicos responsáveis pelas rotinas de atendimento às necessidades das crianças e suas famílias, tanto em espaços de acolhimento institucional quanto nos espaços comunitários independentes.

Para as crianças e adolescentes, envolveu-se, participantes, em amostra não probabilística e selecionada por conveniência. O critério de inclusão era ser criança ou adolescente refugiado entre 06 e 18 anos incompletos e terem realizado o refúgio para o Brasil, entre os anos de 2018 e 2024. O critério de exclusão era ser criança abaixo de 06 anos de idade e jovem com mais de 18 anos e

terem realizado o refúgio antes do ano de 2018 ou após o ano de 2024. Para seleção dos demais participantes (familiares e profissionais ligados ao atendimento das crianças participantes), estes tinham idade superior a 18 anos e concordaram em colaborar com as investigações propostas.

A escolha do período entre 2018 e 2024 foi pautada pelo contexto de intensificação dos fluxos migratórios e de refúgio no Brasil, especialmente provenientes de países em crise humanitária, como Venezuela, Haiti e países africanos. A partir de 2017, observou-se a implementação de políticas públicas específicas para a acolhida de migrantes e refugiados, notadamente a “Operação Acolhida” em Roraima, que marcou uma nova fase na gestão do refúgio no país (Machado et al., 2020). O recorte temporal visou garantir a análise de trajetórias recentes, inseridas em um contexto político, social e institucional mais alinhado às normativas internacionais e nacionais de proteção a crianças e adolescentes refugiados (ACNUR, 2023).

A delimitação até o ano de 2024 buscou assegurar a atualidade dos dados, considerando a dinâmica das políticas migratórias e as mudanças recentes ocorridas em função da pandemia de COVID-19, que impactaram diretamente os processos migratórios, as condições de acolhimento e as respostas institucionais. Assim, o recorte selecionado propiciou a análise de experiências recentes e representativas das condições contemporâneas do refúgio infantojuvenil no Brasil.

Ambiente da Coleta

O ambiente da coleta constituiu dimensão central desta pesquisa, não apenas como referência espacial para a aplicação dos instrumentos e realização das entrevistas, mas como elemento metodológico diretamente relacionado à compreensão dos processos de resiliência vivenciados por crianças e adolescentes migrantes e refugiados. Em estudos voltados à infância e à adolescência sem contextos de migração e refúgio, o ambiente não pode ser compreendido como cenário neutro ou meramente físico, pois ele expressa condições concretas de vida, relações de

cuidado, dinâmicas institucionais, oportunidades de proteção e experiências de risco que atravessam o cotidiano dos participantes. Nessa direção, a coleta foi planejada e executada de modo a considerar que a criança e o adolescente, especialmente quando submetidos a trajetórias de deslocamento, ruptura, adaptação e reorganização de vínculos, respondem de maneira sensível ao contexto em que são escutados, observados e convidados a participar da pesquisa.

Assim, o delineamento metodológico buscou assegurar que o processo de obtenção dos dados ocorresse em espaços reconhecíveis, seguros, acessíveis e compatíveis com as rotinas de cuidado e convivência já estabelecidas, favorecendo a expressão dos participantes e reduzindo possíveis desconfortos. A pesquisa foi desenvolvida em dois contextos complementares: o acolhimento institucional, voltado a crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade e necessidade de proteção e em espaços de convivência comunitária, compreendidos como ambientes coletivos de sociabilidade, apoio, circulação e fortalecimento de vínculos no território. Essa definição foi importante porque permitiu apreender a resiliência não como atributo individual isolado, mas como processo tecido nas relações entre sujeito, família, equipe técnica, serviços, redes de apoio e condições materiais de existência.

A entrada em campo ocorreu de forma gradual, mediante articulação prévia com as instituições e com os profissionais responsáveis pelos espaços investigados. Em um primeiro momento, realizaram-se contatos institucionais para apresentação dos objetivos da pesquisa, esclarecimento sobre os procedimentos previstos, identificação do público elegível e definição de estratégias para compatibilizar a coleta com a rotina dos serviços. Essa etapa inicial foi indispensável para o reconhecimento do ambiente, para a pactuação ética do trabalho de campo e para a delimitação de condições práticas de acesso aos participantes. Mais do que autorizar a pesquisa, esse movimento permitiu compreender a organização dos espaços, os horários de maior circulação, os momentos de cuidado, alimentação, descanso e atividades coletivas, bem como a dinâmica relacional entre crianças, adolescentes, famílias e profissionais. Este reconhecimento prévio foi fundamental para que a coleta não se configurasse como intervenção invasiva ou desarticulada da realidade institucional e comunitária. Ao contrário, buscou-se inserir o trabalho de

campo nas temporalidades próprias dos contextos estudados, respeitando o cotidiano já existente e observando como, nesse cotidiano, se materializavam experiências de proteção, vulnerabilidade, pertencimento, adaptação e reconstrução de vínculos, aspectos diretamente relacionados aos processos de resiliência em situação de migração e refúgio.

No contexto do acolhimento institucional, o ambiente da coleta foi caracterizado por uma organização cotidiana marcada por rotinas de cuidado, convivência coletiva e acompanhamento técnico, elementos que exigiram observação atenta e sensibilidade metodológica. O acolhimento institucional, enquanto medida protetiva destinada a garantir proteção integral quando há ameaça ou violação de direitos, constitui espaço de moradia provisória, cuidado cotidiano e reorganização da vida de crianças, adolescentes e suas famílias migrantes e refugiadas.

No caso de migrantes e refugiados, esse ambiente adquire densidade ainda maior, pois nele se cruzam experiências de deslocamento geográfico, fragilização de vínculos, barreiras linguísticas e culturais, insegurança material e necessidade de reconstrução de referências afetivas e sociais. Por essa razão, as visitas ao espaço institucional não se limitaram à ida pontual para aplicação de instrumentos; elas envolveram aproximação progressiva com a rotina do serviço e observação das condições concretas em que as crianças e os adolescentes vivenciavam proteção, convivência e adaptação. Durante as incursões em campo, foram reconhecidos e utilizados diferentes espaços vinculados às rotinas diárias, tais como áreas de convivência, refeitórios, espaços de lazer e outros ambientes coletivos adequados à permanência dos participantes.

Em pesquisas com criança e adolescente, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, a familiaridade do ambiente favorece a participação, reduz a tensão associada à presença da pesquisadora e amplia as possibilidades de expressão espontânea. Em áreas de convivência e momentos de lazer, por exemplo, foi possível observar interações, formas de aproximação entre

pares, comportamentos de retraimento ou abertura, modos de ocupação do espaço e sinais de adaptação à rotina institucional. Já em espaços mais organizados, como auditórios ou salas reservadas, tornou-se possível realizar parte da aplicação dos instrumentos em condições de maior estabilidade, reduzindo ruídos e interrupções. Ainda assim, quando o procedimento envolvia entrevista ou situação que demandasse maior privacidade, utilizou-se espaço privativo, assegurando segurança, sigilo e escuta qualificada. Essa distinção entre espaços coletivos e reservados foi metodologicamente necessária. Os ambientes coletivos favoreceram reconhecimento do cotidiano e aproximação inicial, os ambientes privativos garantiram proteção ética ao relato, especialmente quando se tratava de trajetórias marcadas por perdas, rupturas e situações de risco. Em todos os casos, a aplicação dos instrumentos e a realização das entrevistas foram ajustadas à disponibilidade dos participantes e ao funcionamento da instituição, evitando sobreposição com horários de alimentação, descanso, atividades pedagógicas ou atendimentos técnicos. Essa compatibilização entre pesquisa e rotina foi importante para preservar a qualidade da coleta e respeitar a centralidade do cuidado. Desse modo, o ambiente institucional revelou-se não apenas como local de permanência, mas como espaço de observação privilegiada das mediações entre risco e proteção, uma vez que nele se evidenciavam, simultaneamente, marcas de vulnerabilidade decorrentes da trajetória migratória e de refúgio e estratégias institucionais de cuidado, organização e suporte, todas relevantes para a análise dos processos de resiliência.

Nos espaços de convivência comunitária, o ambiente da coleta assumiu configuração distinta, embora igualmente fecunda para a investigação. Diferentemente do acolhimento institucional, marcado por uma organização mais estruturada do cuidado e da permanência, os espaços comunitários se apresentaram como contextos de circulação social, fortalecimento de vínculos, participação familiar e inserção territorial. Neles, a criança, o adolescente e a família não estavam apenas sob proteção formal de uma instituição de acolhimento, mas inseridos em dinâmicas mais abertas de convivência, acesso a serviços, interação com o território e construção de redes sociais. Essa diferença foi importante para a pesquisa, pois permitiu examinar a resiliência em um plano ecológico mais amplo, observando como processos de adaptação e proteção se

articulavam não apenas à instituição, mas também ao entorno comunitário e às possibilidades de pertencimento social.

As visitas a esses espaços foram precedidas, igualmente, por contato com coordenações e equipes de referência, com o objetivo de apresentar a pesquisa, compreender o funcionamento do serviço, identificar os momentos mais adequados para aproximação com os participantes e definir formas de utilização dos ambientes disponíveis. O reconhecimento do espaço mostrou-se fundamental porque, em contextos comunitários, o fluxo de pessoas, atividades e interações tende a ser mais dinâmico, exigindo da pesquisadora maior flexibilidade e atenção às condições concretas do campo. A coleta ocorreu em ambientes referentes às rotinas de convivência e participação, tais como áreas comuns, espaços destinados a atividades coletivas, locais de espera e outros ambientes em que crianças, adolescentes e famílias permaneciam ou transitavam. Estes espaços favoreceram a observação do modo como os participantes se vinculavam ao ambiente, buscavam apoio, acionavam redes e compartilhavam experiências cotidianas. Nos casos em que a interação demandava acolhimento mais individualizado, sobretudo para entrevistas com familiares ou profissionais, foram utilizados locais reservados, com o propósito de preservar privacidade e reduzir interferências externas. Essa organização foi essencial para que os relatos ocorressem em condições éticas adequadas e para que os participantes se sentissem seguros ao abordar aspectos de sua trajetória de migração e refúgio, frequentemente permeados por instabilidade, perdas, separações, expectativas e esforços de reconstrução de vida.

Esse contexto, constituiu elemento especialmente relevante, pois os espaços comunitários possibilitaram observar não apenas a criança e o adolescente em si, mas as relações de cuidado, acompanhamento e suporte estabelecidas em torno deles. Com isso, a coleta ampliou sua capacidade de captar fatores de proteção presentes na rede relacional e comunitária, como apoio

institucional, fortalecimento de vínculos, inserção em atividades coletivas e construção de novas referências no território. Ao mesmo tempo, tornou visíveis fatores de risco, tais como precariedade material, dificuldades de acesso, incertezas documentais, barreiras de comunicação e fragilidade de redes. Nessa perspectiva, o ambiente comunitário contribuiu para uma compreensão menos restrita e mais relacional da resiliência, evidenciando que a adaptação positiva em contextos adversos depende da interação entre características individuais, apoio familiar, suporte institucional e condições concretas de participação social.

No que se refere especificamente à aplicação dos instrumentos e à realização das entrevistas, o ambiente de coleta foi cuidadosamente planejado para assegurar adequação metodológica, acessibilidade e proteção aos participantes. Nesta pesquisa, foi utilizado um conjunto de instrumentos destinado a coletar informações sobre crianças, adolescentes, famílias e técnicos ou educadores, o que exigiu sensibilidade para distinguir procedimentos, linguagens e tempos conforme o perfil de cada participante. A aplicação dos instrumentos ocorreu em ambientes vinculados às rotinas de cuidado e convivência das crianças e dos adolescentes, justamente porque a familiaridade com o espaço favorece confiança, reduz o caráter artificial da situação de pesquisa e permite melhor qualidade nas respostas e observações.

Desse modo, foram utilizados, conforme a viabilidade em cada contexto, áreas de convivência, horários de lazer, auditórios, refeitórios e outros locais compatíveis com a presença dos participantes. Contudo, a escolha do local não se orientou apenas pela disponibilidade física, mas também por critérios de conforto, segurança, nível de ruído, possibilidade de concentração e preservação ética. Em situações em que a presença de terceiros pudesse constranger o participante, interromper a comunicação ou comprometer o sigilo, a atividade foi deslocada para espaço privativo. Esse cuidado foi particularmente importante nas entrevistas, que requereram ambiente reservado, confortável e seguro, em conformidade com a disponibilidade do participante. A noção de espaço privativo, nesse caso, não se restringe a um recinto fechado, mas envolve condições reais de escuta protegida, sem exposição indevida, sem circulação excessiva de pessoas e sem interferências capazes de inibir a fala. Em pesquisa com criança e adolescente migrante ou

refugiado, esse cuidado é indispensável, uma vez que as experiências narradas podem envolver deslocamentos forçados, insegurança, perdas, ambiguidades identitárias, saudade, medo, reorganização de vínculos e memória de eventos adversos.

Por isso, o ambiente da entrevista precisou funcionar como espaço de acolhimento e não de pressão. O mesmo raciocínio orientou a participação de famílias e profissionais. Com os familiares, buscou-se garantir contexto que possibilitasse relatar trajetórias, condições de vida, estratégias de cuidado e dificuldades enfrentadas. Com os técnicos e educadores, o ambiente reservado favoreceu reflexão sobre a experiência profissional, o acompanhamento cotidiano e a percepção acerca dos processos de adaptação, risco, proteção e resiliência observados entre as crianças e os adolescentes.

Em todos os casos, respeitou-se o ritmo do participante, evitando condução apressada, insistência inadequada ou manutenção do procedimento em situações de cansaço, desconforto ou indisponibilidade. Dessa forma, o ambiente da coleta foi continuamente ajustado às exigências éticas e metodológicas do campo, o que contribuiu para a produção de dados consistentes e para a preservação da dignidade dos sujeitos envolvidos.

Em ambos os contextos, risco e proteção se apresentaram de forma concreta e entrelaçada: risco, nas rupturas provocadas pela migração e pelo refúgio, na instabilidade das condições de vida, na fragilidade de vínculos e na necessidade de reorganização cotidiana. Proteção, na existência de serviços, profissionais, rotinas de cuidado, espaços de escuta, atividades coletivas e possibilidades de reconstrução de laços. Nesse sentido, a coleta não ocorreu à margem do objeto de estudo, ela se deu no interior dos próprios cenários em que a resiliência era produzida, tensionada e sustentada.

O ambiente da coleta, portanto, não foi apenas o pano de fundo da pesquisa, mas parte integrante de sua densidade analítica, ao possibilitar o acesso às formas pelas quais crianças, adolescentes e famílias migrantes e refugiadas vivenciam, em seus cotidianos, experiências

simultâneas de vulnerabilidade, proteção e reconstrução da vida.

Durante a coleta de dados, observaram-se dificuldades relacionadas à compatibilização dos procedimentos de pesquisa com a rotina institucional e comunitária dos espaços investigados, à dinamicidade e às interrupções próprias dos ambientes coletivos, à necessidade de construção gradual de vínculo com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, bem como à busca por condições adequadas de privacidade, conforto e sigilo para a realização das entrevistas.

Somaram-se a isso a heterogeneidade dos participantes, que exigiu adaptações contínuas na linguagem e na condução dos instrumentos, e a sensibilidade requerida para abordar trajetórias marcadas por migração, refúgio, perdas e processos de reorganização da vida. Além disso, a realização da pesquisa em dois contextos distintos, acolhimento institucional e espaços comunitários de convivência, demandou constante flexibilidade metodológica para adequação dos procedimentos às especificidades de cada ambiente.

Instrumentos e materiais

Nesta pesquisa, foi utilizado um conjunto de instrumentos que forneceram a base para coletar informações sobre as crianças, os adolescentes e os técnicos/educadores e famílias, a saber:

Formulário de caracterização da criança e do adolescente (FCCA)

Para a caracterização das crianças e adolescentes, foi utilizado um formulário específico, preenchido com informações constantes nos prontuários dos acolhidos. Este instrumento buscou apontar as principais características das crianças e adolescentes na condição de migração e refúgio.

Esse instrumento foi construído com base em estudo anterior realizado por Cavalcante (2008) e Weber e Kossobudzki (1996), que investigou a condição psicossocial de crianças que viviam em instituições de acolhimento. Este formulário é constituído por 63 perguntas, direcionadas para aspectos peculiares das crianças atendidas nas instituições de acolhimento, e dividido em 6 blocos de perguntas organizadas da seguinte forma, identificação para fins de controle da pesquisadora, dados escolares, situação familiar da criança, procedimento de acolhimento, histórico de acolhimento e dados sobre questões de saúde do acolhido. As questões foram adaptadas considerando as particularidades do presente estudo (Apêndice E).

Formulário de Caracterização de Famílias Refugiadas Acolhidas (FCFA)

O uso deste instrumento buscou realizar um levantamento sociodemográfico, com perguntas objetivas, relacionados com os dados das famílias acolhidas. É composto por dados sobre o nível educativo, estado civil, situação de trabalho dos membros da família; renda mensal; tipo de habitação; motivo do refúgio; motivo para ter escolhido o país/localidade; quem acompanhou a família durante o refúgio; atendido pelo serviço social; pessoas com quem mora no espaço de acolhimento? O Formulário de Caracterização de Famílias Refugiadas Acolhidas (FCFA) incorporou também itens voltados à identificação de situações estressoras, avaliadas por meio de uma escala de pontuação que mensura a intensidade percebida desses eventos. Ademais, incluiu-se um conjunto de questões direcionadas à análise da dinâmica familiar, contemplando especificamente os papéis desempenhados pelo pai e pela mãe, bem como o suporte disponibilizado no enfrentamento das situações vivenciadas com os filhos. A organização do instrumento foi estruturada em cinco blocos temáticos, o que possibilita uma análise mais sistemática e detalhada das dimensões investigadas. O instrumento foi elaborado por Ana Almeida em pesquisa realizada pela Universidade de La Laguna (Espanha, Tenerife) em parceria com a Universidade do Minho, com objetivo de melhor conhecer a realidade das famílias luso-venezuelanas em Portugal.

Para este estudo, a versão do formulário passou por um processo de revisão abrangente e de adaptação metodológica, a fim de assegurar sua pertinência ao contexto investigado. As modificações implementadas compreenderam a tradução integral para a língua portuguesa e a realização de ajustes específicos à realidade sociocultural brasileira, contemplando variáveis como nível de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, condições de renda e caracterização territorial. Adicionalmente, foram incorporados itens destinados a captar aspectos relacionados ao sistema de proteção social vigente no Brasil, de modo a ampliar a sensibilidade do instrumento às

particularidades do campo empírico analisado (Apêndice F).

Roteiro de Entrevista Semiestruturada com Educadores e Técnicos

Para a percepção dos educadores e técnicos foi aplicado um roteiro de entrevista semiestruturada. Com este instrumento, pretendeu-se acessar informações sobre as rotinas de atendimento às necessidades de crianças e adolescentes e como educadores e técnicos lidam com as mesmas, considerando-se as peculiaridades das instituições envolvidas. O roteiro da entrevista do tipo semiestruturada foi elaborado pela pesquisadora, foi constituído por dois eixos, a saber: eixo 1: perguntas relacionadas à experiência como educador nesse serviço de acolhimento voltado para migrantes e refugiados; eixo 2: perguntas referentes à interação com o ambiente e com as crianças e adolescentes, contendo 12 e 11 perguntas respectivamente.

Sobre a investigação qualitativa, Bogdan e Biklen (1994) esclarecem que a entrevista é usada para coletar dados descritivos, aproveitando a linguagem dos próprios participantes da pesquisa, o que permite ao investigador intuitivamente desenvolver uma ideia acerca de como os participantes interpretam os aspectos do mundo. A aplicação das entrevistas foram realizadas à medida que ocorreram as visitas e conforme a disponibilidade dos participantes, com o intuito de descrever na percepção dos educadores/cuidadores a cerca da migração e refúgio de crianças e adolescentes, a partir da rotina na instituição. A pesquisadora ficou disponível para as visitas e aplicação dos instrumentos da pesquisa (Apêndice G).

Escala de Resiliência CYRM – CHILD AND YOUTH RESILIENCE MEASURE – Versão Brasileira

A Escala de Resiliência CYRM – CHILD AND YOUTH RESILIENCE MEASURE – Versão Brasileira, originalmente foi desenvolvida com o objetivo de mensurar a resiliência de crianças e adolescentes no contexto brasileiro, além de mapear recursos ecológicos associados a processos de adaptação positiva resiliência. A adaptação transcultural do instrumento, com os devidos ajustes linguísticos e contextuais, garantiu equivalência conceitual e psicométrica, configurando a escala como uma ferramenta robusta para a pesquisa e a prática profissional.

A disponibilidade de um instrumento validado para o contexto brasileiro possibilita avaliar

a resiliência em populações em situação de vulnerabilidade, como crianças e adolescentes refugiados e aqueles em acolhimento institucional. A CYRM permite a construção de perfis que evidenciam simultaneamente potencialidades (pontos fortes) e vulnerabilidades (pontos fracos), oferecendo subsídios para o planejamento de intervenções voltadas ao fortalecimento de recursos familiares, comunitários e institucionais, incluindo contextos de risco social, como acolhimento institucional e situações de vulnerabilidade. (Apêndice H).

Questionário da Juventude Brasileira (QJB)

O Questionário da Juventude Brasileira (QJB) é um instrumento psicossocial utilizado em pesquisas nacionais para avaliação dos processos de resiliência, fatores de risco e proteção em crianças e adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Embora não exista um histórico de validação do QJB em outros países, sua utilização em território brasileiro tem se mostrado relevante para captar dimensões relacionadas ao desenvolvimento infantojuvenil frente a situações adversas.

As pesquisas nacionais, ao aplicarem o QJB ou instrumentos psicossociais semelhantes, evidenciam a importância de mensurar aspectos como autoestima, suporte familiar, engajamento comunitário e habilidades sociais, permitindo uma análise abrangente dos fatores que contribuem para a resiliência dos jovens (Dell’Aglío, 2012; Paludo & Schirò, 2012). Além disso, a literatura indica que a aplicação do QJB proporciona uma compreensão aprofundada sobre como relações afetivas, redes de apoio, autoestima e estratégias de enfrentamento são articuladas no cotidiano de crianças e adolescentes expostos a múltiplos riscos psicossociais. O contexto brasileiro, marcado por desigualdades, violência e carência de políticas públicas, reforça a pertinência de instrumentos como o QJB para subsidiar intervenções e políticas mais efetivas no campo da proteção infantojuvenil (Abaid & Dell’Aglío, 2015; Vasques, 2014).

A análise dos estudos realizados em diferentes regiões do Brasil destaca a versatilidade do QJB para captar múltiplos contextos de vulnerabilidade, incluindo ambientes escolares, institucionais e comunitários. Pesquisas conduzidas no Sul do Brasil, por exemplo, mostraram que o instrumento possibilita identificar relações entre abandono, institucionalização, pobreza e estratégias de enfrentamento, evidenciando como a presença de vínculos afetivos positivos e redes de apoio comunitário atua como fator de proteção para o desenvolvimento saudável (Abaid & Dell’Aglío, 2015; Dell’Aglío, 2012). Já em contextos escolares e comunitários, o QJB auxilia na identificação de fatores de risco como violência doméstica, consumo de substâncias e rupturas familiares, ao passo que evidencia o papel de programas sociais, suporte escolar e engajamento artístico na promoção da resiliência (Paludo & Schirò, 2012; Silva & Oliveira, 2017).

Destaca-se ainda que estudos realizados na Amazônia apontam para a importância de fatores como protagonismo juvenil, integração escolar e acesso a políticas públicas, temas captados pela aplicação do QJB ou de instrumentos semelhantes, especialmente em contextos de grande vulnerabilidade social (Alexandrino, 2023; Vasques, 2014). Apesar da robustez dos achados nacionais, a análise das referências evidencia uma lacuna importante no uso do QJB com populações migrantes e refugiadas. Embora, parte dos estudos investigue processos de resiliência em jovens em situação de acolhimento institucional ou em vulnerabilidade social, poucos abordam especificamente adolescentes migrantes ou refugiados, o que aponta para a necessidade de novas pesquisas para validação e adaptação do QJB nesses contextos (Alexandrino, 2023; Sousa et al., 2023).

Os artigos destacam que barreiras culturais, discriminação e dificuldades de integração são desafios adicionais para essa população, tornando o QJB um instrumento valioso para o diagnóstico e acompanhamento dessas demandas. Recomenda-se, portanto, a ampliação do uso do QJB em estudos voltados a migrantes e refugiados, com adaptações, de modo a possibilitar um mapeamento mais preciso dos fatores de risco e proteção que incidem sobre crianças e adolescentes nesses cenários, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados por essa população e a criação de estratégias efetivas para formulação de políticas públicas e estratégias intersetoriais mais

inclusivas (Alferes Ribeiro, 2017; Alexandrino, 2023). (Apêndice I)

Nesta pesquisa, o instrumento foi adaptado para a utilização com adolescentes migrantes e refugiados, objetivando adequar o conteúdo de alguns itens às características e à realidade desse contexto.

Aspectos éticos para realização da pesquisa

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética/CAAE nº 67260223.4.0000.5172, que o aprovou sob parecer nº 6.087.367.

Isso significa que a investigação levará em consideração os princípios contidos na resolução nº 466/2012 (Brasil, 2012), que trata sobre ética na pesquisa com seres humanos, sendo garantidos todos os direitos dos participantes. Destaca-se que a participação na pesquisa ocorreu de forma voluntária. Cuidados éticos, morais e emocionais foram tomados na coleta dos dados para preservar a integridade física e mental dos envolvidos. Antes da realização da entrevista, os adultos participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as crianças assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, como garantia do sigilo e anonimato dos participantes. Com a finalidade de minimizar qualquer situação desagradável, foram esclarecidos, previamente a temática da pesquisa e o assunto abordado, havendo espaço para sanar dúvidas, dando-se a liberdade de interrupção a qualquer momento.

Procedimentos de coleta de dados.

Inicialmente os instrumentos foram escolhidos e adaptados para a pesquisa, visando à adequação dos mesmos aos objetivos propostos nesta tese. Neste sentido, as adequações levaram em consideração o tipo de instituição investigada, o participante envolvido na amostra, a dinâmica das instituições, entre outros. De posse dos instrumentos, foi conduzido o treinamento da equipe de

pesquisa. Foram realizados encontros presenciais e online para discussão dos instrumentos.

Período de ambientação

Para que os participantes se sentissem à vontade, foi necessário um período de ambientação. Conforme os autores Ribeiro, Azevedo e Turato (2013), este remete a um processo de adaptação geral à rotina dos *locus* pesquisados, coletando dados, bem como se apropriando de informações sobre o cotidiano das pessoas que ali trabalham e daquelas que são atendidas. Para isso, foi mantido contato com a equipe de profissionais que atuam na instituição, através de reuniões e encontros individualizados com os envolvidos na amostra, a fim de apresentar os objetivos e o método do estudo proposto, e, com isso, motivar sua participação. A ambientação com as crianças e adolescentes ocorreu em horários programados para acompanhamento de atividades de rotina e recreativas, buscando maior interação entre pesquisados e pesquisadora. Após todos os procedimentos éticos do período de ambientação e adaptação dos instrumentos, iniciou-se a coleta de dados.

Nas visitas ao espaço de acolhimento foi feito o convite para participar da pesquisa, explicando aos técnicos e educadores os objetivos do estudo. Após cada convite, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que o técnico e o educador e, outros adultos participantes da pesquisa, e, para as crianças e os adolescentes o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para autorização na pesquisa. Após assinatura, iniciou-se a aplicação dos instrumentos. Em todos os casos o local foi privativo e adequado.

Procedimento de análise de dados

Para a caracterização do perfil de crianças e adolescentes migrantes e refugiados, foi utilizado um formulário para caracterização, com o objetivo de indicar as características sociodemográficas das crianças, adolescentes e seus familiares. O instrumento foi construído a partir de estudos anteriores realizados por Cavalcante (2008) e Corrêa (2016), que investigaram aspectos psicológicos e sociais de crianças em serviços de acolhimento institucional. As questões do instrumento foram adaptadas em conformidade com os objetivos do estudo. O preenchimento foi

realizado pela pesquisadora, por meio de consulta aos prontuários, onde foi possível acessar as informações pertinentes à entrada e permanência dos acolhidos. A adequação do formulário resultou na inclusão de 63 itens, com seis blocos de perguntas, enfatizando aspectos peculiares do acolhimento dessa população.

O critério de escolha dos prontuários passou por seleção preliminar da equipe técnica da unidade e envolveu os acolhimentos realizados no ano de 2018/2024. Os dados coletados foram inseridos em planilhas de Excel, a fim de reunir informações relacionadas às seguintes categorias: identificação pessoal, escolarização e profissionalização, situação familiar e de moradia. As análises foram executadas por meio de estatística descritiva, a partir do cálculo de frequência, média e desvio padrão, considerando variáveis como sexo, idade, tempo de acolhimento, situação familiar e processo de institucionalização.

O estudo se caracterizou como pesquisa documental e envolveu a consulta a 252 prontuários, que correspondem ao total de migrantes e refugiados acolhidos no período de janeiro de 2018 a junho de 2024. Destes, identificou-se 80 crianças e adolescentes, distribuídas em 50 prontuários de famílias migrantes ou refugiadas acolhidas no período mencionado. A pesquisa teve como critério de inclusão: documentos de famílias acolhidas com crianças e adolescentes entre seis e 18 anos incompletos. Como critério de exclusão: documentos de famílias sem crianças e adolescentes entre seis e 18 anos incompletos em sua composição; ou ainda, famílias que se recusaram participar da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma instituição que acolhe mulheres adultas e famílias em situação de rua, correspondente a atendimentos de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (PSEAC). Desenvolve o serviço de acolhimento institucional às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e com inexistência de moradia convencional regular, sendo estes nacionais ou migrantes/refugiados. A realização da pesquisa e visitas periódicas ao

espaço, foi devidamente autorizada pelo órgão responsável pela Política Municipal de Assistência Social e a coordenação da unidade de acolhimento de migrantes e refugiados autorizaram.

Os dados obtidos por meio do instrumento foram tratados por meio de procedimentos de estatística descritiva, recurso metodológico que possibilita organizar, sintetizar e interpretar informações de forma sistemática. Essa abordagem permite evidenciar o perfil sociodemográfico e psicossocial das crianças e adolescentes migrantes e refugiadas em situação de acolhimento institucional, fornecendo um panorama abrangente e inteligível acerca das características do grupo investigado. De acordo com Dancey e Reidy (2019), a estatística descritiva constitui um passo fundamental para a compreensão inicial dos dados, uma vez que possibilita identificar padrões e tendências, favorecendo análises subsequentes.

No campo do desenvolvimento humano, tal caracterização é essencial, pois permite reconhecer como fatores contextuais e individuais se articulam na trajetória de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Ao oferecer uma visão integrada sobre as condições de vida e os recursos disponíveis, essa análise contribuiu para interpretar práticas de cuidado e proteção, bem como para identificar fatores de risco, de proteção e processos de resiliência que permeiam suas experiências (Bronfenbrenner, 2005; Ungar, 2013). Dessa forma, o uso da estatística descritiva não se limita a uma etapa técnica, mas constitui ferramenta analítica que favorece uma compreensão mais precisa e contextualizada do fenômeno estudado. Este estudo só foi possível ser realizado no espaço de acolhimento institucional, não tendo sido realizada esta caracterização com as famílias residentes em espaços comunitários independentes.

Para a caracterização das famílias refugiadas, foi utilizado o Formulário de Caracterização de Famílias Refugiadas Acolhidas (FCFA), aplicado diretamente junto às famílias em duas condições distintas: aquelas que se encontravam acolhidas em instituições e aquelas que residiam em espaços comunitários. A coleta ocorreu ao longo do ano de 2024. No espaço de acolhimento, foram coletados dados de 15 famílias e no espaço de residência comunitária, foram atendidas 15 famílias e contemplou múltiplas dimensões, incluindo informações pessoais, dados escolares, inserção profissional e aspectos socioeconômicos, sendo devidamente arquivadas sob a

responsabilidade da pesquisadora, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica e as normas de proteção de dados. Tal procedimento garantiu a confidencialidade das informações, assegurando que o acesso fosse restrito apenas à pesquisadora e aos colaboradores formalmente autorizados (Conselho Nacional de Saúde, 2016).

A análise dos dados foi organizada em categorias gerais, abrangendo variáveis como dados pessoais, ano de chegada ao Brasil e/ou à instituição, número de filhos, nível de escolaridade, situação ocupacional, condições financeiras e recebimento de auxílios sociais, além de situações estressoras. Para o tratamento estatístico, foram empregadas técnicas de estatística descritiva e inferencial. A estatística descritiva possibilitou resumir e sistematizar informações referentes à idade, ao tempo e aos motivos do acolhimento, bem como a outros elementos relacionados à dinâmica familiar e ao processo de adaptação ao novo contexto. Esse procedimento é fundamental no campo do desenvolvimento humano, uma vez que favorece a compreensão de como fatores individuais e contextuais se articulam ao longo do ciclo vital (Gonçalves, 2016).

Por sua vez, a estatística inferencial foi empregada para identificar padrões de associação e relações significativas entre as variáveis, permitindo ampliar a análise para além da descrição imediata dos dados. Essa abordagem contribui para a formulação de inferências mais robustas e abrangentes acerca das condições de vida e adaptação das famílias migrantes e refugiadas, possibilitando interpretações que dialogam com a literatura sobre fatores de risco, proteção e processos de resiliência em contextos migratórios (Bronfenbrenner, 2005; Ungar, 2013).

Para a percepção de técnicos e educadores sobre a trajetória de migração e refúgio de crianças e adolescentes foi utilizado roteiro de entrevistas com técnicos e educadores. Aplicado para 15 profissionais, sendo oito do espaço de acolhimento institucional e 07 do equipamento de proteção social. Após a realização das entrevistas, o material foi submetido a um processo de

transcrição e revisão no ano de 2024, etapa em que a autora participou ativamente da equipe responsável por esse procedimento. Ao término dessa fase, todas as entrevistas estavam sistematizadas e disponíveis para análise qualitativa subsequente, conforme o planejamento delineado na pesquisa, com as seguintes etapas:

Primeira Etapa – Leitura exploratória do banco de entrevistas

A análise iniciou-se com uma leitura exploratória das entrevistas, procedimento orientado pela técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016). Esse processo possibilitou a identificação de fragmentos textuais representativos das práticas profissionais relatadas pelos participantes. A seleção seguiu dois critérios principais: (1) práticas voltadas à garantia de acesso a direitos fundamentais — tais como alimentação, saúde, educação, lazer, documentação civil e cuidados básicos; e (2) estratégias de mediação e apoio socioemocional, incluindo o fortalecimento de vínculos afetivos, a escuta qualificada, a presença constante de profissionais, a mediação de conflitos e a promoção de relações sociais saudáveis. Tais dimensões dialogam com pressupostos do desenvolvimento humano, uma vez que o acesso a direitos e a qualidade das interações sociais são fatores diretamente associados a processos de proteção e resiliência em contextos de vulnerabilidade (Bronfenbrenner, 2005; Papalia & Feldman, 2013).

Segunda Etapa – Construção do banco de dados

A identificação das percepções e práticas profissionais permitiu a construção de um novo banco de dados organizado em uma planilha no Software Microsoft Excel, a planilha continha o modelo desenvolvido por Michael Ungar (2008) que descreve as tensões enfrentadas por jovens em situações de risco, e como eles podem desenvolver resiliência ao lidar com essas tensões. Essas tensões não são necessariamente negativas, mas sim desafios que exigem que os jovens usem seus recursos internos e externos para encontrar um equilíbrio. Além disso, a planilha contou com os conceitos do que Ungar considera as sete tensões da resiliência, que são dinâmicas, interagem entre si e podem se expressar de diferentes formas através do tempo, com seus respectivos exemplos. São elas:

- Acesso a recursos materiais: Possibilidade de acessar condições mínimas para

sobrevivência e dignidade (alimentação, moradia, saúde, educação).

- Experiências de justiça social: Participação em lutas coletivas por direitos, enfrentamento de opressões e discriminações.
- Acesso a relacionamentos interpessoais de apoio: Redes de suporte familiar, comunitário, amigos, adultos significativos.
- Desenvolvimento de identidade pessoal fortalecida: Construção do senso de individualidade e autoestima.
- Experiências de coesão social: Pertencimento a grupos, compromisso com a coletividade.
- Poder e controle pessoal: Sentimento de agência, capacidade de decidir sobre sua vida.
- Aderência cultural: Conexão (ou oposição) aos valores, crenças e práticas culturais de seu grupo.

A partir do relato dos profissionais, foram criados exemplos pela autora, diante da possível práticas de educadores e técnicos para promover resiliência e limitar riscos.

Terceira Etapa – Avaliação dos juízes

Para assegurar a validade do processo de categorização, os fragmentos textuais extraídos das entrevistas foram submetidos à apreciação de três pesquisadores auxiliares, denominados neste estudo como juízes. Esses avaliadores realizaram a categorização do material em conformidade com as sete tensões da resiliência. O procedimento consistiu na leitura de cada fragmento, seguido da decisão quanto à correspondência da prática relatada ao conceito teórico, assinalando “sim” ou “não” em planilha previamente estruturada.

O nível de concordância entre os juízes foi verificado por meio do coeficiente Kappa de Cohen (1960), estatística amplamente utilizada para mensurar a confiabilidade interavaliadores em dados categóricos. Conforme destacado por McHugh (2012), o Kappa é considerado um índice

mais robusto do que a simples porcentagem de concordância, uma vez que leva em consideração a possibilidade de acertos ao acaso. Apesar das controvérsias em torno da interpretação de seus valores, o uso desse coeficiente é reconhecido como relevante em pesquisas qualitativas que buscam assegurar rigor metodológico. A definição de kappa é:

$$\kappa = \frac{p_0 - p_e}{1 - p_e} = 1 - \frac{1 - p_0}{1 - p_e}$$

Onde:

- p_0 : é a concordância relativa observada entre os avaliadores
- p_e : é a probabilidade hipotética de concordância ao acaso, usando os dados observados para calcular as probabilidades de cada observador ver aleatoriamente cada categoria.
- Se os avaliadores estiverem de acordo, então $\kappa = 1$.
- Se não houver acordo entre os avaliadores além do que seria esperado por acaso (conforme dado por p_e), então $\kappa = 0$.

É possível que a estatística seja negativa, o que pode ocorrer por acaso se não houver relação entre as avaliações dos dois avaliadores, ou pode refletir uma tendência real dos avaliadores em dar avaliações diferentes.

A estatística pode variar de -1 a +1, onde o valor negativo indica que a concordância entre os avaliadores foi menor que a concordância esperada ao acaso. Com -1 estamos indicando que não houve concordância, 0 indica que a concordância não é melhor que o acaso, e valores maiores que 0 representam uma concordância crescente para os avaliadores, até um valor máximo de + 1, indicando uma concordância perfeita.

O Kappa de Cohen é o mais usado e avalia a concordância entre dois examinadores (ou dois métodos). Por outro lado, Fleiss (1981) propôs uma extensão do Kappa para o caso em que há mais de dois examinadores (ou métodos), que foi denominada Kappa Generalizado ou Kappa de Fleiss.

O Kappa de Fleiss é um teste estatístico não-paramétrico, utilizado para avaliar o grau de concordância entre 3 ou + observadores, avaliadores e/ou juízes. A adoção desse procedimento contribuiu para fortalecer a validade interna da categorização e, conseqüentemente, a confiabilidade dos achados, fundamentais para a compreensão dos processos de risco, proteção e resiliência em crianças e adolescentes em acolhimento.

Para o cálculo do coeficiente de concordância Kappa de Cohen, empregou-se um script na

linguagem de programação R, usando a função `kappa.fleiss()` do pacote `irr`. A análise foi realizada de forma pareada, considerando dois juízes por vez. Inicialmente, foram comparadas as classificações atribuídas pelo Juiz 1 e pelo Juiz 2; em seguida, as do Juiz 1 em relação ao Juiz 3; e, por fim, as do Juiz 2 em relação ao Juiz 3. Após a obtenção dos valores individuais de Kappa em cada comparação, procedeu-se ao cálculo da média aritmética simples desses três coeficientes, com o objetivo de avaliar de maneira integrada a consistência das classificações referentes a cada prática analisada.

Para avaliar os fatores de risco, os fatores de proteção e os processos de resiliência em crianças migrantes e refugiadas, na faixa etária de seis a 12 anos incompletos, foi aplicada a Escala de Resiliência CYRM – Child and Youth Resilience Measure – Versão Brasileira. Este instrumento, validado transculturalmente, tem sido amplamente empregado para mensurar recursos individuais, relacionais, comunitários e contextuais que contribuem para a adaptação positiva em situações de adversidade (Reppold et al., 2012; Ungar & Liebenberg, 2011).

Os dados obtidos foram organizados em um banco específico e posteriormente processados no Software IBM SPSS Statistics, versão 20. Inicialmente, realizou-se a aplicação de estatísticas descritivas, com o intuito de sintetizar as principais características da amostra, permitindo a visualização de médias, desvios-padrão, frequências e percentuais associados às variáveis da escala. Essa etapa possibilitou delinear um panorama do grupo estudado, incluindo elementos como perfil socioeconômico, características familiares e contextuais, fatores considerados de risco e fatores de proteção identificados pelas dimensões do CYRM.

Em seguida, foram realizadas análises de associação entre variáveis, visando compreender a inter-relação entre dimensões individuais, relacionais e comunitárias, tal como previsto pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 2005). A identificação de tais associações contribuiu para verificar como recursos de proteção se articulam com fatores de risco e

influenciam os processos de resiliência em crianças migrantes e refugiadas, permitindo observar padrões relevantes para a compreensão do fenômeno em contextos de vulnerabilidade social.

Assim, a análise estatística não se limitou à descrição dos dados, mas buscou integrar os resultados ao campo do desenvolvimento humano, ao destacar que a resiliência, nesse período do ciclo vital, é mediada pela interação entre características individuais da criança, apoio familiar, acesso a serviços institucionais e redes comunitárias (Masten, 2014; Ungar, 2015).

Para a avaliação de fatores de risco, fatores de proteção e processos de resiliência em adolescentes migrantes e refugiados, com idades entre 13 e 18 anos incompletos, foi utilizado o Questionário da Juventude Brasileira (QJB). Esse instrumento, amplamente aplicado em estudos nacionais, permite mapear múltiplas dimensões relacionadas ao desenvolvimento juvenil, como comportamentos de saúde, contextos familiares, práticas escolares, inserção comunitária e acesso a políticas públicas, constituindo-se em uma ferramenta abrangente para a investigação de condições de vulnerabilidade e proteção (Dell’Aglia & Koller, 2011).

Os dados coletados foram organizados em banco digital e processados no Software IBM SPSS Statistics, versão 20. Inicialmente, foi realizada análise estatística descritiva, com o objetivo de sumarizar as informações referentes ao perfil dos adolescentes. Essa etapa incluiu a apresentação de médias, frequências e distribuições percentuais, favorecendo uma visão detalhada acerca das características da amostra, como situação socioeconômica, trajetória escolar, vivências familiares, exposição a riscos e acesso a recursos de proteção. A utilização da estatística descritiva possibilitou delinear um retrato amplo da condição juvenil no contexto do refúgio, destacando vulnerabilidades e recursos presentes no processo de desenvolvimento (Dancey & Reidy, 2019).

Na sequência, foram aplicadas análises de associação entre variáveis, buscando compreender de que modo fatores de risco (ex.: evasão escolar, dificuldades econômicas, exposição à violência) interagem com fatores de proteção (ex.: apoio familiar, vínculos comunitários, participação escolar) e contribuem para os processos de resiliência. Essa etapa analítica dialoga diretamente com referenciais do desenvolvimento humano, que compreendem a adolescência como um período marcado por reorganizações cognitivas, emocionais e sociais, nas quais a presença de

apoios contextuais pode mediar positivamente os efeitos da adversidade (Steinberg, 2014).

A integração entre os resultados do QJB e os referenciais teóricos da resiliência permitiu compreender como adolescentes migrantes e refugiados, em condições de acolhimento institucional ou comunitário, mobilizam recursos individuais e coletivos para enfrentar situações adversas. Nesse sentido, a análise estatística contribuiu para a identificação de padrões que reforçam a concepção da resiliência como processo dinâmico, multissistêmico e dependente da interação entre características pessoais e ecossistemas de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2005; Ungar, 2015).

Resultados e Discussão

Os resultados foram organizados em cinco eixos, de modo a assegurar clareza expositiva e coerência com a fundamentação teórica adotada. Inicialmente, apresenta-se a caracterização biopsicossocial de crianças e adolescentes migrantes e refugiados atendidos em acolhimento institucional. Na sequência, descrevem-se os perfis das famílias acolhidas, contemplando variáveis sociodemográficas e contextuais atendidas em acolhimento institucional e em espaço de convivência comunitária. Em terceiro lugar, examinam-se as percepções de técnicos e educadores acerca dos processos de migração e refúgio vivenciados pelas crianças e adolescentes. Posteriormente, são analisados os processos de resiliência identificados no percurso de desenvolvimento dos participantes. Por fim, discutem-se os fatores de risco e de proteção que incidem nesses trajetos, articulando os achados empíricos tendo como referência, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano e com a perspectiva de resiliência multissistêmica, enfatizando interações pessoa-processo-contexto-tempo e a adaptação de recursos em múltiplos níveis (Bronfenbrenner, 2005; Ungar, 2015).

1 – Caracterização do perfil biopsicossocial de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas

Nos 80 prontuários examinados, verificou-se que a média de idade das crianças e adolescentes foi de seis e 10 anos para crianças e de 14 a 16 anos entre os adolescentes (DP = 44,10). A **Tabela 1** reúne os dados coletados do perfil desses acolhidos.

Tabela 1 – *Perfil sociodemográfico de crianças e adolescentes acolhidos de janeiro de 2018 a junho de 2024 (N=80)*

<i>Variáveis</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Sexo		
Feminino	18	22,5
Masculino	26	32,5
SI	36	45,0
Faixa Etária		
De 05 a 07 anos	15	18,7
De 08 a 10 anos	15	18,7
De 11 a 13 anos	10	12,5
De 14 a 16 anos	7	8,7
De 17 a 18 anos	2	2,5
SI	31	38,7
Escolaridade		
Não estuda	5	6,2
Ensino Fundamental	45	56,2
Ensino Médio	8	10,0
SI	22	27,5
Naturalidade		
Venezuela	20	25,0
Cuba	25	31,2
Haiti	9	11,2
Angola	8	10,0
Guiana Francesa	6	7,5
Suriname	2	2,5
Marrocos	2	2,5
Nigéria	2	2,5
Colômbia	2	2,5
Congo	2	2,5
Espanha	2	2,5

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 1, nota-se que, em relação ao sexo, os meninos são a maioria (32,5%). Não foram encontrados dados internacionais que remetam ao quantitativo relacionado ao sexo dessas crianças e adolescentes migrantes ou refugiadas, acolhidas institucionalmente. Em relação à literatura

nacional, no que se refere ao acolhimento, embora não sejam crianças migrantes e refugiadas, os resultados encontrados acompanham dados de estudos de Cruz (2019) e Taborda (2023) desenvolvidos na região da Amazônia considerada neste levantamento, qual seja, a área metropolitana de Belém-PA e de Silva (2025), em estudo realizado com crianças migrantes e refugiadas no município de Santarém-PA, que demonstram um perfil prevalente de crianças acolhidas do sexo masculino. No que se refere à idade, a faixa etária de cinco a 10 anos é a predominante no levantamento realizado (30,0%). Quanto à escolaridade, o ensino fundamental ganha destaque com 56,2%. Observa-se que 6,2% não frequentava a escola durante o acolhimento. Em relação a evasão escolar, destaca-se a questão de ausência de documentação para matrícula em instituição de ensino compatível com a série escolar em seu país de origem.

Sobre a questão, Tonetto e Gomes (2021), em seus estudos, apresentam a dificuldade das famílias das crianças refugiadas e solicitantes de refúgio, que não conseguem efetivar sua entrada na instituição escolar pela recusa dos documentos apresentados e exigência de certificados que a família não possui, como histórico de frequência da instituição educativa do país de origem. Situação contornada com a criação da Resolução 01, de 2020, que dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro, e que determina em seu art. 1º, § 5º, que: na ausência de documentação escolar, os estudantes estrangeiros serão avaliados e matriculados em qualquer etapa, conforme o seu desenvolvimento e faixa etária, exceto a matrícula na educação infantil e no primeiro ano do ensino fundamental, que obedecerá apenas ao critério da idade da criança (BRASIL, 2020).

É de grande importância a inclusão das crianças e adolescentes na escola para que, o mais rápido possível, possam se sentir incluídas. Ainda assim, conforme Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), muitos adolescentes e/ou famílias cedem à pressão da migração e priorizam os

benefícios do casamento precoce, do trabalho doméstico ou da atividade remunerada. Muitos jovens são pressionados a trabalhar e até a abandonar a escola, isso pode acontecer por diversos fatores, um dos quais pode até ser uma questão cultural, pois, para alguns, dependendo de sua origem, já possuem nível de escolaridade suficiente (ONU, 2020).

Durante a pesquisa, observou-se que todas as categorias apresentaram, em algum nível, registros sem informação (SI), com exceção do dado referente à naturalidade das famílias acolhidas. A identificação do país de origem, para além de um indicador estatístico, constitui elemento estratégico para o planejamento de ações inclusivas que considerem a trajetória e a vocação de cada migrante ou refugiado e de seus familiares, favorecendo, assim, a construção de condições de maior autonomia para esses grupos.

Nesta direção, cabe refletir acerca das informações ignoradas nos documentos oficiais das instituições de acolhimento. Em conformidade com as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento (Brasil, 2009), o corpo técnico dos espaços deve realizar um acompanhamento com todos os registros possíveis e com as mais variadas informações, individual de cada acolhido e familiar, além do registro da rotina de atendimentos. Durante a coleta de dados, identificou-se a ausência de informações e/ou informações incompletas quanto a história particular de cada família, consideradas básicas e importantes para o entendimento de cada caso e seus encaminhamentos.

A ausência de registro de informações consideradas importantes sobre as crianças e os adolescentes acolhidos em seus prontuários também foi identificada em pesquisas realizadas por (Cavalcante, 2008; Corrêa, 2016; Serrano, 2011; Silva, 2025). A reunião de informações, com as particularidades de cada caso precisa ser uma prática de rotina nos serviços de acolhimento, tanto para privilegiar um atendimento de qualidade, quanto para facilitar o acompanhamento e andamento do processo, seja pelo próprio corpo técnico, quanto pelos outros organismos da rede protetiva, além de facilitar a inserção dessas famílias no mercado de trabalho e serviços que sua condição de migrante ou refugiado requer. Neste contexto, Heumann e Cavalcante (2018) afirmam que um acompanhamento com todos os registros devidos, podem ser potencializadores para o desenvolvimento das pessoas que, por necessidades diversas, são encaminhadas a estes espaços.

Nesse sentido, a identificação do perfil das crianças e dos adolescentes migrantes e refugiados acolhidos, bem como de suas famílias, a investigação de dados e informações sobre o contexto de chegada e permanência nos espaços de acolhimento e o mapeamento de suas redes de apoio devem ocupar lugar central nos programas de acolhimento. Essas ações podem subsidiar a elaboração de estudos diagnósticos, contribuindo para a formulação de estratégias que favoreçam a permanência e o desenvolvimento saudável das famílias que chegaram ao território brasileiro em decorrência de situações adversas.

Nessa direção, esta pesquisa catalogou e estruturou aspectos gerais das famílias migrantes e refugiadas dos acolhidos, verificando seu perfil e condições de vida. Ainda nessa direção, foram coletados os dados sociodemográficos dos responsáveis diretos pelos cuidados das crianças e adolescentes acolhidos, a família também fez parte deste estudo. A Tabela 2 apresenta os dados coletados do perfil dos pais das crianças e adolescentes acolhidos de janeiro de 2018 a junho de 2024, que corresponde a um N = 50.

Tabela 2 – Perfil dos pais - famílias (N=50).

Variáveis	Mãe		Pai	
	f	%	f	%
Faixa etária				
De 20 a 35 anos	25	50,0	27	54,0
Mais de 36 anos	21	42,0	19	38,0
SI	4	8,0	4	8,0
Escolaridade				
Analfabeto	1	2,0	2	4,0
Ensino Fundamental	18	36,0	12	24,0
Ensino Médio	15	30,0	18	36,0
Ensino Superior	9	18,0	13	26,0
SI	7	14,0	5	10,0
Ocupação				
Feirante	3	6,0	2	4,0
Lavador de Carro	2	4,0	5	10,0
Vendedor Ambulante	3	6,0	5	10,0
Pedinte/Mendicância	8	16,0	14	28,0
Outros	19	38,0	15	30,0
SI	14	28,0	7	14,0
Renda				
Menos de 1 salário	31	62,00	35	70,0
1 Salário	3	6,0	2	4,0
Mais de 1 salário	1	2,3	2	4,0

Sem renda	9	18,0	8	16,0
SI	4	8,0	3	6,0

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados trazidos pela Tabela 2 demonstram características das famílias acolhidas. Em relação às mães, predominou a faixa etária entre 20 e 35 anos (50,0%) em detrimento das que estão acima de 36 anos (42,0%), já entre os pais, prevaleceu a faixa etária entre 20 a 35 anos (54,0%), que se apresentou superior a faixa etária acima de 36 anos, onde tem-se 38,0% dos casos. Em relação à escolaridade das mães e dos pais, o ensino médio e superior somam 62,0% além de que, tanto as mães, quanto os pais, trabalham em ocupações caracterizadas por baixa remuneração e qualificação – com renda inferior a um salário-mínimo (62,0 e 70,0%). Destaca-se o percentual que está envolvido em práticas associadas à mendicância e pedidos de ajuda somando 28,0%, apesar do grau de escolaridade/instrução.

Na coleta de dados, identificou-se que apenas seis famílias (12,0%) recebiam benefícios sociais por sua participação no Programa Bolsa Família. Tal situação, remete a possibilidade de ações pouco efetivas, tanto no preenchimento dos prontuários, quanto em ações de identificação e atendimento para essas famílias.

Considerando as condições adversas que as famílias migrantes e refugiadas presumidamente se encontram, há que se estimular ações inclusivas em programas oficiais e comunitários de apoio e de transferência de renda, tais como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além da promoção de qualificação para inserção das famílias no mercado de trabalho.

Ainda em consonância com as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento (Brasil, 2009a), os serviços de acolhimento devem proporcionar as famílias, as crianças e adolescentes acolhidos, a inclusão em programas com vistas ao apoio social e familiar. Compreende-se que estas inserções proporcionarão condições favoráveis ao processo de emancipação familiar.

O olhar não atento para a história singular das crianças, adolescentes e suas famílias acolhidas é ignorar seus afetos, seus modos próprios de significar, ressignificar e enfrentar o sofrimento cotidiano. A invisibilidade desses sujeitos gera a sua desumanização (Moreira et al., 2013).

Embora se trate de uma situação peculiar que envolve crianças, adolescentes e suas famílias em espaços de acolhimento, que é uma realidade relativamente recente para a política de acolhimento no Brasil, especialmente em Belém, observa-se que a saída desses espaços ocorre, na maioria das vezes, por solicitação espontânea das próprias famílias, logo após conseguirem inserção no mercado de trabalho e condições de manutenção com recursos próprios. Nesse sentido, Moraes et al. (2012) destacam a proximidade familiar como um importante fator de proteção na vida de pessoas expostas a um maior número de eventos estressores.

De acordo com as pesquisas realizadas por Silva (2025), é possível afirmar que, embora o acolhimento institucional ofereça proteção física, esse mesmo tipo de acolhimento enfrenta desafios consideráveis no que diz respeito à criação de um ambiente que seja não apenas enriquecedor, mas também inclusivo para todos os envolvidos. A rotina diária tende a resultar em interações sociais restritas, levando a uma convivência reduzida entre as crianças e seus pares. Além disso, a deficiência dessa estrutura, somada à falta de oportunidades para atividades culturais e comunitárias, pode ter um efeito significativo e negativo sobre o desenvolvimento das crianças em sua formação. Portanto, a ausência de experiências enriquecedoras pode comprometer habilidades sociais e emocionais, as quais são essenciais para um crescimento saudável durante a infância.

A pesquisa realizada trouxe uma contribuição significativa para o campo científico ao empregar a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, especificamente no contexto de crianças que são migrantes e refugiadas em situação de acolhimento. Esse estudo enfatizou a importância de desenvolver e implementar estratégias que favoreçam uma integração mais eficaz tanto no âmbito familiar quanto na comunidade em que essas crianças estão inseridas. Além disso, a pesquisa abordou a necessidade de diversificar as experiências disponíveis para essas crianças e de valorizar, por conseguinte, a riqueza da diversidade cultural que elas representam.

Nesse sentido, se faz necessário pensar o contexto ora analisado, a partir dos seus

diferentes protagonistas, procurando investigar as peculiaridades que cercam esse fenômeno em distintas regiões da Amazônia como a considerada nesta Tese, lançando o olhar para aspectos decisivos do desenvolvimento de crianças e adolescentes migrantes e refugiados atualmente. Refletir sobre as especificidades que envolvem a fragilidade presente na situação econômica e social das famílias que são compostas por migrantes e refugiados que recebem assistência por meio de serviços socioassistenciais. Além disso, é fundamental considerar as consequências que essa vulnerabilidade pode ter na condição psicossocial das crianças e adolescentes que fazem parte desses grupos familiares. Essa análise visa ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados por essas populações em contextos tão delicados e complexos.

Pensar os serviços de acolhimento, em especial o acolhimento de crianças, adolescente e famílias migrantes e refugiadas, como contextos de desenvolvimento vem a cada período da história ganhando mais força e repercussão para a infância e juventude no Brasil e no mundo, na medida em que essa população precisa ser considerada em suas peculiaridades.

Do ponto de vista bioecológico, a família e o espaço de acolhimento representam dois contextos com fundamental presença no amadurecimento de vários aspectos que norteiam a vida da pessoa em desenvolvimento. O espaço de acolhimento é considerado um ambiente ecológico que é aliado ao desenvolvimento que ocorre na família, um espaço em que irá conhecer um novo mundo, ter diferentes aprendizados que irão se somar aos conhecimentos adquiridos no seio familiar, contribuindo ativamente no seu processo de desenvolvimento. Com a inserção da criança e do adolescente em outro microssistema, a família passa a dividir com o espaço de acolhimento a tarefa de acompanhar e oferecer apoio à criança e ao adolescente em suas necessidades, sendo elas básicas e especiais do ponto de vista da bioecologia do desenvolvimento humano. Ampliar esse olhar é ampliar a capacidade de resposta das políticas públicas diante de fenômenos contemporâneos da migração e do refúgio.

Em síntese, os dados aqui analisados revelam um quadro complexo e multifacetado que envolve não apenas a vulnerabilidade das crianças e adolescentes migrantes e refugiados em situação de acolhimento institucional, mas também as lacunas estruturais dos serviços que deveriam

garantir sua proteção e desenvolvimento. A escassez de registros, a ausência de vínculos interinstitucionais efetivos e a fragilidade das redes familiares e sociais impõem desafios adicionais às equipes técnicas. Por outro lado, evidencia-se que, quando olhados sob a lente da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, os serviços de acolhimento podem se tornar espaços de reinvenção de trajetórias, desde que compreendidos como microssistemas que interagem com os demais contextos da vida. Essa perspectiva exige, portanto, práticas mais comprometidas com o reconhecimento da singularidade de cada história, com a promoção da inclusão social e com o fortalecimento de estratégias coletivas que favoreçam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes migrantes e refugiados. O olhar sobre a infância migrante acolhida, sobretudo na Amazônia, deve ser sensível à diversidade e às rupturas que compõem esse fenômeno, e capaz de construir respostas mais humanas, intersetoriais e promotoras de equidade.

2 – Caracterização do perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas em espaço de acolhimento e em equipamento de proteção social

Os resultados obtidos acerca das características biopsicossociais de migrantes e refugiados foram organizados com base em diversos aspectos pessoais levantados para cada participante e está caracterizado para famílias migrantes e refugiadas atendidas em dois contextos distintos no Brasil: um espaço de acolhimento institucional e um equipamento de proteção social na comunidade. Foram incluídas variáveis como país de origem, gênero, idade, ano de chegada à instituição, escolaridade, ocupação, fonte de renda, motivo da migração ou do pedido de refúgio, forma de acesso ao serviço de acolhimento ou equipamento de proteção social, presença de companhia durante o deslocamento e número de filhos. Adicionalmente, investigou-se situações estressantes vivenciadas pelos participantes, utilizando-se uma escala de pontuação com o intuito de avaliar a

intensidade de cada situação relatada. Essa estrutura de coleta e análise permitiu traçar uma visão detalhada das condições e experiências dos participantes. Em consequência, os achados forneceram subsídios importantes para orientar possíveis intervenções e políticas públicas destinadas a promover melhores condições de desenvolvimento humano para os indivíduos acolhidos e para as famílias que vivem em espaços comunitários. Estudos de Morcerf et al. (2024) indicam que a presença de suporte social no território de acolhimento é fundamental para que refugiados e migrantes possam manter sua vida com dignidade mesmo em contextos de adversidade, marcados por opressão, violência e violações de direitos humanos.

Desse modo, compreender o perfil biopsicossocial dessas famílias contribui diretamente para embasar ações intersetoriais voltadas à sua proteção e inclusão. Nesse contexto, a análise das características biopsicossociais dos migrantes e refugiados atendidos nos municípios de Belém e Ananindeua, no estado do Pará, baseou-se em um total de $N = 30$ atendimentos registrados. Desses atendimentos, 15 foram realizados junto a famílias residentes em um equipamento de acolhimento institucional, enquanto os outros 15 referiram-se a famílias que vivem em espaços comunitários e que são atendidas por um equipamento de proteção social. Os dados coletados constituem uma amostra que permitiu investigar as particularidades e condições peculiares do fluxo migratório dessas famílias. Para fins de contextualização, estimativas recentes indicam que cerca de 5,3 mil pessoas refugiadas e migrantes vivem atualmente no Estado do Pará, das quais aproximadamente 850 estão concentradas na capital Belém e em sua região metropolitana (ACNUR, 2024). Diante desse cenário, a presente amostra, ainda que limitada em tamanho, revelou-se relevante por oferecer um recorte aprofundado da realidade local. Em síntese, a caracterização obtida por meio desses 30 casos fornece informações valiosas sobre o perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas na região de Belém e Ananindeua, contribuindo para ampliar a compreensão sobre suas necessidades e subsidiar o planejamento de políticas de acolhimento e assistência mais eficazes.

As Tabelas 3 e 4 apresentam dados coletados das famílias migrantes e refugiadas, sendo que na Tabela um, refere-se às famílias atendidas em espaço de acolhimento ($N=15$) e na Tabela dois, refere-se às famílias residentes em espaços comunitários e atendidas por equipamento de proteção

social (N=15).

Tabela 3 – Perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas em espaço de acolhimento (N=15).

Variáveis	<u>Mulher</u>		<u>Homem</u>	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Faixa etária				
De 20 a 35 anos	6	40,0	1	6,6
Mais de 36 anos	5	33,3	3	20,0
SI	0	0	0	0
Escolaridade				
Analfabeto	0	0	0	0
Ensino Fundamental	4	26,6	0	0
Ensino Médio	6	40,0	2	13,3
Ensino Superior	1	6,6	2	13,3
SI	0	0	0	0
País de origem				
Angola	1	6,6	0	0
Cuba	1	6,6	2	13,3
Haiti	1	6,6	0	0
Venezuela	8	53,3	2	13,3
Ano de Chegada ao Brasil				
De 2018 a 2019	2	13,3	1	6,6
De 2020 a 2022	6	40,0	2	13,3
De 2023 a 2024	3	20,0	1	6,6
Motivo da Migração				
Econômico	9	60,0	4	26,6
Futuro Melhor	0	0	0	0
Política e Insegurança	0	0	0	0
Emprego fácil	2	13,3	0	0
Ocupação				
Contrato com Carteira assinada	0	0	1	6,6
Trabalho sem Contrato	8	53,3	1	6,6
Desempregado	3	20,0	2	13,3
Renda				
Menos de 1 salário	8	53,3	3	20,0
1 Salário	3	20,0	0	0
Mais de 1 salário	0	0	1	6,6
<u>Sem renda</u>	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Os achados sintetizados na Tabela 3 indicam um equilíbrio de mães e pais em idade produtiva (20–35 anos), com percentuais próximos às faixas etárias acima de 36 anos, o que sugere ciclos familiares jovens e, potencialmente, demandas intensificadas por proteção social e inserção laboral. No recorte educacional, observa-se a concentração de escolaridade no ensino médio e

superior (53,3,0% e 19,9%), combinada, entretanto, com ocupações de baixa qualificação e remuneração, com rendimentos inferiores a um salário-mínimo para a maioria das mães (53,3%) e dos pais (20,0%). Tal dissociação entre escolaridade formal e qualidade da inserção no mercado de trabalho tem sido descrita na literatura sobre migração forçada no Brasil, que aponta barreiras de qualificação reconhecida, documentação, redes de apoio e discriminação como fatores que comprimem salários e empurram para ocupações instáveis ou informais (ACNUR, 2023/2025).

No campo da proteção social, apenas seis famílias (13,3%) relataram o recebimento do Programa Bolsa Família. Considerando que o acesso ao benefício depende da inscrição e da atualização no Cadastro Único, bem como do cumprimento dos critérios de renda, a baixa cobertura observada pode refletir tanto fragilidades nos processos de registro e atualização cadastral quanto dificuldades específicas de acesso enfrentadas por famílias migrantes, tais como entraves documentais, insuficiência de informação qualificada e limitações na mediação intersetorial (MDS, 2023; IPEA/MDS, 2025). À luz das diretrizes nacionais, pessoas migrantes que atendem aos critérios de elegibilidade têm direito ao Bolsa Família, o que reforça a necessidade de rotinas ativas de busca, orientação e acompanhamento no território, incluindo a qualificação do preenchimento de prontuários e a articulação com a rede do SUAS para cadastramento. Atualização cadastral e encaminhamentos adequados (MDS, 2023; 2025). Do ponto de vista da gestão da informação, a discrepância entre o perfil de vulnerabilidade das famílias e a baixa cobertura do benefício sinaliza oportunidades de aprimoramento nos processos de identificação, registros e atendimento continuado por meio ações integradas entre assistência social, documentação civil, educação e saúde (MDS, 2025; OBMigra, 2023).

Os dados coletados identificaram acolhidos oriundos da Angola, Cuba e Haiti. Esses resultados se encontram detalhados na Tabela um, que apresenta a distribuição dos acolhidos na instituição segundo o país de origem.

A análise da distribuição etária dos migrantes e refugiados acolhidos é essencial para compreender questões específicas ligadas aos aspectos desenvolvimentais, bem como as condições de inserção social dessa população. Os dados desta pesquisa indicam um perfil etário adulto entre os

acolhidos. Essa constatação revela um cenário mais complexo, em que a migração envolve não apenas indivíduos isolados, mas também núcleos familiares inteiros, abrangendo diferentes faixas etárias e necessidades específicas.

A estrutura familiar dos acolhidos também reflete essa configuração. Entre os casos em que há registro da composição familiar, 80% referem-se a famílias com filhos. Dentre essas famílias, 30% contam com ambos os pais presentes; 59,9% são chefiadas somente pela mãe; 8,5% somente pelo pai; e 1,6% têm a avó como principal cuidadora. Os números disponíveis sugerem que muitos migrantes e refugiados chegam ao país acompanhados de seus núcleos familiares.

Na Tabela 4, a análise do perfil biopsicossocial de famílias migrantes e refugiadas abrange características biológicas, psicológicas e sociais de forma integrada, oferecendo uma compreensão de suas condições de vida. Esse conceito se baseia na ideia de que fatores de saúde física, bem-estar mental e contexto socioeconômico-cultural interagem para moldar as experiências e necessidades dessas famílias. No caso de migrantes forçados, essa perspectiva é particularmente importante: a migração e o refúgio envolvem rupturas e desafios simultâneos em múltiplos domínios, da saúde e segurança física ao apoio emocional e integração social. Uma abordagem ecológica do desenvolvimento reforça essa visão sistêmica, ao destacar que indivíduos e famílias são influenciados por uma teia de sistemas interconectados (família, comunidade, instituições), exigindo uma análise que considere todos esses níveis (Masten, 2014). Em outras palavras, compreender o perfil biopsicossocial dessas famílias, implica examinar vulnerabilidades e recursos em todas as esferas da vida, o que é fundamental para orientar intervenções eficazes e políticas públicas adequadas (Rutter, 2012; Ungar, 2013).

Tabela 4 – Perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas atendidas por equipamento de proteção social (N=15).

Variáveis	Mulher		Homem	
	f	%	f	%
Faixa etária				

De 20 a 35 anos	1	6,6	0	0
Mais de 36 anos	5	33,3	9	60,0
SI	0	0	0	0
Escolaridade				
Analfabeto	3	20,0	1	6,6
Ensino Fundamental	3	20,0	8	53,3
Ensino Médio	0	0	0	0
Ensino Superior	0	0	0	0
SI	0	0	0	0
País de origem				
Angola	0	0	0	0
Cuba	0	0	0	0
Haiti	0	0	0	0
Venezuela	6	40,0	9	60,0
Ano de Chegada ao Brasil				
De 2018 a 2019	3	20,0	5	33,3
De 2020 a 2022	3	20,0	4	26,6
De 2023 a 2024	0	0	0	0
Motivo da Migração				
Econômico	0	0	0	0
Futuro Melhor	6	40,0	2	13,3
Política e Insegurança	0	0	7	46,7
Emprego fácil	0	0	0	0
Ocupação				
Contrato com Carteira assinada	0	0	0	0
Trabalho sem Contrato	0	0	0	0
Desempregado	6	40,0	9	60,0
Renda				
Menos de 1 salário	5	33,3	3	20,0
1 Salário	0	0	0	0
Mais de 1 salário	0	0	0	0
Sem renda	1	6,6	6	40,0

Fonte: Elaborado pela autora.

As características sociodemográficas levantadas permitem traçar o perfil das famílias nos dois contextos estudados, espaço de acolhimento institucional e equipamento de proteção social, evidenciando semelhanças e diferenças. As principais variáveis analisadas incluem:

Idade: as famílias contemplam principalmente adultos jovens (pais em sua maioria na faixa de 36 a 40 anos) e crianças dependentes, muitas em primeira infância ou idade escolar. Em ambos os grupos, observa-se presença significativa de crianças pequenas, o que demanda serviços adequados de saúde e educação infantil. No grupo em acolhimento institucional, algumas famílias chegaram com bebês ou crianças em tenra idade, enquanto no equipamento social há também crianças em idade escolar já inseridas em escolas locais. Essa distribuição etária reflete a centralidade da atenção

à infância no contexto migratório forçado (Carneiro et al., 2021) e ressalta a importância de suporte adequado para o desenvolvimento saudável das crianças refugiadas.

O nível de instrução dos adultos mostrou-se, em geral, baixo ou mediano. Muitos responsáveis familiares não concluíram o ensino médio, e poucos possuem ensino superior. Mesmo entre aqueles com formação universitária, a maioria não consegue exercer sua qualificação no Brasil cerca de 90% dos refugiados com diplomas de nível superior não obtêm a revalidação de seus títulos, o que impede o trabalho em suas áreas de formação (Alves, 2022). Houve diferenças substanciais de escolaridade entre os grupos: tanto nas famílias do espaço de acolhimento quanto nas atendidas no equipamento social, interrupções no percurso educacional são comuns devido ao deslocamento forçado, porém as famílias atendidas por equipamento de proteção social, 26,6% não tiveram acesso à escola, em seu país de origem e 73,3% têm o ensino fundamental. Essa baixa escolaridade, aliada à dificuldade de reconhecimento de diplomas, limita as oportunidades de emprego qualificado e indica a necessidade de programas de educação de jovens e adultos e apoio à revalidação profissional para migrantes (Alves, 2022).

Ocupação: Predomina uma situação de desemprego ou subemprego. No acolhimento institucional, identificou-se que uma parcela dos adultos havia obtido inserção precária no mercado de trabalho local, em geral na informalidade e em ocupações de baixa remuneração. Alguns conseguiam pequenos bicos ou trabalhos informais esporádicos (como em construção civil, limpeza ou venda ambulante), mas sem renda estável. Entre as famílias acompanhadas no equipamento social, praticamente nenhum dos adultos exercia trabalho formal, o que é esperado dado o tempo de chegada e a prioridade em suprir necessidades básicas. Esses dados se alinham ao panorama nacional, em que refugiados enfrentam desemprego elevado e ocupações aquém de sua qualificação por barreiras linguísticas, burocráticas e de validação de diplomas (Alves, 2022). A ausência de trabalho regular agrava a insegurança econômica e dificulta a autonomia dessas famílias.

Renda: As famílias sobrevivem com renda muito baixa, frequentemente abaixo da linha da pobreza. Tanto no espaço de acolhimento quanto nas famílias em espaço comunitário, a subsistência dependia fortemente de auxílios sociais. Entre aquelas atendidas no equipamento

social, embora alguns adultos gerassem alguma renda, esta geralmente não ultrapassava um salário-mínimo mensal, e muitas famílias viviam com menos da metade disso ou em situação de renda instável. Essa vulnerabilidade econômica extrema configura um fator de risco importante, associando-se à insegurança alimentar e dificuldades de moradia. A vulnerabilidade verificada está em consonância com a literatura, que aponta a condição socioeconômica precária como um dos principais estressores no processo migratório e um fator que, quando cumulativo com outros, pode levar a efeitos negativos em cascata sobre o desenvolvimento familiar (Masten, 2014; Rutter, 2012).

País de origem: Constatou-se um predomínio de famílias originárias da Venezuela, reflexo da crise humanitária recente naquele país. A grande maioria dos participantes (em ambos os grupos) era composta por venezuelanos em busca de refúgio no Brasil, o que está de acordo com os dados nacionais que indicam a Venezuela como responsável por cerca de 77% das solicitações de refúgio no país (Alves, 2022). Além dos venezuelanos, identificou-se a presença minoritária de alguns migrantes de outras nacionalidades, como do Haiti, país cujos fluxos ao Brasil se intensificaram após desastres naturais e, eventualmente de países africanos ou da América central em casos isolados. Todavia, tais grupos não tiveram expressão numérica significativa na amostra. A homogeneidade em torno da origem venezuelana revela que as dinâmicas e políticas de acolhimento analisadas estão fortemente vinculadas à resposta brasileira ao êxodo venezuelano, ainda que as considerações feitas também possam se aplicar a migrantes forçados de outras procedências.

Etnia e cultura: As famílias exibem diversidade étnico-cultural relacionada às suas origens. Entre os venezuelanos, há pessoas de ascendência mestiça, indígena e afrodescendente, por exemplo. As famílias atendidas por equipamento de proteção social, são famílias pertencentes a etnia indígena Warao, o que traz especificidades culturais importantes. Essa diversidade étnica se reflete em diferentes línguas maternas (alguns falantes de espanhol, outros de línguas indígenas) e em práticas

culturais próprias, implicando desafios adicionais de integração sociocultural no Brasil (Carneiro et al., 2021). No entanto, não foram observadas diferenças marcantes na composição étnica entre o grupo do espaço de acolhimento e o do equipamento social, já que ambos derivam quase que totalmente da mesma corrente migratória regional. O que se destaca é a necessidade de sensibilidade cultural no atendimento: crianças refugiadas de distintas etnias e culturas enfrentam dificuldade de se integrar na sociedade de acolhida (Carneiro et al., 2021), de modo que reconhecer e valorizar sua identidade cultural torna-se parte integrante do apoio biopsicossocial. A literatura enfatiza que intervenções eficazes devem considerar o contexto cultural e as especificidades de cada grupo (Ungar, 2013), evitando tratá-los de forma homogênea.

Estresse e Suporte: Em relação às situações de estresses, para os dois grupos, identificou-se os seguintes resultados às reações diante de situações-problema, isto é, à forma como os participantes lidam com desafios nas dimensões cognitivas, emocionais e sociais os resultados revelam correlações inter itens extremamente elevadas, frequentemente superiores a 0,98, todas estatisticamente significativas ($p < 0,01$). Esse padrão indica excelente consistência interna do instrumento e sugere mensuração estável das respostas dos participantes a situações desafiadoras.

Observou-se ainda que a idade exerce influência discreta nas respostas, ao passo que o sexo não apresenta efeito relevante. Em conjunto, o perfil das correlações indica que os itens capturam atitudes adaptativas, habilidades de resolução de problemas e padrões de interação social consistentes.

Especificamente, o item “procuro ver o lado positivo das coisas”, que avalia participação, envolvimento emocional e comportamentos parentais no contexto da vida familiar, contemplando tanto atividades práticas quanto relações afetivas, apresentou significância estatística ($p < 0,01$). As correlações entre sexo e esse item foram baixas e não significativas (r entre $-0,251$ e $-0,19$; $p > 0,05$), o que indica relatos semelhantes de comportamentos e experiências familiares entre homens e mulheres.

A avaliação de experiências de suporte, que mensura a percepção de apoio social nas dimensões emocional e instrumental, bem como as interações com pessoas significativas em

diferentes contextos, indicou correlações estatisticamente significativas com o sexo para os domínios “pai” e “mãe” ($p < 0,01$). Esses achados sugerem diferenças entre homens e mulheres em algumas dimensões do suporte social percebido, com pequeno efeito positivo para o sexo feminino. Por outro lado, a idade não se associou de modo relevante à percepção de suporte.

As correlações inter itens foram mais elevadas para “distribuição de tarefas entre todos os familiares”, seguidas de “esforço para demonstração de afetos” e “realização de refeições em família” ($r = 0,708$ a $1,00$; $p < 0,01$). Esse padrão aponta alta consistência interna e indica que os itens capturam aspectos complementares de um mesmo construto de suporte social percebido. De forma convergente, o instrumento mostrou-se confiável para aferir a percepção de apoio social, abrangendo tanto comportamentos práticos quanto indicadores de afeto e envolvimento familiar.

Observou-se ainda correlação positiva entre a interação dos participantes e instituições formais, como equipamentos de proteção social, escola, igreja e associações, e os escores do instrumento ($r = 0,499$; $p < 0,01$). Tal evidência reforça que o conjunto de itens apreende de modo coeso dimensões de apoio institucional e confiança nas instituições.

No tocante ao suporte social percebido em sua amplitude, ajuda prática, emocional e afetiva oriunda de familiares, amigos ou conhecidos, verificou-se correlações moderadas a altas entre os respectivos itens ($p < 0,01$), sugerindo redes de apoio robustas entre os participantes. Ademais, indicadores de apoio emocional (por exemplo, “alguém em quem confiar”, “alguém a quem recorrer para um conselho desejado”) apresentaram associações com itens de apoio prático (por exemplo, “alguém que ajude em situação de saúde, acompanhe ao médico ou cozinhe”), o que indica que a percepção de suporte tende a coincidir nas diferentes facetas. Os itens de afeto também se correlacionaram adequadamente entre si, corroborando a consistência interna global do instrumento

e sua capacidade de captar múltiplas dimensões do apoio social e a qualidade das redes de ajuda referidas pelos participantes.

A situação dessas famílias migrantes e refugiadas é marcada por múltiplas vulnerabilidades que se sobrepõem. Os dados evidenciam exposição a riscos cumulativos, tais como pobreza extrema, precariedade habitacional, rupturas nos vínculos familiares/amigos, barreiras de idioma e episódios de discriminação ou xenofobia. De fato, é comum que essas famílias tenham enfrentado violência ou exploração no percurso migratório, convivam com moradia instável ou lotações em espaços de acolhimento, tenham perdido redes de apoio em seu país de origem e ainda lidem com o preconceito na sociedade de acolhida (Alves, 2022; Carneiro et al., 2021). Esse acúmulo de riscos acarreta alto estresse e aumenta a probabilidade de desfechos negativos. Sob a lente ecológica, cada nova adversidade pode exacerbar as anteriores em uma cascata de vulnerabilidades, onde problemas iniciais desencadeiam outros problemas correlatos (Masten, 2014; Rutter, 2012). Por exemplo, a falta de documentação ao chegar, realidade de parcela dos refugiados, dos quais cerca de 7% não possuem nenhum documento brasileiro ao ingressar e apenas 29% conseguem obter CPF de imediato (Alves, 2022), impede o acesso a trabalho formal e a programas sociais, intensificando a pobreza. A literatura de desenvolvimento reforça que riscos combinados têm um efeito multiplicador: a pobreza aliada à instabilidade familiar e ao isolamento social pode comprometer seriamente o bem-estar psicossocial das crianças, levando a atrasos escolares, problemas de saúde mental e dificuldades de adaptação (Rutter, 2012).

Por outro lado, nem todas as famílias sucumbem às vulnerabilidades. Conforme os achados indicam e a literatura corrobora, a presença concomitante de fatores protetivos pode amortecer os efeitos do estresse e favorecer adaptações positivas, mesmo diante de condições adversas. A situação dessas famílias ilustra uma complexa inter-relação entre risco e proteção: a eficácia de cada fator de proteção depende da natureza e intensidade dos riscos presentes, e vice-versa. Masten (2014) observa que mesmo crianças sob risco elevado podem alcançar desfechos saudáveis caso contem com forças adaptativas adequadas em seu entorno, como um adulto cuidador dedicado, uma escola segura ou uma política pública de assistência, ao passo que crianças expostas a poucos riscos

podem ter resultados negativos se forem privadas de apoios básicos. Ou seja, risco e proteção atuam de forma integrada. No contexto das famílias migrantes e refugiadas estudadas, isso significa que a severidade das vulnerabilidades somente será enfrentada efetivamente quando ocorrer, em paralelo, uma ativação coordenada de oportunidades protetivas em todos os níveis (familiar, comunitário, institucional). De fato, identificamos que nos casos em que as famílias acessaram suportes importantes, como auxílio financeiro, acompanhamento da rede, inserção das crianças na escola e acolhimento pela vizinhança, houve uma melhora sensível no bem-estar e no otimismo em relação ao futuro. Esse padrão se alinha à noção de que promover resiliência requer tanto reduzir os fatores de risco quanto fortalecer os fatores de proteção simultaneamente (Masten, 2014).

Fatores de Proteção e Estratégias de Enfrentamento

Diversos fatores protetivos emergem na trajetória das famílias migrantes e refugiadas, distribuídos em múltiplos níveis do seu ambiente (individual, relacional, comunitário e institucional). No nível individual, destacam-se recursos pessoais como a resiliência emocional, a capacidade de adaptação e as habilidades de autorregulação diante do estresse (Masten, 2014). Mesmo sob intensa adversidade, muitos refugiados, adultos e crianças, demonstram iniciativa para aprender o novo idioma, motivação para retomar estudos interrompidos e manutenção de expectativas positivas em relação ao futuro. Essas características funcionam como recursos internos de proteção, ajudando-os a perseverar. De fato, crianças e pais migrantes e refugiados frequentemente exibem essa postura proativa e esperançosa, o que está em consonância com estudos clássicos de resiliência, Werner e Smith (1982) já observavam que indivíduos expostos a alto risco, mas que acreditavam em um futuro melhor e buscavam oportunidades, tendiam a superar as dificuldades. Masten (2001) denominou de “ordinary magic” essa resiliência comum, ressaltando que processos normativos de desenvolvimento, como motivação para aprender e estabelecimento de

metas, podem se tornar mágicos diante de circunstâncias extraordinárias, servindo de alicerce para enfrentar traumas. Relatos de migrantes buscando cursos de português, mães empenhadas em validar seu diploma ou jovens determinados a ingressar na universidade, por exemplo, ilustram essas competências individuais protetivas.

No nível relacional, os vínculos familiares e de cuidado constituem potente fator de proteção. Em praticamente todas as famílias avaliadas, as crianças permaneciam sob os cuidados de, pelo menos, um dos pais ou de um parente próximo, mesmo após deslocamentos longos, o que indica forte coesão familiar. A presença de um cuidador estável e responsivo mostrou-se essencial para atenuar o impacto do deslocamento forçado no bem-estar infantil (Masten, 2014). De acordo com a literatura, ter, pelo menos, um adulto de confiança, geralmente a mãe, o pai ou um avô/avó, provê à criança uma base de segurança afetiva, garantindo rotina, carinho e orientação mesmo em contexto de mudança drástica (Masten, 2014; Werner & Smith, 1982). Esse laço afetivo contínuo funciona como amortecedor do trauma. Nas famílias em espaços de acolhimento, apesar das condições improvisadas, observou-se que quando a unidade familiar é mantida unida no acolhimento. A cooperação entre os membros da família, dividindo tarefas e se apoiando mutuamente, reforça nas crianças uma sensação de continuidade e pertencimento (Carneiro et al., 2021). Em algumas situações, mães solteiras formaram redes de apoio informal dentro do espaço de acolhimento e espaços comunitários, cuidando coletivamente das crianças, outra estratégia relacional de enfrentamento que reduz o isolamento e o estresse individual. Esses achados enfatizam que fortalecer laços familiares e redes de cuidadores é uma intervenção de grande impacto protetivo.

No âmbito comunitário, recursos sociais amplos, como escolas acolhedoras e redes locais de apoio, revelaram-se cruciais para a proteção biopsicossocial dessas famílias. A integração das crianças refugiadas no sistema educacional, por exemplo, surge como um divisor de águas. Em contextos em que a comunidade escolar tomou iniciativas para adaptar-se, criou-se um ambiente de inclusão que favorece a autoestima e o aprendizado das crianças refugiadas, atuando como importante fator de proteção (Carneiro et al., 2021).

Isso ilustra o que Carneiro et al. (2021) ressaltam: a escola pode ser um espaço privilegiado de inclusão social e reconstrução de rotinas, fundamental para o desenvolvimento pleno de crianças refugiadas. Nesse estudo, famílias que estabeleceram vínculos na comunidade (por exemplo, participando de grupos religiosos locais ou contando com vizinhos brasileiros) relataram maior sentimento de pertencimento e acesso a ajudas práticas (como doações de móveis, indicações de emprego, entre outros.). Estas redes informais funcionam como um “colchão” comunitário, provendo amparo onde as políticas formais às vezes não alcançam. A literatura aponta que o senso de comunidade e apoio social estão associados a melhores resultados de saúde mental entre refugiados, por reduzirem a solidão e reforçarem a identidade social (Carneiro & Oliveira, 2022). Portanto, investir em comunidades acolhedoras e na sensibilização da sociedade civil é estratégico para ampliar a proteção dessas famílias.

No plano institucional, marcos legais e políticas públicas eficazes constituem poderosos fatores de proteção macroestruturais. O Brasil possui um arcabouço jurídico considerado avançado na área migratória, a Lei 9.474/97 (Lei do Refúgio) e a Lei de Migração de 2017 garantem aos solicitantes de refúgio e refugiados direitos básicos, incluindo documentação (protocolo e CPF), acesso à saúde e educação públicas, direito ao trabalho e à moradia, entre outros (Alves, 2022). Essas garantias legais formam a base para a inclusão, um contexto normativo protetivo em comparação a países que negam tais direitos. Além das leis, destacam-se programas governamentais específicos. A Operação Acolhida, lançada em 2018, exemplifica medidas institucionais protetivas, trata-se de uma resposta interinstitucional (governo federal, exército, agências da ONU) que realiza acolhimento emergencial de refugiados venezuelanos em Roraima, providenciando acolhimento temporário, documentação rápida e posterior interiorização dessas famílias para outros estados brasileiros com melhores oportunidades (Alves, 2022). No grupo estudado, diversas famílias

presentes tanto no espaço de acolhimento quanto no equipamento social haviam passado pela Operação Acolhida, graças a isso, chegaram a cidades onde poderiam receber algum apoio local. Ou seja, essa política atuou como um fator de proteção institucional, oferecendo uma porta de entrada segura e organizada no país. No entanto, a efetividade das proteções institucionais depende de sua implementação coordenada. A literatura e os dados sugerem que, quando políticas públicas são implementadas de forma intersetorial, os resultados são bastante positivos: por exemplo, a articulação entre assistência social, educação e moradia, aliada à participação ativa da sociedade civil, cria uma estrutura de acolhimento abrangente, protegendo as famílias da extrema vulnerabilidade e assegurando condições básicas para reconstrução de suas vidas (Carneiro et al., 2021; Carneiro & Oliveira, 2022).

Importante notar que muitas das estratégias de enfrentamento adotadas pelas famílias derivam desses fatores de proteção. As famílias não são agentes passivos diante das adversidades; ao contrário, demonstram criatividade e resiliência ao buscar ativamente melhorar sua situação.

Nos relatos coletados, identificou-se estratégias como: procurar apoio em ONGs e instituições locais de caridade para suprir necessidades imediatas; participar de cursos de português e atividades de capacitação profissional oferecidas gratuitamente, para troca de informações e ajuda mútua; e ressignificar a experiência migratória de forma positiva, por exemplo, muitos pais afirmam às crianças que as dificuldades atuais são “o preço para um futuro melhor” ou uma oportunidade de crescimento e aprendizado para a família. Essa ressignificação, esse olhar para a migração como um investimento no futuro dos filhos, funciona como mecanismo psicológico de enfrentamento, dando sentido ao sofrimento e fortalecendo a esperança (Alves, 2022). Esta postura foi observada em várias mães e pais, que mesmo em situação difícil mantinham um discurso de otimismo e perseverança. A literatura reconhece esses processos como parte da resiliência: Ungar (2013) destaca que a resiliência envolve navegar com sucesso em direção aos recursos necessários e negociar com o ambiente para obtê-los, exatamente o que essas famílias fazem ao buscar ajuda e se adaptar culturalmente. Esses comportamentos de enfrentamento atestam a agência das famílias refugiadas em construir ativamente caminhos de proteção para si e para seus filhos.

Resiliência e Inserção Sociocultural

Diante de deslocamentos forçados, perdas e múltiplas vulnerabilidades, as famílias migrantes e refugiadas também desenvolvem notáveis processos de resiliência. Resiliência aqui é entendida como a capacidade dinâmica de um sistema, seja o indivíduo ou a família, em se adaptar positivamente a ameaças significativas ao seu desenvolvimento (Masten, 2014). No contexto das crianças migrantes, estudos apontam que não há uma resposta única à adversidade, mas sim trajetórias resilientes diversas (Masten, 2014; Werner, 1993).

No âmbito familiar, fala-se também em resiliência familiar, ou seja, a família como um todo desenvolvendo formas de se adaptar e permanecer funcional diante da crise migratória. Nos grupos avaliados, a resiliência familiar manifestou-se em comportamentos como: reorganização de papéis (por exemplo, filhos mais velhos cuidando dos mais novos para os pais poderem buscar trabalho; pais aprendendo novas ocupações diferentes de seus papéis tradicionais), fortalecimento da coesão (famílias passando mais tempo juntas, tomando decisões coletivamente, valorizando rituais familiares) e uso de crenças ou tradições culturais para manter a identidade e alimentar a esperança (Ungar, 2013). Observou-se que muitas famílias preservam costumes de seu país de origem, como culinária, religião, celebrações, como forma de dar continuidade à identidade familiar e transmitir segurança às crianças em meio ao novo ambiente. Essa manutenção da cultura atua, ao mesmo tempo, como resistência à assimilação forçada e como fonte de conforto psíquico, contribuindo para a estabilidade emocional (Carneiro et al., 2021). Ademais, a fé religiosa foi frequentemente citada como um pilar de resiliência: diversas famílias, independentemente da religião específica, relataram que a espiritualidade e a crença de que “dias melhores virão” as sustenta emocionalmente. Estratégias de enfrentamento coletivas, como rezar em família, contar histórias de superação ou enfatizar valores de solidariedade, fortaleceram o moral do grupo familiar e são indicativos de

resiliência em nível relacional.

Porém, a resiliência não é um traço fixo, e sim um processo fluido e em desenvolvimento. Famílias inicialmente resilientes podem vivenciar vulnerabilidade diante de novas adversidades, assim como indivíduos em grande risco podem se recuperar caso consigam se conectar a suportes apropriados (Rutter, 2012; Ungar, 2013). Para Ungar (2013), a resiliência emerge da navegação bem-sucedida em direção aos recursos e da capacidade de negociar o acesso a eles no ambiente. Assim, trajetórias resilientes são produto da interação entre os riscos enfrentados e as proteções disponíveis ao longo do tempo, não sendo estáticas. Essa compreensão desenvolvimentista e ecológica, fundamentada em autores como Masten e Ungar, reforça a necessidade de promover recursos em múltiplos níveis de forma continuada para sustentar as trajetórias de adaptação positiva de crianças e famílias migrantes e refugiadas.

Importante ainda discutir que a inserção sociocultural, entendida como o processo de inclusão plena na sociedade receptora, com acesso a direitos, participação comunitária e reconhecimento de identidade, tanto é um componente da resiliência quanto um resultado almejado do processo migratório. As famílias estudadas almejam não apenas sobreviver, mas também pertencer ao novo lugar, reconstruindo seus projetos de vida. Nesse sentido, a integração local pode ser vista como um indicador de sucesso adaptativo. A discussão dos dados mostrou casos em que houve avanços significativos na inserção sociocultural, por exemplo, famílias que conseguiram se estabelecer permanentemente em determinado município, com filhos matriculados regularmente na escola, adultos empregados ou realizando cursos profissionalizantes, e participando de atividades da comunidade (igreja, associações). Nesses casos, observou-se melhora na saúde mental relatada, redução de sintomas de ansiedade nas crianças e uma visão de futuro mais positiva por parte dos pais. Isso está alinhado ao que aponta a literatura internacional: sentir-se parte da sociedade de acolhida, ter amigos locais, compreender a língua e a cultura, usufruir dos espaços públicos, contribui para o bem-estar e para a sensação de agência dos refugiados (Carneiro & Oliveira, 2022).

Assim, a inserção sociocultural depende tanto das iniciativas dos próprios migrantes (que, como vimos, buscam aprender e se adaptar) quanto das oportunidades oferecidas pela sociedade

receptora para incluí-los plenamente. Os achados sugerem que, quando há uma conjunção de esforços, políticas governamentais eficientes e abertura da comunidade, a inclusão acontece de forma mais fluida. Por exemplo, iniciativas intersetoriais como a já citada Operação Acolhida, combinadas com comitês municipais de migração e engajamento de redes comunitárias, têm obtido sucesso maior na inclusão de refugiados, traduzido em maior acesso à educação, emprego e participação social (Alves, 2022; Carneiro & Oliveira, 2022). Em contraste, locais onde esse tipo de coordenação não existe veem refugiados relegados à informalidade e invisibilidade social por mais tempo. Em suma, a tríade risco-proteção-resiliência forma um sistema interdependente e profundamente relacionado à qualidade da inserção sociocultural: vulnerabilidades oriundas do deslocamento forçado só podem ser efetivamente enfrentadas quando são ativadas oportunidades protetivas nos diversos níveis do entorno, promovendo, assim, a resiliência necessária para que essas famílias se integrem e prosperem na nova comunidade.

Cobertura de Políticas Públicas: Acesso ao Bolsa Família e Benefícios Sociais

Um dos aspectos críticos evidenciados pelos dados e pela literatura é a lacuna entre os direitos formalmente garantidos aos migrantes/refugiados e o acesso real a políticas públicas e benefícios sociais disponíveis. No Brasil, em teoria, famílias refugiadas em situação de vulnerabilidade podem ser incluídas em programas de assistência social como o Programa Bolsa Família (PBF), recentemente retomado em 2023 após período como Auxílio Brasil, bem como se cadastrar no CadÚnico para receber outras formas de apoio (cestas básicas, programas de transferência de renda estaduais/municipais, entre outros). Contudo, na prática, a cobertura desses benefícios entre a população migrante e refugiada ainda é muito limitada.

Os dados deste estudo refletem essa realidade: pouquíssimas famílias migrantes e refugiadas conseguiram acessar o Bolsa Família ou benefício semelhante. Entre as famílias atendidas no

equipamento de proteção social, apenas uma parcela minoritária estava inscrita no PBF, geralmente aquelas que já tinham obtido toda a documentação necessária e atendiam aos critérios de renda extrema. Poucas famílias que se encontravam no espaço de acolhimento institucional recebiam Bolsa Família, o que é compreensível dado que muitas ainda estavam em fase de regularização de documentos ou informação suficiente para ingressar no cadastro social. Essa ausência de benefícios sociais deixa um vácuo importante na proteção econômica dessas famílias.

Essa situação não é exclusiva da amostra estudada. Estatísticas nacionais apontam uma exclusão significativa dos migrantes e refugiados dos serviços de assistência social. Segundo levantamento de Simões et al. (2017) citado por Alves (2022), apenas 2,2% dos venezuelanos no Brasil haviam acessado algum serviço de assistência social, evidenciando quão poucos lograram ingressar em programas como o CadÚnico/Bolsa Família. Trata-se de um índice extremamente baixo, sobretudo considerando que a ampla maioria se encontra em condições de pobreza que os qualificariam para tal assistência. Vários fatores explicam essa discrepância entre a elegibilidade e a cobertura real. Primeiramente, há barreiras documentais e burocráticas: para ingressar no CadÚnico e receber o Bolsa Família, a família precisa possuir CPF, documentação básica e, idealmente, endereço fixo, coisas que recém-chegados muitas vezes não têm. Como visto, apenas 29% dos refugiados venezuelanos conseguiram obter CPF em seus primeiros meses no país (Alves, 2022), e muitos não possuem comprovante de residência formal, o que dificulta ou impede a inscrição nos programas sociais convencionais. Além disso, existe uma falta de informação e orientação, muitas famílias migrantes desconhecem seu direito de acessar esses benefícios ou não recebem ajuda para navegar o sistema de cadastramento, que pode ser complexo até mesmo para brasileiros natos. Barreiras linguísticas também atrapalham, embora o espanhol seja próximo do português, a linguagem burocrática e formulários podem confundir quem não está familiarizado, e nem todos os centros de assistência social possuem materiais ou tradutores para atender estrangeiros.

Outro entrave está no âmbito local, a responsabilidade pela integração e atendimento social de migrantes recai quase que totalmente, sobre os municípios, mas muitos municípios brasileiros não possuem planos estratégicos nem preparo para incluir refugiados em suas políticas (Alves,

2022). Assim, quando as famílias interiorizadas pela Operação Acolhida chegam às cidades de destino, frequentemente deparam-se com uma rede de assistência social que não sabe como atendê-las ou que já opera no limite com a população local vulnerável. A falta de articulação entre a resposta federal (exemplos: espaço de acolhimento e interiorização) e a rede municipal resulta em famílias “perdidas” pós-acolhimento emergencial, sem continuidade de cuidados.

Mesmo quando as famílias conseguem entrar no CadÚnico, o valor do Bolsa Família (voltado a complementar renda para pobreza extrema) pode ser insuficiente para suas múltiplas necessidades, embora seja sem dúvida um apoio necessário. Em longo prazo, a inclusão estruturada de refugiados em programas como o Bolsa Família permanece um desafio de política pública. Além da transferência de renda, outras políticas sociais sofrem do mesmo problema de cobertura, por exemplo, a parcela de refugiados com acesso à saúde básica foi estimada em apenas 38,9%, e a acesso à educação em 10,4% (Alves, 2022), evidenciando gargalos no atendimento universal.

Em resumo, a análise revela uma cobertura insuficiente das políticas públicas de proteção social para as famílias migrantes e refugiadas. Apesar de um arcabouço legal inclusivo, há um hiato entre a letra da lei/política e a realidade do alcance. Programas fundamentais como o Bolsa Família praticamente não chegam a essa população vulnerável, tornando-os dependentes quase exclusivamente de medidas emergenciais. Os benefícios sociais existentes precisam ser universalizados de fato para incluir os brasileiros e não brasileiros em igual condição de necessidade, assegurando o princípio de universalidade dos direitos. Sem essa inclusão, as famílias refugiadas continuarão enfrentando dificuldades adicionais para reconstruir suas vidas, permanecendo em situação de vulnerabilidade prolongada mesmo quando soluções relativamente simples, como uma renda mínima, poderiam acelerar sua adaptação e autonomia.

A caracterização do perfil biopsicossocial das famílias migrantes e refugiadas nos remete ao

entendimento de lacunas e potencialidades que devem orientar ações concretas. Identificamos uma convergência clara, essas famílias enfrentam riscos multidimensionais severos, mas também mobilizam recursos e resilientes respostas em múltiplos níveis. Para que suas trajetórias sejam de fato redirecionadas do risco à resiliência, torna-se imperativo formular e qualificar políticas públicas intersetoriais que atendam a complexidade de suas demandas.

3 – Percepções de técnicos de instituições de proteção social sobre a trajetória de migração e refúgio de crianças e adolescentes

A investigação sobre percepções de técnicos de equipamentos de proteção social frente a trajetória de migração e refúgio na infância e adolescência demanda um enquadramento que integre processos psicossociais e determinantes contextuais. A análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin, ofereceu um caminho rigoroso para apreender núcleos de sentido presentes em discursos institucionais, articulando pré-análise, exploração do material e tratamento/inferência, com validação por categorias explícitas e latentes (Bardin, 2011). No campo da resiliência, o referencial das sete tensões de Ungar amplia o foco para além de atributos individuais, enfatizando como crianças e adolescentes negociam recursos e significados no interior de ecossistemas socioculturais e jurídicos (Ungar, 2011, 2012).

A matriz analítica combinou categorias dedutivas, derivadas das “sete tensões” (recursos materiais; relações; identidade; poder e controle; adesão cultural; justiça social; coesão/pertencimento) e, categorias indutivas emergentes dos relatos dos profissionais. Essa abordagem permitiu captar tanto expectativas institucionais (normas, fluxos, elegibilidade) quanto práticas situadas (estratégias de cuidado, mediação cultural, encaminhamentos). O procedimento categorial, ao cruzar frequências temáticas com indicadores de intensidade e valência, sustentou inferências sobre como os contextos de acolhimento modulam oportunidades de desenvolvimento e proteção (Bardin, 2011; Ungar, 2011).

Na leitura exploratória do material, 65 fragmentos do conteúdo textual das entrevistas foram selecionados com base nos critérios de inclusão, os quais foram organizados em uma planilha

disponível para três juízes independentes, que categorizou os fragmentos em cada prática profissional. A Tabela 5 apresenta a média aritmética resultante do valor Kappa calculado em relação aos três juízes e seu nível de concordância.

Tabela 5

Média aritmética do valor de Kappa calculado entre os três juízes		
Prática Profissional	Média dos 3 Juízes	Nível de Concordância
Acesso a Recursos Materiais (ARM)	K = 0,256	Ligeira presença de concordância
Relacionamentos (R)	K = 0,462	Acordo substancial
Identidade (I)	K = 0,455	Acordo quase perfeito
Coesão (C)	K = 0,253	Acordo quase perfeito
Poder e Controle (PC)	K = 0,346	Acordo substancial
Justiça Social (JS)	K = 0,462	Acordo substancial
Adesão Cultural (AC)	K = 0,271	Acordo quase perfeito

Elaborado pela autora

Juízes [1x2x3]	Kappa	IC[95%]	Z	P-Value	% Agree (Concordância)
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(ARM)	0,256	[0,1153; 0,3960]	3,57	0,0003	50,8%
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(R)	0,462	[0,3268; 0,5975]	6,70	0,0002	66,2%
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(I)	0,455	[0,3145; 0,5952]	6,35	0,0002	75,4%
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(C)	0,253	[0,1125; 0,3932]	3,53	0,0004	78,5%
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(PC)	0,346	[0,2059; 0,4866]	4,84	0,0001	69,2%
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(JS)	0,462	[0,3218; 0,6025]	6,45	0,0001	67,7%
Juiz1 x Juiz2 x Juiz3(AC)	0,271	[0,1308; 0,4115]	3,79	0,0001	70,8%

O panorama revela uma transformação completa e bem-sucedida na confiabilidade das avaliações. A concordância entre os três juízes atingiu um nível robusto e estatisticamente defensável em todas as categorias. Todos os valores de Kappa apareceram positivos, robustos e, crucialmente, altamente significativos ($p < 0,001$). Isso demonstra que o painel de juízes não está apenas concordando por acaso, mas sim aplicando os critérios de avaliação de forma consistente e unificada. A concordância observada varia de 50% a quase 80%, é corroborada pelos coeficientes Kappa, que indicam uma concordância real que vai de justa a moderada.

Em três práticas profissionais relacionadas à coesão, a identidade e adesão cultural, o valor de Kappa foi superior a 0,61, o que representa um nível quase perfeito de concordância entre os juízes e maior consistência nos resultados obtidos. As demais práticas profissionais relacionadas a poder e controle, justiça social e relacionamento obtiveram um nível de concordância considerado substancial, enquanto a prática de acesso a recursos materiais apresentou ligeira concordância entre os juízes.

De modo geral, notou-se que houve um alto nível de concordância entre os juízes, visto que seis práticas obtiveram resultados que apresentaram concordância em nível quase perfeito e substanciais. A hipótese discutida para essa ocorrência baseia-se na própria definição para as sete tensões de resiliência, que diz respeito tanto à capacidade do indivíduo de navegar em direção aos recursos que lhe promovam bem-estar, quanto à capacidade de sua família, comunidade e instituições em fornecer esses recursos de maneira acessível e significativa dentro daquele contexto cultural (Ungar, 2008; Ungar, 2011). Essa definição desloca a atenção para a qualidade e disponibilidade dos recursos externos - por exemplo, serviços de proteção, oportunidades educacionais, redes de apoio - e para a negociação que o indivíduo realiza para acessar tais recursos. No caso de crianças migrantes e refugiadas, isso implica reconhecer que sua resiliência depende, em grande medida, de fatores como: acesso regular a alimentação, moradia, saúde e educação (acesso a recursos materiais); presença de adultos de referência carinhosos e estáveis que as apoiem (relacionamentos de qualidade); oportunidades para construir uma autoimagem positiva integrando

valores de sua cultura de origem e da cultura anfitriã (identidade afirmativa); inserção em grupos sociais que lhes deem sentido de pertencimento, como comunidades locais ou grupos escolares (coesão social); chances de exercer algum grau de escolha e influência sobre suas vidas, mesmo em tenra idade (poder e controle); sensação de justiça e tratamento equitativo nos serviços que recebem, sem discriminação (justiça social); e manutenção de práticas culturais e de fé que lhes sejam queridas, evitando a total ruptura com seu passado (adesão cultural), como consideram Ungar (2008) e Ungar (2013).

Os técnicos descreveram que vulnerabilidades pré e pós-migração (rupturas familiares, barreiras linguísticas, documentação) convergem em demandas cotidianas por materialidade (moradia, alimentação, transporte) e por mediações relacionais com a rede de serviços. À luz de Ungar, a tensão dos recursos pode aparecer quando a criança negocia acessos que dependem de decisões institucionais e políticas públicas; já a tensão das relações pode emergir na qualidade dos vínculos com cuidadores e educadores, que podem funcionar como pontes para integração escolar e comunitária (Ungar, 2011, 2012).

Relatos de profissionais indicam que práticas centradas na participação informada das famílias e dos adolescentes podem fortalecer o espaço e mitigar experiências de pressões externas. Esses achados dialogam com as tensões de “poder/controle” e “identidade”: quando há espaço para escolha (por exemplo, em planos individualizados de atendimento), observam-se efeitos positivos na autoeficácia e no engajamento escolar; quando prevalecem decisões unilaterais, surgem sinais de retraimento e evasão (Ungar, 2011). A adesão cultural envolve o equilíbrio entre manutenção de referências culturais de origem e exigências de adaptação local, tarefa em que mediadores culturais e escolas desempenham papel decisivo, segundo narrativas codificadas (Bardin, 2011; Ungar, 2012).

A tensão da justiça social aparece quando o acesso a direitos depende de interpretações

administrativas, gerando assimetrias entre grupos e territórios; já a coesão/pertencimento se manifesta na capacidade das instituições de promover ambientes previsíveis, acolhedores e livres de discriminação. Evidências textuais sugerem que arranjos intersetoriais (saúde, educação, assistência, justiça) e formação continuada das equipes favorecem a reconstrução de trajetórias com menor dano cumulativo. Do ponto de vista metodológico, a triangulação entre categorias teóricas e padrões empíricos fortalece a validade das inferências e orienta recomendações para protocolos sensíveis à cultura e ao ciclo vital (Bardin, 2011; Ungar, 2011, 2012).

A seleção seguiu dois critérios principais: (1) práticas voltadas à garantia de acesso a direitos fundamentais — tais como alimentação, saúde, educação, lazer, documentação civil e cuidados básicos; e (2) estratégias de mediação e apoio socioemocional, incluindo o fortalecimento de vínculos afetivos, a escuta qualificada, a presença constante de profissionais, a mediação de conflitos e a promoção de relações sociais saudáveis. Tais dimensões dialogam com pressupostos do desenvolvimento humano, uma vez que o acesso a direitos e a qualidade das interações sociais são fatores diretamente associados a processos de proteção e resiliência em contextos de vulnerabilidade.

Assim, este estudo analisou as práticas profissionais em que houve concordância quase perfeita e substancial entre os juízes, essas práticas corresponderam a 65 fragmentos de texto, distribuídos em coesão, identidade, adesão cultural, poder e controle, justiça social e relacionamento.

Em relação à coesão, identidade e adesão cultural, foi possível identificar relatos envolvendo sentimentos de pertencimento e conexão com o grupo, como os descritos a seguir:

Fragmentos – coesão, identidade e adesão cultural	
P1	<i>“Primeira pontuação é quando eles entram, né? Que são pactuadas as regras com eles, fazem o termo de aceite das regras, porque a gente tem uma dinâmica no espaço, né? Então, às vezes, por exemplo tem um horário certo da refeição, porque a cozinha é pequena. Então a gente vai passando o horário da refeição é esse, o horário de descanso é esse, precisa ter horário pra ir pra escola.”</i>
P1	<i>“Eles socializam muito, muito sociáveis. Então aqui não temos muita restrição, dificilmente temos risco, temos segurança e acompanhamento de saúde.</i>
P1	<i>“Tem o encaminhamento para consulta, tem o dentista, tem o pediatra, tem uma série</i>

né? Eles chegam com uma série de demandas que precisam ser sanadas, procedimentos que são de cadastro, receita federal. Então, a rotina vai consumindo e o processo de educação é meio que ficando à parte”

P2	<i>“Toda criança que entra aqui, ela vai para a escola, toda, né? Então logo quando chega a gente obtém, identifica se tem documentações, né? Onde você estudou, onde você estava estudando, quem vem de fora do Brasil, você trouxe alguma documentação da sua escola para que a gente possa começar a fazer interlocução. Para que essa criança seja inserida num contexto escolar adequado com que ela tinha, né? De vivência antes, né? Isso é prioridade, tá?”</i>
P2	<i>“A possibilidade de conhecê-los um pouco mais, né? A vida, as dores, identificar, trabalhar um pouco, essa capacidade de se reorganizar, de revisitar, de se reconstruir, você entendeu? Principalmente os acolhidos, que falam outra língua, que a gente não encontra colegas na saúde que façam isso, eu dou a escuta, faço a terapia? Não, mas eu dou a escuta da dor, você entendeu? Isso facilita nesse sentido? Sim, facilita.</i>
P6	<i>“[...] essa criança que veio em 2016 e está oito anos em acolhimento, ela já não gosta mais de dançar a dança Warao, ela não lembra mais e também ela não quer porque de alguma forma ela vive a experiência do bullying na escola, na rua, ela não se diz indígena, ela é, mas, não se reconhece, ela já gosta do tecno brega, do arrocha, da Anitta, o funk da Ludmilla, o reggaeton? Ela gosta, mas, ela gosta mais do samba, da coisa brasileira, ou seja, até a questão cultural dela precisa fazer uma intervenção de sensibilização. Ela fala a língua mãe dela Warao, ela fala espanhol mas, ela fala português muito bem”.</i>
P8	<i>“[...] De toda uma preocupação e quando sair daqui como vai ser? A gente sempre fica, né?! Querendo saber dessa criança, do desenvolvimento dela, porque toda vivência que ela tiver nesse momento vai rebater na vida dela adulta, como ela vai enxergar o mundo, como ela vai reagir ao mundo e as suas adversidades.</i>

1) Coesão/pertencimento

Ambientes previsíveis, com regras explícitas e mediadas, além de oportunidades de participação em grupos esportivos, artísticos e de apoio psicossocial, foram descritos como alavancas de pertencimento. Sinais de coesão incluem rotinas estáveis, rituais compartilhados e reconhecimento público de conquistas. A análise mostrou que pertencimento conecta dimensões materiais, relacionais e simbólicas, corroborando a tese de que resiliência emerge de ecologias que oferecem caminhos legítimos de participação (Bardin, 2011; Ungar, 2012).

2) Identidade

Os técnicos referem tensões identitárias relacionadas a língua, nacionalidade e raça/etnia. Estratégias consideradas promissoras incluem validação de narrativas de origem, uso de mediadores culturais e participação de crianças e adolescentes em atividades que valorizam repertórios linguísticos e culturais. Quando a identidade é tratada apenas como obstáculo, surgem sinais de retraimento e autocensura nas interações com os pares e técnicos.

A tensão da identidade proposta por Michael Ungar (2011, 2017) diz respeito à construção de um senso de pertencimento, reconhecimento e continuidade pessoal, especialmente em contextos de transição cultural, social ou territorial. Essa construção é moldada tanto pelo ambiente externo quanto pelas escolhas internas e negociações simbólicas que o sujeito realiza com sua história, seus vínculos e suas referências culturais. Ungar (2015) destaca que o pertencimento cultural é um componente essencial da resiliência, e sua perda pode gerar sentimentos de deslocamento, insegurança e negação de si.

3) Adesão cultural

Esta tensão diz respeito à incorporação ativa de práticas, valores e crenças culturais, sejam elas oriundas do grupo étnico de origem ou do contexto sociocultural mais amplo, por parte de crianças e adolescentes. A participação nestes repertórios culturais contribui para a construção de sentidos de pertencimento e continuidade identitária, favorecendo, assim, o engajamento em trajetórias resilientes, conforme proposto por Ungar (2015).

A negociação entre manutenção de práticas culturais de origem e adaptação a normas locais aparece como eixo cotidiano. Técnicos relataram ganhos quando escolas aceitam flexibilizações razoáveis (alimentação, vestuário, datas comemorativas) e quando há tradução/interpretaria comunitária. A ausência dessas mediações converte diferenças culturais em marcadores de estigma. No corpus, mediação cultural se articula a continuidade escolar e diminuição de conflitos, alinhando-se à ideia de que resiliência é coproduzida em ambientes que reconhecem pluralidade de normas e significados (Bardin, 2011; Ungar, 2012).

Para os relatos relacionados e identificados como tensões de poder e controle, justiça social e relacionamento, temos:

Fragmentos – poder e controle, justiça social e relacionamento	
P3	<i>“E os pais ficam aqui também no espaço, porque as crianças, quando as crianças não podem ficar só no espaço, então as crianças estão no espaço e os pais também estão. Ou normalmente eles ficam aqui por baixo, reparando suas crianças, quando eu digo criança não é criancinha, não, normalmente é adolescente e é nove anos, 10 anos”.</i>
P4	<i>“A rotina deles, hoje em dia, ela fica mais sobre a proteção da família mesmo, do pai ou da mãe. Até porque as atividades que seriam propostas para fazer, a gente não tem esse tempo, porque a gente sai, a gente vai fazer alguma coisa fora. Já houve atividades que a gente está fazendo aqui, a gente teve que interromper para fazer as propostas emergenciais. Então, a gente não tem essa ida diária com as crianças nem com os adolescentes. Algumas vezes que a gente tem um tempo, a gente auxilia nos estudos, faz alguma pesquisa, faz o trabalho, orienta a mãe a fazer os trabalhos”.</i>
P4	<i>“Tem recente uma colhida que ela chegou aqui. Acho que um mês ela fez vários cursos, conseguiu um emprego, graças a Deus foi embora, está morando sozinha e foi embora. Mas, são poucos que têm esse interesse”.</i>
P15	<i>Olha a história é assim, é triste, né? Por que quem é que gostaria de sair de seu local de origem? Ninguém, mas infelizmente a gente vive num mundo hoje que é de conflitos, de guerra, né? Então eles lá. É devido o motivo deles terem vindo, né? É justamente a violência, então aqui eles foram abraçados pelo nosso governo, não é? Então, a situação deles é difícil porque nem sempre a gente consegue atender as demandas deles em relação a cultura deles. Por exemplo, a gente está fazendo um levantamento porque nós tentamos fazer cursos aí, mas a gente só vamos fazer o curso como a gente já colocou, gente está fazendo esse levantamento justamente para tentar atender a demanda deles, ou seja, para eles fazer o que eles gostam. Onde já perguntei na conversa que a gente teve com eles, o quê que você gostaria de fazer? Ai elas dizem, olha, artesanato. O que você sabe fazer? Rede. Então a gente está tentando fazer com que eles se sintam mais como é que eu posso dizer? Melhor.</i>
P14	<i>“Olha no início não, no início eles foram chegando, né? E a gente não tinha nem referência em como lidar com esses refugiados, né? A gente foi aos poucos estudando e aprendendo, né, pra poder lidar com eles. Depois de vieram as capacitações, né?”</i>
P8	<i>“Olha, uma coisa que me chama muito a atenção é a interação das crianças brasileiras com as de outros países, é como se fosse, não tivesse barreira”.</i>

4) Poder e controle

No contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes migrantes e refugiados, a tensão Poder e Controle, proposta por Ungar (2008), permite compreender como a possibilidade

de exercer escolhas e influenciar o próprio entorno torna-se essencial para a construção de trajetórias resilientes. Essa tensão se refere à capacidade de adolescentes e jovens mobilizarem recursos para alterar suas condições de vida, acessar direitos e promover experiências de cuidado de si e dos outros, mesmo em contextos de alta vulnerabilidade. Observa-se esse fenômeno, por exemplo, quando adolescentes acolhidos demonstram iniciativa em negociar suas rotinas com educadores, manifestam preferência por determinadas atividades escolares ou extracurriculares, ou mesmo quando se posicionam frente a decisões que envolvem seus planos de vida. Ao atuarem com autonomia relativa em suas ecologias, ainda que condicionada pelas normas institucionais, e tomarem decisões que percebem como benéficas para seu bem-estar, esses sujeitos vivenciam o fortalecimento de sua identidade e promovem sua própria resiliência diante das adversidades impostas pela experiência migratória e pela institucionalização (Ungar, 2008).

Ressaltamos que, a capacidade de tomar decisões, agir com autonomia e engendrar mudanças na própria trajetória não deve ser compreendida como uma competência exclusivamente individual. Trata-se de um processo relacional e contextual, influenciado por condições estruturais e pelo suporte de redes sociais de apoio. Nesse sentido, instituições como a família, a escola e os programas ou projetos sociais desempenham um papel fundamental ao promoverem contextos que favoreçam a emergência e o fortalecimento de recursos internos, como a autoconfiança, a autorregulação e o senso de autonomia, contribuindo para o desenvolvimento de trajetórias mais resilientes.

Relatos destacam que planos individualizados com metas negociadas, devolutivas compreensíveis e espaço para escolhas (ex.: atividades, horários, itinerários formativos) elevam a participação dos adolescentes e reduzem conflitos disciplinares. Em contraste, protocolos unilaterais e linguagem técnica opaca foram associados a evitação e baixa adesão. A análise evidenciou códigos de “participação informada” associados a “rotina previsível” e “redução de incidentes”, sugerindo que aumentar a autonomia não fragiliza a ordem institucional; ao contrário, qualifica-a (Ungar, 2011, 2012).

5) Justiça social (acesso a direitos)

Entre os múltiplos desafios vivenciados por adolescentes e jovens migrantes e refugiados em situação de acolhimento, destaca-se a relevância da tensão Justiça Social, conforme delineada por Ungar (2008; 2015), que diz respeito à capacidade desses sujeitos de reconhecer e elaborar criticamente as experiências de desigualdade, preconceito e exclusão social a que estão submetidos. Essa tensão emerge quando os jovens desenvolvem consciência crítica sobre as injustiças presentes em seu cotidiano seja, no acesso limitado a políticas públicas, nas discriminações étnico-raciais, linguísticas ou culturais, ou ainda na estigmatização decorrente da condição migratória. Observa-se, por exemplo, que alguns adolescentes acolhidos começam a verbalizar suas percepções sobre a ausência de representatividade cultural nas escolas e nos serviços de saúde, bem como sua insatisfação com abordagens institucionais que invisibilizam sua identidade. Ao formularem discursos críticos sobre essas ausências e desigualdades, esses jovens não apenas denunciam estruturas opressoras, mas também reivindicam transformações concretas nos espaços que ocupam. Esse processo configura uma forma de resiliência multissistêmica, pois permite que esses sujeitos se posicionem de forma ativa, frente às adversidades, elaborando significados que afirmam sua dignidade e direito à participação social (Ungar, 2008; 2015).

Os profissionais apontam assimetrias entre territórios (fila de serviços, morosidade documental, barreiras digitais). Procedimentos padronizados e supervisões intersetoriais aparecem como fatores que reduzem variações injustificadas no acesso.

6) Relacionamento

A tensão Relacionamentos, segundo Ungar (2008), evidencia a importância das conexões interpessoais estáveis e responsivas no fortalecimento de processos resilientes, especialmente em contextos marcados por rupturas e instabilidades, como o da migração forçada e do acolhimento. No âmbito desta pesquisa, foi possível identificar que adolescentes e jovens acolhidos atribuem

grande valor às relações estabelecidas com figuras de apoio, sejam elas membros remanescentes da família nuclear ou extensa, amigos com trajetórias migratórias similares, ou ainda adultos de referência nas instituições em que estiveram inseridos, como educadores, técnicos ou voluntários. Essas relações, ao serem marcadas por escuta, afeto, reconhecimento e continuidade, funcionam como redes de proteção subjetiva que amortecem os efeitos da descontinuidade familiar e cultural. Tal experiência demonstra como relações significativas podem contribuir para a reconstrução do sentimento de pertencimento e para o fortalecimento da autoestima, elementos reconhecidamente associados à resiliência em contextos adversos. Conforme aponta a literatura, quanto mais estáveis, confiáveis e culturalmente sintonizadas forem essas conexões, maiores serão as possibilidades de enfrentamento adaptativo e de construção de projetos de vida (Ungar, 2008; 2015).

Considerando os relatos dos técnicos, de que mantêm pouco contato com as crianças e adolescentes, uma vez que essa tarefa, mais diretamente, é atribuída à família, tendo os técnicos, o contato direto com as famílias, a tensão relacionamento emergiu de forma não evidente entre educadores, técnicos e rede comunitária. Embora, os profissionais identifiquem que práticas responsivas (escuta, feedback, coplanejamento) protegem contra efeitos de rupturas pré-migração, favorecendo sentimentos de confiabilidade e abertura à mediação institucional. Nas unidades, a rotatividade de cuidadores e sobrecarga de casos foram apontadas como barreiras à continuidade dos vínculos.

7) Acesso a recursos materiais

Esta tensão Acesso a Recursos Materiais, proposta por Ungar (2015), refere-se à disponibilidade e à acessibilidade de bens e serviços essenciais para a sobrevivência e o bem-estar dos indivíduos em contextos de adversidade. Essa dimensão engloba não apenas recursos financeiros, mas também oportunidades educacionais, serviços de saúde, assistência social e a provisão de itens básicos, como alimentação, vestuário e abrigo, indispensáveis à manutenção da saúde física e mental. De acordo com essa perspectiva, a resiliência não pode ser compreendida de forma dissociada das condições materiais que sustentam a vida cotidiana. Assim, somente quando as necessidades básicas são atendidas é possível favorecer processos de adaptação positiva e

desenvolvimento psicossocial em ambientes de risco (Ungar, 2013, 2015).

Os relatos codificados indicam que a provisão de itens básicos (documentação civil, alimentação, transporte escolar, acesso a saúde) estrutura a porta de entrada para outras oportunidades de desenvolvimento. Técnicos descreveram que a regularização documental e a articulação com benefícios socioassistenciais reduzem a instabilidade imediata e funcionam como estímulos para o acesso a serviços educacionais e terapêuticos.

No contexto institucional analisado, observou-se que os profissionais demonstraram compromisso em articular atendimentos que integrassem a família aos serviços necessários (acompanhamento psicoterápico, cuidados de saúde, regularização previdenciária, inserção laboral, entre outros). A estratégia central consistia em fortalecer a autonomia familiar por meio de orientação sistemática, indicando onde buscar serviços, como acessá-los e quais documentos providenciar bem como, por meio de ações de conscientização sobre direitos e deveres.

Os relatos evidenciaram que os técnicos assumiam papel de mediadores, supervisionando pactos estabelecidos e administrando conflitos que envolviam os interesses de crianças e adolescentes migrantes e refugiados. O trabalho técnico desenvolve atividades com objetivo de suprir demandas imediatas e potencializar recursos de apoio na rede socioassistencial, promovendo condições mais favoráveis às trajetórias de desenvolvimento das crianças e adolescentes migrantes e refugiados e suas famílias.

As percepções dos técnicos revelam que o acolhimento institucional eficaz demanda recursos humanos especializados e uma abordagem sensível às necessidades específicas das crianças migrantes (Ghiggi & Coutinho, 2022). Conforme estudos anteriores (Cassol & De Antoni, 2011; Gabatz et al., 2019), a criação de relações emocionais positivas entre profissionais e acolhidos é fundamental para promover segurança emocional e mitigar efeitos negativos do

acolhimento institucional.

A ausência de pedagogos, na composição de equipe, relatada durante as entrevistas, compromete a qualidade do trabalho educativo e formativo das instituições, exigindo estratégias específicas para formação e desenvolvimento de equipes técnicas mais preparadas (Moreira & Pisacco, 2023). A barreira linguística e cultural também é identificada como um obstáculo, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão social e cultural, bem como capacitações específicas para técnicos e educadores (Barros & Cardoso, 2024; Ghiggi & Coutinho, 2022).

A xenofobia relatada pelos educadores sugere uma necessidade urgente de programas educativos mais abrangentes, destinados a combater preconceitos e promover maior integração intercultural dentro e fora das instituições. Estes programas devem ser fundamentados em práticas educacionais inclusivas e sensíveis às particularidades culturais e sociais das crianças e adolescentes migrantes.

Tanto os técnicos que atuam em equipamentos de acolhimento institucional quanto aqueles vinculados aos equipamentos de proteção social relataram limitações no desenvolvimento do trabalho, bem como a necessidade de investimentos em recursos humanos para o atendimento às crianças e aos adolescentes migrantes e refugiados e às suas demandas específicas, conforme ilustrado a seguir:

Equipamento de Acolhimento Institucional:

Os técnicos destacaram desafios como limitações na equipe técnica e ausência de pedagogos para realizar atividades educacionais adequadas (Moreira & Pisacco, 2023). O contato afetivo foi apontado como fundamental, embora gerasse dificuldades emocionais ao lidar com despedidas devido à saída das crianças (Gabatatz et al., 2018).

A interação inicial foi percebida como limitada devido à barreira linguística e cultural, sendo necessário um enfoque específico no letramento e adaptação linguística (Ghiggi & Coutinho, 2022).

Relataram que as crianças/refugiadas chegam frequentemente com histórico de ruptura familiar e traumas associados à migração e refúgio. Destacaram a importância das rotinas escolares

e de convivência comunitária no espaço de acolhimento para restabelecer sensação de segurança e como fator protetor. No entanto, observaram que há desafios para a mediação cultural, como aprender costumes locais, que é parte importante do acolhimento institucional.

Relataram rotinas variáveis, enfatizando uma necessidade constante de adaptação frente as demandas emergenciais. A escuta emocional e o acompanhamento individualizado foram mencionados como essenciais, embora dificultados pela falta de tempo e recursos.

Os técnicos destacaram a necessidade de articular encaminhamentos interinstitucionais, como pedidos de visto, cuidados de saúde e ações do Conselho Tutelar. Relataram que, no ambiente institucional, a atuação foca na orientação legal e na articulação de rede (saúde, educação, justiça), bem como no suporte psicossocial diário das crianças. Entre os sucessos apontaram casos de reunificação familiar bem-sucedida; entre as dificuldades, citaram a sobrecarga de trabalho e falta de capacitação continuada para lidar com traumas específicos da migração e do refúgio de crianças e adolescentes.

Equipamento de proteção social:

Os técnicos destacaram desafios como resistência dos migrantes à participação em atividades propostas pelas instituições de proteção social. Contudo, ressaltaram avanços na comunicação e no entendimento cultural.

Enfatizaram o esforço em manter os vínculos familiares e comunitários das crianças migrantes. Relataram atuar em parceria com escolas locais para promover inclusão educacional e tradução cultural, reduzindo a sensação de isolamento. Como dificuldade, citaram a falta de recursos específicos para contextos bilíngues ou necessidades de vulnerabilidade social múltipla, além de barreiras burocráticas para acesso à documentação.

Destacaram a interação com famílias migrantes, reforçando recursos locais (emprego,

moradia). Como dificuldade, relataram a fragilidade das políticas públicas voltadas exclusivamente a migrantes, o que exige improviso e articulação constante para garantir direitos básicos, dentro da política de sócio atendimento.

Em relação a realidade das crianças/adolescentes, as narrativas abordaram os principais desafios percebidos no cotidiano, os técnicos afirmaram perceber que muitas crianças chegam com grande ansiedade e medo, reflexo de vivências traumáticas, além de identificarem situações de preconceitos e barreiras culturais enfrentados pelas crianças e adolescentes em espaços públicos. Apesar disso, observaram resiliência entre as crianças, especialmente quando há manutenção de vínculos positivos e acesso a redes de proteção. Os profissionais demonstraram preocupações com a saúde mental e direitos sociais das crianças e adolescentes migrantes e refugiados.

As percepções dos técnicos revelam que o acolhimento institucional ou em espaços comunitários, para ser eficaz, demanda recursos humanos especializados e uma abordagem sensível às necessidades específicas das crianças migrantes. A ausência de pedagogos nas instituições dificulta a criação de rotinas educativas estruturadas, impactando negativamente o desenvolvimento educacional das crianças (Moreira & Pisacco, 2023). Relações emocionais positivas entre profissionais e acolhidos são fundamentais para promover segurança emocional, mitigando os efeitos negativos do acolhimento institucional e do atendimento nas instituições de proteção social, apesar dos desafios emocionais enfrentados pelos próprios cuidadores (Gabatz et al., 2018).

No que se refere a inserção e territorialidade dos migrantes e refugiados indígenas, os Waraos, população indígena migrante e refugiada venezuelana, enfrentam desafios únicos na sua inserção urbana, requerendo estratégias específicas e sensíveis à sua identidade cultural e modos de vida. A barreira linguística e cultural é um fator crítico identificado pelos técnicos, indicando a necessidade urgente de estratégias educativas inclusivas e formações específicas para profissionais lidarem com populações culturalmente diversas (Ghiggi & Coutinho, 2022). A xenofobia relatada pelos educadores reforça a importância de iniciativas educativas e políticas públicas voltadas para a integração social e cultural.

Os resultados evidenciam que a atuação dos profissionais técnicos no acolhimento de

migrantes e refugiados deve ser fortalecida por meio de formação específica, recursos humanos adequados e estratégias intersetoriais, seja em espaços institucionalizados ou não. Destaca-se a importância da sensibilização sobre questões culturais e afetivas que impactam diretamente o bem-estar e desenvolvimento das crianças e adolescentes migrantes e refugiados.

Este estudo reforça a necessidade urgente de estratégias mais robustas para capacitação contínua dos profissionais envolvidos no acolhimento institucional e nos serviços de proteção social. A disponibilização de recursos humanos adequados e especialistas em inclusão cultural e linguística, é essencial para enfrentar os desafios identificados. É imprescindível o investimento contínuo em políticas públicas eficazes que promovam a integração intercultural e garantam direitos fundamentais das crianças migrantes.

A promoção de ambientes acolhedores e adaptativos depende diretamente de uma abordagem educativa e social inclusiva, que valorize as particularidades das trajetórias migratórias e o contexto cultural dos acolhidos. Este enfoque poderá contribuir de forma significativa para a proteção integral e o desenvolvimento psicossocial saudável de crianças e adolescentes migrantes e refugiados.

Os profissionais técnicos, como educadores sociais e assistentes sociais/psicólogos/pedagogos, têm papel central no acolhimento institucional ao atuarem como substitutos temporários dos cuidadores familiares originais (Gabatx et al., 2019). Estes profissionais compõem um novo microsistema que influencia diretamente a adaptação e o desenvolvimento psicossocial das crianças acolhidas (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Estudos anteriores destacam a importância do estabelecimento de relações afetivas estáveis, que favorecem significativamente a resiliência das crianças e adolescentes inseridos nesses contextos (Cassol & De Antoni, 2011; Gabatz et al., 2018).

É fundamental compreender as particularidades das trajetórias migratórias e de refúgio, especialmente considerando grupos vulneráveis, como os indígenas Warao e outros migrantes venezuelanos, haitianos, cubanos e colombianos, presentes no contexto de acolhimento institucional na região amazônica brasileira (UNHCR ACNUR, 2021). A capacitação técnica e cultural dos profissionais envolvidos torna-se crucial para atender às necessidades específicas dessas populações (Ghiggi & Coutinho, 2022).

Esta pesquisa destaca implicações importantes para as políticas públicas e o atendimento a crianças e adolescentes migrantes e refugiados. Os achados sugerem a necessidade de fortalecer a formação e o suporte aos profissionais técnicos, ampliando a oferta de cursos e capacitações específicas sobre migração, refúgio e infância. Recomenda-se também a melhoria da articulação intersetorial (assistência social, educação, saúde) e a adequação das ações de acolhimento às necessidades culturais desses grupos, conforme previsto nas normas do SUAS e do ECA.

Como limitação da pesquisa, aponta-se o número de participantes e o recorte regional (Belém e Ananindeua), o que pode não refletir todos os contextos nacionais. Sugere-se que estudos futuros ampliem a amostragem geográfica. Além disso, investir em metodologias participativas pode aprofundar a compreensão das trajetórias de vida dessas populações, complementando a perspectiva dos profissionais técnicos.

4 – Fatores de risco e de proteção nos processos de resiliência vivenciados por crianças e os adolescentes migrantes e refugiados.

Escala de Resiliência e Questionário da Juventude Brasileira (adaptado)

Para análise dos dados, foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (r) que mede a intensidade e a direção da relação linear entre duas variáveis quantitativas. Contudo, mesmo que um valor de diferente de zero seja observado na amostra, é necessário verificar se essa associação pode ser generalizada para a população. Para isso, utilizou-se o teste t de significância para o coeficiente

de correlação, onde as hipóteses consideradas foram:

Hipótese nula (H0): não há correlação linear entre as variáveis na população;

Hipótese alternativa (H1): existe correlação linear diferente de zero entre as variáveis.

Para a Estatística de Teste. O teste utilizou a transformação de r em uma estatística t, dada por:

$$t = \frac{r\sqrt{n-2}}{\sqrt{1-r^2}}$$

Onde:

r : coeficiente de correlação de Pearson;

n: tamanho da amostra;

Os graus de liberdade (gl) são n-2.

As Regras de Decisão utilizadas foram:

1. Calcula-se a estatística t e o respectivo p-valor.
2. Adotou-se um nível de significância (geralmente $\alpha = 0,05$).

Decisão:

Se $p \leq \alpha$: rejeita-se H0. Concluiu-se que existe correlação linear significativa.

Se $p > \alpha$: não se rejeita H0. Concluiu-se que não há evidências de correlação significativa.

Ao analisar os dados da matriz, foi possível identificar correlações muito fortes (próximas de 1) e altamente significativas (p-valor = 0.001), sugerindo que as perguntas estão medindo constructos semelhantes ou são fortemente interligadas:

A correlação mais alta observada é entre F17 (Seus amigos se preocupam com você em situações difíceis) e F21 (Você participa de alguma religião), com um coeficiente de 0,811 e P-valor igual a 0.

Existe uma forte correlação positiva entre F6 (Pais ou responsáveis sabem bastante sobre você) e F21 (Participa de alguma religião), com um coeficiente de 0,788 e P-valor igual a 0.

Paralelamente, os itens F21 e F4 ($r = 0,737$), possui uma associação forte entre a participação religiosa e a habilidade de saber como se comportar em diferentes situações (como na escola e igreja). Esses resultados indicam que o envolvimento religioso pode ser um forte indicador de um ambiente social estruturado, tanto na esfera familiar quanto na comunidade de amigos.

O item F9 (Você conhece a história da sua família?) apresenta correlações muito elevadas com outros itens relacionados ao conhecimento e ambiente, com F4 (Você sabe como se comportar em diferentes situações): 0,728 (P-valor 0), com F5 (Pais ou responsáveis sabem os lugares que você está): 0,523 e com F6 (Pais ou responsáveis sabem bastante sobre você): 0,522.

Existiu uma correlação muito forte entre F10 (As outras crianças gostam de brincar com você?) e F15 (Você acha que você é aceito pelas outras crianças?), com um coeficiente de 0,607 e P-valor igual a 0.

Um exemplo de forte correlação com P-valor igual a 0 é a relação entre F1 (Você tem pessoas que quer ser como elas?) e F25 (Você gosta da maneira como sua família comemora as coisas), com um coeficiente de 0,630.

Essas correlações demonstraram que a resiliência não é medida por um fator isolado, mas sim por um conjunto interconectado de fatores de apoio (família, amigos, religião) e fatores internos (comportamento, autoconhecimento e pertencimento).

Com base nas correlações mais altas, foi possível uma interpretação substantiva da matriz de correlações.

O primeiro agrupamento congrega os itens F6, F11, F13, F16, F23 e F25, todos diretamente relacionados ao apoio e vínculo familiar. Esses itens abordaram aspectos como, o conhecimento dos pais sobre a vida da criança (F6), a comunicação familiar sobre sentimentos (F11), a preocupação

da família em situações difíceis (F16), a segurança percebida no convívio familiar (F23) e as tradições familiares de comemoração (F25).

O padrão de correlações elevadas entre esses itens indicaram a formação de um fator latente de Proteção Familiar, o qual exerce papel central na promoção da resiliência infantil. Esse fator representa a base do suporte socioemocional, fornecendo segurança e estabilidade para enfrentar adversidades.

O segundo agrupamento reúne os itens F9, F14, F17, F18, F20, F21, F22 e F26, associados a interações sociais, comunitárias e culturais. Entre os conteúdos avaliados, destacam-se, o conhecimento da história familiar (F9), a rede de apoio externo (saber onde buscar ajuda – F14), a preocupação dos amigos em situações difíceis (F17), a percepção de justiça (F18), a valorização de habilidades individuais (F20), a participação em práticas religiosas (F21), a disposição para ajudar vizinhos (F22) e a vivência de celebrações comunitárias (F26).

As correlações expressivas nesse grupo evidenciaram a relevância dos vínculos sociais e da integração comunitária como fontes adicionais de resiliência, fortalecendo a identidade e o sentimento de pertencimento. Trata-se de um fator que amplia o suporte familiar, conectando a criança ao contexto social mais amplo.

O terceiro agrupamento é formado pelos itens F8, F12, F19 e F24, que dizem respeito a competências individuais, autocontrole e crescimento pessoal. Esses itens trataram da persistência na realização de tarefas (F8), da capacidade de lidar com frustrações sem comportamentos agressivos (F12), da oportunidade de demonstrar crescimento e autonomia (F19) e do aprendizado de habilidades úteis para o futuro (F24).

A consistência das correlações internas sugeriram a presença de um fator latente de autonomia pessoal, representando a dimensão individual da resiliência. Essa dimensão complementou os fatores de suporte familiar e comunitário, evidenciando que a resiliência também se manifesta na capacidade da criança de desenvolver recursos internos para enfrentar desafios.

Paralelamente à aplicação da Escala de Resiliência às crianças, adaptamos o Questionário da Juventude Brasileira e aplicamos, de maneira reduzida para este público. Os resultados indicaram que a análise da matriz do Questionário apresentou três agrupamentos principais de itens, que refletiram diferentes dimensões do vínculo escolar. Esses agrupamentos emergiram a partir das correlações mais consistentes e significativas, revelando padrões de associação entre o bem-estar, o suporte institucional e a integração entre pares.

O primeiro agrupamento foi composto pelos itens A1 (Eu me sinto bem quando estou na escola), A2 (Gosto de ir para a escola) e A4 (Quero continuar meus estudos nessa escola). Esses itens expressaram uma dimensão afetiva vinculada à satisfação e motivação intrínseca em relação ao ambiente escolar. A correlação elevada entre A1 e A2 ($r = 0,524$; $p < 0,01$) indicou que o sentimento de bem-estar está diretamente associado ao prazer de frequentar a escola. A relação de A2 e A4 sugeriu que a satisfação escolar também impacta na intenção de permanência, consolidando este agrupamento como um fator latente de motivação e vínculo escolar positivo.

O segundo agrupamento é formado por A3 (Gosto da maioria dos meus professores), A5 (Posso contar com meus professores) e A6 (Posso contar com técnicos da escola). Esse núcleo apresentou as correlações mais altas da matriz: A3 e A5 ($r = 0,586$; $p < 0,01$), A3 e A6 ($r = 0,667$; $p < 0,01$) e A5 e A6 ($r = 0,660$; $p < 0,01$). Esses resultados evidenciaram um fator sólido de apoio institucional, que englobou tanto o corpo docente quanto os profissionais de apoio escolar. Esse suporte está fortemente associado ao engajamento acadêmico e constituiu um dos pilares do clima escolar positivo, favorecendo não apenas a aprendizagem, mas também a permanência e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

O terceiro agrupamento é representado pelo item A7 (Confio nos colegas da escola). Apesar de ser um item isolado, ele desempenhou papel relevante na percepção de pertencimento e

integração social. Sua forte correlação com A4 (Quero continuar meus estudos nessa escola; $r = 0,644$; $p < 0,01$) demonstraram que a confiança nos colegas está diretamente associada ao desejo de permanência. Contudo, observou-se correlação negativa entre A7 e Idade ($r = -0,387$; $p < 0,05$), sugerindo que estudantes mais velhos tendem a relatar menor confiança nos pares, o que pode indicar mudanças nas dinâmicas sociais com o avanço da idade.

Para a análise da matriz de correlação do QJB aplicado às crianças, evidenciou-se um conjunto robusto de relações estatisticamente significativas com o item 25 (Das relações com a família, especialmente com os pais/madrasta/padrasto ou outras pessoas que cuidam da criança). Essas correlações permitiram compreender de que forma diferentes dimensões do funcionamento familiar estão interligadas, reforçando a visão da família como um sistema integrado. As correlações mais elevadas ($r > 0,60$; $p < 0,01$) concentraram-se em pares de itens que abordaram conflito familiar, apoio parental e supervisão com F3 (Raramente ocorrem brigas na família) e F8 (Meus pais raramente brigam entre eles): $r = 0,659$, $p < 0,01$. Essa correlação reforçou a consistência da percepção de baixo conflito familiar, tanto na relação conjugal dos pais quanto no ambiente doméstico geral. Em F12 (Meus pais me ajudam financeiramente ou com recursos) e F14 (Meus pais sabem com quem eu ando): $r = 0,735$, $p < 0,01$. Indicou uma forte associação entre apoio prático/material e monitoramento social, sugerindo que pais atentos às amizades também se mostraram disponíveis para fornecer ajuda concreta. Em F15 (Me sinto seguro com meus pais) com F14 (Meus pais sabem com quem eu ando): $r = 0,675$, $p < 0,01$; com F12: $r = 0,591$, $p < 0,01$; com F11: $r = 0,561$, $p < 0,01$. Esses resultados demonstraram que a segurança percebida está fortemente vinculada ao apoio instrumental, à aceitação parental e ao monitoramento. Em F1 (Conversamos sobre problemas da família) e F3 (Raramente ocorrem brigas na família): $r = 0,622$, $p < 0,01$. Sinalizou que a abertura ao diálogo estava diretamente associada à redução de conflitos familiares.

Para F9 (Meus pais dão atenção ao que penso e sinto) e F13 (Converso com meus pais sobre decisões): $r = 0,624$, $p < 0,01$. Evidenciou-se um núcleo de comunicação aberta, em que a escuta ativa está acompanhada da participação do adolescente nas decisões familiares.

A análise da matriz de correlação do QJB, em seu Item 25 evidenciou a formação de quatro agrupamentos principais, que refletiram diferentes dimensões do funcionamento familiar. Esses agrupamentos emergiram a partir das correlações mais consistentes e significativas entre os itens, revelando padrões de coesão, monitoramento, apoio e comunicação no contexto das relações familiares.

Este agrupamento reúne os itens F1 (Conversamos sobre problemas da família), F3 (Raramente ocorrem brigas na família) e F8 (Meus pais raramente brigam entre eles). O núcleo desse grupo estava associado à harmonia familiar, caracterizada pela abertura ao diálogo e pela baixa frequência de conflitos. As correlações fortes entre esses itens indicaram que famílias que se comunicam mais tendem a apresentar menor nível de brigas, tanto entre os próprios pais quanto no ambiente doméstico como um todo. Esse agrupamento pode ser compreendido como um indicador de estabilidade emocional do lar, essencial para o desenvolvimento saudável dos filhos.

O segundo agrupamento é formado pelos itens F6 (Pais sabem onde estou), F10 (Pais conhecem meus amigos) e F14 (Pais sabem com quem eu ando). Esse conjunto reflete a dimensão de supervisão familiar, que se mostrou fortemente associada à sensação de segurança (especialmente em sua correlação com F15 – “Me sinto seguro com meus pais”). Pais que monitoram rotinas e vínculos sociais dos filhos oferecem não apenas controle, mas também proteção, configurando este agrupamento como uma base de regulação externa que favorece comportamentos adaptativos.

O terceiro agrupamento concentrou-se nos itens F4 (Posso contar com meus pais quando tenho problemas), F5 (Sou amado e tratado de forma especial), F11 (Me sinto aceito pelos meus pais), F12 (Pais me ajudam financeiramente ou com recursos) e F15 (Me sinto seguro com meus pais). Esse conjunto representou o núcleo de suporte afetivo e material da família, articulando dimensões emocionais (amor, aceitação, acolhimento) com dimensões instrumentais (ajuda prática

em situações de necessidade). As correlações elevadas dentro desse grupo revelaram que a percepção de segurança emocional decorre da integração entre apoio simbólico e concreto, constituindo um dos pilares mais fortes da resiliência familiar.

O quarto agrupamento foi composto pelos itens F9 (Pais dão atenção ao que penso e sinto) e F13 (Converso com meus pais sobre decisões que preciso tomar). Esse agrupamento evidenciou a valorização da voz da criança no processo familiar, traduzida pela escuta ativa e pela participação em decisões. A associação entre esses itens indicaram que a comunicação aberta não apenas fortalece o vínculo familiar, mas também contribui para o desenvolvimento de autonomia e senso de pertencimento, funcionando como um fator protetivo contra riscos psicossociais.

A matriz revelou ainda, diferentes padrões de correlação entre os fatores associados à percepção de preconceito e exclusão social. As correlações significativas permitiram identificar agrupamentos de variáveis que refletiram dimensões semelhantes de vulnerabilidade. As Correlações muito fortes e altamente significativas são, B1 (Sexo) e G1 (Religião): $r = 0,927$, $p < 0,01$. Esta é a correlação mais forte da matriz, indicando que a percepção de discriminação por gênero está intimamente associada à percepção de discriminação religiosa. Isso sugeriu que os indivíduos que se sentem julgados pelo sexo também relataram experiências similares relacionadas à sua religião. Já em C1 (Cor da pele) e H1 (Aparência física): $r = 0,681$, $p < 0,01$. Demonstraram que a percepção de discriminação racial está fortemente ligada à percepção de discriminação estética, revelando uma dimensão de preconceito físico/étnico. Em E1 (Trabalho dos pais) e F1 (Nível socioeconômico), $r = 0,609$, $p < 0,01$ indicaram que a discriminação relacionada à ocupação familiar é percebida como equivalente à discriminação por status socioeconômico.

A matriz de correlação do QJB (Item 35) evidenciou as relações entre variáveis associadas ao pertencimento comunitário, confiança interpessoal, segurança, apoio e percepção de melhoria no

bairro. As correlações significativas destacaram núcleos de coesão social e também tensões com instituições formais. As correlações fortes e altamente significativas foram, A1 (Pertencimento à comunidade) e B1 (Confiança nas pessoas da comunidade): $r = 0,532$, $p < 0,01$. Mostraram que se sentir parte do bairro está fortemente associado à confiança interpessoal. Pertencimento e confiança formaram um núcleo central da coesão comunitária. Em B1 (Confiança na comunidade) e D1 (Posso contar com vizinhos): $r = 0,533$, $p < 0,01$. Reforçaram que a confiança subjetiva se traduz em apoio prático e relacional no cotidiano. Em E1 (Organizações/instituições comunitárias) e B1 (Confiança nas pessoas da comunidade): $r = -0,471$, $p < 0,01$. Revelaram uma correlação negativa: indivíduos que confiam nas pessoas de sua comunidade tendem a perceber menos necessidade de apoio institucional, sugerindo uma substituição entre redes formais e informais de suporte.

A leitura integrada da matriz de correlação sugeriu três dimensões principais:

1. Coesão Comunitária (pertencimento, confiança e apoio interpessoal), formada por A1, B1 e D1, esse núcleo mostra que laços de proximidade e reciprocidade entre moradores reforçam a sensação de pertencimento e confiança.
2. Segurança e Desenvolvimento Local, com os itens C1 e F1 formaram um eixo em que a percepção de segurança se relaciona com a percepção de melhoria da comunidade. Isso sugeriu que progressos estruturais (infraestrutura, serviços, organização social) impactam diretamente o sentimento de proteção.
3. Redes Formais versus Redes Informais de Apoio, o item E1 destacaram-se por apresentar correlação negativa com B1: quando a confiança nos vizinhos e nas relações locais é forte, a busca por organizações ou instituições comunitárias é menor. Isso indica um padrão de substitutividade entre apoio social direto e apoio institucional.

Essa estrutura confirmou que a percepção de pertencimento e segurança depende tanto das relações interpessoais quanto do ambiente comunitário e do papel das instituições.

O QJB, em seu Item 41 reúne itens que avaliam a autoestima global e seus polos positivos (autovalor, qualidades, orgulho, atitude positiva) e negativos (vergonha, fracasso, inutilidade, insatisfação pessoal). As correlações fortes e significativas foram, A2 (Sou uma pessoa de valor)

versus G2 (Tenho boas qualidades): $r = 0,596$, $p < 0,01$. Mostraram a consistência entre o sentimento de valor pessoal e o reconhecimento das próprias qualidades. Onde A2 (Sou uma pessoa de valor) versus J2 (Atitude positiva em relação a si mesmo): $r = 0,680$, $p < 0,01$. Reforçaram a coesão entre autoestima positiva e uma postura construtiva diante de si. Em B2 (Vergonha de ser do jeito que sou) versus C2 (Penso que não presto para nada): $r = 0,701$, $p < 0,01$. Indicaram um núcleo de autoestima negativa, em que vergonha pessoal e desvalorização estão fortemente entrelaçadas. Em C2 (Não presto para nada) versus E2 (Sinto que sou um fracasso): $r = 0,608$, $p < 0,01$. Evidenciaram a ligação entre desvalorização e sentimento de fracasso. Em F2 (Me sinto inútil) versus E2 (Fracasso): $r = 0,585$, $p < 0,01$. Mais um elo do fator de autopercepção negativa. Em H2 (Tenho motivos para me orgulhar) versus D2 (Sou capaz como os outros): $r = 0,730$, $p < 0,01$. Mostraram a associação entre orgulho pessoal e percepção de competência.

Com base nessas correlações, três agrupamentos principais se destacaram:

Grupo 1 – Autoestima Positiva (A2, D2, G2, H2, I2, J2). Este grupo abrange dimensões de valor pessoal, competências, orgulho, satisfação e atitude positiva. Formaram o núcleo da autoestima elevada, refletindo bem-estar psicológico e autoconfiança.

Grupo 2 – Autoestima Negativa (B2, C2, E2, F2). Constituiu o polo oposto, reunindo percepções de vergonha, fracasso, inutilidade e desvalorização pessoal. As correlações fortes entre esses itens indicaram consistência na medição do constructo de baixa autoestima.

Grupo 3 – Dimensão de Transição. Itens com correlações cruzadas: D2 (capacidade comparativa), I2 (satisfação pessoal). Estes itens fizeram ponte entre os polos positivo e negativo. Por exemplo, I2 mostra relação positiva com orgulho, mas negativa com sentimentos de fracasso, servindo como um indicador de equilíbrio entre autoestima elevada e fragilizada.

A análise da matriz de correlação dos itens do QJB evidenciaram padrões consistentes entre resolução de problemas, autoconfiança e persistência. Os itens que avaliaram a capacidade de enfrentar problemas difíceis e buscar soluções mostraram-se fortemente inter-relacionados. Destacaram-se, por exemplo, as correlações significativas entre A3 (“Se estou com problemas, geralmente encontro uma saída”) e B3 (“Mesmo que alguém se oponha, encontro maneiras de alcançar o que quero”) ($r = 0,455$, $p = 0,007$), indicando que a habilidade de encontrar soluções está associada à determinação em alcançar objetivos, mesmo diante de obstáculos. De forma semelhante, D3 (“Eu posso resolver a maioria dos problemas, se fizer o esforço necessário”) e F4 (“Consigo sempre resolver os problemas difíceis quando me esforço bastante”) apresentaram a correlação mais elevada da matriz ($r = 0,628$, $p < 0,001$), evidenciando que a crença na própria capacidade de resolver problemas se reflete na competência efetiva de enfrentamento.

Outros pares de itens também mostraram correlações relevantes, como F4 e H4 (“Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos”) ($r = 0,591$, $p < 0,001$) e H4 e J4 (“Eu me mantenho calmo mesmo enfrentando dificuldades porque confio”) ($r = 0,519$, $p = 0,002$). Esses resultados indicaram que a capacidade de resolver problemas complexos está intimamente associada à persistência e à regulação emocional em situações adversas. Além disso, K4 (“Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade”) apresentou correlações fortes com F4, G4, H4 e J4 (r variando de 0,529 a 0,666, $p < 0,01$), consolidando-se como um indicador central da resiliência percebida, integrando habilidades de resolução de problemas, autoconfiança e persistência.

No que se refere às variáveis sociodemográficas, observou-se que a idade não apresentou correlações significativas com nenhum item da escala (todos os p -valores $> 0,05$), indicando que a percepção de autoeficácia, persistência e capacidade de resolução de problemas é independente da faixa etária dos participantes. De forma concomitante, o sexo também não apresentou correlações significativas (todos os p -valores $> 0,05$), sugerindo que não há diferenças entre homens e mulheres nas respostas da escala.

Questionário da Juventude Brasileira – QJB

A matriz de correlação apresentou as relações entre variáveis sociodemográficas e familiares dos jovens participantes, incluindo idade, sexo e variáveis de convivência familiar (morar com pai, mãe, padrasto, irmãos, avós e tios).

A análise da matriz de correlação referente ao Item 15 – Opinião sobre a Escola revelaram um padrão consistente de inter-relações positivas entre os indicadores de bem-estar, vínculo e confiança no ambiente escolar. As afirmativas mediram dimensões complementares da satisfação estudantil, do envolvimento afetivo e do apoio social percebido na escola.

Observou-se que as correlações mais elevadas se concentraram entre as afirmativas A1 (“Eu me sinto bem quando estou na escola”), A2 (“Gosto de ir para a escola”) e A4 (“Quero continuar meus estudos nessa escola”), com valores de $r = 0,649$ ($p = 0,009$), $r = 0,644$ ($p = 0,010$) e $r = 0,666$ ($p = 0,007$), respectivamente. Esses resultados indicaram um núcleo de coerência emocional e motivacional, em que o bem-estar subjetivo e o gosto pela escola estão fortemente associados ao desejo de permanência e continuidade dos estudos. Em termos conceituais, essas correlações apontaram para um fator latente de satisfação e pertencimento escolar, refletindo a ligação afetiva do jovem com o espaço educacional.

Outras relações também se destacaram por sua grande e significância estatística. Por exemplo, a correlação entre A2 (“Gosto de ir para a escola”) e A6 (“Posso contar com técnicos da escola”) ($r = 0,646$; $p = 0,009$) demonstraram que a percepção de apoio institucional, seja de orientadores, coordenadores ou outros profissionais da equipe pedagógica, contribuem diretamente para o sentimento positivo em relação à escola. Da mesma forma, A3 (“Gosto da maioria dos meus professores”) apresentou associação significativa com A4 (“Quero continuar na escola”) ($r = 0,574$; $p = 0,025$) e com A7 (“Confio nos colegas da escola”) ($r = 0,561$; $p = 0,030$), evidenciando que

relações interpessoais positivas, tanto com professores quanto com colegas, reforçaram o engajamento e o sentimento de pertencimento.

Além disso, destacaram-se a relação entre A2 e A7 ($r = 0,524$; $p = 0,045$), que demonstrou que a confiança nos colegas está associada ao prazer em frequentar o ambiente escolar. Isso reforçou o papel das relações horizontais entre pares na consolidação de um clima escolar saudável e acolhedor. Por outro lado, a variável Sexo apresentou correlação negativa e significativa com A4 ($r = -0,533$; $p = 0,041$), sugerindo diferenças de percepção entre meninos e meninas quanto ao desejo de continuidade dos estudos na mesma instituição.

As demais correlações, embora não tão significativas, mantiveram direção positiva, indicando tendência geral de coerência entre os itens. A ausência de relações relevantes com a variável Idade ($p > 0,05$) sugeriram que a percepção de bem-estar, vínculo e apoio escolar é relativamente homogênea entre faixas etárias, reforçando que tais dimensões se relacionam mais com o contexto afetivo e social do que com fatores demográficos.

A análise da matriz de correlação do Instrumento QJB em seu Item 24 evidenciou uma relação negativa e significativa entre a participação em equipes esportivas (ATIVIDADE 8) e em outras atividades extracurriculares (ATIVIDADE 9) ($r = -0,853$; $p < 0,001$), indicando que os jovens que se engajaram em práticas esportivas tendem a não participar de outros grupos sociais, e vice-versa. Esse resultado revelou dois perfis distintos de envolvimento juvenil: um centrado na vivência esportiva e outro voltado a atividades culturais, sociais ou comunitárias. As variáveis idade e sexo não apresentaram correlações significativas, sugerindo que a escolha das atividades não está relacionada a fatores demográficos, mas sim a interesses pessoais e formas diferenciadas de socialização.

A matriz de correlação revelou muita interconexão entre os itens da escala familiar, refletindo coesão e consistência interna entre as afirmativas que avaliam comunicação, afeto, segurança e apoio parental.

As correlações mais elevadas e significativas foram observadas entre os itens F15 (“Eu me sinto seguro com meus pais”) e F14 (“Meus pais sabem com quem eu ando”) ($r = 0,843$; $p < 0,001$)

e entre F15 e F13 (“Costumo conversar com meus pais sobre decisões que preciso tomar”) ($r = 0,892$; $p < 0,001$). Esses resultados indicaram que o sentimento de segurança emocional está fortemente associado à comunicação familiar aberta e à proximidade no acompanhamento das vivências dos filhos.

De forma semelhante, F6 (“Meus pais em geral sabem onde eu estou”) correlacionou-se fortemente com F4 (“Quando estou com problemas, posso contar com a ajuda dos meus pais”) ($r = 0,722$; $p = 0,002$) e com F5 (“Sinto que sou amado e tratado de forma especial pelos meus pais”) ($r = 0,647$; $p = 0,009$), evidenciando que a supervisão parental está positivamente associada à percepção de apoio e carinho. Essa combinação de vigilância e afeto sugeriu um ambiente familiar equilibrado, no qual o acompanhamento não é percebido como controle, mas como expressão de cuidado.

Outras relações importantes surgiram entre F10 (“Meus pais conhecem meus amigos”), F6 e F15, com correlações elevadas ($r = 0,687$; $p = 0,005$ e $r = 0,689$; $p = 0,004$, respectivamente), reforçando que a conexão familiar também se manifestou no interesse dos pais pela rede social dos filhos.

Por outro lado, as correlações entre os itens que trataram de conflitos ou críticas familiares (como F2 e F3) com os demais tenderam a ser mais baixas ou negativas, o que é esperado, uma vez que esses itens medem o oposto do afeto e da segurança familiar. Por exemplo, F10 (“Meus pais conhecem meus amigos”) apresentou correlação negativa com F5 (“Sinto que sou amado...”) ($r = -0,623$; $p = 0,013$), sinalizando que, em alguns casos, o controle parental pode ser percebido como excesso de vigilância quando não acompanhado de afeto.

As variáveis idade e sexo não apresentaram correlações significativas ($p > 0,05$), indicando que a percepção de afeto, segurança e comunicação familiar não varia substancialmente entre meninos e meninas, nem por faixa etária.

De modo geral, o padrão das correlações demonstraram que o QJB mede de forma integrada, dimensões complementares de um mesmo construto: vínculo familiar saudável, composto por apoio emocional, diálogo, supervisão e sentimento de segurança. Os resultados reforçaram a validade interna do instrumento, evidenciando consistência conceitual entre os itens.

A matriz de correlação referente ao Item 32 avaliou as relações entre diferentes eventos de vida vivenciados pelos participantes, como dificuldades familiares, perdas e situações de vulnerabilidade social. As variáveis analisadas incluíram idade, sexo e oito eventos principais (E2 A, E3 A, E4 A, E7 A, E8 A, E11 A, E12 A e E14 A). De modo geral, as correlações observadas são baixas, mas algumas se destacaram pela significância estatística, indicando padrões de ocorrência entre experiências de adversidade.

Entre os achados mais expressivos, destacou-se a correlação perfeita entre E2 A (desemprego na família) e E3 A (separação dos pais), com $r=1,000$ e $p<0,001$. Esse resultado indicou que, na amostra, os participantes que relataram o desemprego de alguém da família também relataram a separação dos pais, sugerindo uma forte associação entre instabilidade econômica e desagregação familiar.

Outro grupo de correlações significativas envolveu E8 A (trabalhar na rua), que apresentou $r = 0,681$ com E4 A (internação em instituição), $p = 0,005$, e o mesmo valor com E11 A (falecimento de pessoa importante) e E12 A (passar fome), ambos também com $r = 0,681$, $p = 0,005$. Essas associações indicaram que jovens que trabalharam na rua estão mais propensos a terem passado por situações de acolhimento institucional (internação), fome e perda de pessoas importantes. Em conjunto, essas variáveis descreveram um eixo de vulnerabilidade socioeconômica severa, no qual múltiplas privações tendem a se acumular.

Além disso, a correlação entre E4 A (internação em instituição) e E11 A (falecimento de pessoa importante) é também perfeita ($r = 1,000$, $p < 0,001$), evidenciando que a experiência de

institucionalização está fortemente associada à perda de figuras significativas, o que reforçou a hipótese de ruptura nos vínculos familiares e afetivos como consequência de eventos traumáticos.

Por outro lado, observaram-se correlações negativas de destaque. A variável E14 A (pai/mãe teve filho com outro parceiro) apresentou correlações negativas significativas com E2 A (desemprego na família) e E3 A (separação dos pais), ambas de $r = -0,535$, com $p = 0,040$. Esses resultados sugeriram que, no grupo analisado, a presença de novos vínculos conjugais não está associada à instabilidade econômica ou à separação recente, podendo indicar processos de reconfiguração familiar, independentes da condição financeira.

A variável E7 A (dormir na rua) mostrou correlação negativa moderada com E4 A (internação em instituição) ($r = -0,154$, $p = 0,584$) e com E8 A (trabalhar na rua) ($r = -0,105$, $p = 0,710$), embora não significativas, apontando tendências opostas entre experiências de rua e acolhimento institucional, possivelmente pela diferença de contextos (situações temporárias versus medidas de proteção).

A matriz de correlação do Item 34 investigou a associação entre diferentes formas percebidas de preconceito entre os jovens, considerando fatores como bairro, gênero, cor da pele, escolaridade, nível socioeconômico, religião, aparência física, deficiência, orientação sexual, idade e trabalho. As variáveis demográficas idade e sexo apresentaram correlações baixas e não significativas com os itens de preconceito (todos $p > 0,05$), indicando que a percepção de discriminação independe dessas características na amostra analisada.

Entre os itens de preconceito, observou-se correlações fortes e estatisticamente significativas, especialmente entre variáveis ligadas a desigualdade social e status econômico. Destacou-se, por exemplo, a correlação entre PRECONCEITO F1 (nível socioeconômico) e PRECONCEITO E1 (trabalho dos pais), com $r=0,880, p<0,001$ $r = 0,880, p < 0,001$ $r=0,880, p<0,001$,

indicando que jovens que perceberam discriminação por causa do trabalho dos pais também tenderam a sentir preconceito pelo nível socioeconômico da família. De forma semelhante, PRECONCEITO H1 (aparência física) correlacionou-se fortemente com PRECONCEITO G1 (religião) ($r=0,893, p<0,001$ $r = 0,893, p < 0,001$ $r=0,893, p<0,001$), sugerindo que formas de discriminação visível ou social estão frequentemente associadas.

Outro conjunto relevante de correlações envolveu itens ligados a deficiências e identidade pessoal. Por exemplo, PRECONCEITO I1 (deficiência) apresentou correlação significativa com PRECONCEITO H1 (aparência física) ($r=0,893, p<0,001$ $r = 0,893, p < 0,001$ $r=0,893, p<0,001$) e com PRECONCEITO J1 (orientação sexual) ($r=0,729, p=0,002$ $r = 0,729, p = 0,002$ $r=0,729, p=0,002$), evidenciando que a percepção de discriminação por deficiência tende a se combinar com outras formas de preconceito ligadas à aparência ou identidade.

As correlações entre PRECONCEITO K1 (idade) e PRECONCEITO L1 (trabalho) com os demais itens também são elevadas e significativas. Por exemplo, PRECONCEITO L1 apresentou correlações com PRECONCEITO I1 ($r = 0,695, p = 0,004$), PRECONCEITO J1 ($r = 0,725, p = 0,002$) e PRECONCEITO K1 ($r = 0,952, p < 0,001$), indicando que a percepção de discriminação no ambiente de trabalho se associou fortemente à percepção de preconceito ligado à idade e à identidade pessoal.

A matriz de correlação do Item 35 investigou a percepção dos jovens sobre sua comunidade ou bairro, considerando aspectos de pertencimento, confiança, segurança, suporte dos vizinhos e instituições locais, bem como avaliação de melhorias ao longo do tempo. As variáveis demográficas sexo e idade não apresentaram correlações significativas com os itens de opinião (todos $p>0,05$ $p > 0,05$ $p>0,05$), indicando que essas percepções são relativamente homogêneas entre diferentes faixas etárias e entre homens e mulheres.

Entre os itens de opinião, observou-se correlações moderadas a fortes e significativas, especialmente entre os itens que refletiram confiança e suporte comunitário. Por exemplo, OPINIÃO B1 (confiança nas pessoas da comunidade) correlacionou-se significativamente com OPINIÃO C1 (sentir-se seguro na comunidade) ($r=0,915, p<0,001$ $r = 0,915, p < 0,001$ $r=0,915, p<0,001$), sugerindo

que a confiança nos vizinhos está intimamente ligada à sensação de segurança. Além disso, OPNIÃO D1 (contar com vizinhos quando necessário) apresentou correlação significativa com OPNIÃO B1 ($r=0,565, p=0,028$; $r = 0,565, p = 0,028$; $r=0,565, p=0,028$) e com OPNIÃO C1 ($r=0,663, p=0,007$; $r = 0,663, p = 0,007$; $r=0,663, p=0,007$), reforçando que a percepção de apoio comunitário depende tanto da confiança quanto da segurança percebida.

A relação com instituições ou organizações comunitárias também mostraram correlações significativas, como OPNIÃO E1 (apoio de organizações) correlacionando-se com OPNIÃO A1 (sentir pertencimento à comunidade) ($r=0,641, p=0,01$; $r = 0,641, p = 0,01$; $r=0,641, p=0,01$), indicando que o senso de pertencimento está associado à percepção de que existem recursos institucionais de apoio. Ainda, OPNIÃO F1 (avaliação de melhorias na comunidade nos últimos cinco anos) apresentou correlações relevantes com OPNIÃO A1 ($r=0,655, p=0,008$; $r = 0,655, p = 0,008$; $r=0,655, p=0,008$) e OPNIÃO D1 ($r=0,589, p=0,021$; $r = 0,589, p = 0,021$; $r=0,589, p=0,021$), sugerindo que a percepção de desenvolvimento da comunidade se vinculou tanto ao sentimento de pertencimento quanto à experiência de apoio dos vizinhos.

Itens menos diretamente ligados, como OPNIÃO E1 (apoio institucional) e OPNIÃO D1 (apoio de vizinhos), apresentaram correlações mais baixas ou não significativas ($r=-0,337, p=0,219$; $r = -0,337, p = 0,219$; $r=-0,337, p=0,219$), indicando que a percepção de apoio institucional nem sempre se sobrepõe ao suporte informal da comunidade.

Em resumo, os resultados mostraram que confiança, segurança e suporte social local estão fortemente inter-relacionados, formando um núcleo de percepção positiva da comunidade. Por outro lado, o sentido de pertencimento e a avaliação de melhorias ao longo do tempo refletiram um segundo eixo de percepção, que se associou à capacidade de contar com vizinhos e instituições comunitárias. A análise evidenciou que essas dimensões da percepção comunitária não variam

significativamente por idade ou sexo, mas sim pela experiência direta de interação com a comunidade e a percepção de suporte e segurança.

A matriz de correlação do Item 36 examinou a relação entre diferentes atividades de lazer realizadas pelos jovens fora do ambiente escolar ou de casa. Entre os itens de lazer, foram observadas correlações fortes e significativas, principalmente entre atividades relacionadas a passeios, entretenimento e uso de tecnologia. Destacam-se as seguintes relações:

LAZER C1 (Passear) correlacionou-se significativamente com LAZER D1 (Assistir TV) ($r=0,732, p=0,002$; $r=0,732, p=0,002$; $r=0,732, p=0,002$) e LAZER C1 com D1 ($r=0,600, p=0,018$; $r=0,600, p=0,018$; $r=0,600, p=0,018$), indicando que jovens que gostam de passear também tendem a assistir TV com frequência.

LAZER I1 (Navegar na Internet) apresentou correlações negativas significativas com LAZER C1 (Passear) ($r=-0,535, p=0,04$; $r=-0,535, p=0,04$; $r=-0,535, p=0,04$), LAZER D1 (Assistir TV) ($r=-0,612, p=0,015$; $r=-0,612, p=0,015$; $r=-0,612, p=0,015$) e LAZER F1 (Desenhar/Pintar/Artesanato) ($r=-0,535, p=0,04$; $r=-0,535, p=0,04$; $r=-0,535, p=0,04$), sugerindo que o uso da internet substituiu ou competiu com atividades de lazer mais físicas ou criativas.

Outros itens, como LAZER E1 (Ouvir ou tocar música), apresentaram correlações moderadas, porém não significativas ($r=0,464, p=0,081$; $r=0,464, p=0,081$; $r=0,464, p=0,081$), indicando tendência de associação, mas sem evidência estatística forte. LAZER B1 (Jogar/brincar) e LAZER F1 (Desenhar/Pintar/Artesanato) apresentaram correlações positivas, porém não significativas, sugerindo que essas atividades podem ocorrer de forma combinada em alguns jovens, mas sem padrão consistente na amostra.

Em síntese, os resultados indicaram que as atividades de lazer mais sociais e externas (como passeios e TV) tendem a se correlacionar positivamente entre si, enquanto o uso da internet parece inversamente associado a essas práticas. Já atividades individuais e criativas, como música e artesanato, apresentam padrões menos consistentes, indicando diversidade nas preferências de lazer dos jovens.

A matriz de correlação entre os itens de autoestima revelou padrões claros de associação

entre os sentimentos positivos e negativos em relação a si mesmo. Relações entre itens negativos (autodepreciação), indicaram que, B1 (“Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou”) e C1 (“Às vezes, eu penso que não presto para nada”) apresentaram correlação muito forte ($r = 0,863$, $p < 0,001$), indicando que sentimentos de vergonha estão intimamente ligados à percepção de incapacidade. C1 e E1 (“Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso”) também mostraram correlação muito forte ($r = 0,856$, $p < 0,001$), reforçando a coesão dos itens que avaliaram a autoestima negativa. E E1 e F1 (“Às vezes, eu me sinto inútil”) houve correlação significativa ($r = 0,585$, $p = 0,022$), evidenciando que percepção de fracasso estava associada à sensação de inutilidade. F1 e E1 apresentaram reciprocidade com $R = 0,653$, $p = 0,008$.

Relações entre itens positivos (autovalorização), indicaram que, G1 (“Eu acho que tenho muitas boas qualidades”) correlacionou-se fortemente com H1 (“Eu tenho motivos para me orgulhar na vida”), $r = 0,661$, $p = 0,007$, indicando que a percepção de qualidades pessoais se relacionou à capacidade de sentir orgulho de si mesmo. I1 (“De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)”) correlacionou-se fortemente com J1 (“Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo(a)”), $r = 0,821$, $p < 0,001$, evidenciando consistência entre satisfação pessoal e atitude positiva. I1 e H1 também apresentaram correlação significativa ($r = 0,785$, $p = 0,001$), assim como J1 e H1 ($r = 0,747$, $p = 0,001$), reforçando a coerência da autoestima positiva. Para J1 e G1 tiveram correlação moderada significativa ($r = 0,582$, $p = 0,023$).

Os itens relacionados a centrais de autoeficácia, apontaram que, em C1 (“Tenho confiança para me sair bem em situações inesperadas”) e F1 (“Consigo sempre resolver os problemas difíceis quando me esforço bastante”) apresentaram correlação negativa significativa ($r = -0,555$, $p =$

0,032), sugerindo que, na amostra, confiança em situações inesperadas não estava diretamente associada à percepção de sempre resolver problemas difíceis.

Em relação a F1 e E1 (“Quando eu enfrento um problema, geralmente consigo encontrar diversas soluções”) mostraram correlação positiva forte ($r = 0,694$, $p = 0,004$), indicando que a capacidade percebida de resolver problemas complexos estava associada à habilidade de encontrar múltiplas soluções. Para F1 e D1 (“Eu posso resolver a maioria dos problemas, se fizer o esforço necessário”) também apresentaram correlação significativa ($r = 0,555$, $p = 0,032$), reforçando que a autoeficácia depende da percepção de esforço eficaz.

Para as relações entre itens de enfrentamento e perseverança, identificou-se K1 (“Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade”) correlacionou-se fortemente com J1 (“Eu me mantenho calmo mesmo enfrentando dificuldades porque confio na minha capacidade de resolver problemas”), $r = 0,888$, $p < 0,001$, mostrando consistência entre autoconfiança e capacidade de enfrentar adversidades. K1 também apresentou forte correlação com H1 (“Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos”), embora não significativa ($r = -0,498$, $p = 0,059$), indicando uma tendência de coerência entre perseverança e enfrentamento de adversidade.

A análise das correlações entre os itens de expectativas futuras mostrou relações consistentes entre as percepções de realização pessoal, sucesso profissional e bem-estar social.

Relações entre expectativas acadêmicas e profissionais, A1 (“Concluir o ensino médio”) correlacionou-se positivamente com B1 (“Entrar na Universidade”), $r = 0,855$, $p < 0,001$, mostrando que a percepção de completar o ensino médio estava fortemente associada à expectativa de acesso ao ensino superior. Para C1 (“Ter um emprego que garanta boa qualidade de vida”) também se correlacionou significativamente com B1 ($r = 0,825$, $p < 0,001$) e com A1 ($r = 0,829$, $p < 0,001$), reforçando a conexão entre educação e perspectivas profissionais.

Para relações entre trabalho, moradia e satisfação, temos que, D1 (“Ter minha casa própria”) apresentou correlações positivas significativas com B1 ($r = 0,836$, $p < 0,001$), C1 ($r = 0,587$, $p = 0,021$) e E1 (“Ter um trabalho satisfatório”) ($r = 0,696$, $p = 0,004$), indicando que os jovens que perceberam chances de sucesso acadêmico e profissional também tenderam a acreditar na

possibilidade de moradia própria e satisfação no trabalho.

Identificou-se relações com saúde, respeito social e apoio, onde G1 (“Ser saudável”) correlacionou-se significativamente com D1 ($r = 0,666$, $p = 0,007$), indicando que a percepção de bem-estar físico está associada a outras conquistas de vida, como ter casa própria e I1 (“Ter amigos que me darão apoio”) correlacionou-se positivamente com H1 (“Ser respeitado na comunidade”) ($r = 0,537$, $p = 0,039$), evidenciando que relações sociais e reconhecimento comunitário estão ligados.

Resiliência em Contextos de Risco e Multinível

Os achados evidenciaram que a resiliência de crianças e adolescentes em contextos de acolhimento institucional e/ou vivendo em espaços comunitários que são migrantes ou refugiados emerge de múltiplos fatores protetivos e de risco interligados. Onde o desenvolvimento ocorre em múltiplos níveis contextuais interdependentes, do microssistema familiar imediato ao macrossistema sociocultural e, cada nível pode atuar como fonte de proteção ou de vulnerabilidade Bronfenbrenner (1979, 1996).

Foram identificados oito agrupamentos de fatores associados à resiliência: apoio familiar, vínculos comunitários, competências individuais, vínculo escolar, autoestima, enfrentamento de adversidades, percepção de preconceito e expectativas futuras. Esses fatores corresponderam a diferentes níveis do ecossistema de desenvolvimento e interação entre si.

Neste sentido, resiliência é entendida como capacidade adaptativa positiva diante da adversidade (Masten, 2001; Rutter, 1987). Trata-se de um processo dinâmico e multifacetado, resultante tanto de características individuais quanto de recursos ambientais disponíveis. Masten (2001) conceitua a resiliência como um fenômeno “ordinário”, produto de sistemas adaptativos normais, tais como laços familiares seguros, competências de resolução de problemas e suporte social, em vez de qualidades extraordinárias do indivíduo. Nessa mesma linha, Masten e Garnezy

(1985) já identificavam atributos pessoais como autonomia, autoestima, orientação social positiva e competência emocional entre os principais fatores de proteção associados a trajetórias resilientes.

Desse modo, Ungar (2008, 2013) ao estudar a resiliência em contextos multiculturais e adversos, enfatiza que não se trata apenas de uma capacidade interna, mas de um processo de navegação e negociação por recursos no ambiente. Resiliência, segundo Ungar, é observada quando o jovem consegue acessar recursos que sustentam seu bem-estar (oportunidades, vínculos, apoio cultural), em uma interação significativa com a família, comunidade e cultura. Isso implica que as condições estruturais e relacionamentos ao redor do indivíduo são tão importantes quanto suas habilidades pessoais para a superação de desafios.

Desse modo, o arcabouço bioecológico de Bronfenbrenner (1979) e construcionista social de Ungar (2008) sobre a resiliência forneceu uma lente para analisar os resultados: fatores proximais (apoio parental, escola) e distais (contexto comunitário, preconceito social) interagem continuamente, influenciando as trajetórias de risco e proteção.

A análise reforçou a visão de que a resiliência resulta de uma constelação de fatores interconectados, e não de um único traço isolado. A seguir, cada dimensão é examinada em detalhe.

Apoio Familiar: Microsistema de Proteção Emocional

Os resultados destacaram o apoio e vínculo familiar como um fator central de proteção para crianças e adolescentes em contexto de risco. O primeiro agrupamento de itens mostrou correlações elevadas entre aspectos de conhecimento parental da vida do filho, comunicação familiar, preocupação dos pais, sensação de segurança em casa e tradições familiares. Esse padrão indicou um fator latente de proteção familiar, que fornece ao jovem uma base de suporte socioemocional, segurança e estabilidade para enfrentar adversidades. Em outras palavras, tanto no espaço de acolhimento como em ambiente comunitário caracterizados por afeto, diálogo aberto, supervisão equilibrada e baixa conflituosidade contribuem significativamente para a resiliência. Por exemplo, observou-se na amostra que a harmonia familiar (baixa frequência de brigas, abertura ao diálogo) esteve associada a maior sentimento de segurança e apoio percebido pelos adolescentes, reforçando a importância de um lar estável, mesmo em migração ou refúgio.

Este achado é consistente com a literatura, onde Bronfenbrenner (1996) situava a família como o principal microssistema de desenvolvimento, no qual, interações afetuosas e estáveis fornecem suporte crucial para a criança. Conforme Brito e Koller (1999), a família e outras figuras significativas compõem uma rede de apoio afetivo que oferece reciprocidade, cuidado e equilíbrio de poder nas relações, desempenhando funções importantes no desenvolvimento saudável.

Essa rede familiar de apoio atua como “base segura” para o jovem e está associada à coerência ecológica (coesão) que protege mesmo em contextos adversos (Poletto & Koller, 2008). Werner e Smith (1992), em seu clássico estudo longitudinal, já apontavam que entre crianças expostas a múltiplos riscos, aquelas resilientes geralmente tinham, pelo menos, um vínculo sólido com um cuidador (pai, mãe ou substituto) que lhes fornecia amor e estabilidade. Esse “elo de afeto” parental funciona como fator protetivo de longo prazo, favorecendo competências adaptativas mesmo diante de privações.

Muitas crianças acolhidas institucionalmente ou moradoras em espaços comunitários migrantes ou refugiadas podem ter sofrido rupturas familiares (separação dos pais, perda de figuras de apego). Nos dados coletados, houve associação perfeita entre desemprego familiar e separação parental ($r = 1,00$, $p < 0,001$), sugerindo que instabilidade econômica e desagregação familiar caminharam juntas em vários casos. Diante desse cenário de ruptura, a presença (ou reconstrução) de laços familiares protetores torna-se essencial. Masten (2014) afirma que relações familiares de qualidade ativam sistemas adaptativos básicos, como o apego e a regulação emocional, que sustentam a “ordinariedade” da resiliência. Igualmente, Rutter (1987) descreveu a resiliência como resultado de processos psicossociais que permitem desenvolvimento saudável apesar de ambientes desfavoráveis, enfatizando a combinação de experiências de risco e presença de apoio parental.

O apoio familiar demonstrou exercer forte papel na promoção da resiliência, agindo como primeira linha de proteção. Famílias que oferecem apoio, comunicação aberta e suporte instrumental conseguem mitigar o impacto de estressores externos na vida de crianças e adolescentes. Tanto nos casos de acolhimento institucional ou espaços comunitários, a manutenção de vínculos com familiares de origem (quando possível) podem replicar esse efeito protetor. Walsh (2003), em seus estudos sobre resiliência familiar, ressalta que narrativas positivas e sistemas de crenças familiares (esperança, sentido de propósito) ajudam os membros a superar crises. Portanto, fortalecer o apoio familiar, seja pela intervenção direta com pais, seja por figuras parentais alternativos, constitui estratégia fundamental para promover resiliência em crianças e adolescentes migrantes ou refugiados.

Vínculos Comunitários: Rede de Suporte e Pertencimento

O segundo agrupamento de fatores identificado refere-se aos vínculos sociais, comunitários e culturais que cercam as crianças e adolescentes. Foram agrupados itens relativos a rede de apoio externo (saber onde buscar ajuda), preocupação dos amigos, participação em atividades comunitárias e religiosas, valorização de habilidades individuais pela comunidade, justiça percebida e disposição para ajudar vizinhos, entre outros. As correlações expressivas entre esses itens evidenciaram a relevância da integração comunitária e das conexões sociais como fontes adicionais de resiliência. Em outras palavras, além da família, um tecido de relações sociais de apoio, envolvendo amigos, vizinhos, escola, igreja e serviços, amplia a rede protetiva em torno da criança, fortalecendo seu sentimento de pertencimento e identidade social. Esse fator comunitário conecta o indivíduo ao contexto social mais amplo, complementando e estendendo o suporte familiar.

A literatura corrobora a importância dessas redes de apoio social. Bronfenbrenner (1996) destaca que as interações entre múltiplos microssistemas (família, escola, comunidade) – o mesossistema – podem potencializar recursos de proteção. Brito e Koller (1999) definem a rede de apoio socioafetivo como o conjunto de sistemas e pessoas significativas com as quais a criança mantém laços de reciprocidade, afeto e trocas de apoio, proporcionando estabilidade nas transições de contexto. Essas redes comunitárias servem a funções cruciais: criam canais de comunicação

indireta (vizinhos repassando informações úteis), oferecem modelos positivos e aumentam o acesso a recursos informais (como ajuda material ou aconselhamento).

Estudos apontam, que adolescentes em situações adversas que se engajam em grupos comunitários (esportivos, artísticos, religiosos) desenvolvem maior senso de cooperação, autoestima e propósito, atuando tais contextos como “ilhas de suporte” fora do lar. Ungar (2008) enfatiza fortemente o papel do contexto social na resiliência. Em sua perspectiva, jovens em ambientes culturais diversos demonstram resiliência ao utilizar “qualquer recurso disponível e acessível” no meio para superar desafios, atribuindo significado cultural a esses recursos (Ungar, 2008). Isso significa que uma comunidade solidária e inclusiva pode oferecer ao jovem caminhos alternativos para desenvolver-se positivamente, mesmo quando a família falha ou está ausente. Ungar et al. (2005) documentaram, em um estudo internacional com 14 comunidades, que fatores como apoio de mentores comunitários, laços com tradição cultural e oportunidades de participação social foram comuns entre jovens resilientes de diferentes países. Nesse sentido, a cultura e a comunidade fornecem um contexto de resiliência, onde recursos são negociados de forma significativa.

Os dados coletados sugerem a importância da comunidade, onde Garnezy (1985) já assinalava que a disponibilidade de ao menos uma figura de apoio extrafamiliar (um professor, vizinho ou líder comunitário) distinguia crianças resilientes em meio à adversidade. Para, Theron (2012) e outros autores em resiliência comunitária destacam práticas culturais e coletivas (como rituais, apoio de pares) que ajudam crianças e adolescentes a ressignificar adversidades e a construir uma identidade positiva apesar do estigma social.

Competências Individuais: Autonomia e Recursos Internos

O terceiro fator identificado diz respeito às competências individuais e recursos internos de crianças e adolescentes, sua capacidade pessoal de agência diante dos desafios. Os itens que

compuseram esse agrupamento englobaram características como persistência em tarefas difíceis, autocontrole diante de frustrações, assunção de autonomia e aprendizagem de habilidades úteis para o futuro. A coesão dessas variáveis sugere a presença de um fator latente de “autonomia pessoal”, representando a dimensão individual da resiliência. Em termos práticos, indica que crianças resilientes da amostra tendiam a não desistir facilmente diante de obstáculos, conseguiam lidar com aborrecimentos sem partir para agressividade, assumiam gradualmente responsabilidades compatíveis com a idade e mostravam curiosidade em aprender coisas novas que as preparassem para o futuro. Esse conjunto de habilidades e atitudes reflete uma competência adaptativa intrínseca, que complementa os apoios familiares e comunitários externos.

Os autores clássicos de resiliência sempre enfatizaram tais atributos deposicionais do indivíduo como parte do fenômeno. Masten e Garmezy (1985), ao pesquisarem crianças sob adversidade, identificaram que traços como autonomia, autoestima elevada, autoeficácia, bom humor, empatia e habilidades de resolução de problemas frequentemente diferenciavam as crianças que se adaptavam positivamente.

Nesse estudo, indicadores de competência pessoal emergiram com nitidez, mas é importante frisar que resiliência não se reduz a um traço individual, trata-se de um processo relacional que depende de condições e apoios disponíveis nos diferentes contextos de vida. Observou-se correlação forte entre as afirmações “quando enfrento um problema, geralmente consigo encontrar diversas soluções” e “consigo resolver problemas difíceis quando me esforço bastante” ($r = 0,69$; $p = 0,004$), sinalizando percepção de autoeficácia no manejo de desafios. Por outro lado, a confiança para lidar com situações inesperadas não se associou, de forma direta, à certeza de sempre resolver problemas, o que sugere dimensões distintas dessa autoeficácia. Assim, embora crianças e adolescentes considerados resilientes acreditem em suas capacidades, sua adaptação positiva resulta da interação entre tais recursos pessoais e o apoio recebido, seja familiar, comunitário, institucional e de políticas públicas que, oferece oportunidades, proteção e mediações necessárias para sustentar trajetórias de superação (Ungar, 2008).

Conforme Ann Masten (2014), a resiliência decorre de processos básicos de aprendizado e

adaptação, nos quais a criança desenvolve habilidades de autorregulação, competências sociais e solução de problemas através de interações cotidianas. Ela denomina isso de “ordinary magic”, a mágica comum das capacidades desenvolvimentais normais. Assim, capacitar crianças em habilidades de vida (life skills), como comunicação, resolução de conflitos, cuidados pessoais, tem sido uma estratégia central de intervenções para promover resiliência.

No contexto de migração e refúgio, fortalecer as competências individuais de crianças e adolescentes pode ajudá-los a lidar melhor com a incerteza e perda de controle que frequentemente vivenciam. Por exemplo, um adolescente migrante que aprendeu desde cedo a cuidar de si (autonomia) e a ter metas de aprendizado (dominar o idioma local, concluir os estudos) provavelmente navegará com mais sucesso pelo processo de integração. Igualmente, uma criança que desenvolve autocontrole emocional e consegue buscar ajuda de forma adequada frente a frustrações terá menos comportamentos de risco. Vale lembrar, porém, que tais competências não se desenvolvem no vácuo, elas são estimuladas (ou suprimidas) pelas oportunidades oferecidas no entorno. Bronfenbrenner (1996) postulava a importância de processos proximais de interação: por exemplo, um cuidador que encoraja a criança a tentar de novo após um erro, ou um professor que dá responsabilidades na sala de aula, estão fomentando diretamente a autonomia e resiliência daquela criança.

Os dados reforçaram ainda que a aprendizagem de habilidades úteis para o futuro (item F24) apareceram ligada à resiliência, o que sinalizou a relevância de preparar o jovem para a vida adulta. Programas socioeducativos em espaços de acolhimento ou comunidades migrantes, que ensinem ofícios, tecnologia, esporte ou outras competências, cumprem dupla função, a de desenvolverem talentos (construindo autoestima) e ampliarem perspectivas de inserção social. Esse aprendizado

tangível contribui para que o jovem visualize um futuro além da adversidade. Assim, do ponto de vista científico e prático, investir nas competências individuais, cognitivas, emocionais e sociais é investir em fatores de proteção internos que podem capacitar crianças e adolescentes a aproveitarem melhor os fatores externos de apoio.

Escola como Espaço de Desenvolvimento e Proteção

Embora não detalhado explicitamente nos trechos de resultados apresentados, a escola emergiu nos dados como um contexto significativo associado à resiliência. Podemos inferir que crianças e adolescentes com forte ligação à escola, seja através de engajamento acadêmico, pertencimento ao ambiente escolar ou relações positivas com professores e colegas, tendem a apresentar melhor adaptação, mesmo frente a adversidades externas. A literatura em resiliência aponta a escola como um microssistema-chave fora da família, capaz de oferecer estabilidade, apoio adulto alternativo e sentido de realização para crianças e adolescentes em risco.

No conceito de resiliência acadêmica, avalia-se a capacidade do estudante manter um desempenho escolar adequado apesar de condições adversas (como pobreza, trauma ou instabilidade familiar). Indicadores dessa resiliência escolar incluem bom desempenho acadêmico, interesse tanto da escola quanto do aluno em estratégias de ensino-aprendizagem inovadoras e formação continuada dos educadores.

Em outras palavras, escolas que se empenham em atender às necessidades de alunos vulneráveis, adotando pedagogias inclusivas, oferecendo suporte psicossocial e envolvendo os estudantes de forma ativa, podem neutralizar em parte o impacto de fatores de risco externos. Rutter et al. (1979) já haviam mostrado em estudos clássicos que diferenças na qualidade das escolas explicavam por que algumas crianças de bairros desfavorecidos tinham sucesso enquanto outras não, escolas organizadas, com clima positivo e expectativas altas, porém realistas para todos os alunos, funcionavam como fator de proteção.

Autores brasileiros também enfatizam o papel escolar. Em um estudo com adolescentes em situação de risco, De Antoni e Koller (2004) observaram que jovens resilientes geralmente valorizavam a escola como espaço de oportunidade e estabeleciam laços de confiança com pelo

menos um adulto na escola (professor, orientador). A presença de um professor-mentor é frequentemente citada nas histórias de superação, Werner e Smith (1982) notaram que muitas crianças resilientes de Kauai apontavam um professor ou outro adulto fora de casa que “acreditou nelas” e as encorajou, alimentando sua motivação para estudar e planejar o futuro. Essa figura provê não apenas ajuda acadêmica, mas também apoio emocional e modelo de identificação positivo.

No contexto da migração e do refúgio, a escola pode ser o primeiro ambiente estruturado onde a criança migrante ou refugiada se integra na sociedade de acolhida, aprendendo a língua local, fazendo amigos e entrando em contato com normas culturais. Se a escola oferece um ambiente acolhedor e sensível à diversidade (por exemplo, combatendo bullying xenofóbico, celebrando culturas diferentes), ela pode se tornar um refúgio protetivo em meio ao estresse migratório. Por outro lado, se a criança migrante enfrenta preconceito ou discriminação escolar, isso pode agravar sua vulnerabilidade. Bronfenbrenner (1996) salientava que a transição do microsistema familiar para o escolar é uma das principais “transições ecológicas” na infância.

Quando bem-sucedida, essa transição expande os círculos de apoio da criança; quando problemática, pode gerar sentimentos de rejeição. Logo, garantir coerência entre família e escola, através de envolvimento parental na vida escolar e de escolas que conhecem o contexto familiar de seus alunos é uma estratégia de promoção de resiliência (pois cria um mesossistema harmonioso, unindo esforços educativos de casa/família e da escola).

Pesquisas nacionais têm mostrado que fatores de proteção na escola, como bom relacionamento professor-aluno, participação em atividades extracurriculares, reconhecimento de conquistas, associam-se a menores taxas de evasão e comportamentos de risco, mesmo em populações vulneráveis. Em especial, o professor pode atuar como agente de resiliência, ao

estabelecer altas expectativas positivas (acreditar no potencial do aluno) e simultaneamente oferecer suporte emocional, ele comunica à criança que ela é capaz e valorizada. Essa combinação de desafio e apoio é apontada por Benard (2004) como central para fomentar resiliência em crianças e adolescentes. O vínculo escolar deve ser entendido não apenas em termos de desempenho acadêmico, mas também como um indicador de integração social da criança e do adolescente migrante e refugiado. Quando a criança e o adolescente se sente conectado à escola, envolvido e aceito, isso reflete que ele conseguiu construir vínculos positivos fora de casa, ampliando sua rede protetiva.

Autoimagem Positiva e Valor Pessoal

A autoestima, ou seja, a avaliação que o jovem faz de si próprio e o sentimento de valor pessoal, despontou como um fator relevante na resiliência, aparecendo como um agrupamento específico nos resultados. Medidas de autoestima positiva (“tenho muitas qualidades boas”, “tenho orgulho de mim mesmo”, “estou satisfeito comigo”) mostraram alta consistência interna entre si, assim como medidas de autoestima negativa (“sinto que não presto para nada”, “às vezes me sinto um fracasso”) correlacionaram-se fortemente. Isso reforça que a coleta captou de forma confiável a dimensão de autoestima, separando jovens com autoimagem fortalecida daqueles com sentimentos de inutilidade. Mais importante, a autoestima tende a interagir com os demais fatores: por exemplo, correlações significativas indicaram que se sentir amado pela família relacionou-se a ter atitudes positivas sobre si mesmo, sugerindo a conexão entre apoio externo e construção interna de valor pessoal. Assim, a autoestima pode ser vista tanto como um resultado de experiências protetivas (crianças apoiadas desenvolvem autoestima saudável) quanto como um mecanismo em si que promove resiliência (crianças com autoestima alta enfrentam melhor as adversidades). A literatura confirma que autoestima positiva é um componente frequente em trajetórias resilientes. Branden (1998), argumenta que a autoestima proporciona ao indivíduo confiança em sua capacidade de lidar com os desafios e o sentimento de ser merecedor de felicidade, fatores que motivam a superação de problemas. Ele a considera um recurso psicológico básico para enfrentar adversidades. De Antoni e Koller (2004) reiteram essa ideia ao afirmar que jovens resilientes possuem autoconfiança,

acreditando que terão oportunidades na vida, e destacam a autoestima como um fator pessoal crucial na superação de dificuldades. Em outras palavras, quem acredita ter valor intrínseco tende a não se resignar diante de situações adversas, buscando alternativas e se recuperando de fracassos com mais facilidade.

Por outro lado, baixa autoestima é vista como fator de risco ao desenvolvimento saudável. Adolescentes com autoimagem muito negativa podem sucumbir a sentimentos de desesperança ou desenvolver mecanismos de defesa disfuncionais (isolamento social, agressividade reativa) que os afastam de fontes de apoio.

Em contextos de migração e refúgio, crianças migrantes submetidas a discriminação podem desenvolver sentimentos de inferioridade que minam sua motivação escolar e social. Entretanto, a autoestima não é imutável, ela pode flutuar conforme as experiências. Intervenções focadas em empoderamento demonstram ganhos em autoestima de crianças e adolescentes vulneráveis, por meio de atividades que lhes permitam ter sucesso e reconhecimento (programas de esporte, arte, formação profissional). Masten e Coatsworth (1998) observaram que conquistas em alguma área significativa da vida (estudos, trabalho, relações) alimentam um ciclo positivo: quanto mais o jovem percebe progresso e obtém elogios, mais acredita em si mesmo, e isso, por sua vez, o encoraja a tentar novos desafios. Esse ciclo virtuoso é o oposto do ciclo vicioso da baixa autoestima, em que o medo do fracasso leva à inação e ao auto boicote.

Nos achados apresentados, notou-se que autoconfiança e expectativas futuras otimistas andam juntas. A autoestima elevada está ligada à crença de que “eu importo e posso ter um bom futuro”. Werner (1993) cita a autoestima positiva como parte da dimensão de resiliência emocional, ao lado de autoeficácia e autonomia. Isso implica que trabalhar a autoestima do jovem – ajudá-lo a reconhecer suas qualidades, conquistas e potencialidades, não é mero afago, mas sim um

investimento em resiliência. Cyrulnik (2001), ao falar de resiliência, menciona a importância de “tutor de resiliência”, alguém que faça a criança sentir-se especial e apreciada. Esse tutor muitas vezes reverte a narrativa interna da criança de “não sou digno” para “eu tenho valor e sou capaz”, catalisando o processo resiliente.

Nesse contexto, a autoestima funciona como um escudo interno frente as adversidades: ela protege contra a internalização do fracasso e da rejeição. Um jovem que se valoriza tende a atribuir os infortúnios mais a circunstâncias externas (controláveis ou transitórias) do que a uma suposta falta de valor pessoal; com isso, mantém a esperança e continua se esforçando para melhorar sua situação. Os resultados deste estudo e a literatura especializada estão de acordo, onde, a crença em si mesmo integra o núcleo da resiliência. Estratégias psicossociais que promovam autoestima, como reforço positivo, estabelecimento de metas atingíveis, celebração de talentos individuais, devem ser incorporadas em programas para crianças migrantes e refugiadas. Afinal, ao mudar a forma como o jovem se vê, muda-se também o que ele espera da vida e o quanto ele persistirá para atingir essas expectativas.

Enfrentamento de Adversidades

A capacidade de enfrentar adversidades, ou seja, as estratégias utilizadas pelos jovens diante do estresse é outro pilar fundamental da resiliência identificado na pesquisa. Embora intrinsecamente relacionada às competências individuais, esta dimensão foca especificamente em como o indivíduo lida com problemas, perdas e traumas. Nos resultados, foram avaliados itens sobre manejo de problemas (buscar soluções, pensar em alternativas), resolução de conflitos, regulação emocional em situações difíceis e persistência. De fato, os dados mostraram correlações que indicam que jovens resilientes conseguiam encontrar diversas soluções para um problema e resolver desafios quando se esforçavam. Em contraste, estilos de enfrentamentos evitativos ou disfuncionais (fugir dos problemas, reagir com agressividade impulsiva) tendem a associar-se negativamente com resiliência. Conforme Anthony e Cohler (1987) e Masten e Garmezy (1985), a resiliência implica necessariamente processos eficazes de enfrentamento das adversidades. Ou seja, não basta estar exposto e “aguentar” passivamente os riscos, é preciso que o indivíduo atue

ativamente para proteger a si mesmo e se recuperar dos impactos. Em crianças e adolescentes, estratégias de enfrentamento podem incluir: resolução de problemas (pedir ajuda, traçar um plano).

Desse modo, podemos inferir que crianças resilientes demonstraram flexibilidade e proatividade no enfrentamento, diante de um conflito familiar ou bullying, em vez de apenas se desesperar ou reagir agressivamente, elas possivelmente buscaram apoio social (conversar com um adulto), tentaram compreender a situação e regular suas emoções. Pesce et al. (2004), em um estudo brasileiro sobre resiliência, observaram que adolescentes com maior repertório de enfrentamento positivo apresentavam menos sintomas de depressão e comportamento de risco.

Um aspecto interessante trazido pela literatura é que a eficácia de uma estratégia de enfrentamento depende do contexto. Compas et al. (2001) notam que a mesma estratégia pode ser adaptativa numa situação e não em outra. Por exemplo, humor pode ser ótimo para lidar com estressores moderados do dia a dia, mas inapropriado diante de um luto; já suportar estoicamente pode funcionar em curto prazo, mas não resolve problemas complexos a longo prazo. Por isso, se fala na capacidade de ler a demanda e ajustar a forma de enfrentá-la. Jovens resilientes tendem a ser bons “problematizadores”, analisam a adversidade, dividem em partes, procuram entender o que podem controlar e o que foge ao controle. Também tendem a alternar entre ação direta (quando podem mudar algo) e adaptação interna (quando a situação é imutável, trabalham a aceitação e resignificação).

No caso de crianças e adolescentes migrantes, as adversidades incluem choque cultural, saudade, possível xenofobia, além das perdas concretas. Estratégias de enfrentamento eficazes documentadas em estudos com refugiados incluem buscar apoio em compatriotas, manter rituais culturais para preservação da identidade, aprender ativamente a língua e costumes locais e redefinir

objetivos de acordo com a nova realidade. Esse tipo de enfrentamento socio construído é muito potente: transforma narrativas de vitimização em narrativas de sobrevivência e superação.

Percepção de Preconceito: Risco Macrossistêmico e Respostas Resilientes

A percepção de preconceito apareceu como um dos agrupamentos de fatores, indicando que os jovens relataram experiências de discriminação ou estigmatização em variadas esferas (seja por bairro de origem, gênero, cor/etnia, nível socioeconômico, religião, aparência física, deficiência, orientação sexual, idade ou condição de trabalho). Os resultados sugerem que a percepção de sofrer preconceito foi generalizada, independente de sexo, idade ou local de moradia dos respondentes. Ou seja, tanto meninos quanto meninas, mais novos ou mais velhos, residentes em espaços de acolhimento ou espaços comunitários, relataram discriminação em medidas comparáveis, apontando que todos, em certa medida, sentiam o peso do preconceito em suas vidas. Isso não é surpreendente considerando que a amostra envolve jovens em contextos de extrema vulnerabilidade social.

Do ponto de vista ecológico, o preconceito situa-se no nível do macrossistema, pois diz respeito a crenças, valores e ideologias presentes na sociedade que geram desigualdades e exclusão. Bronfenbrenner (1996), enfatizava que as crianças são indiretamente afetadas por fenômenos macrossistêmicos como racismo, xenofobia, classismo, que permeiam os contextos mais imediatos (escola, comunidade) e moldam as interações. No caso de uma criança migrante, por exemplo, políticas públicas e atitudes sociais em relação a imigrantes (macrossistema) influenciam profundamente como ela será tratada por colegas (microsistema escolar) ou pelo sistema de proteção (exossistema das políticas sociais). Assim, o preconceito é um fator de risco difuso que pode minar o desenvolvimento de várias formas, seja prejudicando oportunidades (discriminação no acesso a serviços), ferindo a autoestima (através de humilhação e rejeição) e gerando stress crônico (medo constante de violência ou de não pertencimento).

Resiliência, nesse contexto, implica não apenas resistência individual ao preconceito (manter-se psicologicamente ileso frente a discriminação), mas muitas vezes resistência coletiva e mudança social. Ungar (2013) sugere que parte da resiliência em contextos de adversidade é quando

indivíduos e comunidades negociam por recursos e direitos em ambientes que lhes são hostis. Enfrentam o preconceito reivindicando espaço, afirmando identidades e construindo redes de solidariedade. Em termos práticos, jovens que sofrem preconceito racial ou étnico podem demonstrar resiliência desenvolvendo um orgulho identitário (engajamento em grupos culturais, valorização de suas origens) e estratégias de enfrentamento grupais (denunciar discriminação, apoiar seus pares quando um sofre ataque). Stuart e Kole (2014) denominam isso “resiliência resistente”, a capacidade de prosperar apesar e contra a opressão, frequentemente convertendo a experiência de dor em ativismo ou empatia ampliada.

Segundo Poletto e Koller (2008), condições como baixa escolaridade dos pais ou ausência de rede de apoio, associadas à autopercepção de vida precária, sem esperanças de superação, podem agravar a vulnerabilidade e dificultar a ativação da resiliência. Contudo, muitos jovens conseguem ressignificar e enfrentar o preconceito de forma resiliente.

A percepção de preconceito é um fator de risco importante no contexto de acolhimento e migração para Bronfenbrenner (1996), intervenções nos vários níveis são necessárias: no nível macrossistêmico, combater ativamente discursos discriminatórios e implementar políticas inclusivas; no exossistêmico, treinar profissionais (educação, saúde, assistência) para não reproduzirem preconceitos institucionais; no microssistêmico, fomentar ambientes familiares, escolares e comunitários acolhedores e que celebrem a diversidade; e no nível individual, fortalecer a autoestima e consciência crítica dos jovens para lidar com incidentes de preconceito inevitáveis.

Expectativas Futuras: Otimismo, Esperança e Planejamento

Em relação às perspectivas que os jovens têm em relação ao seu próprio futuro, seus sonhos, aspirações e grau de otimismo. Embora não tenhamos trechos textuais específicos sobre esse fator

nos resultados apresentados, a inclusão dessa categoria indica que foi avaliada a visão de futuro dos participantes e sua correlação com indicadores de resiliência. É consistente com achados clássicos que jovens resilientes tendem a nutrir expectativas positivas em relação ao porvir, mesmo quando o presente é difícil. Eles mantêm alguma forma de esperança ou visão de que podem alcançar conquistas (educacionais, profissionais, familiares) adiante na vida, o que funciona como um norte motivacional para superar obstáculos atuais.

No estudo, itens como “acredito que terei uma vida melhor”, “tenho planos e objetivos claros para meu futuro” ou “imagino um futuro feliz para mim”. A literatura dá ênfase a essa dimensão temporal da resiliência. Werner (1982), em seu seguimento longitudinal, observou que adolescentes resilientes “sonhavam com um futuro”, eles conseguiam se visualizar aos 25, 30 anos realizando algo (um trabalho digno, viajando, constituindo família), ao contrário de alguns de seus pares em risco que viviam apenas o dia a dia, sem projeto. Essa orientação para o futuro foi uma distinção importante. Masten e Garmezy (1985) também notaram que, junto à autoconfiança, os jovens resilientes possuíam esperança e expectativas positivas quanto às oportunidades na vida. Em termos práticos, “boas expectativas para o futuro” fazem com que o indivíduo invista em si e nas oportunidades, enquanto a desesperança leva à apatia ou comportamentos autodestrutivos.

Nos resultados, foi mencionado que autoconfiança e acreditar em oportunidades futuras estão associados. De Antoni e Koller (2004) confirmaram que jovens resilientes são autoconfiantes e creem que terão oportunidades na vida, ou seja, conseguem visualizar cenários positivos adiante, mesmo que o presente seja adverso.

A presença dos fatores protetivos mencionados (família, comunidade, crenças pessoais) pode reacender a esperança. Poletto e Koller (2008) ressaltam que a ausência de perspectivas de superação e de possibilidade de alcançar bem-estar agrava as condições de vulnerabilidade. Expectativas futuras otimistas atuam como bússola e mola propulsora na resiliência. Elas fornecem direção e fornecem energia, motivando-o a prosseguir apesar dos obstáculos. Os achados do estudo e a literatura convergem em afirmar que jovens que encontram um propósito ou uma visão de futuro têm muito mais recursos psicológicos para enfrentar o presente adverso.

Integrando os dados coletados, assume-se que a resiliência de crianças e adolescentes em contextos de migração e refúgio, que vivem em espaços de acolhimento ou espaços comunitários é um fenômeno multidimensional, sustentado por fatores protetivos em diversos níveis ecológicos (familiares, comunitários, individuais, escolares, culturais) e simultaneamente desafiado por fatores de risco (rupturas de vínculos, pobreza, preconceito). Os resultados empíricos desta pesquisa confirmam que a resiliência não é explicada por um fator isolado, mas sim por um conjunto interconectado de fatores de apoio externo (família, amigos, comunidade, fé) e fatores internos (habilidades, autoestima, sentido de pertencimento) atuando em sinergia. Essa constatação ecoa a visão sistêmica de Bronfenbrenner (1996) de que o desenvolvimento resulta de redes complexas de influências, e, portanto, a resiliência emerge dessas interações adaptativas ao longo do tempo, em vez de ser uma propriedade estática do indivíduo.

Autores como Ungar (2013) complementam que a resiliência deve ser compreendida dentro do contexto cultural e social de cada jovem. O que constitui um recurso de proteção ou um significado de sucesso futuro, como formar família, ter estabilidade financeira, retornar ao país de origem, pode variar conforme a história e os valores de cada um. Por isso, ao intervir, é importante ouvir a voz dos próprios jovens, entendendo quais fatores eles consideram ter sido fundamentais em suas vidas para superar dificuldades. Estudos qualitativos, como o de Xavier et al. (2011) com jovens em vulnerabilidade, mostraram que muitas vezes os jovens reconhecem suas próprias capacidades (resiliência interna) ao narrar suas trajetórias e identificam pessoas chave ou momentos-chave que fizeram a diferença (resiliência como processo interacional).

Os achados orientam uma série de ações integradas para promoção de resiliência nessa população, tais como: fortalecer vínculos familiares, quando possível, reaproximar famílias, ou qualificar atendimentos familiares; construir redes comunitárias de suporte, mentorias, projetos

sociais, grupos de apoio entre pares; qualificar o ambiente escolar, formar professores para lidar com trauma e diversidade, prevenir bullying e evasão; desenvolver competências e autoestima das crianças e adolescentes por meio de oficinas socioemocionais, atividades de sucesso; oferecer atendimento sensível ao trauma e ao preconceito, treinamento de cuidadores institucionais, espaços para falar sobre discriminação sofrida; e trabalhar a dimensão de futuro, orientação profissional, planejamento de transição ao sair do acolhimento, visualização de metas. Esse conjunto de estratégias, alinhado com as evidências científicas, visa potencializar os fatores de proteção identificados e minimizar os riscos, seguindo o preceito de que resiliência pode e, deve ser, cultivada.

Como ressaltado por Masten (2018), a resiliência é a capacidade de um sistema se adaptar positivamente a ameaças, neste caso, o sistema não é só a criança individualmente, mas envolve sua família, comunidade e até políticas públicas. Portanto, promover resiliência requer intervenções multinível, onde o nível individual, envolve terapia, desenvolvimento de habilidades e em nível sistêmico, melhorar sistemas de acolhimento, garantir direitos de migrantes, combater desigualdades.

De acordo com Ungar (2005), para cada jovem resiliente há, nos bastidores, um ecossistema resiliente providenciando recursos (ainda que mínimos) para que ele navegue e negocie sua sobrevivência. A discussão empreendida demonstrou que os principais achados empíricos deste estudo dialogam com os referenciais teóricos contemporâneos sobre resiliência. Apoio familiar, vínculos comunitários, competências individuais, vínculo escolar, autoestima, enfrentamento de adversidades, percepção de preconceito e expectativas futuras não são fatores estanques, mas sim peças de um quebra-cabeça integrativo que constitui a adaptação positiva. Cada peça tem seu lugar e importância, mas é o encaixe entre elas que forma o quadro completo da resiliência (Luthar, Cicchetti & Becker 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou processos de resiliência em crianças e adolescentes migrantes e

refugiados na Amazônia, em dois contextos de proteção, o acolhimento institucional e equipamento de proteção social, articulando fatores de risco e de proteção ao longo do desenvolvimento. Sustentada pelo Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2005) e por uma concepção multissistêmica e sociocultural de resiliência (Ungar, 2015), a pesquisa partiu do pressuposto de que trajetórias desenvolvimentais não podem ser compreendidas apenas por atributos individuais, mas pela qualidade das interações pessoa–processo–contexto–tempo, pelas oportunidades reais de acesso a recursos e pela forma como esses recursos são culturalmente negociados e institucionalmente ofertados.

Os achados, organizados em cinco eixos, demonstram que a resiliência - quando observada em infâncias marcadas por deslocamento forçado, precariedade e barreiras de acesso a direitos - se configura como processo relacional e ecológico, atravessado por tensões entre proteção e vulnerabilidade. A tese, ao integrar dados documentais, relatos de profissionais e indicadores quantitativos (correlações e padrões de agrupamentos), oferece um quadro consistente: (a) há riscos cumulativos relevantes, tais como pobreza, instabilidade documental, descontinuidade escolar, discriminação, fragilidade de redes; (b) há recursos protetivos com potência desenvolvimental, como vínculos familiares, pertencimento escolar, redes comunitárias, religião/espiritualidade, mediações institucionais; e (c) a expressão desses fatores varia conforme o contexto de acolhimento, a qualidade das práticas profissionais e o grau de articulação intersetorial no território.

A caracterização biopsicossocial de crianças e adolescentes acolhidos (N=80) mostrou predominância de idade escolar e registros de trajetórias educacionais interrompidas, com destaque para barreiras de documentação e dificuldades de matrícula/adequação escolar. A presença recorrente de campos Sem Informação (SI) nas variáveis analisadas evidenciou um problema que

não é apenas técnico, trata-se de uma lacuna institucional de produção de informação, que limita diagnóstico, planejamento, continuidade do cuidado e defesa de direitos, impactando diretamente o desenvolvimento.

Esse achado se torna particularmente relevante sob a lente bioecológica, quando o microssistema do acolhimento não registra adequadamente história de vida, necessidades, vínculos e circulação na rede, enfraquece o mesossistema (a ponte com escola, saúde, assistência, justiça) e dificulta intervenções que dependem de rastreabilidade e continuidade. Assim, a ausência de informação não é neutra, ela produz invisibilidade e aumenta o risco de atendimentos reativos, fragmentados e pouco responsivos ao ciclo vital.

A análise das famílias (N=50 nos prontuários, N=30 nos atendimentos comparados) indicou que parte expressiva dos responsáveis está em idade produtiva, com escolaridade variando do fundamental ao superior, porém concentrada em ocupações de baixa remuneração e alta instabilidade, com renda frequentemente inferior a um salário-mínimo e presença de estratégias de sobrevivência críticas. A baixa cobertura de benefícios, como Bolsa Família, apareceu como sinal de descompasso entre elegibilidade potencial e acesso real, sugerindo barreiras informacionais, burocráticas, territoriais e de mediação institucional.

No plano macrossistêmico esse resultado reforça a tese central de que não basta *existir direito*, é necessário existir caminho para acessá-lo e, esse caminho depende de intersetorialidade, documentação civil, presença de equipes preparadas e fluxos que considerem idioma, mobilidade, cultura e precariedade habitacional. Onde esse caminho falha, a vulnerabilidade econômica tende a se converter em cascatas de risco, como insegurança alimentar, instabilidade residencial, descontinuidade escolar e maior exposição a discriminação.

A análise das entrevistas, com matriz categorial ancorada nas sete tensões (Ungar) e análise de conteúdo (Bardin), evidenciou que profissionais percebem a migração/refúgio infantil como fenômeno que exige respostas simultaneamente materiais, relacionais, culturais e jurídicas. Os relatos apontaram práticas protetivas associadas a rotinas previsíveis, inserção escolar, escuta qualificada e articulação de rede, mas também explicitaram limites estruturais, como sobrecarga,

rotatividade, falta de profissionais, barreiras linguísticas e lacunas de capacitação continuada.

Essa camada qualitativa fortalece a coerência interna da tese, onde, a resiliência, nesses casos, emerge quando crianças, adolescentes e famílias conseguem navegar em direção a recursos (escola, saúde, proteção social, documentação, apoio comunitário) e negociar seu acesso de forma significativa no contexto cultural. Quando a instituição não possui meios de mediação (tradução, sensibilidade cultural, práticas participativas), diferenças viram estigma e risco.

Os resultados quantitativos indicaram agrupamentos consistentes que sustentam a interpretação multissistêmica: proteção familiar, vínculos comunitários/culturais, competências individuais, vínculo escolar, autoestima, enfrentamento, percepção de preconceito e expectativas futuras. Em termos desenvolvimentais, esses blocos se organizam como um sistema de sustentação: família e escola aparecem como eixos proximais, enquanto pertencimento comunitário e justiça social modulam continuidade, autoestima e projeção de futuro.

Importa destacar que os padrões não devem ser lidos como “determinismos”, mas como estruturas de relação: quando suporte familiar e apoio institucional se combinam, ampliam a margem de adaptação; quando precariedade econômica e barreiras de acesso se acumulam, comprimem escolhas e aumentam o desgaste emocional e escolar.

Entre as contribuições teóricas da tese, podemos destacar a integração analítica entre Bioecologia e resiliência multissistêmica, mostrando que a resiliência em contextos migratórios na infância pode ser descrita como produto de interações proximais, mas condicionada por acessos estruturais (documentação, renda, escola, redes) e por mediações culturais. A operacionalização das “tensões” como dispositivo interpretativo para práticas profissionais, permitindo compreender onde o cuidado avança (coesão, identidade, adesão cultural) e onde tende a falhar (recursos materiais e justiça social em fluxos desiguais).

Nas contribuições empíricas, evidencia-se a produção de evidências sobre infâncias migrantes/refugiadas na Amazônia, em um território ainda pouco representado na literatura nacional, com recortes institucionais e comunitários. Identificação de especificidades relevantes, a presença de famílias indígenas Warao em equipamento social, desafios de escolarização, idioma e pertencimento, que demandam respostas diferenciadas.

À luz dos resultados, algumas direções se destacam como recomendações aplicáveis e coerentes com o referencial adotado, tais como, a gestão da informação como proteção, onde implementar rotinas mínimas de registro qualificado (história, vínculos, escolarização, saúde, documentação, circulação na rede), reduzindo “SI” e garantindo continuidade do cuidado. Além de padronizar campos críticos e estabelecer auditorias internas de prontuário, com responsabilidade técnica definida. O fortalecimento de fluxos de matrícula e reclassificação, com avaliação pedagógica e acompanhamento, especialmente quando há ausência documental. A garantia de estratégias de apoio linguístico (português como língua de acolhimento; mediação cultural), prevenindo evasão e isolamento escolar. Instituir formação continuada sobre migração/refúgio, infância, interculturalidade e prevenção de xenofobia. Reforçar busca ativa para inclusão em CadÚnico e benefícios quando elegíveis, com apoio documental e orientação acessível. Integrar assistência social, educação, saúde e trabalho/renda em planos individualizados com metas negociadas (poder/controlar), favorecendo autonomia e previsibilidade.

Algumas limitações devem ser reconhecidas, sem desqualificar os resultados, aqui obtidos. Diante dessas limitações, recomenda-se que pesquisas futuras sobre o acolhimento e a proteção de crianças e adolescentes migrantes e refugiados avancem no sentido de ampliar a robustez das evidências e a sensibilidade às múltiplas realidades amazônicas. Considerando a dependência de registros institucionais e as lacunas em prontuários, sugere-se a adoção de triangulação de fontes (documentos, entrevistas com equipes e cuidadores e, quando eticamente indicado, escuta qualificada de crianças e adolescentes com técnicas adequadas ao desenvolvimento), bem como o incentivo à implementação de protocolos mínimos padronizados de registro, contemplando informações essenciais sobre trajetória migratória, escolarização pregressa, saúde mental, idioma,

eventos críticos e rede de apoio, de modo a reduzir sub-registros e permitir inferências mais refinadas. Em relação ao recorte territorial concentrado em Belém e Ananindeua, recomenda-se expandir a investigação para outros municípios e territórios amazônicos, incluindo interior e áreas de maior mobilidade populacional, com estudos comparativos e multicêntricos capazes de captar variações na estrutura da rede, nos fluxos migratórios e nas formas de integração comunitária.

Por fim, diante do tamanho amostral reduzido, especialmente na comparação entre contextos familiares (N=30), indica-se a ampliação e diversificação de amostras, a replicação dos achados em diferentes cenários e, quando a ampliação não for factível, o uso de desenhos mistos e estratégias analíticas compatíveis com amostras pequenas, com explicitação rigorosa dos limites de generalização e foco nos processos de proteção, acesso a direitos e adaptação psicossocial.

Ao final, a tese sustenta a proposição de que resiliência, em contextos de migração e refúgio na infância, é uma construção ecológica, produzida na interseção entre vínculos, cultura, acesso a direitos e qualidade das práticas institucionais. Crianças e adolescentes não “carregam” resiliência como atributo isolado, eles a desenvolvem quando encontram, nos microssistemas onde vivem, oportunidades reais de proteção, participação e pertencimento e, quando os níveis mais amplos do contexto (políticas, redes, serviços, escola, justiça) deixam de ser barreiras e passam a funcionar como sustentação para seu desenvolvimento.

Nesse sentido, compreender o acolhimento institucional e os equipamentos de proteção social como contextos de desenvolvimento implica responsabilidade ampliada, onde registrar, acolher, mediar cultura, garantir escola, articular rede, reduzir desigualdades e ofertar previsibilidade. Quando isso ocorre, os serviços deixam de operar apenas na urgência e passam a favorecer trajetórias mais estáveis, nas quais o passado de ruptura não determina o futuro. A contribuição maior desta tese é reafirmar, com base empírica situada na Amazônia, que proteger crianças migrantes e refugiadas é, ao mesmo tempo, um dever ético-político e uma condição concreta para que processos resilientes sejam possíveis.

Referências

- Almeida, M. R. (2022). O acolhimento educacional de crianças refugiadas no Brasil. *Epitaya E-Books*, 1(25), 138–154. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2022663p138>
- Alvarenga, S. F. P. (2021). A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil (Série Monografias do CEJ, n. 39). Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários.
- Alves, D. R. (2016). O perfil dos imigrantes, refugiados e estruturas de acolhimento no Ceará, Brasil: Análises e estudo de caso (Dissertação de mestrado em Ação Humanitária). Universidade Fernando Pessoa. <https://core.ac.uk/download/pdf/301336376.pdf>
- Alves-Manzotti, A. J. (1991). O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Revista Caderno de Pesquisa*, 77, 53–61. <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042/1050>
- Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandsznajder, F. (2004). O método nas ciências sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa (2. ed.). Thomson.
- Amaral, A. P. M., & Costa, L. R. (2017). A (não) criminalização das migrações e políticas migratórias no Brasil: Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração. *Justiça do Direito*, 31(2), 208–228. <http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/viewFile/7147/4340>
- Araujo de Moraes, N., Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2010). Eventos estressores e indicadores de ajustamento entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil. *Universitas Psychologica*, 9(3), 787–806.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo* (L. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Edições 70; Livraria Martins Fontes. (Obra original publicada em 1977).
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70. <https://www.editorial-70.pt/pt/autor/lawrence-bardin>.
- Barreira, D. D., & Nakamura, A. P. (2006). Resiliência e autoeficácia percebida: Articulação entre conceitos. *Aletheia*, 23, 75–80. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013460008>
- Berger, M. V. B., & Gracino, E. R. (2005). Aspectos históricos e educacionais dos abrigos

de crianças e adolescentes: A formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. Revista Histedbr Online.

Bhabha, J. (2014). Child migration and human rights in a global age. Princeton University Press.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação. Porto.

Brasil. (1990, 13 de julho). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

Brasil. (2006). Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Ministério Público do Rio de Janeiro.

Brasil. (2009, 4 de agosto). Lei nº 12.010, de 29 de julho de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 1990, e nº 8.560, de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 2002, e da Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União. <http://www.planalto.gov.br>

Brasil. (2016). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

Brasil. (2017). Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano. Artes Médicas.

Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts (pp. 3–28). American Psychological Association. <http://dx.doi.org/10.1037/10317-001>

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W.

Damon & M. Lerner (Eds.), Handbook of child psychology (Vol. 1, pp. 993–1027). John Wiley & Sons.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2007). The bioecological model of human development. Volume I. Theoretical models of human development.

Calabar, F. P., Silveira, P. S. da, & Leme, V. B. R. (2021). Percepções de educadores sociais sobre trabalho, adolescências e práticas educativas. *Revista Debates Insubmissos*, 4(14), 218–246. <https://doi.org/10.32359/debin2021.v4.n14.p218-246>

Campos, M. M. (2008). Por que é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In S. H. V. Cruz (Org.), *A criança fala: A escuta de crianças em pesquisas* (pp. 35–42). Cortez.

Cantinho, I. (2018). Crianças-migrantes no Brasil: Vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. *Revista O Social em Questão*, 21(41).

Carinhanha, J. I., & Penna, L. H. G. (2020). Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento. *Texto & Contexto Enfermagem*, 21(1), 68–76.

Cavalcante, L. I. C. (2008). *Ecologia do cuidado: Interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em instituição de abrigo* (Tese de doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Universidade Federal do Pará. <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Lilia%20Cavalcante%202008.pdf>

Cavalcante, L. I., Magalhães, C. M. C., & Pontes, F. A. R. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: Discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 45–56.

Chelotti, J. de D., & Richter, D. (2016). Sobre vulnerabilidade e inclusão: As políticas de assistência aos refugiados no Brasil e a sua (in)efetividade no que tange às crianças e adolescentes oriundos desses fluxos migratórios. In *Anais do XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*. UNISC. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15846>

Conselho Nacional de Justiça. (2022). Unidades de acolhimento e famílias acolhedoras.

CNJ.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, & Conselho Nacional de Assistência Social. (2009). Orientações técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Contextos de vulnerabilidade e resiliência no desenvolvimento humano [recurso eletrônico] (S. S. da C. Silva & J. C. Silva, Orgs.). (2022). Contextos de vulnerabilidade e resiliência no desenvolvimento humano (1. ed.). Appris.

Conzatti, R., & Mosmann, C. (2015). Resiliência em crianças acolhidas: Suas percepções sobre as adversidades. *Psicologia em Revista*, 21(2), 352–378. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9523.2015V21N2P351>

Corrêa, L. S. (2016). Serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na região metropolitana de Belém: Os ambientes, os acolhidos e os educadores (Tese de doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento). Universidade Federal do Pará. <http://ppgtpc.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/Laiane%20da%20Silva%20Corr%C3%AAa.pdf>

Corrêa, L. S., & Cavalcante, L. I. C. (2013). Educadores de abrigo: Concepções sobre desenvolvimento e práticas de cuidado em situação de brincadeira. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3), 309–317. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12822013000300009

Cruz, D. A. (2019). Adolescentes em acolhimento institucional: Imagens sociais e o direito à convivência comunitária (Tese de doutorado). Universidade Federal do Pará.

De Souza, S. R., & Moreira, M. I. C. (2021). Pensando sistemicamente sobre as redes de proteção social destinadas às famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, 16(4), 1–14.

Dessen, M. A., & Lewis, C. (1998). Como estudar a “família” e o “pai”? *Paidéia*, 8, 105–121.

Ferreira, L. C. L. (2014). Associações entre a resiliência, a autocompaixão e a orientação temporal na adolescência (Dissertação de mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Gonçalves, L. P. (2016). Ciclo vital. *Revista Início da Vida Humana e Educadores*, 31(98), 1–15.

Junge, S. G., Cavalcanti, L., Lemos, S. S., Tonhati, T., & Lima, C. L. F. (2023). Observatório das Migrações Internacionais. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento das Migrações; OBMigra.

Junqueira, M. F. P. S., & Deslandes, S. F. (2003). Resiliência e maus-tratos à criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 227–335.

Kay-Flowers, S., Lama, N., & Kadambari, P. (2023). Exploring separated children's experience of migration in Nepal/Explorando a experiência de migração de crianças separadas no Nepal. *Children & Society*, 00, 1–16. <https://doi.org/10.1111/chso.12759>

Lefèvre, F., & Lefèvre, A. M. C. (2003). O discurso do sujeito coletivo: Um novo enfoque em pesquisa qualitativa; desdobramentos. *EDUCS*. <https://repositorio.usp.br/item/001347796>

Licio, E. C., et al. (2021). Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades – família acolhedora e repúblicas. Ipea.

Liebenberg, L., Ungar, M., & LeBlanc, J. (2013). The CYRM-12: A brief measure of resilience. *Canadian Journal of Public Health*, 104(2), 131–135.

Luthar, S. S., Cicchetti, D., & Becker, B. (2000). The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. *Child Dev*, 71(3), 543–562.

Machado, M. T. (2003). A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos (1. ed.). Manole.

Martuscelli, P. N. (2020). Como refugiados são afetados pelas respostas brasileiras à

COVID-19? Revista de Administração Pública, 54(5), 1446–1457. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200516x>

Martuscelli, P. N. (2020). Como refugiados são afetados pelas respostas à COVID-19 no Brasil? SciELO em Perspectiva: Humanas. <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2020/12/10/como-refugiados-sao-afetados-pelas-respostas-a-covid-19-no-brasil/>

Martuscelli, P. N. (2021). Medindo a reunião familiar de refugiados no Brasil: Dados sobre visto e extensão da condição de refugiado (1999–2018). Travessia: Revista do Migrante, 1(87), 45–72. <https://doi.org/10.48213/travessia.i87.946>

Masten, A. S. (2001). Ordinary magic: Resilience processes in development. American Psychologist, 56, 227–238.

Masten, A., Herbers, J., Cutuli, J., & Lafavor, T. (2008). Promoting competence and resilience in the school context. School Counseling, 12(2), 76–84.

McCubbin, H. I., & McCubbin, M. A. (1988). Typologies of resilient families: Emerging roles of social class and ethnicity. Family Relations, 37, 247–254.

Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça. (s.d.). Refúgio em números (3^a ed.). http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf

Morais, N. A., & Koller, S. H. (2004). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. In S. H. Koller (Org.), Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil (pp. 91–107). Casa do Psicólogo.

Morais, N. A., & Koller, S. H. (2011). Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e ciência: Ênfase na saúde. In Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil. Casa do Psicólogo.

Morcerf, C. C. P., Rasmussen, E. B., Coutinho, G. M. de Q., & Azevedo Marques, J. M. de.

(2024). Family and community medicine and challenges in comprehensive care for migrant populations: A look at refugees in the context of vulnerable populations. *Research, Society and Development*, 13(12), e23131247551. <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i12.47551>

Moreira, E., & Torelly, M. (2020). Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil. Organização Internacional para as Migrações. <https://repositoryoim.org/handle/20.500.11788/2293>

OCDE. (2018). The resilience of students with an immigrant background: Factors that shape well-being (OECD Reviews of Migrant Education). OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/9789264292093-en>

Organização das Nações Unidas. (1951). Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Organização das Nações Unidas. (s.d.). Convenção sobre os Direitos da Criança. https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

Organização das Nações Unidas. (s.d.). Conheça a ONU. <http://nacoesunidas.org/conheca/>

Pacífico, A. P. (2010). O capital social dos refugiados: Bagagem cultural e políticas públicas. *Edufal*.

Passos, A. S., & Bonhemberger, M. (2020). Crianças e adolescentes migrantes em territórios educativos: Contextos e possibilidades/Children and migrant adolescents in educational territories: Contexts and possibilities. *Brazilian Journal of Development*, 6(6), 41633–41649. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-632>

Petzold, M. (1996). The psychological definition of “the family”. In M. Cusinato (Org.), *Research on family: Resources and needs across the world* (pp. 25–44). LED – Edizioni Universitarie.

Pesce, R. P., Assis, S. G., Avanci, J. Q., Santos, N. C., Malaquias, J. V., & Carvalhaes, R. (2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência.

Pinheiro, M. H. C., & Biasoli-Alves, Z. M. M. (2008). A família como base. In L. N. D.

Weber (Org.), Família e desenvolvimento: Visões interdisciplinares (pp. 21–36). Juruá.

Poletto, M., & Koller, S. H. (2006). Resiliência: Uma perspectiva conceitual e histórica. In D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção (pp. 19–44). Casa do Psicólogo.

Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. Estudos de Psicologia, 25(3), 405–416. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000300009>

Poletto, M., Wagner, T. M. C., & Koller, S. H. (2004). Resiliência e desenvolvimento infantil de crianças que cuidam de crianças: Uma visão em perspectiva. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20, 241–250.

Prada, C. G., & Weber, L. N. D. (2006). O abrigo: Análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. Revista de Psicologia da UNESP, 5(1).

Ratuchnei-Dal Pizzol, E. S., Barreto, M. S., Barbieri-Figueiredo, M. C., Ugarte-Gurrutxaga, M. I., Garcia-Padilla, F. M., Santos, M. L., et al. (2023). Perspectiva de imigrantes sobre a integração pessoal e familiar na sociedade brasileira. Texto & Contexto Enfermagem, 32, e20220226. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2022-0226pt>

Ratter, M. (1981). Stress, coping and development: Some issues and some questions. Journal of Child Psychology & Psychiatry, 22, 323–356.

Ratter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: Protective factors and resistance to psychiatric disorder. British Journal of Psychiatry, 147, 598–611.

Ratter, M. (1993). Resilience: Some conceptual considerations. Journal of Adolescent Health, 14, 626–631.

Revista ERIS. (2021). Migração forçada e grupos minoritários. Revista ERIS – Inverno

2021; Sociální práce/Sociálna práca/Serviço social tcheco e eslovaco, 21(1).

Ribeiro, D. V. de A., Azevedo, R. C. S. de, & Turano, E. R. (2013). Por que é relevante a ambientação e a aculturação visando pesquisas qualitativas em serviços para dependência química? *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(6). https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232013000600033

Rooke, M. I., & Pereira-Silva, N. L. (2012). Resiliência familiar e desenvolvimento humano: Análise da produção científica. *Psicologia em Pesquisa*, 6(2), 179–186. <https://dx.doi.org/10.5327/Z1982-12472012000200011>

Rutter, M. (1992). *Developing minds: Challenge and continuity across the life span*. Penguin Books.

Rutter, M. (2003). Genetic influences on risk and protection: Implications for understanding resilience. In S. S. Luthar (Org.), *Resilience and vulnerability: Adaptation in the context of childhood adversities* (pp. 489–509). Cambridge University Press.

Rutter, M., & Caron, C. (2006). Comorbidity in child psychopathology: Concepts, issues and research strategies. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 32(7), 1063–1080.

Rutter, R. M. (2010). Significados múltiplos de uma perspectiva desenvolvimentista em psicopatologia. In A. Castro Fonseca (Ed.), *Crianças e adolescentes: Uma abordagem multidisciplinar* (pp. 27–68). Edições Almedina.

Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209–216.

Santos, I. D. C., & Martuscelli, P. N. (2017). Proteção internacional e meninas refugiadas: Onde elas estão? *Travessia: Revista do Migrante*, 80, 41–60. <https://doi.org/10.48213/travessia.i80.280>

Santos, I. D. C. (2015). As políticas públicas de proteção e inclusão das crianças refugiadas no Brasil. *Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas*, 1(2), Minas Gerais.

Serrano, S. A. (2008). *O abrigamento de crianças de zero a seis anos de idade em Ribeirão Preto: Caracterizando esse contexto* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.

Silva, A. I. (2004). O direito à convivência familiar e comunitária: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. IPEA/CONANDA.

Silva, A. I. (2025). Crianças refugiadas e migrantes: Acolhimento, rotinas e brincadeiras em Santarém-PA (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém.

Siqueira, A. C., & Dell’Aglia, D. D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*.

Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação. Atlas.

Triviños, A. N. S. (2008). Introdução à pesquisa em ciências sociais – A pesquisa qualitativa em educação. Atlas.

Un Desa – United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division. (2019). International migrant stock (POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019). United Nations.

UNHCR/ACNUR. (s.d.). Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados. http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

Ungar, M. (2008). Resilience across cultures. *British Journal of Social Work*, 38(2), 218–235.

Ungar, M. (2011). Community resilience for youth and families: Facilitative physical and social capital in contexts of adversity. *Children and Youth Services Review*, 33(9), 1742–1748. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.04.027>

Ungar, M. (2011). The social ecology of resilience: Addressing contextual and cultural ambiguity of a nascent construct. *American Journal of Orthopsychiatry*, 81(1), 1–17.

<https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2010.01067.x>

Ungar, M. (2012). Social ecologies and their contribution to resilience. In M. Ungar (Ed.), *The social ecology of resilience: A handbook of theory and practice* (pp. 13–31). Springer.

<https://doi.org/10.1007/978-1-4614-0586-3>

Ungar, M., Brown, M., Liebenberg, L., Cheung, M., & Levine, K. (2008). Distinguishing differences in pathways to resilience among Canadian youth. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 27(1), 1–13. <https://doi.org/10.7870/cjcmh-2008-0001>

Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: Crisis and challenge. *Family Process*, 35, 261–281.

Walsh, F. (2002). A family resilience framework: Innovative practice applications. *Family Relations*, 51, 130–137.

Walsh, F. (2005). Fortalecendo a resiliência familiar. Roca. (Obra original publicada em 1998)

Weber, L. N. D. (2008). Interações entre família e desenvolvimento. In L. N. D. Weber (Org.), *Família e desenvolvimento: Visões interdisciplinares* (pp. 9–20). Juruá.

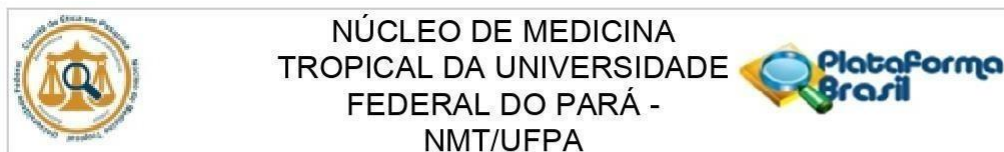
Wenden, C. W. (s.d.). As novas migrações. *Revista SUR*, 23.

Yunes, M. A. M. (2006). Os discursos sobre a questão da resiliência: Expressões e consequências para a promoção do desenvolvimento. In D. Colínvaux, L. B. Leite, & D. D. Dell'Áglio (Orgs.), *Psicologia do desenvolvimento: Reflexões e práticas atuais* (pp. 225–246). Casa do Psicólogo.

Yunes, M. A. M., Miranda, A. T., & Cuello, S. E. S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In *Abordagem ecológica do desenvolvimento humano: Experiências no Brasil*. Casa do Psicólogo.

APÊNDICE

APÊNDICE A - PARECER DE APROVAÇÃO EM COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASPECTOS PECULIARES DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS REFUGIADAS E MIGRANTES NA AMAZÔNIA

Pesquisador: ANDREA IMBIRIBA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 67260223.4.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.087.367

Apresentação do Projeto:

O projeto "Aspectos peculiares do acolhimento institucional de crianças refugiadas e migrantes na Amazônia" constitui um projeto de tese das doutorandas Andréa Imbiriba da Silva e Elizabeth Cristina Nascimento Branch, sob a orientação da Profa. Dra. Lília Iêda Chaves Cavalcante, todas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), da UFPA. O estudo se sustenta na ideia de que "o ser humano se desenvolve a partir de suas experiências individuais e coletivas, nas relações com a família, grupo de amigos, trabalho, dentre outros", relações essas fundamentais para o desenvolvimento humano. Considerando que o nível de desenvolvimento individual é baseado na dinâmica das suas relações sociais, e considerando que as crianças migrantes e refugiadas experienciam um contexto de vulnerabilidade em suas relações sociais e familiares (já que estão em países estrangeiros, em geral sem o grupo familiar mais extenso, sem laços sociais, muitas vezes sem escola), é necessário estudar o contexto de seu desenvolvimento, em especial, as atividades, relações e papéis que ocorrem dentro da casa de acolhimento que atendem essas crianças. Pretende, então, "... apresentar como resultados um panorama de como funciona a instituição de acolhimento para crianças e adolescentes e como esse espaço atende as demandas de refugiados em situação de vulnerabilidade social, quem são as crianças e adolescentes refugiados que vivem nestes espaços, suas características biopsicossociais; e quem são esses cuidadores responsáveis

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

CEP: 66.055-240

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br



NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ -
NMT/UFPA



Continuação do Parecer: 6.087.367

Ausência	TCLAtualizado.pdf	24/02/2023 20:39:42	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCompleto.pdf	25/01/2023 15:16:06	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPesquisador.pdf	25/01/2023 15:14:29	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	25/01/2023 14:36:47	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaoBelem.pdf	25/01/2023 14:33:42	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodeAnuencialInstitucional.pdf	25/01/2023 14:30:53	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartadeAceite.pdf	25/01/2023 14:30:05	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	25/01/2023 14:29:10	ANDREA IMBIRIBA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOPARAPESQUISAASS INADA.pdf	25/01/2023 09:16:59	ELIZABETH CRISTINA NASCIMENTO BRANCH	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 29 de Maio de 2023

Assinado por:

Esther Iris Christina Freifrau von Ledebur
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92

Bairro: Umarizal

UF: PA

Município: BELEM

CEP: 66.055-240

Telefone: (91)3201-0961

E-mail: cepnmt@ufpa.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

(Para coordenador/educadores/cuidadores e técnicos)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa científica. Caso aceite fazer parte deste estudo, após os devidos esclarecimentos, por favor, assine ao final deste documento, que está em duas vias (uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável), e rubrique as demais páginas deste documento. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

A pesquisa a qual você está sendo convidado a participar chama-se: **PROCESSOS DE RESILIÊNCIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS NA AMAZÔNIA, NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO EM SEU DESENVOLVIMENTO**

Nossa intenção com esta pesquisa é “Acolhimento Institucional e Processos de Resiliência em crianças e adolescentes refugiados na Amazônia”.

Caso você permita sua participação nesta pesquisa, será necessário:

1. Marcar sim neste termo de consentimento livre esclarecido;
2. Responder a um Formulário Caracterização sobre seus dados biosociodemográfico, de acordo com as características particulares de cada participante, com perguntas de resposta e questões de múltipla escolha;

Fique sabendo que estes procedimentos envolvem alguns riscos e desconfortos, e ao concordar em participar desta pesquisa você poderá estar exposto à: Má compreensão dos objetivos da pesquisa; interpretação errônea das perguntas ou dos instrumentos; níveis incomuns de retraimentos, causados por prováveis experiências negativas relacionadas aos ambientes da casa de acolhimento; constrangimento no momento de responder às perguntas dos instrumentos propostos na pesquisa pelo motivo de, possivelmente; revelação da identidade dos participantes; perda ou extravio dos documentos da pesquisa; reconhecimento da voz gravada e o risco de contaminação por covid-19. Porém, com o objetivo de amenizar desconfortos as entrevistas serão realizadas em local apropriado e reservado, utilização de máscara, álcool para higienização das mãos e será mantido o distanciamento social entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa.

Ainda assim, caso algum dano físico, moral ou psicológico lhe ocorra devido aos procedimentos desta pesquisa, os pesquisadores se responsabilizarão por toda a assistência que lhe seja necessária, pelo tempo que for preciso.

Contudo, por sua participação neste estudo você terá o benefício de terem o conhecimento da importância do seu papel frente às demandas de atendimento dentro da casa de acolhimento, além de poderem realizar reflexão acerca do trabalho desenvolvido.

Fique sabendo também que o seu anonimato será garantido durante e após esta pesquisa. Os resultados deste estudo ficarão de posse do pesquisador responsável que somente os utilizará para a divulgação em meios científicos. Quando os resultados da pesquisa forem publicados, não aparecerá o seu nome.

Sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você tem a liberdade de se recusar a participar, ou mesmo que inicialmente aceite participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, prejuízo ou perda de algum benefício adquirido na pesquisa. Você poderá ter todas as informações que quiser antes, durante e após o estudo. Para isto basta procurar um dos pesquisadores responsáveis ou mesmo comitê de ética que aprovou esta pesquisa:

- Elizabeth Cristina Nascimento Branch, Universidade Federal do Pará
- Prof^ª. Dr^ª. Lília Iêda Chaves Cavalcante, Universidade Federal do Pará

O comitê de ética trata-se de um grupo de pessoas comprometidas (das mais diversas áreas), que se reúnem, debatem e avaliam se projetos de pesquisa atendem aos requisitos éticos necessários para serem desenvolvidos, buscando defender os interesses, a segurança e a dignidade dos participantes destas investigações científicas. Caso seja necessário você também poderá obter informações sobre esta pesquisa, no comitê de ética da Universidade Federal do Pará, Endereço R. Augusto Corrêa, 01 – Guamá, Belém – PA, 66075-110. Vale ressaltar que pela sua participação nesta pesquisa você não receberá qualquer valor em dinheiro. Contudo você não terá nenhum custo ou despesa por sua participação nesta pesquisa.

CONSENTIMENTO DE PARTICIPANTE DA PESQUISA

Eu _____ declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o seu conteúdo. Declaro ainda que por minha livre vontade, () aceito () não aceito participar desta pesquisa, cooperando para a coleta das informações necessárias.

Belém-PA ____ / ____ / ____.

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante, explicando-o sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução CNS 466/12.

Assinatura do Pesquisador

Declaro que presenciei o processo de esclarecimento das informações sobre a pesquisa, assim como do consentimento deste participante para a sua participação nesta pesquisa.

Testemunha

Testemunha



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

APÊNDICE C – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

(Para menores e responsáveis participantes da pesquisa)

Oi! Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa científica. Aqui neste documento vamos tentar lhe explicar tudo que queremos fazer nesta pesquisa. Mas caso algo fique confuso, você pode fazer quantas perguntas quiser. Vamos lhe explicar melhor, até você entender.

Caso após estas explicações, você queira fazer parte desta pesquisa, por favor, assine seu nome na parte de baixo de todas as páginas deste documento. Seu responsável também vai fazer estas assinaturas, e depois disso você ficará com um destes documentos e nós vamos ficar com outro.

Mas fique sabendo que você só participa se quiser. E mesmo que você e seu responsável assinem seus nomes nestes documentos, caso você queira desistir depois, não vai ter problema nenhum nem pra você nem para seu responsável. É só dizer que não quer mais participar.

A pesquisa chama-se “PROCESSOS DE RESILIÊNCIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS NA AMAZÔNIA, NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO EM SEU DESENVOLVIMENTO”, e será realizada para “Acolhimento Institucional e Processos de Resiliência em crianças e adolescentes refugiados na Amazônia”.

O que queremos realizando esta pesquisa, é conhecer como ocorre a rotina e as brincadeiras de crianças, além de verificar quem são essas pessoas que residem em instituições de acolhimento institucional.

Estamos convidando para participar desta pesquisa, crianças refugiadas e/ou migrantes ou não migrantes, com idade de 06 a 12 anos incompletos atendidas em acolhimento institucional na cidade de Santarém Estado do Pará, você terá que:

1. Responder algumas perguntas sobre você, que servirá para saber de forma geral quem são os participantes da pesquisa;
2. Responderá também perguntas sobre o que você faz durante seu dia

Fique sabendo que estes procedimentos envolvem alguns riscos e desconfortos, e ao concordar em participar desta pesquisa você poderá estar exposto à: Má compreensão dos objetivos da pesquisa; interpretação errônea das perguntas ou dos instrumentos; níveis incomuns de retraimentos, causados por prováveis experiências negativas relacionadas aos ambientes da casa de acolhimento; constrangimento no momento de responder às perguntas dos instrumentos propostos na pesquisa pelo motivo de, possivelmente; revelação da identidade dos participantes; perda ou extravio dos documentos da pesquisa; reconhecimento da voz gravada e o risco de contaminação por covid-19. Porém, com o objetivo de amenizar desconfortos as entrevistas serão realizadas em local apropriado e reservado, utilização de máscara, álcool para higienização das mãos e será mantido o distanciamento social entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa.

Fique sabendo também que o seu anonimato será garantido durante e após esta pesquisa. Os resultados deste estudo ficarão de posse do pesquisador responsável que somente os utilizará para a divulgação em meios científicos. Quando os resultados da pesquisa forem publicados, não aparecerá o seu nome.

Mas coisas boas também acontecerão caso você aceite participar, como:

1. Falar sua opinião sobre o ambiente em que você está vivendo;
2. Conhecer outras experiências de crianças;
3. Sua participação poderá despertar reflexão na sociedade, proporcionando mudança positiva e ainda o desenvolvimento de políticas públicas em relação ao acolhimento institucional de crianças.

Fique sabendo também que nós não contaremos a ninguém que você está participando desta pesquisa. É tudo um segredo! Só vai ficar sabendo quem você achar que deve saber.

Você e seu responsável não terão que pagar ou gastar nenhum dinheiro para participar desta pesquisa. Tudo nesta pesquisa está sendo pago pelos pesquisadores.

Sempre que você quiser, poderá fazer perguntas sobre o que está acontecendo durante esta pesquisa. Não fique

com vergonha. Pergunte sempre que quiser. Nós vamos sempre procurar lhe fazer entender tudo.

Sua participação neste estudo é voluntária e, portanto, você tem a liberdade de se recusar a participar, ou mesmo que inicialmente aceite participar, poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade, prejuízo ou perda de algum benefício adquirido na pesquisa. Você poderá ter todas as informações que quiser antes, durante e após o estudo. Para isto basta procurar um dos pesquisadores responsáveis ou mesmo comitê de ética que aprovou esta pesquisa:

O comitê de ética trata-se de um grupo de pessoas comprometidas (das mais diversas áreas), que se reúnem, debatem e avaliam se projetos de pesquisa atendem aos requisitos éticos necessários para serem desenvolvidos, buscando defender os interesses, a segurança e a dignidade dos participantes destas investigações científicas. Caso seja necessário você também poderá obter informações sobre esta pesquisa, no comitê de ética da Universidade Federal do Pará, Endereço R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110. Vale ressaltar que pela sua participação nesta pesquisa você não receberá qualquer valor em dinheiro. Contudo você não terá nenhum custo ou despesa por sua participação nesta pesquisa.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu _____ declaro que li as informações sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o seu conteúdo. Declaro ainda que por minha livre vontade, aceito participar desta pesquisa, cooperando para a coleta das informações necessárias.

Ressalto que estou assinando/rubricando em todas as folhas do TALE e que isso está sendo feito em duas vias deste documento (TALE), sendo que uma delas ficará comigo.

Belém- Pa ____ / ____ / ____.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste participante, explicando-o sobre os procedimentos e riscos desta pesquisa e sanando suas dúvidas, conforme determina a Resolução CNS 466/12.

Assinatura do Pesquisador

Declaro que presenciei o processo de esclarecimento das informações sobre a pesquisa, assim como do consentimento deste participante para a sua participação nesta pesquisa.

Testemunha

Testemunha



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

APÊNDICE D – TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS – TCUD

Nós, abaixo assinado(s), pesquisadores envolvidos no projeto de pesquisa se “PROCESSOS DE RESILIÊNCIA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS NA AMAZÔNIA, NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FATORES DE RISCO E DE PROTEÇÃO EM SEU DESENVOLVIMENTO”, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nos arquivos das instituições que são geridas pela Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA na Região Metropolitana de Belém bem como a privacidade de seus conteúdos, conforme preconizam os documentos éticos internacionais e as Resoluções 466/12 e 510/16, do Conselho Nacional de Saúde.

Informo também que os dados a serem coletados dizem respeito a ficha de atendimento dos acolhidos, dados como fundação, endereço, quem são as pessoas atendidas na instituição, registros em órgãos gerenciadores, imagens das brincadeiras que as crianças participam e suas interações, ocorridos entre as datas de a data da inauguração da casa e o momento da pesquisa.

_____, _____ de _____ de _____.

Pesquisadores envolvidos na manipulação e coleta dos dados:

Nome completo	CPF	Assinatura
Andréa Imbiriba da Silva	708.844.472-00	
Elizabeth Cristina Nascimento Branch	433.428.842-15	
Lília Iêda Chaves Cavalcante	175.586.032-34	

APÊNDICE E – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FCCA)

DATA: _____ ENTREVISTADOR: _____ CÓDIGO: _____

SIGLAS DA INSTITUIÇÃO: _____

MUNICÍPIO: _____

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

A. Dados Pessoais:

1. Iniciais do nome ou nome fictício: _____
2. Número do protocolo de refúgio _____
3. Sexo: () Feminino () Masculino
4. Data de Nascimento: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade _____
5. Endereço: _____ Bairro: _____
6. Zona: () Rural () Urbana Município: _____ Estado: _____
7. Possui registro civil? () Não () Sim () SI
8. Tem o nome do pai no registro civil? () Não () Sim () SI
9. Possui foto no prontuário? () Não () Sim () SI

B. Dados Escolares:

10. Escolaridade: () Estuda () Não estuda () NA () SI
 11. Nível: () Educ. infantil () Ens. Fundamental () NA () SI
 11.1. Série que cursa: _____
 12. Escola: () Pública () Privada () NA () SI
 13. Já foi reprovado? () Não () Sim () NA () SI
 13.1. Se sim, quantas vezes? _____
 14. Já foi expulso de alguma escola? () Não () Sim () NA () SI
 14.1. Se sim, quantas vezes? _____
 14.2. Motivo da expulsão? _____
 15. Se não estuda, em que série parou: _____
 15.1. Nível: () Educ. infantil () Ens. Fundamental () NA () SI
 16. Por quê parou de estudar? _____
 17. Possui boletim escolar no prontuário? () Não () Sim () NA () SI

SITUAÇÃO FAMILIAR DA CRIANÇA

18. A criança chegou à instituição acompanhada de um adulto? Se sim, qual o grau de parentesco _____
 19. A criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, outros)? () Não () Sim () NA () SI
 19.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____
 20. A família da criança recebe algum tipo de bolsa auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, outros)? () Não () Sim () NA () SI
 20.1. Se sim, qual? _____ Valor do benefício: _____
 21. Composição Familiar

Composição familiar	Sexo ¹	Idade	Escolaridade ²	Ocupação	Renda	Paradeiro ³
Mãe						
Pai						
Responsável legal (Especificar o vínculo):						
Irmão 1						
Irmão 2						
Irmão 3						

¹F = Feminino; M = Masculino
²EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio; ES = Ensino Superior
³Conhecido=C; Desconhecido=D
 *SI = Sem Informação *NA = Não se aplica

22. Com quem vivia antes da permanência na casa:

() Com a mãe e o pai () Apenas com a mãe () Apenas com o pai () Com a mãe e o padrasto () Com a mãe e outros familiares () Com o pai e a madrasta () Com o pai e outros familiares () Com os avós maternos () Com os avós paternos () Com outros familiares () SI Outros: _____

23. Orfandade antes de ser encaminhada à instituição

() Órfã de pai () Órfã de mãe () Órfã de ambos () NA () SI

24. Orfandade durante a permanência na instituição

() Órfã de pai () Órfã de mãe () Órfã de ambos () NA () SI

25. Condições de moradia

Situação do imóvel que morava antes de vim para a instituição ¹	Tipo de Construção ²	Energia Elétrica ³	Água Encanada ⁴	Saneamento ⁵	Número de Cômodos ⁶

¹Próprio=P; Alugado = A; Cedido = C; Rua = R; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

² Alvenaria=A; madeira= M; taipa = T; mista=MT; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

³ Olhão=O; Gato=G; Motor=M; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁴ Cosanpa=C; Poço=P; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁵ Fossa Séptica=FS; Céu Aberto =CA; Sem informação = SI; Outro = O (especificar)

⁶ Especificar em números (Não contar o banheiro)

PROCESSO DE ACOLHIMENTO

A. Situação Atual:

26. Possui o PIA (Plano Individual de Atendimento) no prontuário? () Não () Sim

27. Data em que deu entrada na instituição: _____ () SI

28. Motivo (s) que justificou (aram) seu encaminhamento a instituição () Abandono por parte dos pais e/ou responsáveis

() Negligência familiar

() Situação de rua (família de rua, outros)

() Pobreza e/ou vulnerabilidade social dos pais e/ou familiares

() Violência física (punições, torturas, confinamento, outros)

() Violência sexual (abuso sexual e estupro)

() Pai, mãe ou pais alcoólatras ou dependentes de outras drogas

() Pai, mãe ou pais presidiários

() Pai, mãe ou pais portadores de doença mental; necessidades especiais; doenças graves ou crônicas.

Outros: _____

29. Qual o motivo que a equipe técnica da instituição aponta para o acolhimento _____

30. Procedência do encaminhamento: _____

31. Permanência de irmãos na instituição () Não () Sim () SI

32. Em caso positivo, especifique:

Nome (iniciais)	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹F = Feminino; M = Masculino

* NA = Não se aplica * SI = Sem informação

33. Possui irmãos em outras instituições de acolhimento? () Não () Sim () SI

33.1. Em caso positivo, especifique:

Nome (Iniciais)	Sexo ¹	Idade	Tempo de permanência

¹F = Feminino; M = Masculino

* NA = Não se aplica * SI = Sem informação

34. Recebe Visitas?

	Sim	Não	Periodicidade ¹	Nº de Visitas/Frequência
Mãe				
Pai				
Outros Parentes (Especificar)				

Comunidade (Especificar)				
Nunca = 0; Raramente = 1; Algumas vezes = 2; Frequentemente = 3; Quase sempre = 4 * SI = Sem informação				

35. Participa de algum serviço/atendimento periódico da rede? () Não () Sim () SI

35.1 Em caso positivo, especifique.

Tipo ¹	Local ²	Periodicidade ³
¹ Psicossocial, Odontológico, Médico, Outros (especificar), outros ² DI = dentro da instituição; FI = fora da instituição (especificar) ³ Nunca = 0; Uma vez na semana = 1; Duas vezes na semana = 2; Três vezes na semana = 3; Quatro ou mais vezes na semana = 4; Todos os dias = 5 * NA = não se aplica * SI = sem informação		

36. Desligamento da instituição:

Data: _____ Destino: _____

Motivo: _____

Idade que foi desligada: _____ () NA

A.1.) Histórico de Acolhimento:

37. Primeiro acolhimento: () Não () Sim () SI

38. Idade em que foi acolhida pela primeira vez: _____

39. Permanência em outra instituição de proteção especial? () Não () Sim () SI

40. Em caso positivo, qual o nome da instituição? _____

41. Tempo de permanência nesta outra instituição de proteção? _____

42. Número de vezes em que deu entrada na instituição atual () Uma () Duas () Três () Mais de três () SI

43. Data em que deu entrada pela primeira vez na instituição atual: _____

44. Tempo de permanência na instituição da primeira vez? _____

45. Data em que deu entrada pela segunda vez na instituição: _____

46. Idade em que deu entrada pela segunda vez na instituição? _____

47. Tempo de permanência na instituição da segunda vez? _____

48. Qual a soma do tempo de permanência em instituições de proteção especial desde a primeira vez em que foi atendido? _____

49. Já se envolveu em algumas das situações abaixo? (Marque mais de uma, se for o caso) () Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas

() Destruição de propriedade

() Envolvimento em pichação

() Furtou algo

() Roubou alguém

() Vendeu drogas

Outra. Qual? _____

() SI () NA

B) Dados sobre a saúde da criança

50. Possui o “Cartão do SUS”? () Não () Sim () SI

51. Possui algum familiar que usa drogas? () Não () Sim () SI

51.1. Em caso positivo, qual?

() Drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) () Drogas ilícitas (crack, cocaína, cola)

52. Distúrbios na fala (atraso, dislexia, etc): () Não () Sim () SI

52.1. Em caso afirmativo, qual? _____

53. Distúrbios visuais (baixa visão, cegueira, etc): () Não () Sim () SI

53.1. Em caso afirmativo, qual? _____

54. Distúrbios auditivos (baixa audição, surdez, etc): () Não () Sim () SI

54.1. Em caso afirmativo, qual? _____

55. Deficiência () Não () Sim () SI

55.1. Em caso afirmativo, qual? _____

56. Restrições na dieta: () Não () Sim () SI

57. Uso de medicação controlada: () Não () Sim () SI

57.1. Em caso afirmativo, qual? _____

58. Quando a criança chegou à instituição apresentava sintomas de alguma doença?

() Gripe/resfriado () Bronquite/asma () Amidalite () Pneumonia () Sarampo () Rubéola () Varicela () Escabiose () Diarreia () Otite () Hepatite () Desnutrição () Pediculose () Alergias () Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, outros) () Doença sexualmente transmissível () SI () NA

Outras: _____

59. Doenças durante a sua permanência na Instituição:

() Gripe/resfriado () Bronquite/asma () Amidalite () Pneumonia () Sarampo () Rubéola Varicela () Escabiose () Diarreia () Otite () Hepatite () Desnutrição () Pediculose () Alergias () Doença crônica (diabetes, câncer, insuficiência renal, outros) () Doença sexualmente transmissível () SI () NA

Outras: _____

60. A criança tem histórico de violência e violações de direitos? Se sim, quais?

() trabalho infantil () exploração sexual () abuso/violência sexual () Violência física () Violência psicológica () Negligência contra a criança () Negligência contra PCD () Tráfico de pessoas () outras especifique: _____

61. Quando a criança chegou à instituição apresentava lesões corporais? () Não () Sim () SI

61.1. Se caso a resposta for sim, quais os tipos de lesões relatadas? _____

62. Quando a criança chegou à instituição apresentava alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, outros)? () Não () Sim () SI

62.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

63. Durante o período de adaptação à instituição a criança apresentou alterações de ordem emocional (timidez excessiva, agressividade, estado de choque, hiperatividade, apatia, outros)? () Não () Sim () SI

63.1. Em caso afirmativo, qual (is)? _____

APÊNDICE F – FORMULÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DE FAMÍLIAS REFUGIADAS ACOLHIDAS (FCFA)

DADOS PESSOAIS:	
DADOS PRÓPRIOS	DADOS DO PARCEIRO
1. SEXO FEMININO () MASCULINO ()	FEMININO () MASCULINO ()
2. ORIGEM Haiti () Venezuela () Equador () Colômbia () Outro (especifique qual)	Haiti () Venezuela () Equador () Colômbia () Outro (especifique qual)
3. Ano de nascimento:	
4. Ano de chegada ao Brasil:	
5. Número de filhos:	
6. Qual sua etnia:	Qual sua etnia:
7. Qual sua religião?	Qual sua religião?
8. Nível educacional Sem estudos () Ensino Fundamental I – do 1º até o 5º ano () Ensino Fundamental II – do 6º até o 9º ano ()	Sem estudos () Ensino Fundamental I – do 1º até o 5º ano () Ensino Fundamental II – do 6º até o 9º ano ()

Ensino Médio – da 1ª até a 3ª série () Ensino Profissionalizante () Ensino Superior () Pós-graduação ()	Ensino Médio – da 1ª até a 3ª série () Ensino Profissionalizante () Ensino Superior () Pós-graduação ()
9. Estado civil Solteiro () União Estável () Casado () Separado/divorciado () Viúvo ()	
10. Situação de emprego: Contrato com Carteira assinada (CLT) () Contrato temporário () Trabalho sem contrato () Desempregado () Aposentado () Inválido/Incapaz ()	Contrato com Carteira assinada (CLT) () Contrato temporário () Trabalho sem contrato () Desempregado () Aposentado () Inválido/Incapaz ()
11. Renda total aproximada ao mês: 0-606 R\$ () 606 a 1.212 R\$ () 1.213 a 2.424 R\$ () 2.425 a 3.030 R\$ () Mais de 3.636 R\$ () SEM RENDA ()	0-606 R\$ () 606 a 1.212 R\$ () 1.213 a 2.424 R\$ () 2.425 a 3.030 R\$ () Mais de 3.636 R\$ () SEM RENDA ()
12. Motivo da migração: Econômico (ganhar mais) () Futuro melhor para meus filhos () Por causa da política e da insegurança () Para ter uma saúde melhor () Outro (especificar):	Econômico (ganhar mais) () Futuro melhor para meus filhos () Por causa da política e da insegurança () Para ter uma saúde melhor () Outro (especificar):
13. Por que você escolheu Brasil? Encontrar trabalho facilmente () Ganhar mais dinheiro do que em qualquer outro lugar () Estar mais perto do meu país de origem () Ter família/pessoas próximas aqui () Conhecer o idioma () Outro especificar:	Encontrar trabalho facilmente () Ganhar mais dinheiro do que em qualquer outro lugar () Estar mais perto do meu país de origem () Ter família/pessoas próximas aqui () Conhecer o idioma () Outro especificar:
14. Com quem você viajou? Marque quantos forem necessários: Sozinha/o () Parceira/o () Mãe/Pai () Amiga/o () Outros (especifique quem):	Sozinha/o () Parceira/o () Mãe/Pai () Amiga/o () Outros (especifique quem):
15. Você já esteve em algum serviço socioassistencial na cidade? (Exemplo: Funpapa e/ou outros) Sim () Não ()	Sim () Não ()
14. Se sim, indique o motivo (marque quantos achar necessário): Ajuda financeira () Ajuda para alimentos () Apoio psicológico () Outro (especificar qual):	Ajuda financeira () Ajuda para alimentos () Apoio psicológico () Outro (especificar qual):
15. De que forma a família ou membro familiar acessou a Unidade para o primeiro atendimento? Por demanda espontânea () Por busca ativa da equipe técnica () Por encaminhamento de outros serviços/unidades de Proteção Social Básica ()	

Por encaminhamento de outros serviços/unidades de Proteção Social Especial () Por encaminhamento de serviços da área da Saúde () Por encaminhamento de serviços da área da Educação () Por encaminhamento de serviços de outras áreas setoriais () Por encaminhamento do Poder Judiciário () Por encaminhamento do Sistema de Garantia de Direitos – Conselho Tutelar - Delegacia - Defensoria Pública – Ministério Público - () Outros																																				
DADOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:																																				
16. Quem mora no Espaço de acolhimento com as crianças: Mãe/Pai () Parceira/Parceiro (não mãe/pai de seus filhos) () Filhos do meu parceiro (de outros relacionamentos anteriores) ()																																				
Avós () Tias/Tios () Sobrinhas/Sobrinhos () Primas/Primos ()																																				
17. No quadro abaixo, preencha os dados dos seus filhos. Para cada filho que você tem, preencha uma linha.																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th>CR/AD</th> <th>MENINO OU MENINA</th> <th>IDADE</th> <th>SÉRIE ESCOLAR</th> <th>Reside com você no Espaço SIM () NÃO ()</th> <th>O seu parceiro é o pai/mãe desta criança SIM () NÃO ()</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>2</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>3</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>4</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td>5</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table>	CR/AD	MENINO OU MENINA	IDADE	SÉRIE ESCOLAR	Reside com você no Espaço SIM () NÃO ()	O seu parceiro é o pai/mãe desta criança SIM () NÃO ()	1						2						3						4						5					
CR/AD	MENINO OU MENINA	IDADE	SÉRIE ESCOLAR	Reside com você no Espaço SIM () NÃO ()	O seu parceiro é o pai/mãe desta criança SIM () NÃO ()																															
1																																				
2																																				
3																																				
4																																				
5																																				
18. Relate sua experiência com situações estressantes na emigração do seu país de origem. Indique o GRAU de MAL ESTAR ou DESCONFORTO que os seguintes eventos ou situações lhe causaram nos últimos 6 meses. Por favor, leia cada frase com atenção e indique até que ponto o que foi indicado o afetou, marcando com um X a opção de resposta que você escolher dentre as que aparecem abaixo: 0= Não tive esse problema; 1= Já tive esse problema, mas não me afetou 2= Me afetou muito pouco; 3= Algo me afetou; 4= Isso me afetou muito; 5= Isso me afetou muito.																																				

1. Minha situação irregular como estrangeiro prejudicou minhas chances de conseguir um emprego.	0	1	2	3	4	5
2. A rivalidade e a inveja de outros compatriotas.	0	1	2	3	4	5
3. Saudade das pessoas que deixei no meu país natal.	0	1	2	3	4	5
4. As diferenças culturais entre o meu país e o Brasil.	0	1	2	3	4	5
5. Os problemas que tive por não ter “papéis”.	0	1	2	3	4	5
6. Que há compatriotas que se aproveitam de mim.	0	1	2	3	4	5
7. Ter perdido contato com algumas pessoas do meu país.	0	1	2	3	4	5
8. O modo de falar dos brasileiros.	0	1	2	3	4	5
9. Que alguns brasileiros me façam entender que este não é o meu país.	0	1	2	3	4	5
10. Dificuldades em encontrar moradia por não ter “papéis”.	0	1	2	3	4	5
11. Que por sermos imigrantes temos jornadas de trabalho muito longas.	0	1	2	3	4	5

12. Conflitos com outros grupos de imigrantes não latino-americanos.	0	1	2	3	4	5
13. Que minha família foi desfeita devido à emigração.	0	1	2	3	4	5
14. Ter que se adaptar à comida brasileira.	0	1	2	3	4	5
15. Ser abusado no trabalho porque sou imigrante.	0	1	2	3	4	5
16. A sensação de que posso ser expulso do Brasil a qualquer momento	0	1	2	3	4	5
17. Por ser imigrante ter que trabalhar por uma ninharia de dinheiro	0	1	2	3	4	5
18. Têm poucas relações sociais com compatriotas.	0	1	2	3	4	5
19. Sentindo-me longe da minha família.	0	1	2	3	4	5
20. A falta de religiosidade dos brasileiros.	0	1	2	3	4	5
21. Que há brasileiros que me olham mal por ser imigrante.	0	1	2	3	4	5
22. Ter problemas familiares devido à emigração.	0	1	2	3	4	5
23. A forma como os brasileiros educam os seus filhos	0	1	2	3	4	5
24. Que há brasileiros que me querem fazer entender que sou inferior a eles.	0	1	2	3	4	5
19. Experiência de suas reações a situações ou problemas A seguir, queremos saber como você reage a SITUAÇÕES OU PROBLEMAS, investigando aspectos positivos e negativos que vivenciou. Por favor, leia cada afirmação cuidadosamente e indique até que ponto você concorda marcando um X na opção de resposta que você escolher dentre as listadas abaixo: 0= Discordo em parte 1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Concordo ligeiramente; 4= Concordo; 5= Concordo totalmente.						
1. Antes de tomar uma decisão, paro para pensar nas vantagens e desvantagens.	0	1	2	3	4	5
2. Pelo menos uma pessoa sabe o que há de errado comigo.	0	1	2	3	4	5
3. Quando as pessoas não pensam como eu, tendo a levar em conta o ponto de vista delas.	0	1	2	3	4	5
4. Conhecer-me bem me ajuda a resolver conflitos.	0	1	2	3	4	5
5. Sei pedir ajuda aos outros quando preciso.	0	1	2	3	4	5
6. Identifico-me com os valores básicos da unidade familiar.	0	1	2	3	4	5
7. Adapto-me facilmente às mudanças.	0	1	2	3	4	5
8. Considero-me uma pessoa criativa.	0	1	2	3	4	5
9. Os sentimentos devem ser separados das relações pessoais.	0	1	2	3	4	5
10. Gosto de participar e tomar decisões em grupo.	0	1	2	3	4	5
11. Considero-me uma pessoa flexível.	0	1	2	3	4	5
12. Acho que meus pais fizeram o melhor por mim.	0	1	2	3	4	5
13. Gosto de conviver com outras pessoas que pensam diferente de mim.	0	1	2	3	4	5
14. Conheço meus pontos fortes para enfrentar riscos.	0	1	2	3	4	5
15. Quando tenho um problema, busco informações para resolvê-lo.	0	1	2	3	4	5
16. Mantenho contato com minha família.	0	1	2	3	4	5
17. Sou mentalmente forte diante de problemas e momentos de risco	0	1	2	3	4	5
18. Gosto de trabalhar em equipe.	0	1	2	3	4	5
19. Sei esperar para atingir meus objetivos.	0	1	2	3	4	5
20. Procuro o lado positivo das coisas.	0	1	2	3	4	5
21. Eu me conecto com os sentimentos de outras pessoas.	0	1	2	3	4	5

22. Tenho um grupo de amigos.	0	1	2	3	4	5
23. Gosto de pertencer e participar de grupos, associações.	0	1	2	3	4	5
24. Tudo nesta vida tem sua lógica e seu significado.	0	1	2	3	4	5
20. Experiência da sua vida familiar						
Aqui estão algumas frases sobre seu papel como mãe ou pai e sua experiência na vida familiar. Por favor, leia cada frase com atenção e indique em que medida você costuma fazer o que é indicado nas frases em sua família, marcando com um X a opção de resposta que você escolher dentre as que aparecem abaixo: 0= Quase nunca 1 = Nunca 2 = Raramente 3 = Às vezes 4 = Muitas vezes 5 = Sempre						
1. Procuo e realizo atividades de lazer compartilhadas em família.	0	1	2	3	4	5
2. Em vez de corrigir meus filhos em público, eu os levo para um lugar tranquilo e explico o que eles estão fazendo de errado.	0	1	2	3	4	5
3. Valorizo seus resultados escolares e os apoios no que precisam melhorar.	0	1	2	3	4	5
4. Acompanho e apoio meus filhos em atividades extracurriculares.	0	1	2	3	4	5
5. Procuo distribuir as tarefas domésticas entre todos nós.	0	1	2	3	4	5
6. Faço um esforço para demonstrar afeto aos meus filhos.	0	1	2	3	4	5
7. Cuido para que façamos almoços e jantares em família.	0	1	2	3	4	5
8. Respiro fundo e baixo a voz quando estou prestes a gritar com meus filhos.	0	1	2	3	4	5
9. Tento resolver os problemas juntos.	0	1	2	3	4	5
10. Tento controlar meus estados emocionais quando fico com raiva de meus filhos.	0	1	2	3	4	5
11. Deixo meus filhos saberem que confio neles.	0	1	2	3	4	5
12. Eu escuto meu filho quando ele me fala sobre uma preocupação ou problema.	0	1	2	3	4	5
13. Quando discutimos, procuro manter o respeito e os laços de afeto que nos unem.	0	1	2	3	4	5
14. Cuido para que expressemos nossas emoções que surgem nos conflitos e nos bons momentos.	0	1	2	3	4	5
15. Faço com que as conquistas dos meus filhos sejam celebradas em família.	0	1	2	3	4	5
16. Proponho que estabeleçamos regras de convivência para que todos possamos dizer o que pensamos.	0	1	2	3	4	5
17. Compartilhamos sonhos e objetivos em família.	0	1	2	3	4	5
18. Quando meus filhos têm alguma boa iniciativa, demonstro minha satisfação.	0	1	2	3	4	5
21. Experiência de ter suporte						
A seguir, queremos saber que APOIO OU AJUDA você tem para resolver os problemas que tem com seus filhos. 1. Quando você tem um problema com um de seus filhos, a quem você pede ajuda? Coloque um "X" à esquerda das pessoas listadas abaixo para onde você vai para solicitar ajuda. Para aqueles que você marcou, indique o quanto você aprecia a ajuda deles marcando um X na opção de resposta que você escolher entre as seguintes: 1 = Nada 2 = Pouco 3 = Mais ou menos 4 = Muito 5= Excessivamente Se você não costuma pedir ajuda a essa pessoa, não marque nada						
Eu costumo pedir ajuda de:	Classificação da ajuda					
PEÇO POR AJUDA – Marque "X"	PESSOAS					
	Um filho mais velho.	1	2	3	4	5

	Meu parceiro.	1	2	3	4	5
	Meu pai.	1	2	3	4	5
	Minha mãe.	1	2	3	4	5
	Um amigo.	1	2	3	4	5
	Um irmão/irmã.	1	2	3	4	5
	Um vizinho.	1	2	3	4	5
	Outros.	1	2	3	4	5

22. Quando tem um problema com um dos seus filhos ou filhas, a que instituições (escola, Serviço socioassistencial de atendimento, Cáritas, polícia, associação de bairro, Igreja, Direção do Espaço de Acolhimentos, etc.) costuma recorrer a quem?

Coloque um “X” à esquerda das instituições listadas abaixo para as quais você procura ajuda. Para aqueles que você marcou, indique o quanto você aprecia a ajuda deles marcando um “X” na opção de resposta que você escolher entre as seguintes:

1= nada 2= pouco 3= um pouco 4= bastante 5= muito

Se você não costuma pedir ajuda a essa instituição, não marque nada

Eu costumo pedir ajuda de:	Classificação da ajuda					
PEÇO POR AJUDA – Marque “X”	INSTITUIÇÃO					
	Escola	1	2	3	4	5
	Serviço socioassistencial de atendimento	1	2	3	4	5
	Cáritas	1	2	3	4	5
	Polícia	1	2	3	4	5
	Associação de bairro	1	2	3	4	5
	Igreja	1	2	3	4	5
	Direção do Espaço de Acolhimentos	1	2	3	4	5
	Outros	1	2	3	4	5

23. As perguntas a seguir referem-se ao APOIO OU AJUDA SOCIAL que você tem:

Aproximadamente quantos amigos próximos ou parentes próximos você tem? (Pessoas com quem você se sente confortável e pode falar sobre qualquer coisa que vier à mente):

Escreva um número: []

Quando procura ajuda de outras pessoas, com que frequência você tem cada um dos seguintes tipos de ajuda ou apoio?

Por favor, leia cada frase com atenção e indique em que medida você costuma fazer o que é indicado nas frases em sua família, marcando com um X a opção de resposta que você escolher dentre as que aparecem abaixo:

1 = Nunca 2 = Poucas vezes 3 = Algumas vezes 4 = Na maioria das vezes 5 = Sempre

1. Alguém para ajudá-lo quando você tem que ficar de cama ou de repouso	1	2	3	4	5
2. Alguém com quem você possa contar quando precisar conversar	1	2	3	4	5
3. Alguém para aconselhá-lo quando tiver problemas.	1	2	3	4	5
4. Alguém para te levar ao médico quando você precisar.	1	2	3	4	5
5. Alguém que lhe demonstre amor e carinho	1	2	3	4	5

6. Alguém para se divertir.	1	2	3	4	5
7. Alguém para informá-lo e ajudá-lo a entender uma situação.	1	2	3	4	5
8. Alguém em quem confiar ou conversar sobre você e suas preocupações.	1	2	3	4	5
9. Alguém para te abraçar.	1	2	3	4	5
10. Alguém com quem você possa relaxar.	1	2	3	4	5
11. Alguém que possa cozinhar para você, se você não puder.	1	2	3	4	5
12. Alguém cujo conselho você realmente quer.	1	2	3	4	5
13. Alguém com quem fazer coisas que o ajude a esquecer seus problemas.	1	2	3	4	5
14. Alguém para ajudá-lo com suas tarefas domésticas se você estiver doente.	1	2	3	4	5
15. Alguém para amar e fazer com que se sinta amado	1	2	3	4	5

APÊNDICE G - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM EDUCADORES/CUIDADORES E TÉCNICOS

Data do preenchimento ____/____/____

I) DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Iniciais ou nome fictício _____

Idade: _____ Sexo: () masculino () feminino () outros

Estado civil: () casado (a) () solteiro (a) () divorciado (a) () outros ()

Escolaridade/ profissão: _____ Tempo que trabalha na instituição: _____

Função: _____ Instituição: _____

Eixo temático 1: A experiência como educador na instituição rotina:

1. Descreva a sua chegada à sua saída, ao final do expediente da instituição?
3. Como se dá sua rotina diária de trabalho, em termos das atividades?
4. Como você percebe o seu trabalho em relação à rotina institucional?
5. Descreva como se dá a rotina das crianças e adolescentes no espaço de acolhimento.
5. Descreva um dia de lazer das crianças. Há uma rotina para essa atividade?
6. São realizadas brincadeiras dirigidas? Quem as realiza e qual a frequência?
7. Quais brincadeiras são desenvolvidas dentro da instituição?
8. Quais as dificuldades e facilidades no exercício do seu trabalho no espaço de acolhimento?
9. Na instituição em que você trabalha existem regras para regulamentar as rotinas e práticas de cuidado? Se sim, quais são? E como foram criadas? Há a prática de rediscuti-las? Se não, por que não existem?
11. Para você, quais são os principais riscos aos quais as crianças e adolescentes estão expostas. Como preveni-los?
10. A instituição em que você trabalha realiza a preparação dos profissionais orientando-os para essa rotina e práticas de proteção e cuidado?
11. Para você, como essa preparação pode contribuir para o processo relacional cuidador/criança?
12. Na instituição, o que você realiza como cuidador/técnico?

Eixo temático 2: Interação com o ambiente e com as crianças:

1. Como você descreve o seu contato com as crianças e adolescentes?
2. Como é para você atender crianças em situação de migração ou refúgio? Como é essa experiência?
3. Quais as dificuldades encontradas durante a rotina de acolhimento de migrantes e refugiados?
4. A partir da sua percepção, como você vê a interação das crianças umas com as outras? E com as demais pessoas do ambiente institucional?
5. Existe alguma criança que não possui acesso a atividades de lazer, recreação e convívio social?
6. Descreva um dia da família dentro da instituição: como as crianças interagem?
7. Como os profissionais da instituição de acolhimento se relacionam com as crianças?
8. A equipe de profissionais se reúne com frequência? Há espaço para comentários pessoais e exposição

de sentimentos?

9. Para você, como essas reuniões podem contribuir para o processo relacional educador/cuidador e a criança?

10. O que fez você escolher trabalhar nesta instituição?

11. O que você pensa da realidade enfrentada pela criança e adolescente refugiado em acolhimento e sobre sua história de vida?

APÊNDICE H - CYRM – CHILD AND YOUTH RESILIENCE MEASURE – Versão Brasileira

As pessoas geralmente fazem parte de determinados grupos. Qual dos grupos abaixo você se sente parte:



Negro



Branco



Oriental



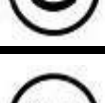
Indígena



Outro. Qual?

Por favor, leia as frases abaixo:	NÃO	MAIS OU MENOS	SIM
1. Você tem pessoas na sua vida que você quer ser como elas?			
2. Você normalmente compartilha as suas coisas com as pessoas?			
3. Ir bem na escola é importante para você?			
4. Você sabe como se comportar em diferentes situações (como na escola e igreja)?			
5. Você acha que seus pais ou responsáveis sabem os lugares que você está ou o que você está fazendo?			
6. Você acha que seus pais ou responsáveis sabem bastante sobre você (por exemplo, o que te deixa feliz ou o que te deixa triste)?			

7. Quando você está com fome, você tem o que comer na			
sua casa?			

8. Você tenta terminar as coisas que você começa?			
9. Você conhece a história da sua família?			
10. As outras crianças gostam de brincar com você?			
11. Você fala com sua família sobre os seus sentimentos (por exemplo, quando você está com medo)?			
12. Quando as coisas não acontecem do jeito que você quer, você consegue arrumar as coisas sem machucar você mesmo ou outras pessoas (por exemplo, sem bater nos outros ou sem dizer coisas ruins)?			
13. Você tem amigos que se importam com você?			
14. Você sabe onde pode ir para ter algum tipo de ajuda, se precisar?			
15. Você acha que você é aceito pelas outras crianças?			
16. Você acha que sua família se preocupa com você em situações difíceis (por exemplo, quando você está doente ou quando faz alguma coisa errada)?			
17. Você acha que seus amigos se preocupam com você em situações difíceis (por exemplo, quando você está doente ou quando faz alguma coisa errada)?			
18. Você é tratado de forma justa?			

19. Você tem chances de mostrar a outras pessoas que você está crescendo e pode fazer coisas sozinho?			
20. Você sabe dizer sobre as coisas que você é bom?			
21. Você participa de alguma religião (como por exemplo, igrejas)?			
22. Você acha importante ajudar as pessoas no lugar que você mora (como por exemplo, vizinhos)?			
23. Você se sente segura quando você está com sua família?			
24. Você tem a oportunidade de aprender coisas que vão ser usadas quando você ficar mais velho (como por exemplo, aprender a cozinhar, trabalhar ou ajudar outras pessoas)?			
25. Você gosta da maneira como sua família comemora as coisas (por exemplo, feriados, festas e sobre a sua cultura)?			
26. Você gosta da maneira como seus vizinhos comemoram as coisas (por exemplo, feriados, festas e sobre a sua cultura)?			

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO DE JUVENTUDE BRASILEIRA - QJB

Código: _____ Data: ____ / ____ / ____ Espaço: _____

Bairro onde mora: _____ Cidade: _____ Estado: _____

1. Sexo: a. ☐ Masculino b. ☐ Feminino

2. Idade: _____ anos

3. Data de nascimento: ____ / ____ / ____

4. Qual a cor da sua pele?

- a. ☐ Branca
- b. ☐ Negra
- c. ☐ Parda
- d. ☐ Amarela (oriental)
- e. ☐ Indígena

5. Estado civil:

- a. ☐ Solteiro
- b. ☐ Casado
- c. ☐ Mora junto
- d. ☐ Separado/divorciado
- e. ☐ Viúvo
- f. ☐ Outros: _____

6. Com quem você mora? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. ☐ Pai
- b. ☐ Mãe
- c. ☐ Padrasto
- d. ☐ Madrasta
- e. ☐ Irmãos
- f. ☐ Avô
- g. ☐ Avó
- h. ☐ Tios
- i. ☐ Pais adotivos
- j. ☐ Filho(s)
- k. ☐ Companheiro(a)
- l. ☐ Outros: _____

7. Quantas pessoas moram na sua casa incluindo você?

Quantos têm: até 5 anos _____
entre 6 e 14 anos _____
entre 15 e 24 anos _____ acima

8. Quem são as pessoas que mais contribuem para o sustento na sua casa?

- a. ☐ Você mesmo
- b. ☐ Outros: Quem?

9. Qual o total da renda mensal familiar do seu domicílio? Em média R\$ _____ () não sei

10. Marque na tabela quantos dos itens abaixo têm na casa onde você mora?

		Quantos?
A	Banheiro	
B	Quarto	
C	Aparelho de dvd	
D	TV a cores	
E	Rádio/aparelho de som	
F	Máquina de lavar roupa	
G	Geladeira	
H	Computador	
I	Aspirador de pó	
J	Empregada doméstica	

11. Você ou sua família recebe algum tipo de benefício social (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)?

- a. ☐ Não
- b. ☐ Sim.
- c. Que tipo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)
 - a. ☐ Bolsa família
 - b. ☐ Bolsa de estudo
 - c. ☐ Pró-Jovem
 - d. ☐ PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 - e. ☐ Outra _____

12. Qual é o grau de instrução de seu pai e da sua mãe? Marque com X:

		Pai	Mãe
A	Analfabeto		
B	Sabe ler, mas não foi à escola		
C	Fundamental incompleto (1º grau)		
D	Fundamental completo (1º grau)		
E	Médio incompleto (2º grau)		
F	Médio completo (2º grau)		
G	Superior incompleto (universitário)		
H	Superior completo (universitário)		
I	Pós-Graduação		
J	Não sei		

13. Em qual série/etapa/ano escolar você está? _____
14. Qual o turno em que você frequenta a escola?
- a. ☐ Manhã b. ☐ Tarde
- c. ☐ Integral d. ☐ Noite

15. Por favor, marque com X no número que corresponde a sua opinião sobre as seguintes afirmativas:

- 1 Discordo totalmente
- 2 Discordo um pouco
- 3 Não concordo nem discordo
- 4 Concordo um pouco
- 5 Concordo totalmente

A	Eu me sinto bem quando estou na escola	1 2 3 4 5
B	Gosto de ir para a escola	1 2 3 4 5
C	Gosto da maioria dos meus professores	1 2 3 4 5
D	Quero continuar meus estudos nessa escola	1 2 3 4 5
E	Posso contar com meus professores	1 2 3 4 5
F	Posso contar com técnicos da escola (orientador, coordenador)	1 2 3 4 5
G	Confio nos colegas da escola	1 2 3 4 5

16. Marque com um X TODAS as opções a seguir que estão relacionadas com a sua situação de trabalho remunerado:

- a. ☐ Nunca trabalhei
- b. ☐ Já trabalhei mas não trabalho atualmente
- c. ☐ Estou trabalhando
- d. ☐ Estou procurando trabalho
- e. ☐ Não estou procurando trabalho
- f. ☐ Trabalho em comércio (em loja, mercados, etc.)
- g. ☐ Trabalho na rua (vendendo coisas, reciclagem, catação, engraxate, vigiando ou limpando carros)
- h. ☐ Trabalho em casa de família (cuidado

(office-boy, secretária, informática, etc.)

- k. ☐ Trabalho em indústria/fábrica
- l. ☐ Trabalho em outros lugares: _____
- m. ☐ Trabalho com carteira assinada
- n. ☐ Não trabalho com carteira assinada

17. Você alguma vez já teve que parar de estudar para trabalhar?

- a. ☐ Não b. ☐ Sim.

18. Se você trabalha atualmente:

- a. Qual a sua renda mensal média proveniente de seu trabalho atualmente? _____ reais
- b. Quantas horas por dia você dedica ao trabalho?

- de crianças, cozinhando, limpando,
passando, etc)
- i. () Trabalho na agricultura, pecuária ou pesca
 - j. () Trabalho na área administrativa

_____ horas

- 19.** Você tem alguma doença crônica (diabetes, AIDS, câncer, insuficiência renal, outra)?
- a. () Não

b. () Sim

Qual? _____

20. Você tem algum transtorno mental ou dos nervos?

a. () Não

b. () Sim c. Qual? _____

d. Você já procurou algum tipo de auxílio/tratamento? () Não () sim

21. Você tem algum tipo de deficiência:

a. () Não

b. () Sim () Visual () Auditiva ()

Física () Outra Qual? _____

22. Qual o serviço de assistência à saúde você recorre? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () SUS – Sistema Único de Saúde

b. () Plano de Saúde

c. () Atendimento Particular

d. () Outros

23. Com que frequência acessa o serviço de saúde?

a. () Não tenho acesso aos serviços de saúde

b. () De uma a três vezes por mês

c. () Uma vez por mês

d. () De 2 a 4 vezes a cada seis meses

e. () Uma vez a cada seis meses

f. () Uma vez ao ano

24. Você participa de alguma das atividades abaixo? (Marque mais de uma resposta se for o caso)

a. () Grêmios estudantil ou diretório acadêmico

b. () Grupo de escoteiros ou bandeirantes

c. () Grupo ou movimentos religiosos

d. () Grupos musicais (coral, bandas, etc.)

e. () Grupo de dança, teatro ou arte

f. () Grupos ou movimentos políticos

g. () Grupo de trabalho voluntário

h. () Equipe esportiva

i. () Outros

25. Agora vamos falar um pouco das suas relações com a família, especialmente entre você e seus pais (mãe, madrasta, pai, padrasto, ou outras pessoas que cuidam ou cuidaram de você).

Ao responder estas questões, pense em diferentes momentos que a sua família passou e nas diferentes pessoas com quem você mora/morou.

- 1 Discordo totalmente
- 2 Discordo um pouco
- 3 Não concordo nem discordo
- 4 Concordo um pouco
- 5 Concordo totalmente

A	Costumamos conversar sobre problemas da nossa família	1 2 3 4 5
B	Meus pais raramente me criticam	1 2 3 4 5
C	Raramente ocorrem brigas na minha família	1 2 3 4 5

D	Quando estou com problemas, posso contar com a ajuda dos meus pais	1 2 3 4 5
E	Sinto que sou amado e tratado de forma especial pelos meus pais	1 2 3 4 5
F	Meus pais em geral sabem onde eu estou	1 2 3 4 5
G	Nunca sou humilhado por meus pais	1 2 3 4 5
H	Meus pais raramente brigam entre eles	1 2 3 4 5
I	Meus pais dão atenção ao que eu penso e ao que eu sinto	1 2 3 4 5
J	Meus pais conhecem meus amigos	1 2 3 4 5
K	Eu me sinto aceito pelos meus pais	1 2 3 4 5
L	Meus pais me ajudam quando eu preciso de dinheiro, comida ou roupa	1 2 3 4 5
M	Costumo conversar com meus pais sobre decisões que preciso tomar	1 2 3 4 5
N	Meus pais sabem com quem eu ando	1 2 3 4 5
O	Eu me sinto seguro com meus pais	1 2 3 4 5

26. Identifique situações que VOCÊ já viveu COM SUA FAMÍLIA, relacionadas aos eventos na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
a) Ameaça ou humilhação	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 Horrível	A mãe madrasta B pai C padrasto D irmãos avós E outros: F G
b) Soco ou surra	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 Horrível	A mãe madrasta B pai C padrasto D irmãos avós E outros: F G
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 Horrível	A mãe madrasta B pai C padrasto D irmãos avós E outros: F G
d) Mexeu no meu corpo	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca	1 nada ruim 2 um pouco ruim	A mãe madrasta

contra a minha vontade		3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 Horrível	B pai C padrasto D irmãos avós E outros: F G
e) Relação sexual forçada	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 Horrível	A mãe B madrastra C pai D padrasto E irmãos F avós G outros:

27. Você tem algum amigo próximo que usa drogas?

- a. ☐ Não
b. ☐ Sim.
() drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) () drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola, etc)

28. Você tem algum familiar que usa drogas?

- a. ☐ Não
b. ☐ Sim.
() drogas lícitas (bebida alcoólica, cigarro) () drogas ilícitas (*crack*, cocaína, cola, etc)

29. Você já usou drogas:

30. A
inda
usa
.....
dro
gas?
()
sim
()
não
Qua
l?

31. Identifique situações que você já viveu FORA DE CASA, na coluna 1 e a seguir responda às questões:

Tipo de situação	A. Já aconteceu?	B. Em geral, com que frequência esta situação acontecia?	C. Em geral, o quão ruim foi para você esta situação?	D. Indique quem fez isto com mais frequência?
---------------------	---------------------	--	--	--

a) Ameaça ou humilhação	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 horrível	A amigos B colegas de escola C vizinhos D professores/monitores E policiais F desconhecidos G outros:
b) Soco ou surra	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 horrível	A amigos B colegas de escola C vizinhos D professores/monitores E policiais F desconhecidos G outros:
c) Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 horrível	A amigos B colegas de escola C vizinhos D professores/monitores E policiais F desconhecidos G outros:
d) Mexeu no meu corpo contra a minha vontade	A não B sim	1 nunca 2 quase nunca 3 às vezes 4 quase sempre 5 Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 horrível	A amigos B colegas de escola C vizinhos D professores/monitores E policiais F desconhecidos G outros:
e) Relação sexual forçada	A não B sim	nunca quase nunca às vezes quase sempre Sempre	1 nada ruim 2 um pouco ruim 3 mais/menos ruim 4 muito ruim 5 horrível	A amigos B colegas de escola C vizinhos D professores/monitores E policiais F desconhecidos G outros:

32. Dentre os eventos abaixo, indique quais os que já aconteceram em sua vida, e escolha o número que mais representa o quão ruim foi esta situação para você:

1 Nada Ruim 2 Um Pouco Ruim 3 Mais ou Menos 4 Muito Ruim 5 Horrível

		A - Já aconteceu?	B – O quão ruim foi?
a	O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra	A não B sim	1 2 3 4 5

b	Alguém em minha casa está desempregado	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
c	Meus pais se separaram	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
d	Já estive internado em instituição (abrigo, orfanato)	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
e	Já fugi de casa	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
f	Já morei na rua	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
g	Já dormi na rua	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
h	Já trabalhei na rua	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
i	Alguém da minha família está ou esteve preso	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
j	Sofri algum acidente grave	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
k	Alguém muito importante pra mim faleceu	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
l	Já passei fome	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
m	Meu pai/mãe casou de novo	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
n	Meu pai/minha mãe teve filho com outros parceiros	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
o	Já fui assaltado(a)	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
p	Já cumpri medida sócio-educativa sem privação de liberdade	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
q	Já estive privado de liberdade (Instituição fechada)	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
r	Já fui levado para o Conselho Tutelar	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
s	Já tive problemas com a justiça	A	não	B	sim	1	2	3	4	5
t	Já tive problemas com a polícia	A	não	B	sim	1	2	3	4	5

33. Em algum momento da sua vida você já se envolveu em situações ilegais? Marque todas que já aconteceram:

- a. ☐ Não
b. ☐ Sim

- c) ☐ Envolvimento em brigas com agressão física/violência contra pessoas
d) ☐ Destruição de propriedade
e) ☐ Envolvimento em pichação
f) ☐ Assaltou alguém
g) ☐ Roubou algo
h) ☐ Vendeu droga
i) ☐ Outra Qual? _____

34. Ao longo da vida, sofro ou sofri preconceito por ser migrante e/ou refugiado:

1 Nunca 2 Quase nunca 3 Às vezes 4 Quase sempre 5 Sempre

a	Por morar onde moro (bairro, favela)	1	2	3	4	5
b	Pelo fato de ser homem ou ser mulher	1	2	3	4	5
c	Pela cor da minha pele	1	2	3	4	5
d	Por estudar em uma determinada escola	1	2	3	4	5
e	Por causa do trabalho dos meus pais	1	2	3	4	5
f	Por causa do meu nível socioeconômico	1	2	3	4	5
g	Por causa da minha religião	1	2	3	4	5
h	Por causa da minha aparência física	1	2	3	4	5
i	Por ser deficiente	1	2	3	4	5
j	Pelas minhas escolhas sexuais	1	2	3	4	5
k	Por ter a idade que eu tenho	1	2	3	4	5
l	Por causa do meu trabalho	1	2	3	4	5

35. Marque com um X no número correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

1 Nunca 2 Quase nunca 3 Às vezes 4 Quase sempre 5 Sempre

a	Eu sinto que pertenço a minha comunidade/bairro	1 2 3 4 5
b	Eu posso confiar nas pessoas da minha comunidade/bairro	1 2 3 4 5
c	Eu me sinto seguro na minha comunidade/bairro	1 2 3 4 5
d	Eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles	1 2 3 4 5
e	Eu posso contar com alguma organização/instituição comunitária quando preciso	1 2 3 4 5
f	Minha comunidade tem melhorado nos últimos cinco anos	1 2 3 4 5

36. O que você costuma fazer quando não está estudando ou trabalhando? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. ☐ Praticar esportes
- b. ☐ Jogar/brincar
- c. ☐ Passear

- d. ☐ Assistir TV
- e. ☐ Ouvir ou tocar música
- f. ☐ Desenhar/pintar/artesanato
- g. ☐ Namorar
- h. ☐ Descansar

- i. ☐ Navegar na Internet
- j. ☐ Ir a festas
- k. ☐ Cinema ou teatro
- l. ☐ Ler livros, revistas ou quadrinhos
- m. ☐ Outros _____

37. Você tem (marque todos que se referem à sua situação):

- a. ☐ Celular pré-pago
- b. ☐ Celular de conta (pós-pago)
- c. ☐ Acesso a televisão com canais abertos
- d. ☐ Acesso à televisão por assinatura
- e. ☐ Acesso à internet.
- f. Se você tem internet, você acessa a partir de:
 - a. ☐ Casa
 - b. ☐ Escola
 - c. ☐ Lan House, Cybercafé
 - d. ☐ Trabalho
 - e. ☐ Outro local. Qual ? _____

38. Com que frequência você utiliza a Internet:

- a. ☐ não utilizo
- b. ☐ uma ou duas vezes por mês
- c. ☐ apenas aos finais de semana
- d. ☐ de um a dois dias por semana
- e. ☐ entre três e cinco dias por semana
- f. ☐ todos os dias

39. Em média, quando você se conecta, quanto tempo fica conectado:

- a. ☐ Não me conecto à Internet
- b. ☐ Menos de meia hora
- c. ☐ De meia a uma hora
- d. ☐ De uma a três horas
- e. ☐ De três horas a cinco horas
- f. ☐ Mais de cinco

4. Se você usa a Internet, você a utiliza para: (Marque mais de uma resposta se for o caso).

- a. ☐ Me comunicar com as pessoas (e-mail, redes sociais, etc.)
- b. ☐ Baixar músicas, jogos, filmes
- c. ☐ Fazer trabalhos da escola
- d. ☐ Navegar em sites de meu interesse
- e. ☐ Fazer/escrever blogs
- f. ☐ Jogar
- g. ☐ Comprar coisas
- h. ☐ Outra atividade. Qual?

5. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	1 Nunca	2 Quase nunca	3 Às vezes	4 Quase sempre	5 Sempre
a	Sinto que sou uma pessoa de valor como as outras pessoas				1 2 3 4 5
b	Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou				1 2 3 4 5
c	Às vezes, eu penso que não presto para nada				1 2 3 4 5

d	Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas	1 2 3 4 5
e	Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso	1 2 3 4 5
f	Às vezes, eu me sinto inútil	1 2 3 4 5
g	Eu acho que tenho muitas boas qualidades	1 2 3 4 5
h	Eu tenho motivos para me orgulhar na vida	1 2 3 4 5
i	De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)	1 2 3 4 5
j	Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo(a)	1 2 3 4 5

6. Marque com um X no número que corresponde à sua opinião sobre as seguintes afirmações: 1 Não é verdade a meu respeito 2 É dificilmente verdade a meu respeito 3 É moderadamente verdade a meu respeito 4 É totalmente verdade a meu respeito

a	Se estou com problemas, geralmente encontro uma saída	1 2 3 4
b	Mesmo que alguém se oponha eu encontro maneiras e formas de alcançar o que quero	1 2 3 4
c	Tenho confiança para me sair bem em situações inesperadas	1 2 3 4
d	Eu posso resolver a maioria dos problemas, se fizer o esforço necessário	1 2 3 4
e	Quando eu enfrento um problema, geralmente consigo encontrar diversas soluções	1 2 3 4
f	Consigo sempre resolver os problemas difíceis quando me esforço bastante	1 2 3 4
g	Eu acho que sou capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das pessoas	1 2 3 4
h	Tenho facilidade para persistir em minhas intenções e alcançar meus objetivos	1 2 3 4
i	Devido às minhas capacidades, sei como lidar com situações imprevistas	1 2 3 4
j	Eu me mantenho calmo mesmo enfrentando dificuldades porque confio na minha capacidade de resolver problemas	1 2 3 4
k	Eu geralmente consigo enfrentar qualquer adversidade.	1 2 3 4

7. Use a seguinte escala para indicar suas chances de:

1 Muito Baixas 2 Baixas 3 Cerca de 50% 4 Altas 5 Muito Altas

a	Concluir o ensino médio (segundo grau)	1 2 3 4 5
b	Entrar na Universidade	1 2 3 4 5
c	Ter um emprego que me garanta boa qualidade de vida	1 2 3 4 5
d	Ter minha casa própria	1 2 3 4 5
e	Ter um trabalho que me dará satisfação	1 2 3 4 5
f	Ter uma família	1 2 3 4 5
g	Ser saudável a maior parte do tempo	1 2 3 4 5
h	Ser respeitado na minha comunidade	1 2 3 4 5
i	Ter amigos que me darão apoio	1 2 3 4 5

8. Em relação aos serviços de acolhimento no Brasil, que lembranças você tem, de melhor e de pior sobre este serviço para a sua condição de refugiado ou de migrante?

9. Neste espaço você pode colocar o que achou deste questionário e/ou mencionar algo que considera importante e/ou que não foi

perguntado: _____
